



2026

PER NAM BUCO

EM PERSPECTIVA

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

Contribuições
para o Redesenho
do Modelo de
Desenvolvimento
Estadual

algomais 20 anos

algomais 20 anos

APRESENTA

Copyright © 2026 Editora INTG

Pernambuco em Perspectiva - Estratégia de Longo Prazo: Contribuições para o Redesenho do Modelo de Desenvolvimento Estadual
Todos os direitos reservados

COORDENAÇÃO GERAL

Francisco Cunha

CONSULTORIA TÉCNICA

TGI Consultoria

Ricardo de Almeida
Francisco Cunha
Fábio Menezes

Ceplan

Tânia Bacelar
Paulo Guimarães

Factta

Sérgio C. Buarque

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Alessandro Fernandes

REALIZAÇÃO

Revista Algomais
Rede Gestão

REDAÇÃO

Rafael Dantas
Cláudia Santos

PALESTRANTES

Sérgio C. Buarque
Geraldo Eugênio
Pedro Jatobá
Cristovam Buarque
Armando Monteiro Neto
Danilo Cabral
Ana Luiza Ferreira
Sérgio Xavier
Sérgio Cavalcante
Raul Henry
Paulo Câmara
Tadeu Alencar
Marcelo Carneiro Leão
Décio Padilha
Raul Jungmann
Gilberto Freyre Neto



Editora INTG

Endereço: Rua Barão de Itamaracá, 293 Espinheiro
CEP 52.020-070 Recife PE Brasil
www.intg.org.br

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Rainier Michael
Tânia Bacelar
Paulo Guimarães
João Campos
Raquel Lyra
Francisco Cunha

EQUIPE DE APOIO

Amanda Oliveira
Ana Beatriz Lessa
Anderson Silva
Cristiano Mendes
Daniel Bento
Ellen Gomes
Gabriel de Barros
Paulo Almeida
Vangerson Trajano
Vitor Ramos

REVISÃO

Consultexto

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Raquel Lafayete - Voz Comunicação

PROJETO GRÁFICO

Henrique Pereira
Rivaldo Neto

DESIGNER

Rivaldo Neto
Daniel Bento

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica Brascolor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pernambuco em perspectiva : estratégia de longo prazo : contribuições para o redesenho do modelo de desenvolvimento estadual / [coordenação Francisco Cunha]. -- Recife, PE : INTG - Instituto da Gestão, 2026.

Vários autores.
Vários colaboradores.

Bibliografia

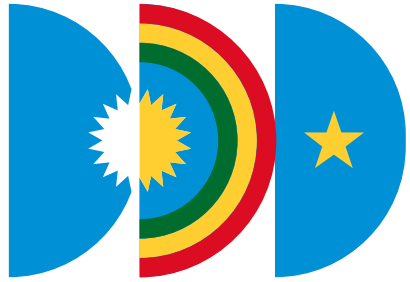
ISBN 978-85-98586-35-9

1. Administração pública 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais 3. Desenvolvimento regional 4. Pernambuco (PE) - Descrição 5. Pernambuco - Condições sociais 6. Perspectiva 7. Planejamento estratégico I. Cunha, Francisco.

CDD-330.98134
26-372890.0

Índices para catálogo sistemático:

1. Pernambuco : Estado : Planejamento : Desenvolvimento econômico : Economia 330.98134
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



**PERNAMBUCO
EM PERSPECTIVA**
ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

Realização:



Consultoria técnica:



Patrocínio:



PREFÁCIO



Paulo Câmara

Nos anos 1950, pairava no imaginário da sociedade brasileira a crença de que o Brasil trilhava um caminho para se tornar uma nação moderna, e um sentimento de esperança embalava o sonho de uma vida melhor. Esse otimismo não se baseava em pilares irreais, e não foi por acaso que o período ficou eternizado como os Anos Dourados.

Finalmente, os brasileiros viviam em plena democracia, e mudanças profundas geravam uma nova realidade, como a crescente urbanização provocada pelo êxodo de pessoas em busca de trabalho nas grandes cidades. Pensar o futuro do País passou a ser prioridade, e essa foi uma das características mais marcantes da época. Uma atribuição desempenhada tanto por intelectuais e pela academia – que se debruçavam sobre a formulação de um projeto nacional de desenvolvimento – como pelo Estado, que redefiniu seu papel. Passou a incorporar uma atuação mais estratégica, com o intuito de ser o “motor da economia”, para solucionar os problemas característicos de uma nação subdesenvolvida, em especial pela via da industrialização.

Nesse cenário de protagonismo estatal, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil S. A., para fomentar a economia da região, assolada pelo martírio da seca e dependente das monoculturas agrícolas voltadas para a exportação. Um contraste com a prosperidade do Sul/Sudeste, evidenciando o flagrante desequilíbrio inter-regional do País.

Os mesmos bons ventos dos debates sobre desenvolvimento que trouxeram o BNB também permitiram a chegada a Pernambuco do Padre Lebet. Ao realizar estudos sobre a economia pernambucana, ele projetou caminhos para o Estado se desenvolver, que se tornaram realidade nas décadas seguintes. A implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape, da montadora Stellantis e da Refinaria Abreu e Lima, entre outros projetos estruturadores, são prova disso.

Os mesmos bons ventos dos debates sobre desenvolvimento que trouxeram o BNB também permitiram a chegada a Pernambuco do Padre Lebre.

misso realizado com êxito. Não por acaso, tornou-se o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina.

Do pioneirismo dos anos 1950 até a complexa conjuntura da contemporaneidade, o BNB soube se adaptar às demandas de cada período histórico do País para financiar empreendimentos tocados por *players* privados ou por instâncias de governo. Um desempenho de fôlego diante de mudanças constantes e profundas, trazidas por cenários tão díspares quanto o milagre econômico dos anos 1970, a hiperinflação dos anos 1980, os sucessivos planos de estabilização da economia, as diversas mudanças de moeda, as inovações do Plano Real e a crise financeira do subprime de 2008.

Na atualidade, deparamo-nos com novas e ainda mais aceleradas transformações. Entretanto, o BNB continua com a mesma capacidade adaptativa para fazer frente a esses novos tempos. São mudanças como as provocadas pelas tecnologias digitais, com destaque para a inteligência artificial, que trazem benefícios, como ganho de produtividade. No entanto, acarretam também desafios, entre os quais a obsolescência do modo produtivo das empresas e das habilidades dos profissionais, além do aumento da desigualdade.

Outro fator a se considerar é a crise climática, que afeta a produção agrícola, a atividade empresarial e a qualidade de vida das populações com a constância de eventos extremos. Todavia, em contrapartida, impele a sociedade e os governos a construírem um Brasil ambientalmente sustentável.

Diante da realidade atual desafiadora, vem em boa hora o projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, que propõe o redesenho do modelo de desenvolvimento de Pernambuco. Afinal, o plano elaborado com maestria pelo Padre Lebre, embora tenha sido exitoso, não atende às demandas contemporâneas.

E é com muita satisfação e orgulho que o Banco do Nordeste patrocina o projeto, cujas diretrizes se coadunam com a sua própria atuação. A começar pela importância conferida ao conhecimento da realidade social e da economia de Pernambuco. Com base nessa compreensão, é possível obter um diagnóstico das fraquezas e das potencialidades do Estado.

Nestes últimos 70 anos, o Banco do Nordeste acompanhou as transformações econômicas e sociais de Pernambuco e tem sido um parceiro importante ao incentivar o seu desenvolvimento e o dos demais estados da região, além de parte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo. Compromisso

Enquanto o projeto apoia-se na sapiência da TGI, da Ceplan, da Factta e nos debates realizados em eventos para vislumbrar um novo horizonte de desenvolvimento do Estado, o BNB conta com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. O Eten produz estudos e pesquisas socioeconômicas fundamentais para que o banco possa atuar como instituição de fomento.

As visões do Banco do Nordeste e do *Pernambuco em Perspectiva* se harmonizam na crença de que é essencial o incentivo à economia de baixo carbono, ao empreendedorismo das grandes empresas, mas também ao dos micro, pequenos e médios empresários, à infraestrutura, ao potencial do Semiárido, entre tantos outros pontos em comum.

Tenho certeza de que a união de propósitos do BNB e do *Pernambuco em Perspectiva* produzirá bons resultados. A esperança é que o convite do projeto à sociedade pernambucana para a construção de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Estado traga otimismo e prosperidade, assim como aconteceu nos dourados anos do Padre Lebre. Este livro, que condensa tal proposta, é, portanto, um passo importante na concretização desse desejo.

Paulo Câmara
Presidente do Banco do Nordeste

APRESENTAÇÃO



Francisco Cunha



Ricardo de Almeida

UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO QUE PRECISA SER REDESENHADO

Este livro é resultado de quase três anos de trabalho (setembro/23 a junho/26) do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, que envolveu 22 palestrantes (em 19 eventos-palestras); quase 2.500 espectadores-participantes; as equipes técnicas da TGI Consultoria, da Ceplan e da Factta; os integrantes da Rede Gestão; além de milhares de leitores da **Revista Algomais**, que reportou, ao longo deste período, em suas edições semanais, cada uma das palestras e respectivos debates, bem como outros temas correlatos, em matérias de capa e entrevistas.

Trata-se de um compilado de tudo o que foi produzido pelo projeto, seja em termos de reprodução fac-similar das matérias da **Algomais**, da forma que foram publicadas ao longo do tempo (Capítulo 03), seja em termos de produção técnica decorrente das discussões, conclusões e sugestões da consultoria técnica, tanto no que diz respeito ao diagnóstico do problema do desenvolvimento (ou seja, a “problemática” do “esgotamento modelar”) (Capítulo 01) quanto no que diz respeito ao que pode e, no entendimento dos consultores, deve ser feito (“solucionática”) para redesenhar o modelo deste desenvolvimento (Capítulo 02).

Todo o esforço feito pelo projeto (que este livro trata de sintetizar) partiu da hipótese de que o modelo de desenvolvimento, que, de forma simplificada, poderíamos chamar de “industrial-portuário”, esboçado em meados do século passado, com a decisiva contribuição do Padre Lebre, encontra-se em vias de esgotamento. Não por ter fracassado, mas, muito pelo contrário, justamente pelo seu sucesso. Afinal, praticamente tudo o que foi preconizado há mais de 70 anos realizou-se, desde o novo porto ao “sul do Recife” (Suape), passando pela refinaria, pela petroquímica, pela montadora e por outros diversos projetos previstos e implantados ao longo do tempo.

A grande ausência de execução, todavia, prevista na concepção original, é o trecho pernambucano da Transnordestina, eixo vital de integração logística do Estado e principal conexão ferroviária com o Porto de Suape, covardemente apagado do contrato de concessão da ferrovia no final de 2022 e “ressuscitado” pelo Governo Federal, após expressiva mobilização da sociedade pernambucana, incluído no Orçamento da União e no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Apesar desta retomada, no entanto, o projeto se arrasta, infelizmente, em meio a questionamentos técnicos, orçamentários e, até, existenciais, numa gritante diferença de tratamento do trecho que segue célere em direção ao Porto de Pecém. É tão grave esta situação que parece inequívoco aos envolvidos no projeto *Pernambuco em Perspectiva* que o assunto deve ser tratado como absoluta prioridade das gestões, a ponto, inclusive, de merecer uma secretaria estadual especial que dedique atenção integral ao problema até que o trem chegue, de fato, a Suape.

Olhando para a frente e considerando o diagnóstico do problema que estamos enfrentando (a “problemática” do esgotamento do modelo estadual de desenvolvimento), o projeto preconiza a implantação do Sistema Pernambucano de Planejamento Estratégico como principal ferramenta de redesenho do modelo de desenvolvimento de Pernambuco, de forma que ele funcione de modo perene e ancorado no tripé: participação social, engajamento governamental e conhecimento acadêmico. Isso porque as experiências anteriores, tanto as fracassadas como as bem-sucedidas, apontam para a evidência de que a legítima demanda social requer a indispensável capacidade executiva dos governos e o conhecimento produzido na academia para se constituir em ação concreta e transformadora da realidade. Tudo isso guiado pela visão claramente delineada de para onde se está pretendendo ir, posto que, afinal, desde a antiguidade mais remota, é sabido que “Não há vento favorável para quem não sabe para onde vai”.

Ajudar a pavimentar, pois, um caminho que permita a reconstrução de um modelo de desenvolvimento capaz de substituir o anterior, reconhecidamente esgotado ainda que bem-sucedido, é justamente o objetivo desta publicação, que herda e formaliza a dedicação e o empenho dos realizadores do projeto *Pernambuco em Perspectiva* (coordenadores, palestrantes, espectadores-participantes, leitores, consultores, apoiadores) e o disponibiliza para a opinião pública e os decisores pernambucanos.

Por fim, mas não menos importante, é indispensável registrar nossos agradecimentos aos participantes de todas as naturezas, com destaque para a **Revista Algomais**, veículo informativo principal do projeto, que, este ano, completa 20 anos de defesa intransigente e inegociável de Pernambuco, e ao Banco do Nordeste do Brasil, que acreditou na proposta e deu o apoio fundamental para a realização dos eventos e para a produção da presente publicação.

Como o poeta espanhol Antonio Machado, acreditamos que “o caminho se faz ao caminhar”, e é a este caminho e a uma nova construção de futuro que este livro serve. Viva Pernambuco! Viva o futuro redesenhado de Pernambuco!

Francisco Cunha
Sócio fundador da TGI Consultoria e da **Revista Algomais**, presidente do INTG (Instituto da Gestão) e do Conselho de Administração da Aries (Agência Recife para Inovação e Estratégia).

Ricardo de Almeida
Sócio fundador da TGI Consultoria; sociólogo; consultor em estratégia empresarial e em sistemas de gerenciamento de resultados e qualidade; e coordenador da *Pesquisa Empresas & Empresários*.

SUMÁRIO

17 – CAPÍTULO 01

O Esgotamento de um Modelo

18 – Do legado de Padre Lebrete ao esgotamento de um modelo: Os desafios do novo ciclo de Desenvolvimento de Pernambuco

41 – CAPÍTULO 02

Como Redesenhar o Desenvolvimento

42 – Projeto *Pernambuco em Perspectiva* lança proposta para redesenhar um novo modelo de desenvolvimento para Pernambuco

59 – CAPÍTULO 3

Cobertura Jornalística da Algomais

61 – INFRAESTRUTURA

62 – Transição energética no mundo, oportunidades locais

76 – Como anda a Transnordestina?

95 – EDUCAÇÃO

96 – Caminhos para um salto na educação

108 – Para avançar na educação

121 – CLIMA E MEIO AMBIENTE

122 – Não adianta apenas preservar, é preciso regenerar

137 – SEMIÁRIDO

138 – Soluções de desenvolvimento passam pelo Semiárido

153 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

154 – Onde estão as travas da inovação em Pernambuco?

164 – Receita de desenvolvimento

178 – Caminhos para o desenvolvimento da indústria em Pernambuco

189 – BASES DO EMPREENDEDORISMO DINÂMICO

200 – Como melhorar o ambiente de negócios?

204 – Incentivo para empreender

216 – Oportunidades para Pernambuco no cenário do Nordeste

228 – Investir para desenvolver

241 – COMÉRCIO EXTERIOR

242 – Pernambuco no palco global: desafios e oportunidades da internacionalização da economia

255 – SEGURANÇA E PAZ SOCIAL

256 – Do colapso à reconstrução: o que fazer diante do fracasso da segurança pública

269 – GESTÃO PÚBLICA EFICAZ

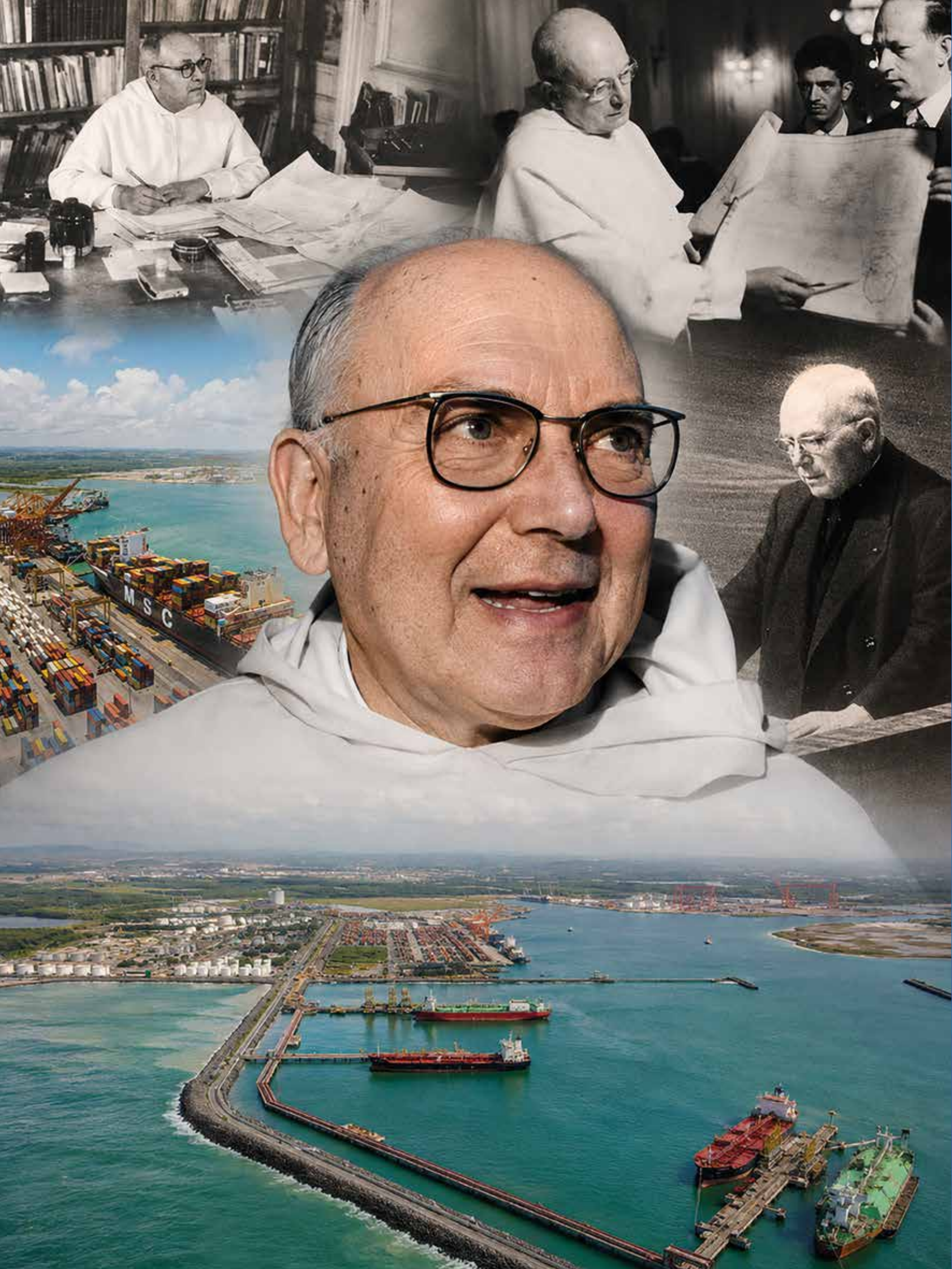
270 – Gestão pública eficaz é essencial para um projeto de futuro do Estado

286 – Longo caminho da Reforma Tributária e as expectativas para o Brasil

298 – João Campos destaca o papel estratégico do Recife e da RMR no futuro de Pernambuco

308 – Raquel Lyra defende união política em prol do desenvolvimento do Estado

320 – PARTICIPANTES DOS ENCONTROS



CAPÍTULO 01

O ESGOTAMENTO DE UM MODELO



DO LEGADO DE LEBRET AO ESGOTAMENTO DE UM MODELO: OS DESAFIOS DO NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO

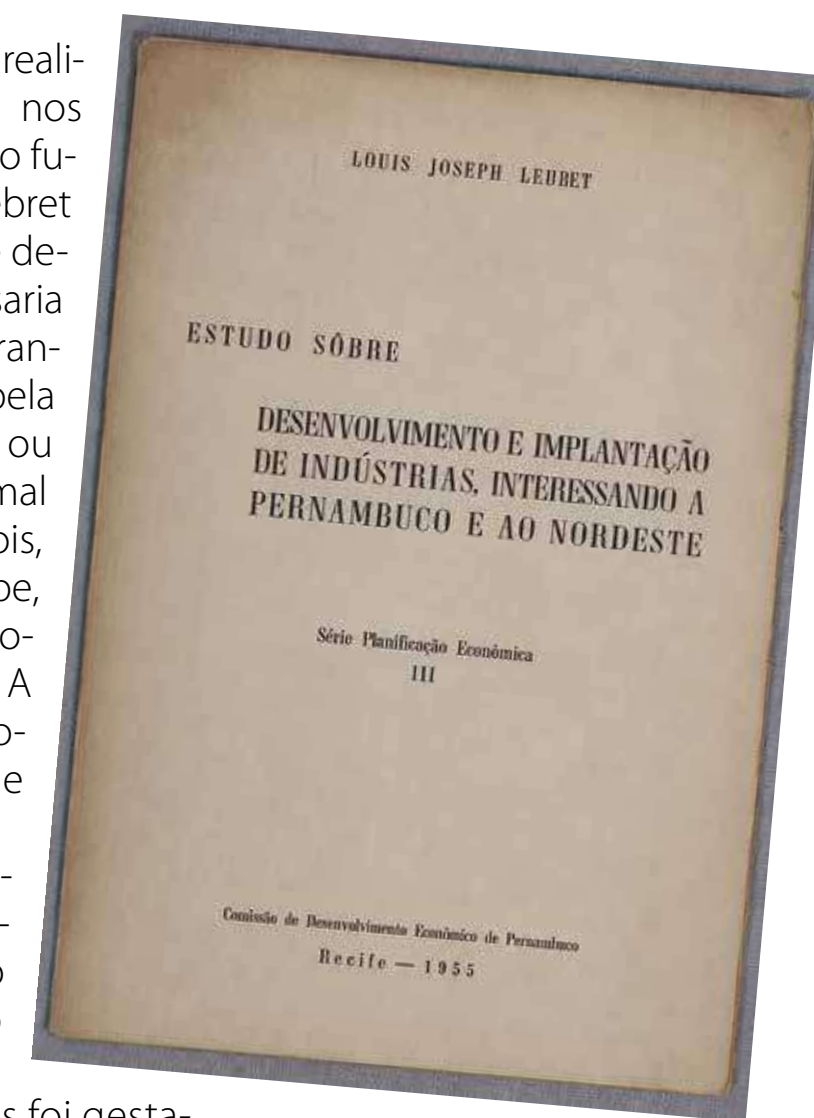
Um dos episódios mais emblemáticos do ciclo de desenvolvimento econômico que marcou Pernambuco na segunda metade do século 20 foi a visita do padre francês Louis-Joseph Lebet ao Estado. Além da sua atividade eclesiástica, como um católico dominicano, era um economista reconhecido internacionalmente, em especial pelo movimento Economia e Humanismo, criado por ele, que defendia uma economia orientada ao desenvolvimento humano, conciliando crescimento econômico com justiça social, planejamento regional e participação da sociedade.

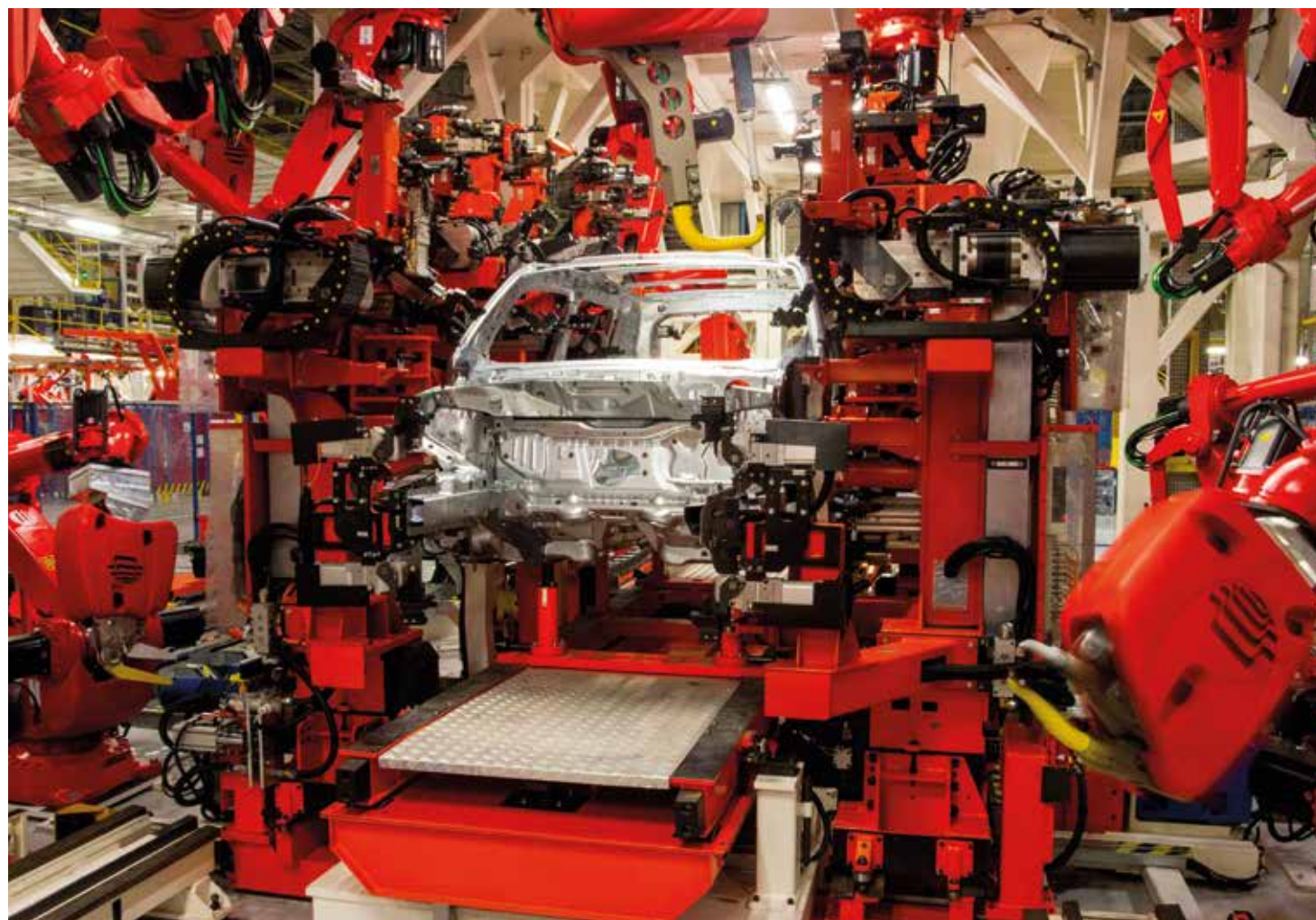
A história dele se cruza com a de Pernambuco na década de 1950, quando o especialista em planejamento econômico e urbano recebeu um convite da Codepe (Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco). Em 1955, seu trabalho no Estado foi publicado no livro *Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias Interessando a Pernambuco e ao Nordeste*. Esgotado, foi republicado em 2016 pela Companhia Editora de Pernambuco (Cepe).

Nesse mergulho na realidade pernambucana e nos esforços de refletir sobre o futuro de Pernambuco, Lebet projetou um caminho de desenvolvimento que passaria pela construção de um grande porto no Litoral Sul e pela atração de uma refinaria ou estaleiro, além de um ramal ferroviário. Décadas depois, com o Complexo de Suape, vários dos projetos propostos se concretizaram. A criação de uma visão mobilizadora rendeu frutos e marcou a História.

É importante compreender que o modelo de desenvolvimento que norteou o Estado de Pernambuco nas últimas seis ou sete décadas foi gestado nesse esforço de planejamento que aconteceu nos anos 1950. A análise do corpo técnico do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo* é de que o modelo proposto pelo Padre Joseph Lebet foi exitoso, mas está esgotado. Além disso, os desafios contemporâneos, com as novas exigências impostas pela economia, pela crise ambiental e pela sociedade digital regida por plataformas, presentes neste século, estão muito distantes do cenário encontrado pelo dominicano no século passado.

“O esgotamento do modelo de desenvolvimento é resultado, em certa medida, das mudanças que foram realizadas na realidade pernambucana com a implantação de investimentos, planos e projetos. Mas também porque o contexto externo (o Brasil e o mundo) passou por transformações profundas na economia, nos padrões tecnológicos, nas relações comerciais e na geopolítica, além das mudanças climáticas de grande impacto”, considera o economista Sérgio C. Buarque, integrante do corpo técnico do projeto.





O maior exemplo da implantação dessas propostas do Padre Lebrete foi a construção e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape como uma alternativa ao Porto do Recife. A plataforma logística foi responsável pela atração de bilhões de reais em investimentos industriais e logísticos ao longo das últimas décadas. O religioso apontou como oportunidades a instalação de uma indústria farmacêutica – que inspirou Miguel Arraes a criar o Lafepe, e, décadas depois, a ideia se ampliou com a chegada de gigantes como a Aché e a Hemobrás –, de uma indústria petroquímica e de uma refinaria – concretizadas com a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica Suape – e da enorme demanda do mercado de fabricação de navios, um segmento que Pernambuco já ocupou, mas que entrou em crise. O setor automotivo, que hoje conta com a Stellantis como um grande *player*, também foi previsto pelo consultor. Esses são apenas alguns dos vários projetos que foram concretizados.

Em relação à mudança de padrões tecnológicos, além da digitalização da economia, que aumentou a competitividade e também a concorrência no mercado, o mundo passa por uma nova onda de disrupção associada ao avanço da inteligência artificial, que cria grandes oportunidades, especialmente para um Estado que abriga estruturas como o ecossistema do Porto Digital e indústrias de ponta internacional. Mas impõe desafios, especialmente para setores menos competitivos ou com maior dificuldade de absorver tecnologias inovadoras e de inovar.

“A inteligência artificial e a automação prometem transformar profundamente a economia, as relações sociais e o mercado de trabalho. Mas, em vez de debates proativos, testemunhamos uma escassez de políticas e regulações que assegurem uma transição justa e inclusiva”, adverte o consultor Francisco Cunha.



Outro aspecto que não estava no radar do Padre Joseph Lebret no nível vivenciado pela sociedade global nesse primeiro quarto do século 21 são os efeitos do agravamento das mudanças climáticas. Se Pernambuco tem uma história de enfrentamento da escassez hídrica no Agreste e no Sertão e de problemas históricos com enchentes traumáticas, o novo contexto trata desde o avanço de um processo de desertificação em áreas semiáridas (que passam potencialmente à classificação de áridas em algumas fronteiras) até a maior incidência de chuvas intensas e localizadas na Região Metropolitana e na Zona da Mata, que desafiam também as maiores capitais brasileiras.

É importante ressaltar que, durante sua passagem por Pernambuco, o Padre Lebret destacou a necessidade de um desenvolvimento mais humano. Formação técnica e de profissionais com Ensino Superior, enfrentamento do analfabetismo, entre outras tantas necessidades educacionais para responder a um novo ciclo de desenvolvimento. As novas demandas do século 21 exigem esse mesmo olhar, mas com novos desafios relativos às capacidades tecnológicas, urbanísticas e humanas contemporâneas.

De perfil humanista, Padre Lebret destacou a necessidade de Pernambuco implantar um desenvolvimento que beneficiasse o conjunto da população. Por isso, defendeu a educação técnica e de Ensino Superior, o enfrentamento do analfabetismo, entre outras várias ações educacionais.



Ao refletir sobre os desafios do desenvolvimento, a economista Tânia Bacelar reforçou a visão de que não basta revisitar o passado recente, mas também incorporar as tendências do mundo contemporâneo na formulação de novas estratégias. “As escolhas estratégicas que fizemos olharam muito mais para o século 20; precisamos agora pensar o século 21 com os pés no chão”, alertou, ao defender uma leitura crítica da herança que o Estado carrega, ainda com muitos desafios históricos a serem superados, sem perder de vista as transformações em curso no cenário global, que devem servir como base para traçar novos rumos nas próximas décadas.

ALÉM DO ESGOTAMENTO DO MODELO, NOVOS DESAFIOS

Ao revisitar esse percurso, emerge um fator menos visível, mas decisivo para compreender o momento atual, que dificultou ou impediu uma atualização paulatina desses planos de longo prazo: o esvaziamento da capacidade de planejamento do Estado. Essa não é uma questão exclusiva de Pernambuco, visto que o País assistiu, por décadas, ao desmantelamento das estruturas que atuavam nesse campo, a exemplo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

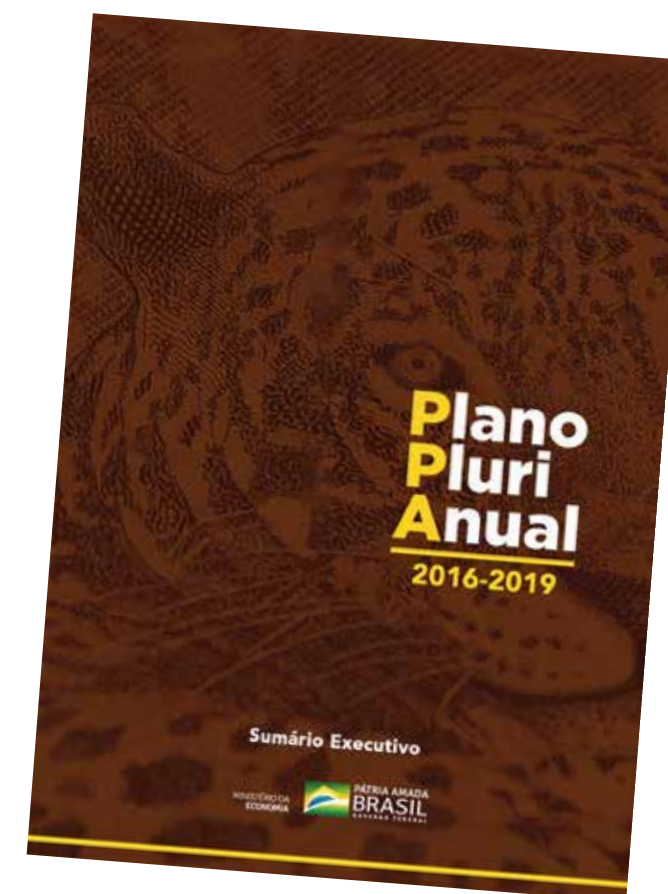
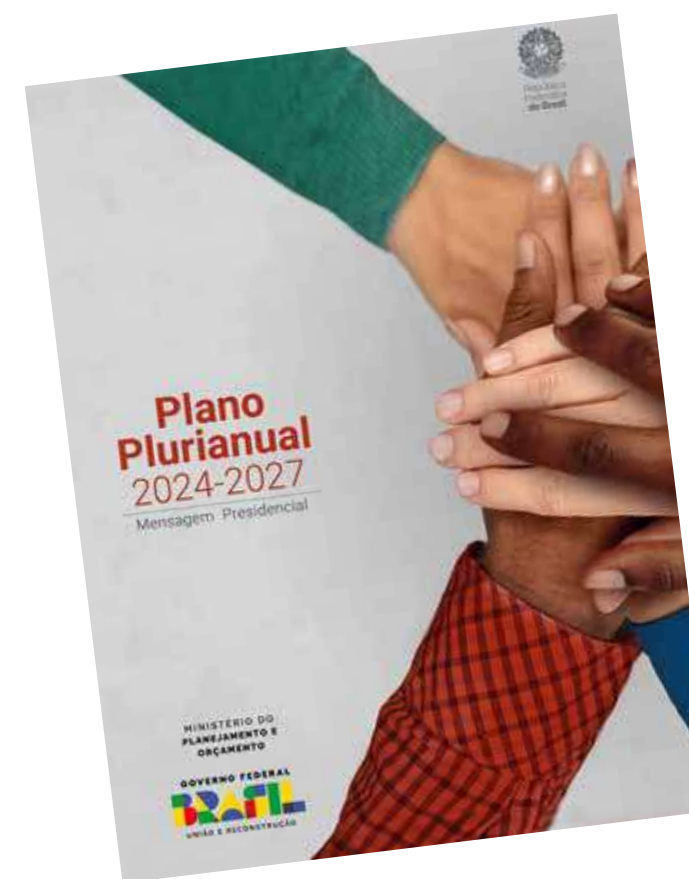
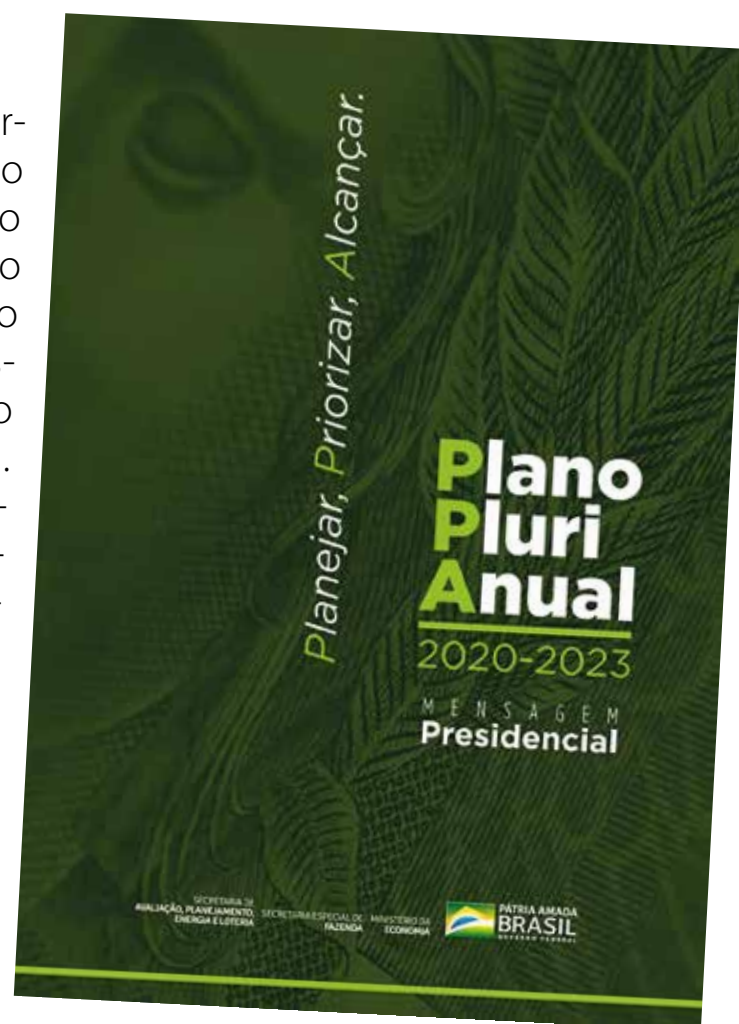
Antiga sede da Sudene



Em Pernambuco, isso se materializou com a perda de relevância e desestruturação do Condepe (Instituto de Planejamento de Pernambuco) e da Fidem (Fundação de Desenvolvimento Municipal). Ambos foram extintos em 2003 com a fundação da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, a Condepe/Fidem. A organização incorporou as funções dos órgãos anteriores, mas esteve muito distante da capacidade anterior de planejamento, estudos e elaboração de projetos. O corpo técnico da pesquisa identificou que os esforços surgidos nas últimas duas décadas de criação de organismos públicos para cobrir essa deficiência deram conta apenas da elaboração e gestão do orçamento e, no máximo, das diretrizes do ciclo do governo, mas não de um planejamento estrutural e de longo prazo.

OS LIMITES DO PPA E DAS LÓGICAS DE CURTO PRAZO

Uma das críticas recorrentes de analistas ao planejamento brasileiro é o fato de a legislação estabelecer o PPA (Plano Plurianual) como o instrumento de mais longo prazo da gestão pública. Como muitos dos principais desafios do País exigem ciclos mais extensos de investimentos e de implementação de ações, essa limitação acaba fragilizando a continuidade das políticas públicas. Com frequência, programas e projetos são interrompidos ou deixados de lado a cada mudança de governo, após os períodos eleitorais, comprometendo a construção de estratégias de desenvolvimento de longo prazo.



Esse problema, aliás, não é só pernambucano, mas nacional. Porém, alguns estados, como o Ceará, a Bahia e o Paraná, deram passos importantes para superar essa deficiência de planejamento de longo prazo com estruturas específicas para tal. Em Pernambuco, por exemplo, houve um esforço de construir o plano *Pernambuco 2035*, durante o período de gestão do Governador Eduardo Campos, que apontava uma carteira de projetos estruturais para o Estado. Porém, as discussões, atropeladas pela crise econômica (2015-2016) e pela pandemia da covid (2020-2022), não foram incorporadas pelo poder público estadual nem pela sociedade, desperdiçando uma oportunidade de reversão da tendência de investir em ações apenas de curto prazo.

A consolidação de Suape como um complexo industrial e portuário após décadas de investimentos de diferentes grupos políticos que passaram pelo Palácio do Campo das Princesas é um exemplo da importância do estabelecimento de políticas de Estado, e não apenas de governo. Para superar desafios históricos, como a desigualdade social, o desemprego e a violência urbana, problemas que comprometem o desenvolvimento socioeconômico do Estado, mesmo sendo bem executado, o Plano Plurianual é insuficiente.

DESAFIO DO FIM DOS INCENTIVOS FISCAIS

Além do enfrentamento de desafios mais estruturais, um fator novo no horizonte é a extinção dos incentivos fiscais em decorrência da Reforma Tributária. Com isso, os mecanismos de benefícios tributários que atenuavam o hiato competitivo entre os estados da federação desaparecerão, e essa diferença intranacional deverá ser reduzida por ativos reais. Ou seja, será preciso investir na qualidade dos recursos humanos e da infraestrutura econômica e social, além de apostar na capacidade de inovar em produtos e processos para permanecer competitivo e atrair empreendimentos.

Para compensar a perda dos incentivos fiscais, a Reforma Tributária criou o FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional), cujos recursos, com base em projetos de qualidade, poderão prover o Estado desses atributos reais necessários para assegurar a competitividade da economia estadual. Para otimizar o uso desses recursos, é essencial o fortalecimento do sistema de planejamento estadual para formular, elaborar e monitorar a execução de projetos com esses objetivos.



“Pernambuco tem perdido a capacidade de planejamento governamental que pode constituir uma restrição futura, mesmo que venha a ter mais disponibilidade de recursos para investimentos públicos. Isso o coloca em desvantagem em relação à Bahia e ao Ceará, por exemplo, que valorizaram suas instituições de estudos e planejamento estratégico. Pernambuco investiu na carreira de gestor público, mas não valorizou o planejamento”, avalia o economista Sérgio C. Buarque, fazendo uma referência comparativa à SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) e ao Ipece (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará).

QUEDA DA COMPETITIVIDADE PERNAMBUCANA

Nesse vácuo de capacidade de planejamento, o Estado foi sendo estrangulado por diversos fenômenos socioeconômicos das últimas décadas, que dificultaram um avanço mais robusto do seu desenvolvimento social e econômico. Buarque elencou uma série de graves estrangulamentos enfrentados por Pernambuco no primeiro quarto do século 21, entre eles a baixa competitividade em relação a outros estados, os problemas estruturais na Educação Básica, com reflexos na qualificação profissional, e os gargalos de infraestrutura e logística, como rodovias precárias e ausência de uma malha ferroviária eficiente. Ele considera que esses fatores são em parte responsáveis pela persistência dos baixos indicadores sociais, que devem ser enfrentados para a retomada do desenvolvimento.

No ranking de competitividade dos estados brasileiros, por exemplo, Pernambuco se situa abaixo da mediana nacional e de alguns estados do Nordeste. O CLP (Centro de Liderança Pública) classifica o Estado apenas como o 19º no cenário nacional, ficando abaixo da Paraíba, de Sergipe, do Ceará e do Rio Grande do Norte. Os principais pontos críticos desse estudo estão relacionados ao capital humano (com algumas das piores classificações em indicadores de inserção econômica, desocupação de longo prazo, subocupação por insuficiência de horas trabalhadas) e de potencial de mercado (como a taxa de crescimento, qualidade de crédito da pessoa física e o volume de crédito).

Isso compromete a capacidade de inserção competitiva na economia nacional e nas cadeias de valor do mundo globalizado. O baixo nível de competitividade é o resultado da combinação das restrições de variáveis fundamentais ainda persistentes e do limitado nível e baixa qualidade da educação, apesar de se destacar em alguns indicadores nacionais no Ensino Médio. Os problemas de base na educação impedem, por exemplo, a formação e qualificação profissional. Nos ensinos Fundamental e Médio, há uma diferença relevante também entre a qualidade do ensino público e a do privado, o que consolida as desigualdades sociais.



PERNAMBUCO
NO RANKING DA
COMPETITIVIDADE
DOS ESTADOS



INDICADOR	POSIÇÃO	VARIAÇÃO (2025 em relação a 2024)
 Sustentabilidade Ambiental	19º	-4 ▼
 Capital Humano	26º	-1 ▼
 Educação	12º	+1 ▲
 Eficiência da Máquina Pública	15º	—
 Infraestrutura	11º	+3 ▲
 Inovação	10º	-1 ▼
 Potencial de Mercado	26º	-1 ▼
 Solidez Fiscal	14º	+4 ▲
 Segurança Pública	21º	+3 ▲
 Sustentabilidade Social	21º	-5 ▼

FONTE: Ranking dos Estados (CLP – Liderança Pública), 2025 em relação a 2024.



INFRAESTRUTURA E COMPETITIVIDADE

Por outro lado, Pernambuco dispõe de vantagens logísticas e de uma base relevante de infraestrutura e conectividade, mas ainda enfrenta entraves que comprometem o pleno fluxo de mercadorias e pessoas com qualidade e custos competitivos. A *Pesquisa CNT de Rodovias 2025* aponta que a malha viária do Estado segue marcada por problemas estruturais e altos custos logísticos. Dos 3.189 quilômetros avaliados, 70,1% foram classificados entre regular, ruim e péssimo no estado geral das vias, enquanto nenhum trecho recebeu avaliação “ótima”. Segundo a CNT (Confederação Nacional de Transporte), as condições do pavimento elevam em 29,9% o custo operacional do transporte. A entidade estima que Pernambuco necessita de R\$ 3,29 bilhões para recuperação e manutenção das rodovias. Também permanecem como gargalos históricos a ausência do Arco Rodoviário Metropolitano e a falta de duplicação da BR-232 após o município de São Caetano, fatores que limitam a integração logística e reduzem a competitividade do Estado. Quando se trata de infraestrutura ferroviária, o cenário é



Quando se trata de infraestrutura ferroviária, o cenário é crítico. Há mais de uma década, Pernambuco não conta com nenhuma linha para o transporte de cargas. A crise se agravou com a privatização da antiga Malha Nordeste.

ainda mais crítico. Há mais de uma década, Pernambuco não conta com nenhuma linha para o transporte ferroviário de cargas. A crise se agravou com a privatização da antiga Malha Nordeste. Poucos anos após a concessão, as operações que conectavam os portos do Nordeste Oriental (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) foram descontinuadas. Além disso, o novo projeto da Transnordestina, que deveria ligar Eliseu Martins, no Piauí, aos Portos de Suape e de Pecém (CE), teve o trecho pernambucano amputado no final de 2022. Apesar de retomado pelo PAC (*Programa de Aceleração do Crescimento*), do Governo Federal, a execução das obras e a operação desse trecho ainda é um sonho distante.

Sérgio C. Buarque considera que o enfrentamento desses estrangulamentos é fundamental para aumentar a competitividade sistêmica de Pernambuco e elevar a produtividade das empresas, assim como contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. “O dinamismo da economia capaz de equacionar os estrangulamentos eleva a capacidade de investimentos dos governos para implantação de projetos públicos que aumentem a oferta de serviços públicos de qualidade”.



BASES PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Para enfrentar esses estrangulamentos, Pernambuco dispõe, por outro lado, de ativos relevantes que podem sustentar um novo ciclo de desenvolvimento. Como herança do modelo concebido nas décadas de 1950 e 1960, o Estado consolidou, por exemplo, o Complexo Industrial e Portuário de Suape. Esse polo se articula a uma rede logística robusta, com importantes centros de distribuição de grandes empresas globais e nacionais, além de se integrar a um sistema aeroviário estratégico, com destaque para o *hub* da companhia Azul e a boa operação do aeroporto sob gestão da Aena. Há uma aposta recente também na estruturação de uma rede de aeroportos no interior do Estado, como os de Caruaru, Garanhuns, Araripina e Serra Talhada. Terminais que ainda demandam investimentos mais robustos, mas que já operam para ampliar a conexão aérea do Estado. Pernambuco

apresenta ainda vantagens expressivas na transição energética. Conta com reservas significativas e crescente capacidade de geração de fontes renováveis, como energia solar e eólica e a produção de biocombustíveis. Esse potencial abre oportunidades não apenas para a expansão da matriz energética limpa, mas também para a atração de novos investimentos alinhados às exigências de sustentabilidade da economia contemporânea. Paulo Guimarães, economista que também faz parte da equipe técnica do projeto, destacou que já existem investimentos fortes no Nordeste, que é o grande *player* do Brasil neste novo momento energético. “O Nordeste já instalou o correspondente a mais de três usinas Itaipu em energia renovável, e Pernambuco está nesse contexto.” Guimarães ressaltou que a economia do Estado está





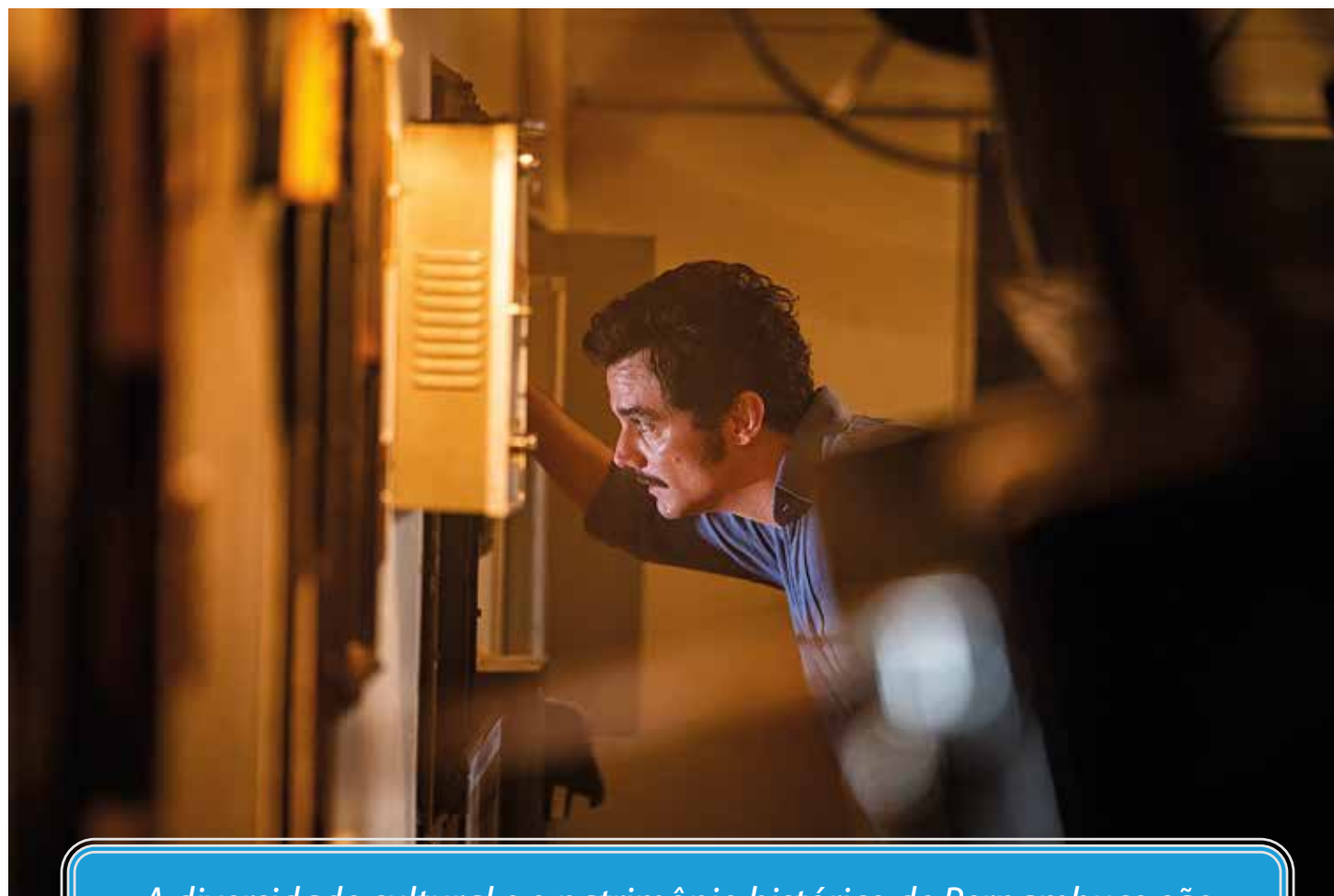
Pernambuco apresenta vantagens expressivas na transição energética. Conta com reservas significativas e crescente capacidade de geração de fontes renováveis, como energia solar e eólica e a produção de biocombustíveis. Esse potencial abre oportunidades na atração de novos investimentos.

passando por um processo de transição. “É um ciclo de investimento importante que ocorreu, mas ele tem potencial de se conectar com a economia do futuro e do século 21”, destacou. Entre os pontos de conexão, o economista da Ceplan elencou o avanço das discussões sobre o desenvolvimento de uma economia verde, consolidada no *PerMeie* (*Plano Pernambucano de Mudança Econômico-Ecológica*). Também citou o diálogo da atividade produtiva do Estado com o NIB (*Nova Indústria Brasil*), do Governo Federal. Segundo ele, essa articulação é percebida especialmente no setor automotivo, no Porto Digital e no Complexo Industrial de Saúde, que reúne as indústrias farmacêuticas, além de um polo de serviços médicos classificado como um dos melhores do País. A diversidade cultural e o patrimônio histórico de Pernambuco também configuram ativos econômicos relevantes.



Setores da economia pernambucana têm se articulado com a política NIB (Nova Indústria Brasil), do Governo Federal. É o caso da indústria automotiva, do Porto Digital e o do Complexo Industrial de Saúde, que reúne indústrias farmacêuticas, além do polo de serviços médicos.

Com forte vocação turística, o Estado combina belezas naturais e riqueza cultural que ampliam seu potencial de atração. Esse capital simbólico se conecta diretamente com a economia criativa, abrangendo setores como cinema, música, teatro, games, audiovisual, artesanato e gastronomia. O sucesso internacional do filme *O Agente Secreto* chancelou no cenário da indústria cinematográfica americana um potencial já reconhecido por muitos outros festivais da sétima arte no mundo com diversas longas-metragens locais em destaque. No artesanato, destaca-se a experiência da *Fenearte*, que há mais de duas décadas reúne diferentes linguagens da economia criativa em uma feira que mobiliza artesãos de todo o



A diversidade cultural e o patrimônio histórico de Pernambuco são ativos econômicos relevantes. Destaque para o filme O Agente Secreto, que ganhou repercussão no mercado do cinema mundial. Já no artesanato, a experiência da Fenearte se consolidou como uma política longa e eficaz.

Estado e os conecta a compradores nacionais e internacionais. Sem falar na ousadia da iniciativa Usina de Arte, instalada no território da antiga Usina Santa Terezinha, na Mata Sul pernambucana, empreendimento semelhante ao admirado Instituto Inhotim (MG).

Ao mesmo tempo, o Estado reúne um ecossistema de inovação em expansão, com universidades, centros de pesquisa, *startups* e instituições de formação profissional. Esse ambiente se articula a polos estratégicos, como o Porto Digital, o polo de saúde e o de Educação Superior, além de iniciativas industriais e tecnológicas que reforçam as condições para o adensamento produtivo e a inserção de Pernambuco nas novas dinâmicas da economia nacional e global.

PONTO DE INFLEXÃO PARA NOVOS DESAFIOS

A economista Tânia Bacelar aponta que o Brasil e Pernambuco estão diante de, pelo menos, quatro grandes transformações globais que já não pertencem ao futuro, pois elas moldam o presente. Trata-se de uma nova relação com a natureza, imposta pela crise climática; de mudanças profundas nos padrões técnicos, impulsionadas pela era digital e pelo avanço da biotecnologia e da genética; de uma reconfiguração geopolítica, marcada pela transição de um mundo unipolar para outro multipolar; e de uma inflexão da dinâmica demográfica, visível no envelhecimento da população e na queda da fecundidade.

Nesse contexto, o desafio não é apenas acompanhar essas mudanças, mas reposicionar o País e o Estado diante delas. Isso implica rever padrões de produção e consumo, orientando-os para modelos de menor impacto ambiental, ao mesmo tempo em que se constroem estratégias mais sofisticadas de inserção em um cenário global fragmentado e competitivo. A adaptação também passa pela capacidade de ajustar





políticas públicas e modelos de negócios às novas dinâmicas demográficas, que alteram profundamente o mercado de trabalho, os padrões de consumo e a própria organização da sociedade.

Essas exigências externas se somam a entraves internos persistentes. A elevada concentração de renda, a baixa produtividade, a polarização política e a dependência excessiva do crédito formam um conjunto de limitações que restringe a capacidade de resposta do País e do Estado. Mais do que obstáculos conjunturais, são elementos estruturais que, se não enfrentados, tendem a ampliar a distância entre o Brasil e as economias que conseguem transformar mudanças globais em oportunidades de desenvolvimento e a dificultar novos avanços em Pernambuco.

O desafio que se coloca não é apenas atualizar um modelo proposto pelo Padre Louis-Joseph Lebre, mas construir outro com uma intensa participação da sociedade. Um novo planejamento que seja capaz de responder a um mundo que já não se organiza pelas mesmas lógicas que orientaram o desenvolvimento econômico de Pernambuco nas últimas décadas. [a](#)





CAPÍTULO 02

COMO REDESENHAR O DESENVOLVIMENTO

PROJETO **PERNAMBUCO EM PERSPECTIVA** LANÇA PROPOSTA PARA REDESENHAR UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA PERNAMBUCO



Participantes do *workshop* que contribuíram com sugestões para desenvolver o Estado numa perspectiva de longo prazo.

Diante da constatação de que o modelo de desenvolvimento de Pernambuco se esgotou, como conceber um novo modelo que possa nortear o Estado a se desenvolver econômica e socialmente nas próximas décadas? A **Revista Algomais** e a Rede Gestão enfrentaram o desafio de responder a essa indagação ao criarem, em 2023, o projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, que conta com a consultoria técnica da TGI Consultoria, da Ceplan e da Factta.

Partiu-se do princípio de que, para redesenhar um novo paradigma de desenvolvimento, seria fundamental a participação social. Uma construção coletiva capaz de proporcionar musculatura à elaboração de um projeto de futuro e corresponder aos anseios de diferentes atores da sociedade pernambucana. “Além de legitimar o caráter democrático do processo, essa escuta foi essencial para a obtenção de resultados consistentes que atendam às reais necessidades da economia e da população de Pernambuco”, ressaltou o consultor da TGI e sócio da **Algomais**, Francisco Cunha.

Assim, nos anos de 2023 a 2025, foram promovidos 19 encontros do *Pernambuco em Perspectiva*, gratuitos e abertos ao público em geral, que sempre lotou o auditório do Empresarial RioMar 5, no Recife, onde aconteceram os eventos. Ao todo, 2.406 pessoas participaram. Em 18 dessas reuniões, especialistas renomados de diferentes áreas foram convidados para traçar um diagnóstico referente ao tema tratado nas suas apresentações, além de sugerir diretrizes para o futuro do Estado. As temáticas das exposições abrangiam diferentes aspectos considerados pela equipe técnica do projeto, essenciais para impulsionar o desenvolvimento, como educação, inovação, segurança pública, entre outros.





O público no workshop foi dividido em grupos para debater e responder à pergunta: quais devem ser as prioridades da próxima gestão do Governo do Estado para redesenhar o modelo de desenvolvimento?

Ao final das palestras, abria-se o debate para a plateia, que contribuiu com reflexões sobre o cenário atual da realidade de Pernambuco e com sugestões para incrementar o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Em maio de 2026, um *workshop* foi realizado, com prioridade ainda maior para a escuta ativa dos participantes: todos foram convidados a integrar uma dinâmica colaborativa, na qual o público foi dividido em 10 grupos para debater e responder à pergunta: quais devem ser as prioridades da próxima gestão do Governo do Estado para redesenhar o modelo de desenvolvimento?

Entre as principais prioridades apontadas estavam a conclusão da Transnordestina, ampliação da infraestrutura logística e investimentos em educação básica, técnica e profissionalizante. As discussões também defenderam maior integração entre formação profissional e vocações econômicas regionais e destacaram propostas ligadas à justiça climática, inovação e economia criativa.

Eventos realizados pelo projeto Pernambuco em Perspectiva

Palestrantes	Tema	Data
Sérgio C. Buarque	A importância da retomada do planejamento de longo prazo	Setembro 2023
Geraldo Eugênio	A importância da região semiárida para o desenvolvimento futuro de Pernambuco	Janeiro 2024
Pedro Jatobá	Como Pernambuco pode aproveitar as oportunidades da transição energética	Abril 2024
Cristovam Buarque	Educação como fator de competitividade para Pernambuco	Junho 2024
Armando Monteiro Neto	A inserção competitiva de Pernambuco na nova política industrial do País	Julho 2024
Danilo Cabral	As oportunidades de Pernambuco no desenvolvimento do Nordeste	Agosto 2024
Ana Luiza Ferreira e Sérgio Xavier	O papel dos planos de sustentabilidade (estadual e federal) para o desenho do novo modelo de desenvolvimento de Pernambuco	Setembro 2024
Sérgio Cavalcante	Inovação: pilar fundamental para o futuro de Pernambuco	Outubro 2024
Raul Henry	O papel essencial da educação de qualidade em todos os níveis para a competitividade de Pernambuco	Novembro 2024
Paulo Câmara	Como financiar o desenvolvimento de Pernambuco com falta de recursos para investimento	Fevereiro 2025
Tadeu Alencar	O papel vital do empreendedorismo dinâmico para o desenvolvimento de Pernambuco	Março 2025
Marcelo Carneiro Leão	Ciência, tecnologia e inovação, o alicerce do desenvolvimento de Pernambuco	Abril 2025
Décio Padilha	Os desafios do controle das contas públicas diante do novo sistema tributário	Maiio 2025
Raul Jungmann	O grave problema da segurança pública no País e nos estados tem jeito?	Junho 2025
Gilberto Freyre Neto e Rainier Michael	A importância da internacionalização para o redesenho do desenvolvimento de Pernambuco	Julho 2025
Tânia Bacelar e Paulo Guimarães	As alternativas para o futuro de Pernambuco	Agosto 2025
João Campos	O papel estratégico do Recife e da RMR para o futuro de Pernambuco	Outubro 2025
Raquel Lyra	As perspectivas de futuro para o desenvolvimento de Pernambuco	Dezembro 2025
Francisco Cunha	Contribuições para o modelo de desenvolvimento estadual	Maiio 2026



Sérgio C. Buarque

As contribuições sugeridas, juntamente com o conteúdo das palestras e dos debates dos demais encontros, resultaram num rico material, com o qual os consultores Francisco Cunha e Ricardo de Almeida, da TGI; os economistas Tânia Bacelar e Paulo Guimarães, da Ceplan; e o economista Sérgio C. Buarque, da Factta, basearam-se para estruturar a proposta de redesenho do modelo de desenvolvimento. “Nosso tra-

balho foi contemplar uma estratégia capaz de equacionar os estrangulamentos que impedem o

progresso econômico e explorar as potencialidades de Pernambuco, de modo a preparar o Estado para os grandes desafios futuros”, explicou Buarque.

O intuito dessa empreitada coletiva é contribuir com proposições para que o governo vencedor das Eleições 2026 tenha subsídios para redesenhar o modelo de desenvolvimento estadual para os próximos 25 anos, a partir do planejamento de longo prazo. Esse modelo redesenhado recebeu a denominação de *Plano Pernambuco 2050 (PE 2050)*.

Embora seja destinada ao/à próximo/a ocupante do Palácio do Campo das Princesas, a proposta tem o objetivo de construir um legado que ultrapasse as gestões e que seja um compromisso permanente do Estado para conquistar um desenvolvimento economicamente robusto, ambientalmente sustentável e que melhore significativamente a qualidade de vida dos pernambucanos.

A proposta divide-se em duas partes: a primeira foca o processo necessário para viabilizar a construção do *Plano Pernambuco 2050*, que se dará a partir da criação do Sistema Pernambucano de Planejamento Estratégico (SPPE). A outra parte aborda o conteúdo do novo modelo de desenvolvimento.

O PROCESSO PROPOSTO

A proposta prevê a criação do Sistema Pernambucano de Planejamento Estratégico (SPPE), que seria a base organizacional implantada pelo Governo de Pernambuco com o objetivo de planejar o desenvolvimento a longo prazo. “Seria um conjunto de mecanismos, instâncias e regras destinados a assegurar a formulação, execução, monitoramento e avaliação da estratégia orientadora da construção do futuro desejado pelos pernambucanos”, detalha Francisco Cunha.

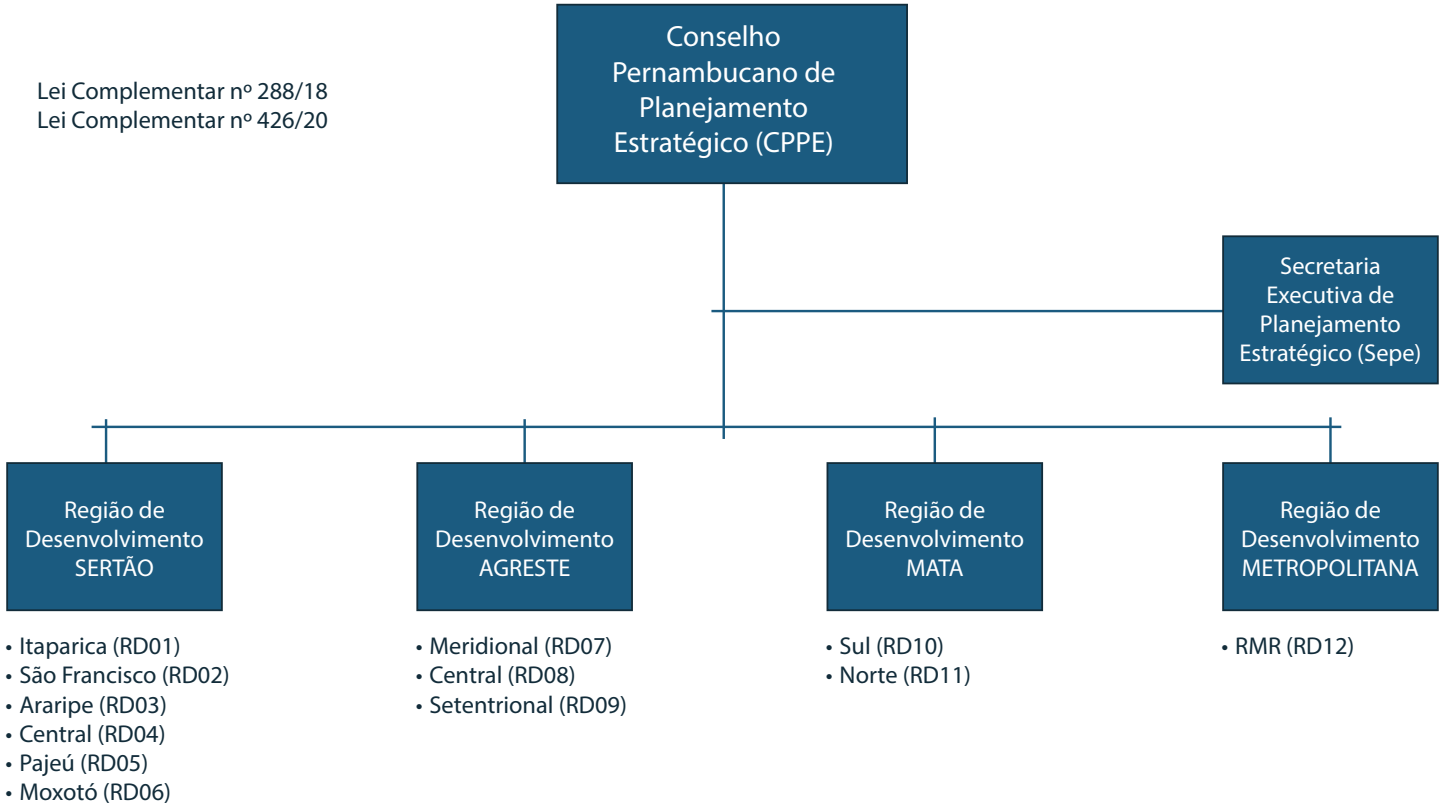


Tânia Bacelar

A supervisão e coordenação do SPPE ficaria a cargo de uma espécie de Secretaria Executiva do Sistema Pernambucano de Planejamento Estratégico (Sepe), subordinada à Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional. Entre as suas funções estariam a produção de indicadores econômicos e sociais, de estudos e acompanhamento da realidade socioeconômica do Estado. Também ficaria responsável pela coordenação do processo de construção do novo modelo de desenvolvimento para Pernambuco, a partir do planejamento de longo prazo, ou seja, o *Plano Pernambuco 2050*.

Seu corpo técnico seria obtido com a publicação de um edital para que técnicos concursados da Secretaria de Planejamento se candidatassem a vagas no novo órgão. Seria uma alternativa para garantir um quadro de profissionais especializados, agilizar o processo de desenvolvimento do *PE 2050* e evitar custos adicionais. Mas não se descarta a possibilidade de concurso público para preencher as vagas adicionais. Uma assessoria técnica realizaria estudos e pesquisas para elaborar o projeto de criação do SPPE e da Sepe. Haveria, ainda, uma interface da Sepe com um subsistema integrado de Planejamento Estratégico dos Programas de Pós-graduação das universidades federais

ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA PERNAMBUCANO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



e a estadual, que incorporariam missões estratégicas acompanhadas de metas em articulação com as políticas da NIB, do Governo Federal.

Esse processo, no entanto, não ficará restrito às instâncias técnicas e do Governo Estadual, porque será imprescindível o apoio e a contribuição da sociedade. Tânia Bacelar adverte que somente com a participação social será factível tornar o *Plano Pernambuco 2050* uma política de Estado, executada por várias gestões governamentais ao longo das próximas décadas. “O Sistema Pernambucano de Planejamento Estratégico deve mobilizar múltiplos agentes – sendo assim, participativo – e ser organizado de forma regionalmente descentralizada”, orienta a economista.

Para atender a essas premissas, o governo criaria, por meio de decreto, o Conselho Pernambucano de Planejamento Estratégico (CPPE), composto por líderes empresariais, da academia e de movimentos sociais. Seu papel será fundamental para articular a construção do diálogo do governo com os representantes da sociedade civil, oferecer proposições ao *PE 2050*, além de proporcionar mais representatividade ao SPPE.

Para a representação ser ainda mais abrangente, conselhos semelhantes devem ser criados nas quatro macrorregiões do Estado (Sertão, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife) formando os Conselhos Pernambucanos Macrorregionais de Planejamento Estratégico. Interligados a estes, também serão formados os Comitês Sub-regionais de Planejamento Estratégico nas 12 RDs (Regiões de Desenvolvimento). A



Paulo Guimarães

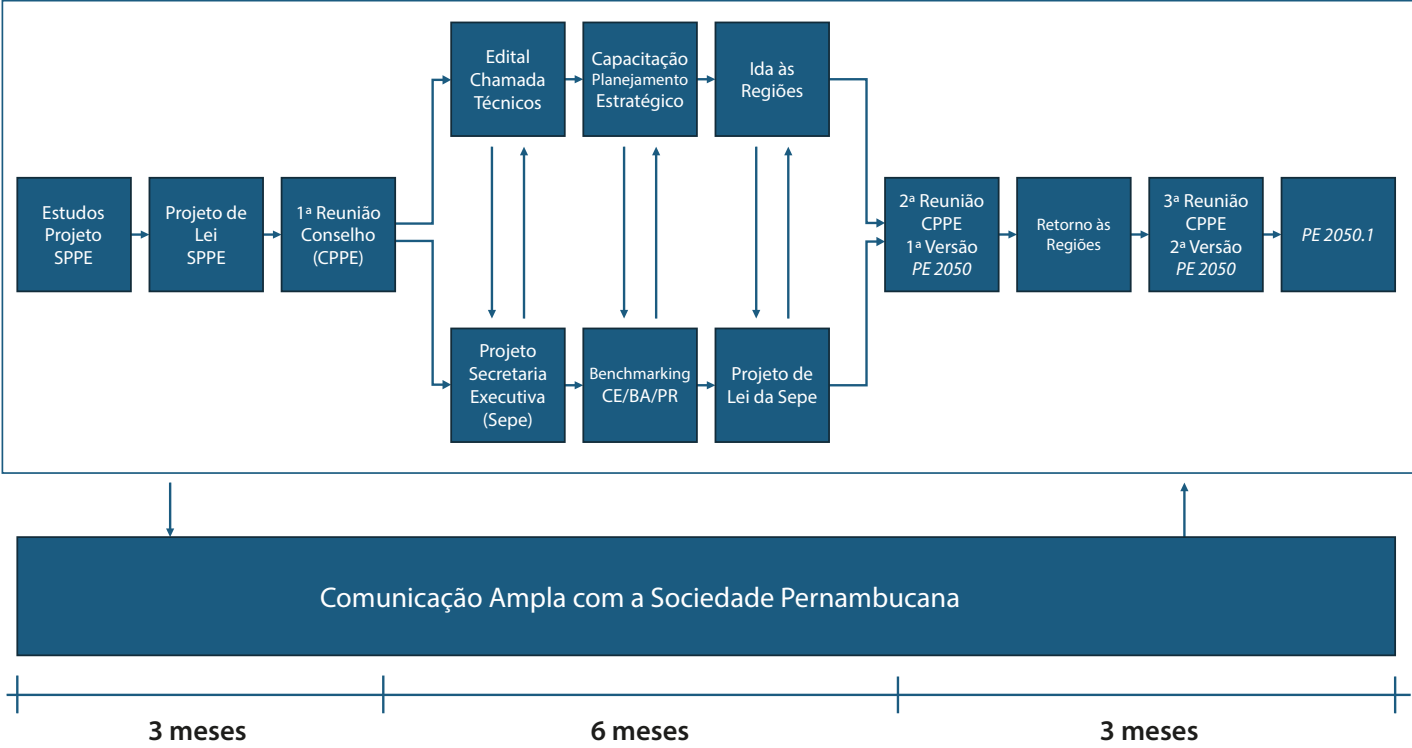
partir da escuta desses Conselhos, de composição plural, serão conhecidas as demandas locais e obtidas propostas de cada região sobre o desenvolvimento de Pernambuco que serão cruciais para a elaboração do *PE 2050*. O Ceará já concebeu e operacionaliza modelo semelhante, além de ter incluído na Constituição Estadual a obrigação de formulação e implementação de um plano de longo prazo.

Como ressalta Paulo Guimarães, essa configuração permite a participação e a mobilização da sociedade em prol da concepção e implementação de uma visão de futuro para o Estado, garantindo a longevidade do Sistema Pernambucano de Planejamento Estratégico. “O SPPE retoma a capacidade do Estado em planejar e monitorar o longo prazo, inserindo, na sociedade, a cultura de políticas públicas de desenvolvimento que vão além dos ciclos eleitorais”, analisa o economista.

PASSO A PASSO PARA A CONSTRUÇÃO DO SPPE

O primeiro passo para a construção do Sistema Pernambucano de Planejamento Estratégico será a realização de estudos, por uma assessoria técnica, que vão embasar a elaboração do projeto para a sua criação. Em seguida, o sistema deve ser criado por meio de projeto

PROCESSO DE CRIAÇÃO DO SISTEMA PERNAMBUCANO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (SPPE) E ELABORAÇÃO DO PLANO PERNAMBUCO 2050



de lei aprovado pela Assembleia Legislativa. Esse procedimento é necessário para que o SPPE ganhe legitimidade, apoio político e que seja uma diretriz permanente do Estado, e não uma iniciativa isolada de um mandato. Posteriormente, realiza-se a primeira reunião do Conselho Pernambucano de Planejamento Estratégico, onde serão apresentadas e analisadas as diretrizes do SPPE.

A partir daí, começa-se o processo para a criação do órgão coordenador do sistema, a Sepe. Uma assessoria técnica vai elaborar o projeto da sua formação, inspirando-se na recuperação da experiência bem-sucedida do Condepe e também no *benchmarking* de experiências de outros estados que conceberam uma política de planejamento de longo prazo do desenvolvimento, como, por exemplo, Ceará, Bahia, Piauí e Paraná. Por fim, é encaminhado à Assembleia Legislativa um projeto de lei para criação ou transformação da Sepe.

Concomitantemente, é aberto um edital para que técnicos concursados da Secretaria de Planejamento se candidatem a vagas na Sepe. Esses profissionais também passariam por uma capacitação. Em seguida, eles, juntamente com a assessoria técnica, visitariam as regiões de desenvol-

vimento e formariam os conselhos regionais e os comitês sub-regionais. Nessa etapa, também seria realizado um *workshop* com representantes da sociedade local para extrair um diagnóstico da realidade de cada região e ouvir proposições para o conteúdo do *Plano Pernambuco 2050*.

Findas as reuniões nas RDs, a primeira versão do *PE 2050* seria elaborada e apresentada na segunda reunião do Conselho Pernambucano de Planejamento Estratégico. Em seguida, seria a vez de os conselhos regionais e os comitês conhecerem o plano e oferecerem sugestões. O *PE 2050*, então, seria reformulado com as contribuições obtidas por essa ampla escuta da sociedade, e a sua segunda versão seria apresentada na terceira reunião do CPPE. Após essa consulta, haveria uma nova reformulação no sentido de adequar as proposições do Conselho Pernambucano de Planejamento Estratégico para, finalmente, no prazo de um ano do governo eleito, concluir o *Plano Pernambuco 2050*, que passaria por atualizações anuais.

As sugestões dos grupos abrangeram prioridades, como a conclusão da Transnordestina, investimentos em Educação Básica e na economia criativa.



O CONTEÚDO PROPOSTO: ESTRATÉGIAS

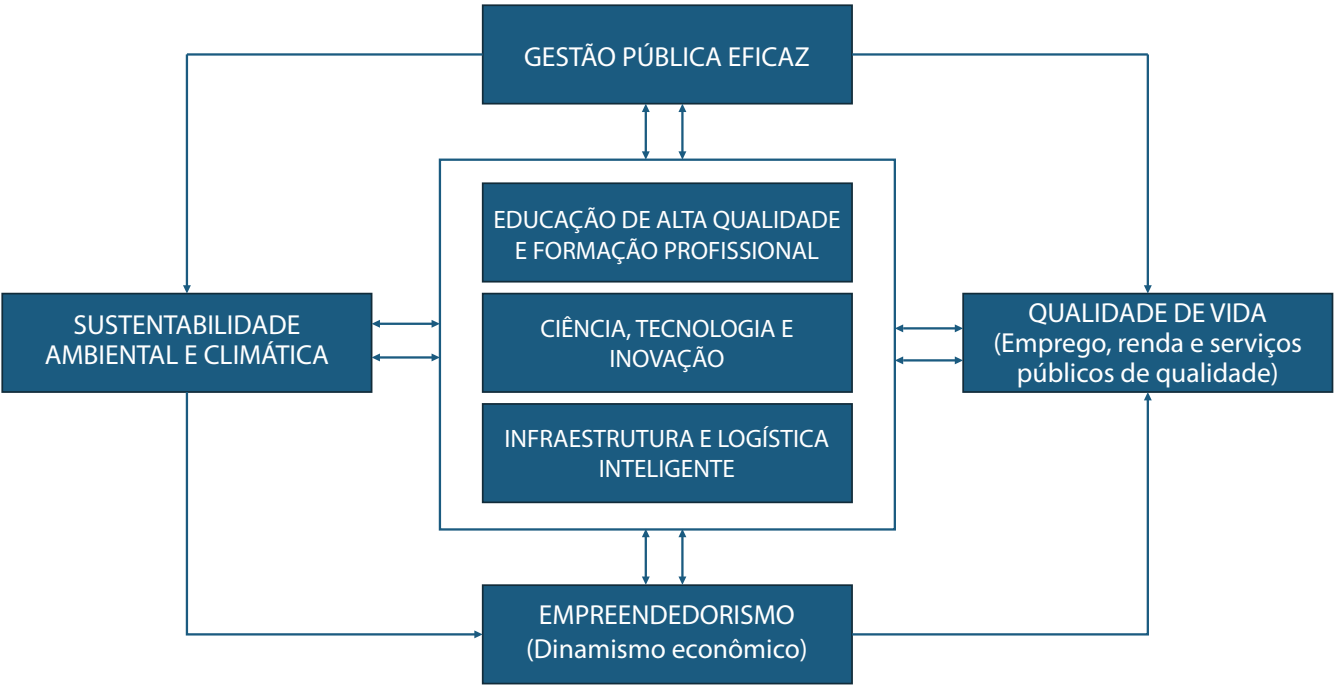
Para construir um novo paradigma de desenvolvimento para os próximos 25 anos, o *Pernambuco em Perspectiva* defende ser imprescindível a participação da sociedade, do governo e da universidade. A estratégia empregada pelo projeto destaca um desenho de seis vetores fundamentais para o desenvolvimento de Pernambuco: educação de alta qualidade e formação profissional; sustentabilidade ambiental e climática; gestão pública eficaz; ciência, tecnologia e inovação; empreendedorismo dinâmico; e infraestrutura socioeconômica eficiente e logística inteligente.

O diagrama abaixo mostra como esses vetores interagem entre si para redesenhar o modelo de desenvolvimento. O núcleo central da estratégia articula três vetores: educação de alta qualidade e formação profissional; ciência, tecnologia e inovação; e infraestrutura e logística inteligente. “Eles viabilizam o aumento da competitividade sistêmica de Pernambuco e estimulam a elevação da produtividade da economia, permitindo a ampliação das exportações, o adensamento das cadeias produtivas e a participação em cadeias globais de valor”, explica Sérgio C. Buarque.



Mapa do Nordeste com previsão da Transnordestina indo até o encontro da Ferrovia Norte-Sul. - ARTES JC

VETORES ESTRATÉGICOS DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO



NÚCLEO CENTRAL

No núcleo central, a **Educação e Formação Profissional** contempla o aumento do capital humano com um esforço arrojado e redobrado para a melhoria da Educação Básica e Fundamental no ensino público. Concomitantemente, deveria ser implantado um programa de grande envergadura para capacitação e formação profissional da população, tanto para os jovens que saem da escola quanto para os que já estão no mercado de trabalho, incluindo os que têm profissão com tendência à extinção.

Entre as ações relativas ao vetor **Ciência, Tecnologia e Inovação** estariam o reforço às instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, uma atenção especial à difusão do conhecimento para o processo produtivo e os negócios, com transformação digital nas empresas, de modo a aumentar a produtividade da economia.

Para o vetor **Infraestrutura Socioeconômica Eficiente e Logística Inteligente**, a proposta do projeto *Pernambuco em Perspectiva* prevê a ampliação da infraestrutura de transporte em grandes corredores pro-

ductivos, com integração dos modais e articulação com a rede logística nacional, especialmente no sistema ferroviário que integra a Transnorddestina com a Norte-Sul e a Transoceânica. A logística inteligente abrange também a elevação da conectividade de Pernambuco, com a integração de cabos submarinos internacionais e a instalação de *data centers*.

DEMAIS VETORES

Para a implantação do modelo de desenvolvimento, é necessário, antes de tudo, reforçar e capacitar a estrutura e organização do governo de modo a construir uma **gestão pública eficaz e eficiente**, que viabiliza os outros vetores da estratégia. Isto porque a gestão pública eficaz se articula com os vetores de competitividade pelos investimentos em educação, capacitação, inovação e infraestrutura e deve se beneficiar da dinâmica economia resultante da elevação da receita pública.

Com maior capacidade de gasto e investimento, o governo (**gestão pública eficaz**) promove o aumento da qualidade de vida, com a implantação de projetos sociais e de oferta de serviços públicos de qualidade (destaque para o esgotamento sanitário). A gestão pública eficaz deve promover a recuperação do sistema de planejamento, como já referido. Uma gestão pública eficaz, porém, não se faz apenas com novas instâncias consultivas (como a Sepe e o CPPE), mas com a digitalização de processos e a implementação de modelos de gestão por resultados orientados por dados. Daí a necessidade de inserir o conceito de *Modernização e Transformação Digital da Gestão Pública*. Integrar plataformas inteligentes de governança ao SPPE permitirá a desburocratização interna, a atração de investimentos privados de base tecnológica e uma articulação muito mais ágil entre o governo, a academia e o setor produtivo, garantindo a perenidade das metas estipuladas, além dos ciclos eleitorais.

O vetor **Empreendedorismo** considera as iniciativas de empresários de diferentes portes com postura inovadora, aproveitando a melhoria da competitividade – mão de obra altamente qualificada e estímulo à inovação – para ampliação dos investimentos produtivos voltados para os mercados local, nacional e internacional. Esses investimentos empresariais devem ser regulados pelo vetor Sustentabilidade Ambiental e Climática e se distribuem em setores da economia pernambucana com maior potencialidade, promovendo o crescimento da economia com aumento do emprego e da renda da população (vetor Qualidade de Vida).

O vetor **Sustentabilidade Ambiental e Climática** representa o conjunto das ações governamentais na regulação das relações econômicas com o meio ambiente e na adaptação e convivência com as mudanças do clima. Para isso, precisa de uma gestão pública eficaz que regule e monitore o meio ambiente e que invista nas adaptações e antecipações aos eventos climáticos extremos. E o vetor **Qualidade de Vida** contempla a oferta de serviços públicos de qualidade por meio dos investimentos governamentais e se beneficia da geração de emprego e renda que decorre do dinamismo da economia de Pernambuco.

VISÃO DE FUTURO

A partir dessa estratégia, surge a visão de futuro para Pernambuco. *Visão de futuro* é uma declaração que sintetiza o futuro que um país, um estado ou uma organização pretendem alcançar. Trata-se, portanto, de uma imagem inspiradora e mobilizadora a ser atingida.

Francisco Cunha resume da seguinte forma essa visão: “Em 2050, Pernambuco será um estado mais próspero e com mais qualidade de vida e justiça social, por meio de um empreendedorismo privado reforçado e dinâmico e de uma gestão pública mais eficaz, suportados por ciência, tecnologia e inovação de ponta (em estreita articulação com as universidades públicas e privadas locais) e por uma educação de alta qualidade em todos os níveis”. Ele também acrescenta: “Contará com uma infraestrutura adequada às exigências do desenvolvimento e será sustentável do ponto de vista ambiental e climático, não só se adequando às exigências das mudanças climáticas, mas tirando o máximo proveito da maior exposição ao sol no Semiárido e do excesso de ventos no Litoral para a geração de energia limpa e mais barata para o desenvolvimento”.



Francisco Cunha

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Baseando-se nessa estratégia e tendo como base o diagnóstico sobre a economia pernambucana (ver Capítulo 1), o projeto *Pernambuco em Perspectiva* propõe, como metas para nortear o novo modelo de desenvolvimento, os seguintes objetivos estratégicos para o Estado:

Ser um dos líderes na transição energética, na indústria de baixo carbono e na economia circular. Com destaque para o hidrogênio verde, novas fontes de biomassa, como o agave, que pode ser cultivado no Sertão, e as oportunidades do programa <i>Nova Indústria Brasil</i>, que tem entre as suas diretrizes avançar na bioeconomia e descarbonização.		Consolidar Pernambuco como um polo de educação de referência nacional. Especialmente na Região Metropolitana do Recife e reforçando o Estado como um importante centro de Educação Superior do Nordeste.	
Fortalecer o complexo portuário-logístico e corredores produtivos. Com destaque para a conclusão da Transnordestina até Suape e a criação de uma instituição governamental voltada para o acompanhamento do ritmo das obras e defesa dos interesses de Pernambuco nesse projeto que é estrutural para o desenvolvimento do Estado. Estender o uso da ferrovia para o transporte de passageiros.		Fortalecer a indústria de transformação modernizada com valorização do powershoring. Reorientação do parque industrial de Pernambuco para aproveitamento das oportunidades locais e internacionais, tirando partido da oferta abundante de energias limpas dentro das características do <i>powershoring</i> (termo que significa realocação de indústrias intensivas em energia para regiões com abundância de fontes renováveis de baixo custo, como eólica e solar).	
Fortalecer o complexo econômico da saúde. Consolidação e ampliação do setor em Pernambuco – especialmente na Região Metropolitana do Recife – como um importante centro médico-hospitalar com desenvolvimento da biotecnologia e da farmoquímica.		Valorizar os Arranjos Produtivos Locais. Fortalecimento e adensamento das cadeias produtivas dos APLs (Arranjos Produtivos Locais) distribuídos no território do Estado (vitivinicultura, fruticultura, avicultura, confecções, polo gesso, etc.).	
Valorizar a agroindústria e a bioeconomia com abordagem territorial. Com destaque para a fruticultura com agregação de valor e o desenvolvimento de uma nova base produtiva para o bioma Caatinga, com ênfase na economia regenerativa.		Diversificar a produção da Zona da Mata. Com destaque para o turismo, a produção de laticínios a partir do leite de búfala, da produção da seringueira (heveicultura) e da produção de alimentos, como banana, uva e flores, ou do urucum (semente usada na indústria e na saúde).	
Promover o turismo, a cultura e a economia criativa. Mobilização de toda a cadeia e articular identidade cultural, patrimônio natural, atividades de lazer, gastronomia, moda, música, audiovisual, etc.		Valorizar o mercado externo. Com destaque para as oportunidades advindas do mercado asiático, assim como dos países do continente africano e do acordo Mercosul-União Europeia.	
Ser um hub de inovação e tecnologia. Investimento no Porto Digital, em transformação digital, em novas fontes de energia, na bioeconomia e nos parques de tecnologia e inovação industrial (Senai Park, Litpeg, IAT).		Investir em Segurança Pública. Adoção de uma política eficaz para o combate ao crime organizado.	
Promover a economia do mar. Conjunto de atividades voltadas para o mar, como turismo náutico, pesca, biotecnologia marinha, mineração e serviços offshore especializados.		Capacitar as gestões municipais. Para incentivar a elaboração dos Planos Diretores e o planejamento dos municípios.	

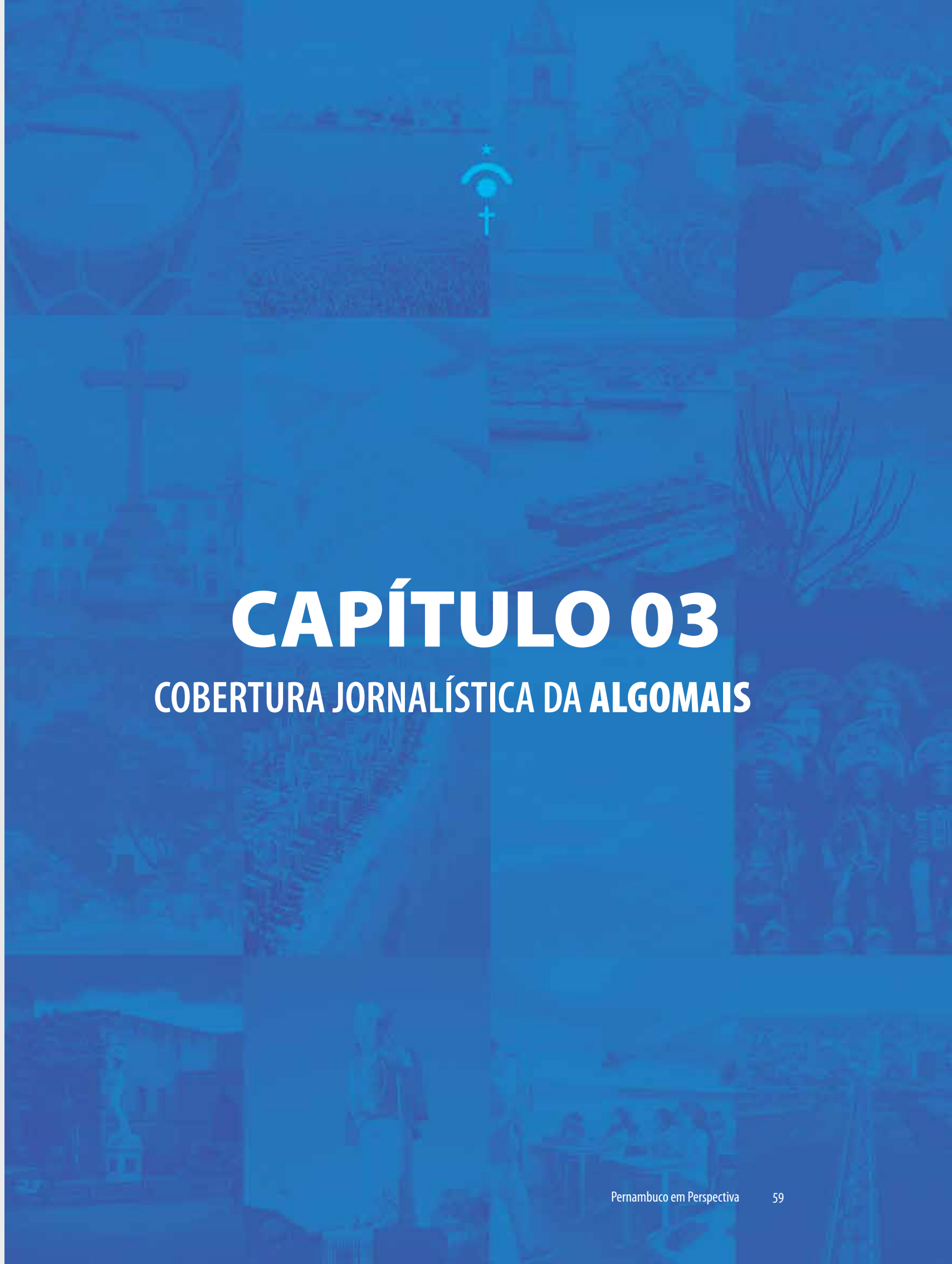


EM DEFESA DO FUTURO DE PERNAMBUCO

A proposta do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo* é fruto de um extenso processo de debates, que contou com a valorosa contribuição de especialistas, cujas palestras auxiliaram na elucidação dos gargalos e potencialidades de vários aspectos da economia pernambucana. Esse processo revelou um panorama capaz de propiciar formulações em direção ao desenvolvimento sustentável do Estado.

Ressalte-se também o caráter democrático dessa proposta, que contou com a ampla participação da sociedade, seja nos encontros realizados nos últimos dois anos, com a presença de um grande número de pessoas que ouviram as palestras e participaram de debates, seja no *workshop* em que o público presente colaborou com sugestões que enriqueceram e aprimoraram o caminho aqui exposto para que Pernambuco se desenvolva nas próximas décadas em todo o seu potencial.

Todos os que participaram desse projeto anseiam que o/a vencedor/a das eleições ao Governo do Estado de 2026 reconheça a necessidade do planejamento de longo prazo e vislumbre, nesta proposta, um ponto de partida rumo a um futuro digno, próspero, sustentável e com justiça social para os pernambucanos. **a**



CAPÍTULO 03

COBERTURA JORNALÍSTICA DA ALGOMAS



PERNAMBUCO EM PERSPECTIVA

algomais
A REVISTA DE PERNAMBUCO

redegestão

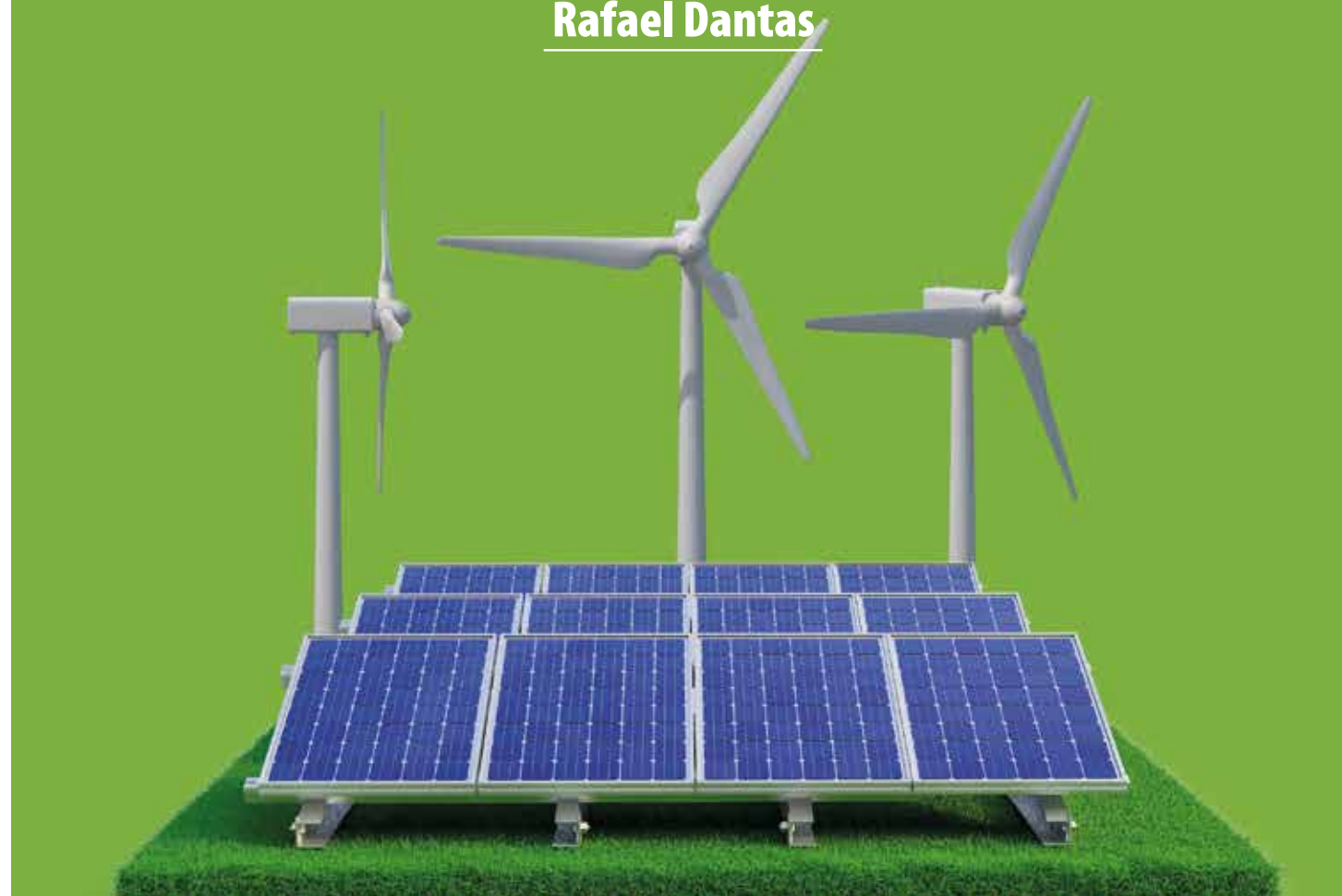
INFRAESTRUTURA

CAPA

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO MUNDO: OPORTUNIDADES LOCAIS

Aceleração da produção de hidrogênio verde e da geração de energias eólicas e solares representam um horizonte de desafios para Pernambuco. Tema foi discutido na reunião do projeto *Pernambuco em Perspectiva*, organizada pela Rede Gestão e pela **Algomais**.

Rafael Dantas




**PERNAMBUCO
EM PERSPECTIVA**
ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

O combustível que move o mundo literalmente deve mudar em poucas décadas. Os de origem fóssil devem, enfim, perder o protagonismo para os veículos elétricos. As matrizes eólicas e solares seguem na rota de expansão e captação de investimentos. E nesse novo planeta, menos poluente, o hidrogênio verde é outra matriz que está no horizonte, principalmente da indústria, e já arre-mata projetos bilionários.

Pedro Jatobá, engenheiro eletricista, ex-diretor da Eletrobras, destacou, em reunião do projeto *Pernambuco em Perspectiva*, organizada pela Rede Gestão e pela **Algomais**, que o Estado tem gargalos importantes a serem vencidos para poder aproveitar as oportunidades da transição energética. No entanto, ele é otimista diante dos potenciais de Pernambuco e, especialmente, da capacidade industrial instalada e da *expertise* da mão de obra local para atuar no novo contexto energético do planeta.

O especialista afirma que a humanidade vive uma transição de fontes de energia desde que o homem descobriu o fogo. Só que, neste momento, há alguns aspectos direcionadores que são diferentes. O principal deles é o fato de a preocupação ambiental ter entrado no radar das grandes decisões políticas e econômicas do mundo.



Pedro Jatobá afirma que a busca por energias renováveis no mundo beneficia o Brasil e que há diferenciais competitivos no Nordeste que podem reposicionar o País e a Região em um novo patamar no cenário energético global.

“Enfrentamos o aumento da demanda [de energia], que sempre preocupou a humanidade, porque estamos sempre consumindo mais. Agora, temos fatores como a inovação tecnológica e as mudanças geopolíticas. Esses aspectos, de alguma maneira, sempre permearam a nossa história. Só que a preocupação ambiental é uma questão nova”, afirmou Jatobá. “A nossa fase atual não é só de expandir para atender à demanda, mas a de substituir a matriz existente. O século 21 será das energias renováveis.”

A decisão por uma transição que tenha como elemento central a busca por energias renováveis beneficia muito o Brasil, que já é um dos líderes globais na geração por matrizes limpas. Mas não é somente esse fator. Há diferenciais competitivos no Nordeste que podem reposicionar o País e a Região em um novo patamar no cenário energético global.

A JANELA DE OPORTUNIDADES LOCAIS

Um relatório da Absolar indicou que Pernambuco já tem R\$ 4 bilhões investidos só em geração própria de energia solar em telhados, fachadas e pequenos terrenos. Apenas nesse segmento, que não é o maior, já foram gerados 24 mil empregos, segundo os dados da associação. Grandes empresas locais têm apostado também nos painéis solares, inclusive indústrias, para limpar sua matriz energética e conseguir custos mais competitivos. O setor eólico tem levado investimentos bilionários, especialmente para o Sertão pernambucano.

Mas, no radar de oportunidades para atender ao mercado global de energias, é o atendimento à demanda de hidrogênio verde que tem mobilizado os investidores. Jatobá destaca que Pernambuco não partiu na frente, mas pode ter os melhores projetos. De acordo com o engenheiro, há dois grandes polos mundiais que vão demandar muito a importação de hidrogênio verde ainda nesta década:

Relatório da Absolar indicou que Pernambuco já tem R\$ 4 bilhões investidos só em geração própria de energia solar em telhados, fachadas e pequenos terrenos. Apenas nesse segmento, que não é o maior, já foram gerados 24 mil empregos.

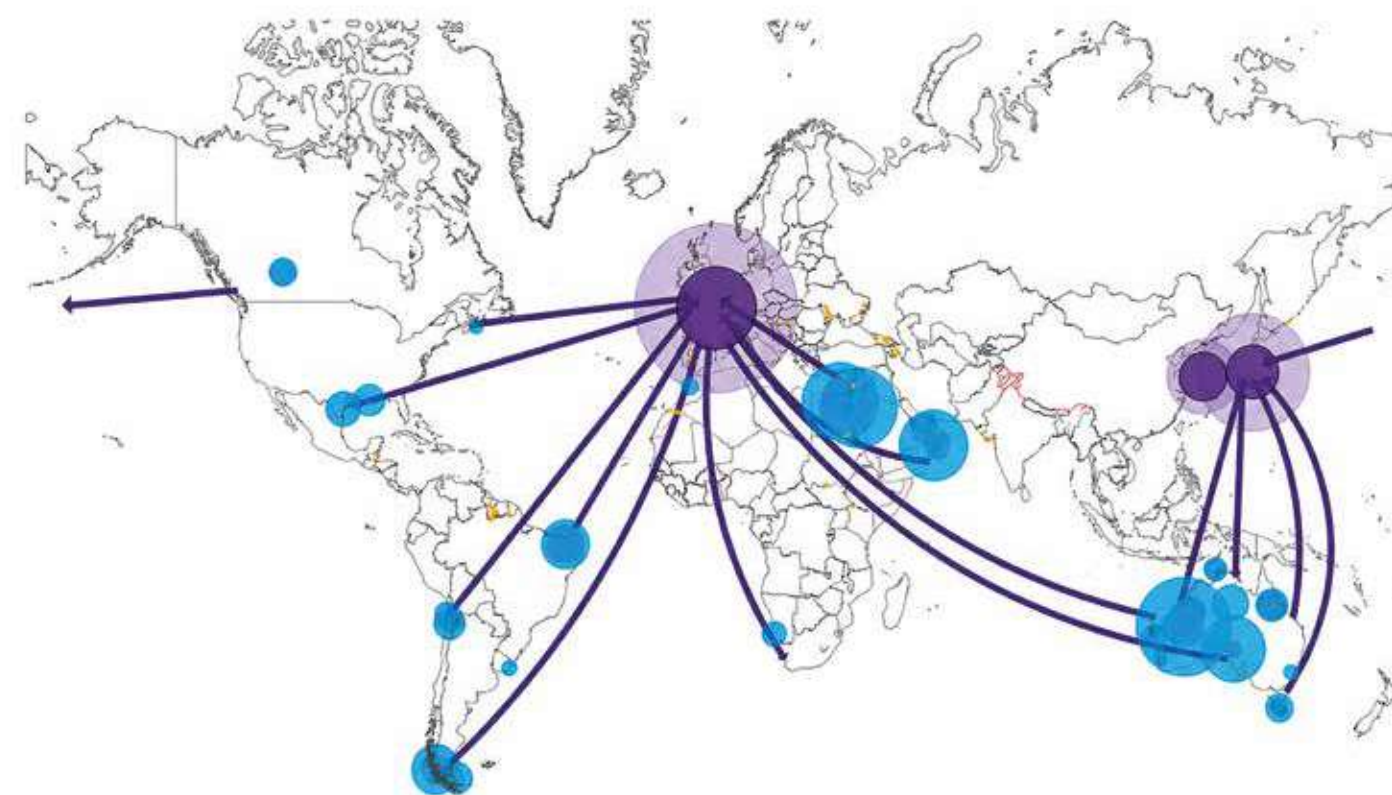


a Europa e a China. “Os estados-membros da União Europeia devem garantir que 42% da demanda industrial de hidrogênio existente seja suprida de forma renovável até 2030, subindo para 60% até 2035”, exemplifica Jatobá. “Até 2050, a demanda total de hidrogênio da China chegará a 83 milhões de toneladas anuais, incluindo 63 milhões de toneladas de hidrogênio verde”, acrescentou o engenheiro.

É para os europeus que os estados do Nordeste têm uma janela de oportunidade de avançar na internacionalização da economia, conforme o mapa ao lado da agência Bloomberg. Um estudo da Bloomberg indicou que o Brasil é o país com maior competitividade para atender à demanda de exportação do hidrogênio verde, por ser onde será possível produzir o combustível de forma mais barata.



POSICIONAMENTO GLOBAL: POLOS DE EXPORTAÇÃO E DE DEMANDA DE HIDROGÊNIO EM 2030



Source: BloombergNEF. Note: Capacity estimated using the methodology in BNEF Hydrogen Supply-Demand Model; Supply (web | terminal). Import demand includes EU, Japan and South Korea. Export capacity only includes projects with annual capacity over 9,000 tons targeting export. Data as of September 30.

“O Brasil tem um enorme potencial competitivo a ser explorado. Os recursos naturais existentes para a produção de energias limpas e renováveis permitem produzir excedentes exportáveis para o mercado global de *commodities* energéticas verdes e obter uma cota relevante no suprimento a essa demanda. O resultado terá impactos positivos na balança comercial bem como atrair investimentos e gerar empregos”, afirmou Jatobá.

O engenheiro explica que a Europa tem a meta de até 2030 introduzir 20 milhões de toneladas de hidrogênio, porém eles têm capacidade de produzir apenas 10 milhões de toneladas. “Com isso, todo o mundo está se organizando para atender a essa demanda.”

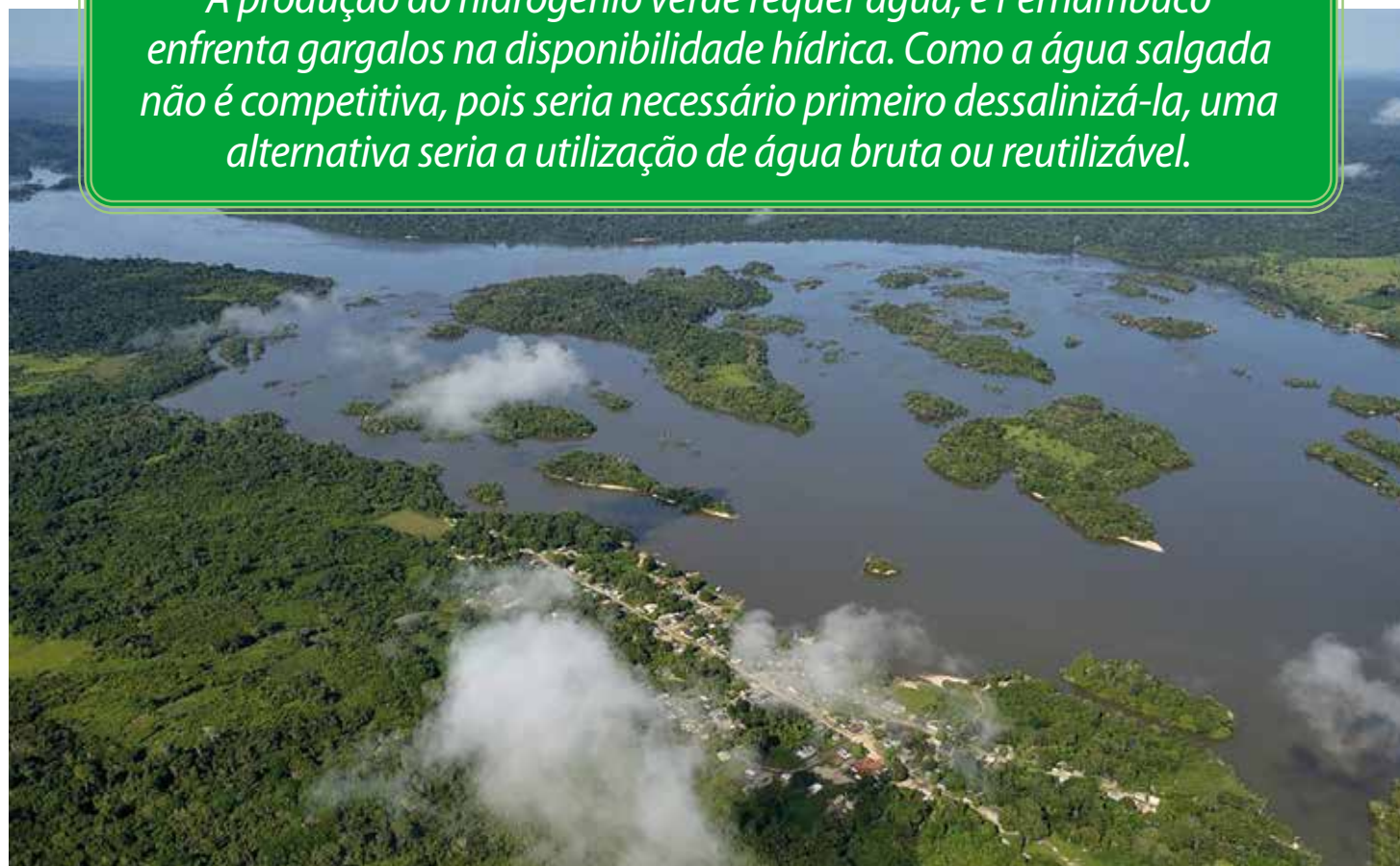
PASSOS PARA PERNAMBUCO AVANÇAR NO HIDROGÊNIO VERDE

Para aproveitar essa oportunidade internacional, ele sugere que haja uma posição proativa do Estado para criar um *roadmap* (um roteiro de ações de desenvolvimento) para promover uma estrutura robusta capaz de atender às demandas, vindas dessa virada energética, com uma nova *commodity* que o Estado tem capacidade de fornecer.

“Pernambuco precisa criar um *roadmap* para a transição energética estadual, contemplando o hidrogênio verde e seus derivados. As estratégias de transição energética podem sinalizar para produtores e compradores que o Estado está organizando o ambiente propício para receber os segmentos industriais relacionados à transformação do seu setor produtivo”, afirmou Jatobá.

Ele enfatiza que a definição de metas e a elaboração desse roteiro de ações são indicadores da ambição do governo em torno da escala, da demanda ou do foco da indústria, sendo que os mecanismos de estímulo à demanda interna e à exportação são instrumentos eficazes para consolidar esses novos segmentos.

A produção do hidrogênio verde requer água, e Pernambuco enfrenta gargalos na disponibilidade hídrica. Como a água salgada não é competitiva, pois seria necessário primeiro dessalinizá-la, uma alternativa seria a utilização de água bruta ou reutilizável.



Se Pernambuco e o Nordeste já se destacam na produção de energias renováveis e da biomassa, o engenheiro entende que o próximo passo fundamental para o Estado entrar nessa cadeia é investir na tecnologia. “Se há geração de eletricidade e biomassa, precisamos investir agora na eletrólise (processo de quebra da molécula da água – H_2O –, para separar o hidrogênio do oxigênio) e na hidrogenação para poder gerar essa cadeia do combustível verde. Essa é uma das linhas em que acho que Pernambuco deveria investir, pode ser uma forma interessante de potencializar esse processo.”

Há, entretanto, gargalos relevantes a se considerar, como a disponibilidade hídrica, visto que o hidrogênio é gerado a partir da eletrólise. Como a água salgada não é competitiva, pois seria necessário primeiro dessalinizá-la, o especialista indica que os caminhos para o Estado seriam de fazer esse processo com uso de água bruta ou reutilizável.



MERCADO NACIONAL DE VEÍCULOS ELÉTRICOS

Dentro dos esforços globais para reduzir as emissões de carbono, o Brasil tem ainda muitos desafios a vencer. O principal deles é no setor de transportes. Enquanto na geração de eletricidade e na indústria são necessários esforços, mas já existe uma experiência relevante, a mobilidade do País é ancorada ainda no transporte individual e, principalmente, movido a combustíveis fósseis. “Nosso transporte é rodoviário. Não temos uma distribuição de ferrovias ou outros transportes mais facilmente eletrificados. Essa é a grande dificuldade que temos”, afirmou Jatobá.

Nesse setor, portanto, há no País tanto a demanda de ampliar os esforços para superar a necessidade do modal rodoviário da mobilidade de cargas e pessoas, como de promover uma transição tecnológica para veículos menos poluentes. No mundo todo, a opção tem sido, primordialmente, pela eletrificação das frotas. No Brasil, porém, há uma aposta no desenvolvimento de carros híbridos (movidos a etanol e a eletricidade). A Stellantis, que tem o seu mais moderno parque industrial no País, em Goiana, é uma das gigantes que defendem esse caminho.

A eletrificação da frota brasileira tem como um dos principais *players* a chinesa BYD, instalada na Bahia, que promete popularizar esses veículos no Brasil. Esse processo está contemplado inclusive no programa da NIB (*Nova Indústria Brasil*), que promete investir na descarbonização e na transição energética sustentável.

Jatobá considera que, dentro desse programa, há um campo de oportunidades para Pernambuco nas pautas da eletromobilidade e das redes elétricas inteligentes. O engenheiro explica que Pernambuco já dispõe de uma indústria forte de produção de baterias (a Baterias Moura, em Belo Jardim) e abriga, no Recife um polo de inovação e tecnologias, com destaque para o CESAR.

“Considerando a base industrial existente na produção de baterias e a capacidade de desenvolver inovação baseada na digitalização de processos, o Estado poderá se tornar um grande centro de desenvolvimento de soluções voltadas para a eletrificação do setor de transporte e de adaptação da rede elétrica para suprir a demanda gerada pela eletromobilidade”, disse o engenheiro.





Há um campo de oportunidades para Pernambuco nas pautas da eletromobilidade e das redes elétricas inteligentes. O Estado já dispõe de uma indústria forte de produção de baterias (a Moura) e abriga um polo de inovação e tecnologias, com destaque para o CESAR.

Além de popularizar o acesso aos veículos, que é algo que está no horizonte das fabricantes globais, o Brasil e o Nordeste têm ainda muito a avançar na construção das eletrovias – estruturas viárias que tenham capacidade, ao longo do seu percurso, de recarregar esses veículos, inclusive os caminhões, que ainda hoje são minoria. Embora o avanço dessas estruturas de recarga nas cidades esteja acontecendo, ela ainda é muito tímida na interiorização.

BIORREFINARIA DE AGAVE NO HORIZONTE DA BIOMASSA

Se a biomassa já tem uma produção relevante no Estado, além da cana-de-açúcar há uma nova frente dessa produção no horizonte: o agave. O Sertão brasileiro tem a expectativa de receber sua primeira biorrefinaria para produção de biocombustíveis. Apesar de promissor, o empreendimento ainda atravessa uma fase de transição entre a pesquisa e a escala industrial. “A usina terá um papel importante no desenvolvimento de uma pesquisa que promete revolucionar o Semiárido do País e transformar a realidade socioeconômica de uma região marcada pela escassez de recursos”, anuncia Jatobá.



Plantação de agave

O projeto *Brave* (sigla em inglês para Desenvolvimento do Agave Brasileiro), encabeçado pela Shell, Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e Senai Cimatec, estuda o potencial energético do agave para a geração de energia como biomassa. Enquanto a área de plantio da cana-de-açúcar é de 8 milhões de hectares, o agave pode ser cultivado em 84 milhões de hectares do território do Semiárido brasileiro, segundo o especialista. Em outras palavras, há um potencial de multiplicar por 10 a área produtiva.

PREOCUPAÇÕES NO CAMINHO DA TRANSIÇÃO

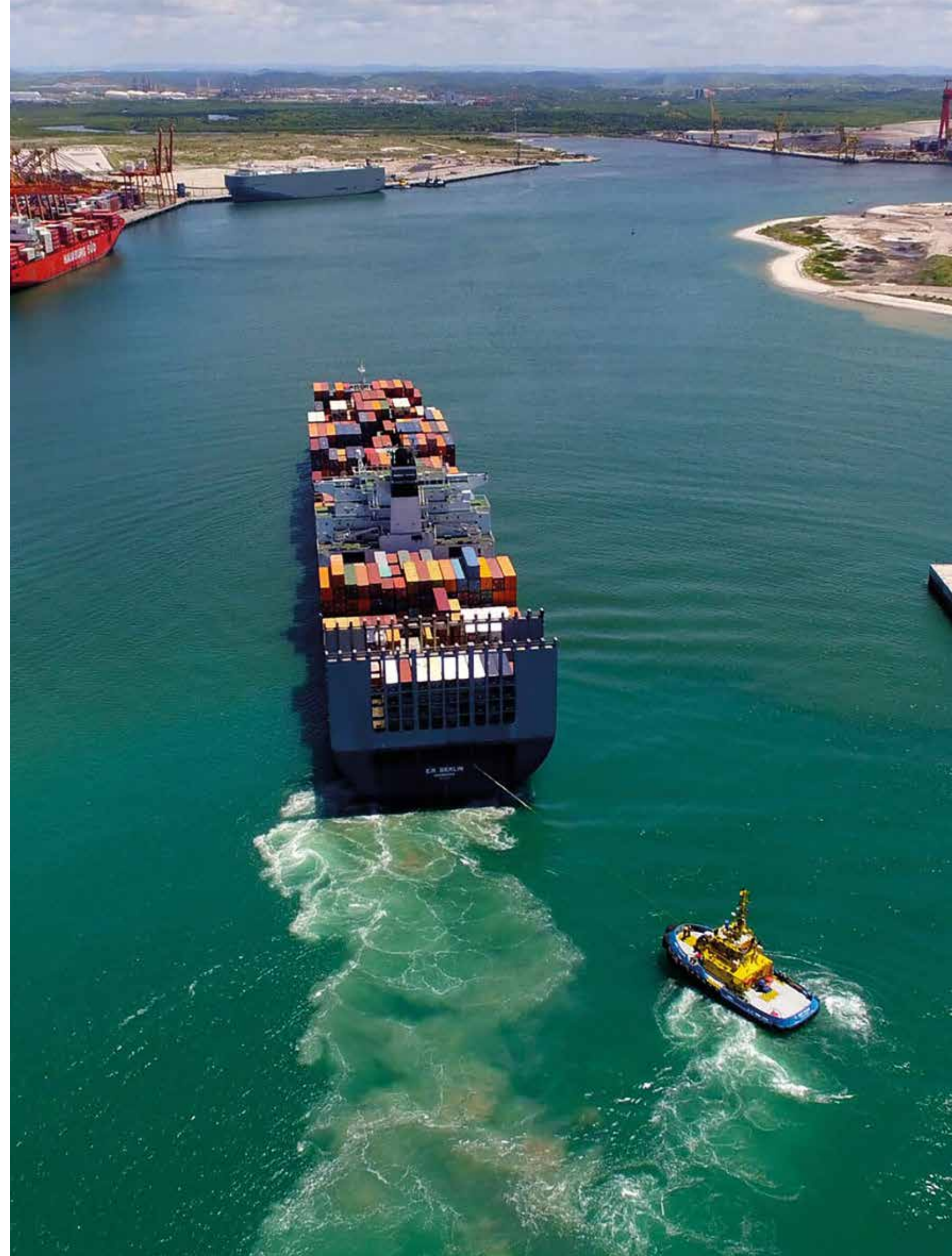
No que diz respeito às perspectivas globais de transição energética, Jatobá pontua três questões fundamentais. A primeira é dissociar o crescimento econômico do consumo energético, particularmente nas economias emergentes. Isso significa ancorar o avanço da economia em novos processos capazes de reduzir o consumo dessas energias ou combustíveis.

A segunda, diretamente relacionada, é integrar as inovações tecnológicas disruptivas para melhorar a eficiência e a sustentabilidade. As cidades ou países com polos de desenvolvimento tecnológico e de inovação saem na frente para oferecer produtos e serviços também capazes de atender às necessidades do planeta em transição energética.



A terceira oportunidade é desenvolver uma abordagem de equidade e justiça na transição energética. “Isso é uma coisa nova, que começa a ser aprofundada, que é identificar os impactos sociais de toda essa transformação à qual estão sendo submetidos os consumidores”, mencionou o engenheiro. A produção de energia, o acesso e o custo que chega ao consumidor final apresentam desafios sociais relevantes no Brasil e no mundo, que apenas começam a ser combatidos.

A mudança global no setor energético está acelerada. Algumas possibilidades nacionais, como a instituição do programa *Nova Indústria Brasil*, estão colocadas. O Estado tem potencial para se destacar na reindustrialização do País durante a transição energética, devido à disponibilidade de energia renovável, ao histórico na produção de biocombustíveis e à capacidade de inovação de suas instituições de pesquisa e universidades. Mas existe um relógio contando os minutos para que esse ciclo de oportunidade seja aproveitado. Os próximos meses e anos são fundamentais para abraçá-lo. 



CAPA

COMO ANDA A TRANSNORDESTINA?

Com obras previstas até 2029, o trecho Salgueiro-Suape da ferrovia volta à pauta como prioridade federal, mas enfrenta incertezas orçamentárias, desconfiança política e mobilizações locais por mais abrangência e integração regional.

Rafael Dantas



A construção do trecho entre Salgueiro e Suape da Ferrovia Transnordestina deu sinais mais claros de retomada. Após ser retirada do empreendimento em 2022, no Governo Bolsonaro, a linha pernambucana que corta do Sertão ao Litoral foi assumida pela estatal Infra S.A. que anunciou um calendário para as licitações e obras. Há, porém, preocupações, quanto ao financiamento e ao longo prazo, para ser concluída, pois a entrega está prevista apenas para 2029, cerca de dois anos após a linha cearense ser inaugurada.

Representantes da Infra S.A. e da Secretaria Nacional do Transporte Ferroviário participaram de eventos promovidos pela Fiepe (Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco) e pela Sude-ne (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em abril de 2025, quando apresentaram o cronograma das obras e algumas informações sobre os primeiros editais. A linha entre Salgueiro e Suape foi dividida em nove lotes.

Desde que assumiu o empreendimento, a Infra S.A. contratou a elaboração dos projetos básicos de 365 quilômetros entre Custódia e Suape e os estudos de levantamento da situação das obras já executadas entre Salgueiro e Custódia. Outra frente é a gestão fundiária e as desapropriações que já contam com empresa contratada. A estatal iniciou ainda os estudos e o licenciamento ambiental da ferrovia e

está nas tratativas com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), o Ministério dos Transportes e o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes) para formalizar a delegação da execução das obras.

Depois de uma década sem obras, a Infra S.A. concluiu os estudos iniciais e informou que serão realizadas as obras inicialmente pelos lotes 4 e 7. Esses trechos são respectivamente os 73 quilômetros entre Custódia e Arcoverde (que já tem 37% das obras realizadas) e os 53 quilômetros entre Cachoeirinha e Belém de Maria. As estimativas indicam que o custo total da obra em Pernambuco seria entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões para ficar pronto. O investimento entre Custódia e Arcoverde é de R\$ 600 milhões. O lote entre Cachoeirinha e Belém de Maria tem perspectiva de aportes na ordem de R\$ 620 milhões. Até então, no entanto, os trabalhos executivos não foram iniciados.

Essa estratégia de divisão da linha por lotes permite que várias dessas obras possam ser feitas de forma simultânea, o que acelera o processo. Porém, aguardar mais quatro anos, em um cenário de crise econômica e de uma eleição presidencial no meio desse prazo, liga um sinal de alerta na classe política e empresarial local.

Situação atual da Transnordestina em Pernambuco



SENTIMENTOS CONFLITANTES

Desde que a linha Salgueiro-Suape foi retirada da Transnordestina, entidades técnicas e empresariais como o Crea-PE (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco) e a Fiepe se tornaram vozes ativas para reversão desse cenário. Os recentes anúncios e os compromissos assumidos pelo Governo Federal e pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, foram um alívio diante da preocupação da exclusão do Estado da malha ferroviária da Região. Ou seja, um fato a comemorar. Mas ainda existe uma desconfiança sobre o avanço das obras devido ao panorama político e econômico do País.



Bruno Veloso destaca os problemas para assegurar o financiamento da obra. “Precisamos que esses recursos estejam disponíveis e sabemos que a dificuldade de caixa no País é grande. É necessário que as classes política e empresarial continuem lutando juntas, senão, não sai.”

O presidente da Fiepe, Bruno Veloso, considera que a sinalização de retomada da Transnordestina é animadora: “O presidente da Infra trouxe essa notícia de que no segundo semestre vai haver licitações, e a ideia é que se iniciem as obras ainda neste ano. Isso nos deixa felizes, otimistas, porque estamos vendo que vai caminhar. Mas temos preocupações. Primeiro, por ser uma obra que deve beirar os R\$ 4 bilhões. Precisamos que esses recursos estejam disponíveis para que a obra seja executada e sabemos que a dificuldade de caixa no País é grande. É necessário que as classes política e empresarial continuem lutando juntas, senão essa obra não sai.”

O prazo de 2029 é considerado também longo, visto que são, pelo menos, mais quatro anos em que os setores produtivos de Pernambuco seguirão dependendo de outras soluções logísticas de transporte rodoviário, que são mais caras. “Esse prazo longo atrapalha no sentido da urgência da obra, estamos há muitos anos aguardando-a e temos que ter em mente esse sentimento de urgência. Temos muitos setores esperando uma ligação do interior até Suape para escoar a sua produção. Temos também muitas cargas de retorno possíveis”, destacou Veloso.

Um sentimento semelhante de preocupação orçamentária foi compartilhado pelo deputado estadual João Paulo, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Ferrovia Transnordestina em Pernambuco. “Estamos preocupados com o orçamento nacional, com as emendas parlamentares de R\$ 50 bilhões, isso compromete os investimentos estratégicos regionais”, alertou.

João Paulo é um dos defensores da linha Salgueiro-Suape que teme as dificuldades de financiamento da obra. “Estamos preocupados com o orçamento nacional, com as emendas parlamentares de R\$ 50 bilhões, isso compromete os investimentos estratégicos regionais.”





“Em nenhum momento se falou que o dinheiro (para execução das obras em Pernambuco) está garantido. A gente precisa brigar e ajudar o Governo Federal e o do Estado, senão o trecho do Ceará funcionará em 2027, e nós teremos a Transnordestina em 2035 ou 2040”, alerta Laércio Queiroz.

Ele faz a conta de que apenas 10% do que é destinado a emendas parlamentares em um ano seria mais que suficiente para executar todos os investimentos necessários da linha Salgueiro-Suape. João Paulo se mostra menos preocupado com o horizonte de 2029, mas considera que a luta dos agentes locais deve ser para que, ao menos, se cumpra esse cronograma. “Quatro anos passam num instante, como dizia Arraes. Mas precisamos garantir que essa meta seja cumprida. O cenário econômico internacional preocupa, assim como a limitação orçamentária do Governo Federal.”

Em encontro promovido pela Sudene, o consultor em gestão pública Laércio Queiroz alertou para a necessidade de haver um esforço coletivo no Estado para que sejam garantidos os investimentos dessa obra. “Em nenhum momento se falou que o dinheiro (para execução das obras em Pernambuco) está garantido. A gente precisa brigar e ajudar o Governo Federal e o do Estado, senão o trecho do Ceará funcionará em 2027, e nós só vamos ter a Transnordestina aqui em 2035 ou 2040.”

O Ministério dos Transportes, que é liderado pelo ministro Renan Filho, informou por meio da sua assessoria de imprensa, que dos 544 quilômetros de extensão da linha pernambucana, 38% já foram executados. “O trecho Salgueiro-Suape, incluído no Novo PAC como prioridade do Governo Federal, encontra-se em fase de atualização dos projetos para a retomada das obras, pela empresa Infra S.A.” Além da retomada das obras públicas, os próximos passos para o futuro do empreendimento são a realização de estudos para “uma nova modelagem de concessão para acelerar a implantação e a operação do trecho pernambucano”.

Acerca do trajeto que segue com a concessionária Transnordestina S.A., entre Eliseu Martins (PI) e Pecém (CE), o ministério afirmou que esse percurso “possui 1.206 quilômetros de extensão, com 65% de avanço físico, e um orçamento estimado em cerca de R\$ 15 bilhões, dos quais R\$ 7,1 bilhões já foram aplicados. No final de 2024, foi assinado um aditivo de R\$ 3,6 bilhões pela Sudene, que possibilita o início de novas frentes de obra”.





SUDENE NO CENTRO DO DEBATE DA TRANSNORDESTINA

Além de ter um papel central na captação de recursos para a Transnordestina, com R\$ 4,2 bilhões já aportados, a Sudene tem realizado uma articulação também para ampliar o contato entre os representantes do Governo Federal e da Infra S.A. com a classe política e empresarial local. Neste mês, por exemplo, a Superintendência provocou um encontro com o secretário nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do MIDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional), Eduardo Tavares, e o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Cezar Ribeiro, vinculado ao Ministério dos Transportes.



Representantes da Sudene, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Ministério dos Transportes se reuniram no Recife para debater a retomada do modal ferroviário no Nordeste. Além da Transnordestina, outros projetos incluem obras no Maranhão e na Bahia.

“Essa obra é importante não só para o Nordeste, mas também fundamental para Pernambuco. E a gente ratifica o que já é a decisão política do Governo Lula de que essa obra se materialize. É uma obra integral da Região Nordeste, não interessa individualmente ao Piauí, ao Ceará, nem a Pernambuco, nem ao conjunto de municípios que ela vai atravessar. Mas é uma obra importante para que a gente possa ter uma melhoria da infraestrutura, da logística e da competitividade da Região e, a partir disso, mudar a vida das pessoas”, afirmou o então superintendente da Sudene à época, Danilo Cabral.

Além do trecho pernambucano e mesmo da Transnordestina no Ceará, foram apresentados no encontro todos os avanços para a retomada do transporte ferroviário na Região. O panorama apresentado por Leonardo Cezar Ribeiro indicou que os projetos para o Nordeste juntos somam R\$ 46,3 bilhões, em um total de 5.255 quilômetros. Além de Pernambuco, Ceará e Piauí, esses outros projetos incluem ainda obras no Maranhão e na Bahia.

Trata-se, portanto, de um grande esforço nacional de recuperação da malha ferroviária do Nordeste, que foi abandonada poucos anos após a privatização, que aconteceu no final da década de 1990. Embora esse mapa de investimentos já seja desafiador, ele não prevê ainda a retomada da antiga Malha Nordeste, que conectava os portos dos estados de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além do trecho ainda em operação entre o Maranhão e o Ceará.

“Existe, portanto, o risco de desaparecer a malha métrica viária que liga o Nordeste Oriental, ou seja, hoje nós estamos na iminência de Suape não se interligar aos portos do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Alagoas. Essa malha métrica está simplesmente abandonada”, alerta o consultor empresarial e sócio da TGI Francisco Cunha.

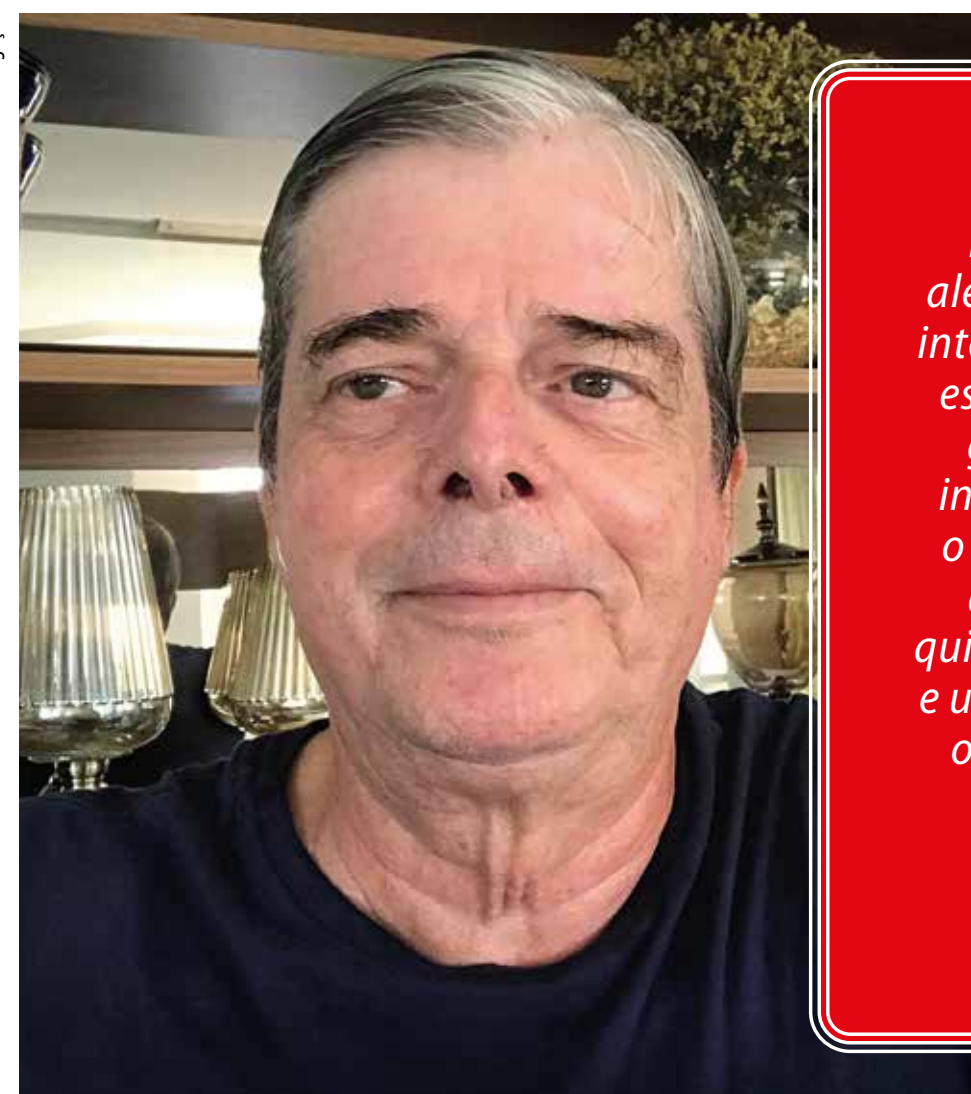
No encontro, em alinhamento com as informações repassadas pelo Ministério dos Transportes, Eduardo Tavares ressaltou que uma das articulações em andamento é a viabilização de um novo

Eduardo Tavares disse que uma das articulações em andamento é a viabilização de um modelo de concessão para acelerar a implantação e operação do trecho pernambucano da ferrovia. “O concessionário terá acesso a incentivos fiscais, fundos constitucionais e de desenvolvimento.”



Foto: Elvis Aleluia/Ascom/Sudene

Foto: Divulgação



“
É inadmissível que, além dos desequilíbrios inter-regionais do Brasil, estejamos criando um grave desequilíbrio intrarregional, porque o Porto de Pecém será atendido por 2.446 quilômetros de ferrovias, e um porto como Suape, o maior do Nordeste, com 0 quilômetro.

”
Maurício Pina

modelo de parceria para a linha pernambucana. “Além da retomada das obras públicas, estamos avançando na modelagem de concessão para acelerar a implantação e operação do trecho pernambucano. O novo concessionário terá acesso a incentivos fiscais, fundos constitucionais e de desenvolvimento.”

O engenheiro e professor da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) Maurício Pina destacou que a retomada da obra evitaria a consolidação de uma diferença ainda maior entre os estados na Região. “É inadmissível que, além dos graves desequilíbrios inter-regionais que existem no Brasil, estejamos criando um grave desequilíbrio intrarregional, porque o Porto de Pecém será atendido por 2.446 quilômetros de ferrovias (1.207 quilômetros até Itaqui e mais 1.239 quilômetros até Eliseu Martins) e um porto como Suape, o maior do Nordeste, com 0 quilômetro de ferrovia. Essa condição é insustentável e precisa ser equacionada.”



Francisco Cunha defendeu ser preciso refletir sobre um novo projeto ferroviário, e não apenas completar o que foi planejado no passado. “Não é mais a mesma Transnordestina que foi pensada, esboçada e traçada. É outra. Ela tem rebatimentos técnicos que precisam ser aprofundados.”

Além da urgente necessidade de retomada da ferrovia em Pernambuco, o consultor Francisco Cunha defendeu ser preciso refletir um novo projeto ferroviário, e não apenas completar o que foi planejado no passado. “Esse redesenho exige uma discussão técnica, porque não é mais a mesma Transnordestina que foi pensada, esboçada e traçada. É outra. Ela tem rebatimentos técnicos que precisam ser aprofundados, pois não é só completar o que estava lá. Caso contrário, a gente vai fazer a ferrovia errada. Essa é a questão estratégica a ser feita a partir de agora.”



Porto de Suape

PORTO SECO

Se a linha ferroviária é estratégica para o Porto de Suape, os 23 municípios conectados ao Comagsul (Consórcio de Municípios do Agreste e da Mata Sul) veem que a estruturação de um porto seco seria uma redenção econômica para a região. Durante a reunião na Sudene, foi apresentada a proposta da criação de uma plataforma multimodal no Agreste, conectada à Ferrovia Transnordestina.

A proposta busca transformar a região em um ponto estratégico de carga e descarga, fortalecendo a logística e atraindo investimentos para os municípios cortados pela ferrovia. A implantação de um porto seco é vista como alternativa viável para dinamizar a economia local e gerar empregos, especialmente em cidades que ainda sofrem com a ausência de indústrias e oportunidades de renda.



Marivaldo Pena afirmou que os membros do Consórcio de Municípios do Agreste e da Mata Sul defendem a instalação de um porto seco para transformar a região em um ponto de carga e descarga, fortalecer a logística e atrair investimentos para os municípios cortados pela ferrovia.

O presidente do Comagsul e prefeito de Altinho, Marivaldo Pena, destacou a urgência da iniciativa, ressaltando que a plataforma pode representar a “redenção econômica” para a região. Segundo ele, 7 dos 23 municípios do consórcio serão diretamente impactados pela passagem da ferrovia, o que reforça a importância de garantir que esses territórios não sejam apenas corredores logísticos, mas também beneficiários diretos do desenvolvimento gerado pela obra. “Vamos lutar para que essa estrutura não seja apenas implantada, mas se torne um polo gerador de oportunidades para nosso povo. Estamos unidos e mobilizados para mostrar que o Agreste tem potencial logístico e merece um papel protagonista nesse grande projeto nacional de infraestrutura”, reforçou Marivaldo.

CONEXÃO COM A FERROVIA NORTE-SUL

A economista Tânia Bacelar destacou que o atual momento da Transnordestina representa uma inflexão importante na forma como o Brasil enxerga sua infraestrutura. “A gente passou o século 20 olhando para a rodovia. Agora, estamos começando a olhar para a ferrovia. Num país continental como o Brasil, não faz sentido negligenciar esse modal.” Ela também enfatizou a importância de compreender a Transnordestina como parte de um processo mais amplo de integração sul-americana.

Segundo Tânia, é essencial que o planejamento da Transnordestina vá além do trecho entre Salgueiro e Suape. “Temos que pensar em conectar esse projeto à Ferrovia Norte-Sul. A Bahia já está se mobilizando para puxar seu pedaço, e nós, acima da Bahia, precisamos fazer o mesmo. Ou a Transnordestina chega à Ferrovia Norte-Sul ou não conseguiremos chegar nesse movimento que está acontecendo do lado de lá. Eu não faria uma campanha só para garantir o trecho atual. Já começaria articulando para ampliar. Com academia, com política, com o povo nas ruas.”

A importância da conexão com a Ferrovia Norte-Sul seria de ligar os portos do Nordeste aos estados que são protagonistas do agronegócio brasileiro. Atualmente, essas cargas não chegam à Região por falta de ferrovias. Questionado pela redação da **Revista Algomais**, o Ministério



dos Transportes respondeu que “também estão previstos estudos por parte da Infra S.A. para a conexão entre a Ferrovia Transnordestina e a Ferrovia Norte-Sul, possibilitando uma futura rede de desenvolvimento logístico integrada”.

TRABALHOS DA FRENTE PARLAMENTAR

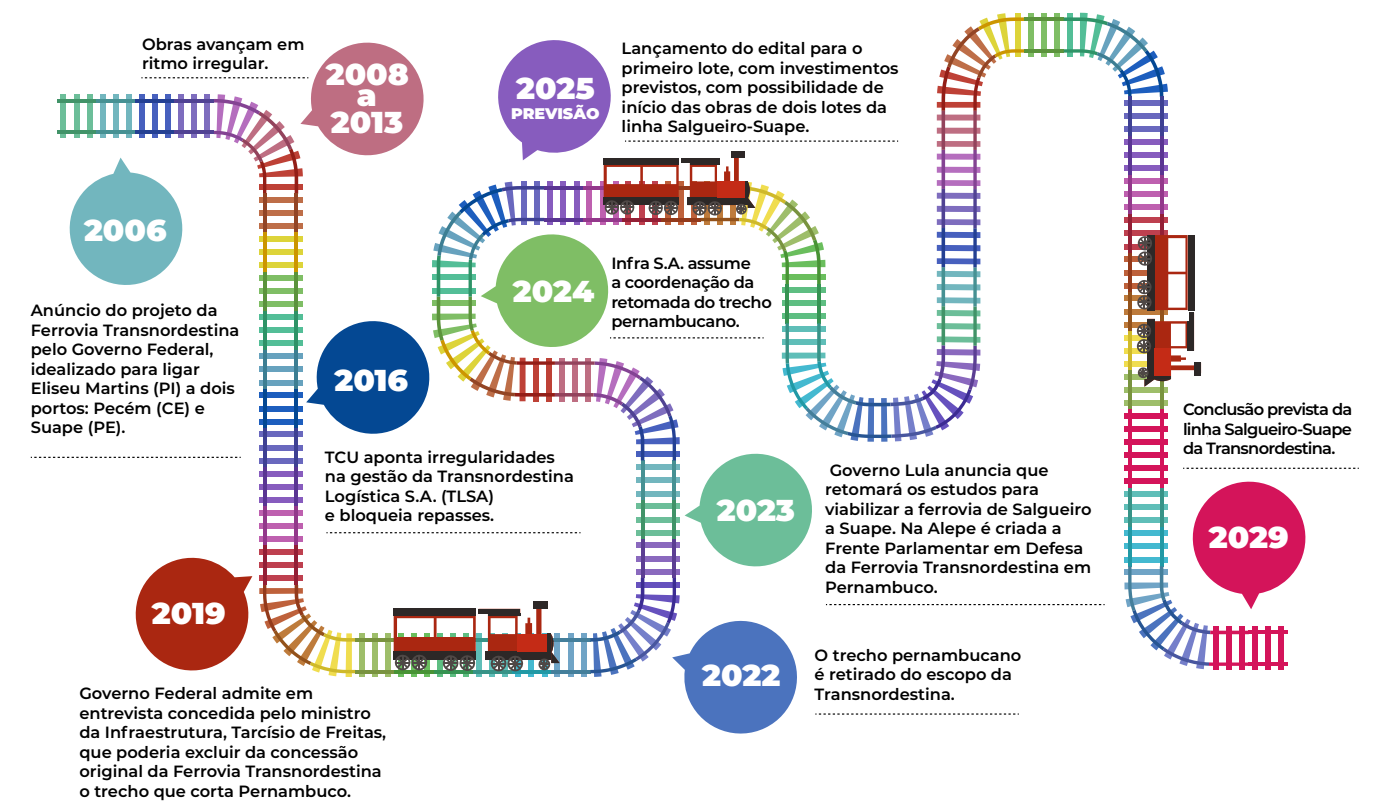
O deputado estadual João Paulo reforçou a importância da Frente Parlamentar em Defesa da Ferrovia Transnordestina para pressionar a garantia da execução do trecho entre Salgueiro e Suape. “Fizemos convites ao representante da empresa, mas ele não compareceu. Agora, vamos entrar com um pedido de informação, um instrumento legal, para sabermos em que pé anda o projeto e sua execução”, afirmou o parlamentar.



Além desse pedido de informação à Infra S.A., João Paulo também se comprometeu a pedir a publicidade dos estudos realizados pela McKinsey, que teriam motivado a retirada do trecho pernambucano na Transnordestina no final de 2022. Os questionamentos direcionados ao Governo Federal também incluem solicitações detalhadas sobre o andamento do projeto, como os valores já desembolsados, os recursos ainda necessários para sua conclusão, o *status* do cálculo de indenizações e do processo de devolução do trecho Salgueiro-Suape à União.

Em 2023, a **Algomais** solicitou esses estudos realizados pela McKinsey ao Ministério dos Transportes, à ANTT e à Infra S.A., mas, apesar de terem sido viabilizados com recursos públicos, o documento não foi disponibilizado sob o argumento de conter informações estratégicas e comerciais da Transnordestina Logística S.A.,

Linha do Tempo – Transnordestina em Pernambuco



da própria Infra SA. e de outros *stakeholders*. Segundo os órgãos, a confidencialidade é respaldada pelo Decreto nº 7.724/12 e pelas Leis nº 13.303/2016 e nº 6.404/76, que determinam a proteção de dados sensíveis em razão da relevância econômica do empreendimento e da concorrência no setor.

A Transnordestina é um divisor de águas para o Nordeste. O que está em jogo não é apenas uma linha férrea, mas o direito de Pernambuco a uma infraestrutura que conecte seu presente ao futuro. A retomada do trecho entre Salgueiro e Suape carrega um potencial transformador, tanto para a indústria pernambucana quanto para os municípios do interior cortados pela ferrovia. No entanto, esse potencial só se concretizará se houver união de esforços entre os entes públicos, a sociedade civil e a iniciativa privada para garantir a execução do cronograma. Sem isso, corremos o risco de transformar um projeto estruturante em uma promessa inacabada. **a**



EDUCAÇÃO

CAPA

CAMINHOS PARA UM SALTO NA EDUCAÇÃO

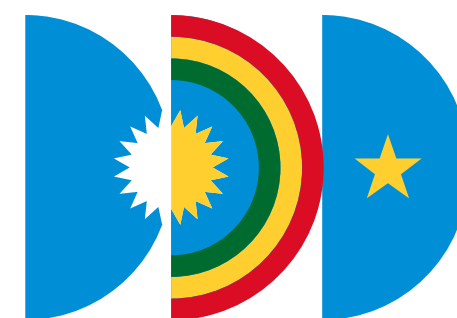
Em palestra no workshop *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, promovido pela **Algomais** e pela Rede Gestão, o ex-senador Cristovam Buarque defendeu a federalização do Ensino Básico para o País alcançar a qualidade educacional.

Rafael Dantas



A formação educacional, conectada com os desafios do mundo contemporâneo, é um dos eixos estratégicos desenhados pelo projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo* para o desenvolvimento do Estado. Com a proposta de discutir soluções para o sistema de ensino local, em evento promovido pela Rede Gestão e pela **Revista Algomais**, que lotou o auditório do Empresarial RioMar 5, o ex-senador e ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque elencou 10 propostas focadas na Educação Básica para transformar, e não apenas qualificar, a rede de aprendizagem. “Melhorar não é o mesmo que saltar. Melhorar é ficar em um ano melhor que hoje. Saltar é, em alguns anos, estarmos no mesmo nível dos melhores do mundo. Precisamos saltar, não apenas melhorar”, diferencia Cristovam Buarque.

Uma fotografia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua primeira gestão ilustrou o que Cristovam Buarque defende diariamente. Em uma de suas passagens pelo Estado, o presidente se aproximou de algumas crianças que estudavam na Escola Municipal Capitão Rufino, no Agreste pernambucano, em Caruaru. O ex-ministro Cristovam Buarque retornou ao município anos depois para acompanhar o que aconteceu com aquela escola e, especialmente, com as crianças. Nenhum deles terminou a 5ª série. Um dos meninos foi assassinado. Uma garota, com 16 anos, já era mãe de um filho de



PERNAMBUCO EM PERSPECTIVA

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO



Buarque acompanhou um grupo de crianças que foram fotografadas com o presidente Lula em Caruaru, no seu primeiro mandato. As instalações da escola em que estudavam foram requalificadas, mas nenhum dos alunos terminou a 5ª série: um deles foi assassinado; outro foragido; uma garota, com 16 anos, já era mãe; e outra vendia castanha na estrada.

um ano de idade. Outro estava foragido por problemas com criminalidade, já tendo passagem pela prisão. Outra jovem vendia castanhas próximo a uma estrada. Todos sobrevivem de subemprego. Curiosamente, a escola não era mais a mesma. A estrutura melhorou, ganhando inclusive ar-condicionado. Apesar da requalificação, não foi dado o salto necessário para quebrar o ciclo da pobreza que assombra as populações carentes.

O diagnóstico desenhado pelo educacionista – como Buarque gosta de se definir – é de que, por melhor motivação que o poder municipal tenha, a entrega da Educação Básica para esse ente da Federação fragiliza a escola. Em outras palavras, o desafio estratégico para o futuro do País, que é preparar sua população mais jovem, está nas mãos de quem menos tem suporte para fazê-lo.



O ex-ministro propõe que ao longo de duas décadas todas as escolas básicas do País integrem uma rede federal, como acontece com as universidades, e revelou que, antes de assumir o MEC, sugeriu ao presidente Lula a criação de um ministério exclusivo para a Educação Básica.

Diferentemente de uma Agência do Banco do Brasil, que tem um padrão infraestrutural em qualquer parte do País, as escolas são melhores nas cidades ricas, em relação aos municípios com baixo orçamento. Enquanto a carreira de um docente do Ensino Superior é semelhante entre as diversas universidades federais, com seleções rígidas, nos municípios há uma perspectiva muito precária, insegura e também despadrãoizada.

Para quebrar esse ciclo que precariza a educação aos brasileiros nos seus primeiros anos de vida, Buarque é enfático ao defender a federalização. “Não adianta fazer planos nacionais de educação enquanto a execução é municipal.” Ele propõe que, ao longo de duas décadas, todas as escolas básicas do País integrem uma rede federal, a exemplo do que acontece com as universidades. Ele revelou, inclusive, que antes de assumir a direção do MEC, sugeriu ao presidente Lula, na época, a criação de um ministério exclusivo para a Educação Básica. Mas a proposta não avançou.

Presente no evento, o ex-prefeito de Bonito Laércio Queiroz lembrou que ao chegar no poder municipal, há duas décadas, os salários dos docentes não chegavam a um salário mínimo, tamanha a precariedade. “Começamos a pagar o salário mínimo, fizemos um plano de magistério e procuramos melhorar as escolas. Mas há grandes dificuldades no ensino.”

Ao mesmo tempo que lutava para qualificar a oferta das escolas, o município sofria com o fechamento de uma das grandes indústrias, o que fragilizava a própria economia local. Um fator não incomum no âmbito municipal em razão da guerra fiscal e do ciclo de muitas corporações. “Hoje, estamos num mundo em que a velocidade das coisas acontece abruptamente. Isso tem se traduzido cada vez mais num analfabetismo enorme”, afirmou Laércio, exemplificando os desafios ainda maiores que, no máximo, têm sido enfrentados com a entrega de equipamentos, como *laptops* e *tablets*, enquanto o orçamento permanece com os mesmos e os novos problemas.

Laércio Queiroz ressaltou as dificuldades que enfrentou quando foi prefeito de Bonito e os professores não chegavam a ganhar um salário mínimo. Também criticou medidas como a entrega de equipamentos, como laptops e tablets, enquanto o orçamento permanece sendo um problema.

Foto: Tom Cabral



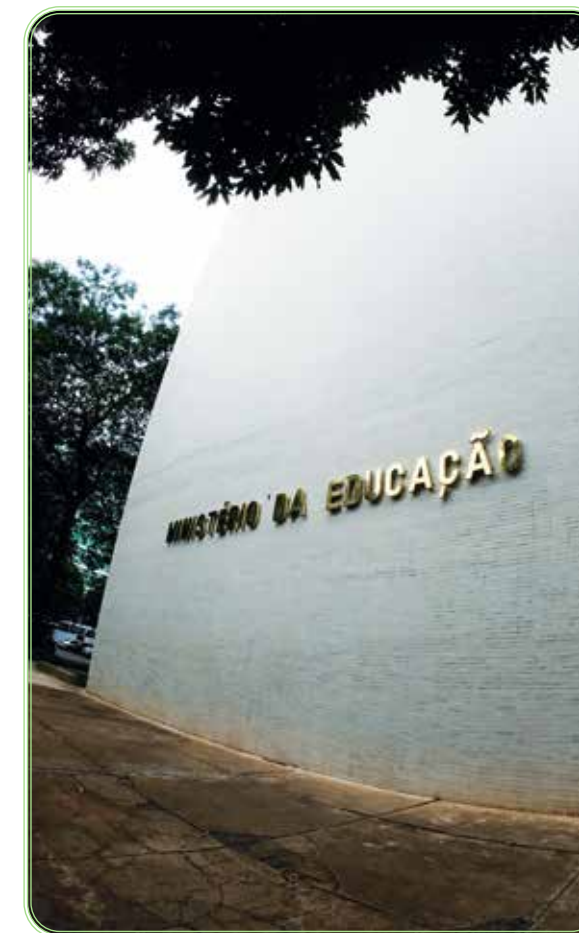
PASSOS PARA A FEDERALIZAÇÃO

Foram apresentados no encontro 10 passos da federalização da educação brasileira, com descentralização gerencial e liberdade pedagógica (veja a arte completa na página seguinte). As propostas vão em diversas direções, como o aumento das receitas federais para a Educação Básica e a estruturação de um sistema de monitoramento do desempenho estudantil.

Essas ações seriam executadas pelo Ministério da Educação de Base, com a atuação de duas estruturas relacionadas. A primeira é a Superintendência para Aprimoramento dos Sistemas Estadual e Municipal. Esta com uma característica de suporte às transformações que as escolas precisam enfrentar. E a segunda é a Superintendência para Implementação das Cefes (Cidades com Educação Federal), que seria responsável pela transferência da gestão das escolas e redes para o ente federal.

As características básicas dessa Rede de Cidades com Educação Federal seria a adoção de uma carreira nacional do professor, a definição da qualidade das edificações, a modernização dos equipamentos e a adoção do horário integral. Além da formação necessária para falar, escrever, analisar e expressar-se bem em português, a proposta contempla um conjunto de outros conhecimentos e habilidades. Entre os diversos temas elencados por Buarque estão a fluência de um idioma estrangeiro, a capacitação para que o aluno prossiga em uma educação continuada e a capacidade para disputar uma vaga na universidade.

Diante dos desafios gigantes fiscais do País, os custos dessa revolução republicana na educação atingiriam, em 20 anos, o patamar dos 7% do PIB. Inicialmente somando os aportes na melhoria do sistema atual e a transição para a rede federal.





OS 10 PASSOS DA FEDERALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, COM DESCENTRALIZAÇÃO GERENCIAL E LIBERDADE PEDAGÓGICA

01. CRIAR O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A AGÊNCIA NACIONAL PARA A PROTEÇÃO DA CRIANÇA.

02. DEFINIR TRÊS PISOS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO: *Piso salarial e de formação do professor; Piso de equipamentos e instalações; Piso de conteúdo.*

03. GARANTIR A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: *Garantir o atendimento alimentar e pedagógico na primeira infância; garantir vaga a todas as crianças no dia em que completarem 4 anos; identificar e trazer à escola as crianças não matriculadas; retomar com vigor o papel educacional da Bolsa-Escola.*

04. GARANTIR A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO: *Determinar a obrigatoriedade da escola até o final do Ensino Médio; incentivar a formação dos jovens que o Ensino Médio não conseguirá absorver.*

05. APROVAR UMA LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL: *Para viabilizar a federalização da Educação Básica, é preciso uma Lei Federal de Responsabilidade Educacional para cada dirigente público no Brasil, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal.*

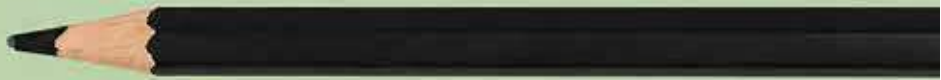
06. IMPLANTAR JORNADA AMPLIADA DE 6 HORAS EM TODAS AS ESCOLAS BRASILEIRAS.

07. CRIAR O CARTÃO ESCOLAR DE ACOMPANHAMENTO FEDERAL: *Com ele será possível saber como está o atendimento e a evolução educacional de cada criança brasileira.*

08. CRIAR UM AMBIENTE EDUCACIONAL: *Envolvimento das famílias e da mídia no Sistema Educacional Brasileiro; erradicação do analfabetismo de adultos; valorização do professor.*

09. MONTAR O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

10. AMPLIAR OS RECURSOS DA UNIÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.



Fonte: Extraído da apresentação de Cristovam Buarque e editado pela *Algomais*

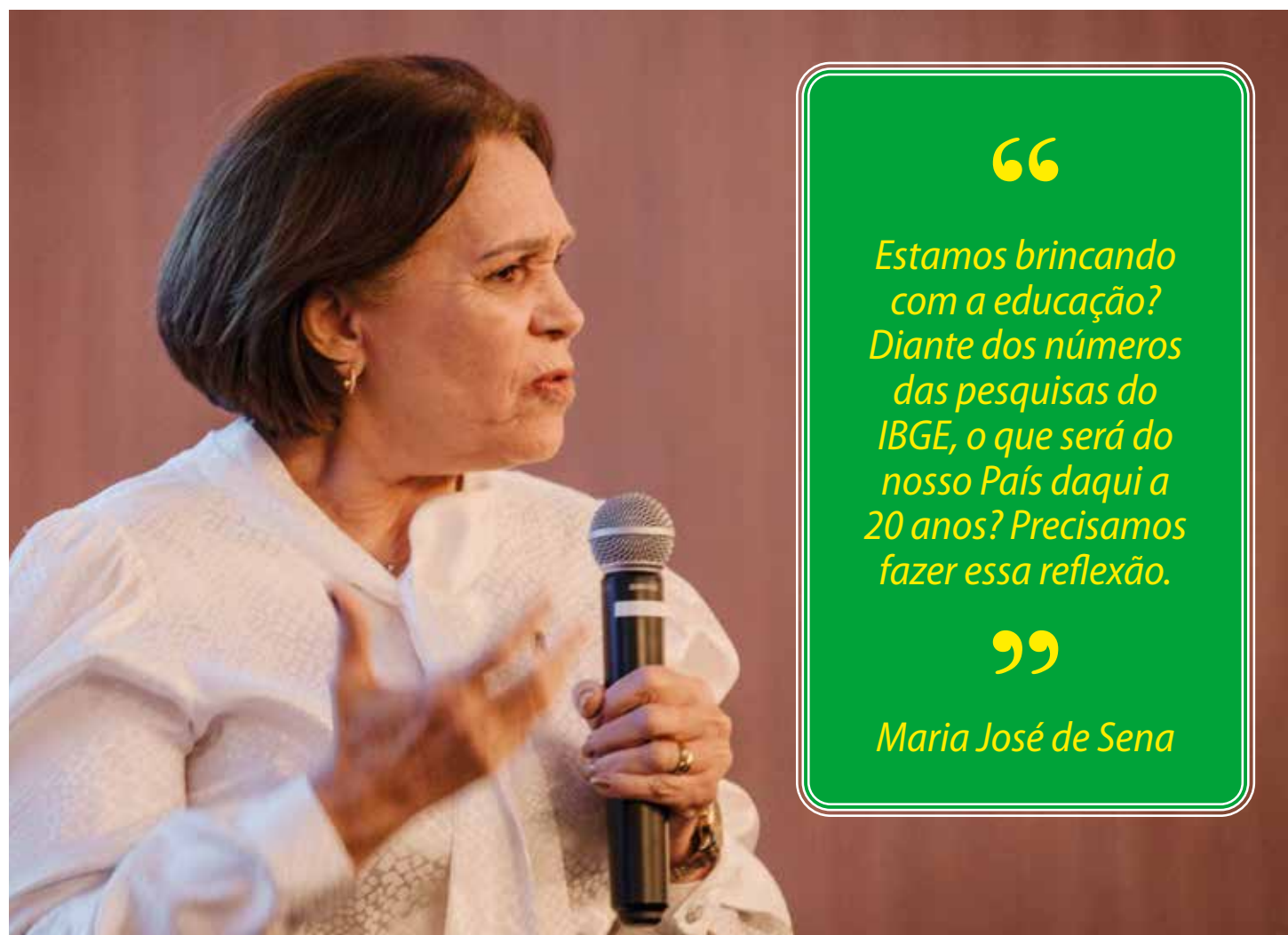
O QUE FAZER PARA PROMOVER ESSA TRANSIÇÃO?

No caminho para alcançar essa transição, o que Pernambuco pode fazer? O senador propõe duas frentes. Uma delas partiria dos próprios prefeitos, numa articulação política, para induzir a adoção gradual dessas escolas no plano federal. Seriam os primeiros passos para a construção de uma Rede de Cidades com Educação Federal (Cefes).

“Pernambuco deveria assumir uma liderança na pressão para que o Governo Federal adote as escolas municipais.” De forma prática, ele sugere, por exemplo, que um conjunto de algumas dezenas de prefeitos escrevessem ao presidente Lula informando que “Os municípios não têm como educar as crianças com a qualidade que elas merecem e que o Brasil necessita”.

Relembrando o histórico do Estado de liderar no passado a Reforma Agrária e também a pressão para a construção da Sudene, Buarque considera que o mesmo poderia acontecer com a pauta educacional, em prol do País. “Por que não pode sair daqui uma pressão para uma Superintendência da Implantação de um Sistema Federal de Educação Pública e Única, para que o filho do pobre tenha a mesma condição do filho do rico?”





A desigualdade das condições da escola entre as diferentes classes sociais foi duramente criticada pela reitora da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Maria José de Sena. “Estamos brincando com a educação? Ela não tem que ter diferença de qualidade para qualquer criança. Não investimos nas nossas crianças. Isso me dá uma angústia grande. Diante dos números que temos hoje nas pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o que será do nosso país daqui a 20 anos? Precisamos fazer essa reflexão.” Ela lembrou que o Brasil não alcançou nem sequer 50% das metas dos dois primeiros PNEs (Planos Nacionais da Educação).

O caminho da pressão política para o Governo Federal teria como meta induzir a adoção de 100 a 200 escolas municipais e estaduais por ano, de forma voluntária. Além dessa atuação em rede municipal, como uma forma de acelerar a transição da Educação Básica, o educacionista também considera que o próprio Governo do Estado possa, paulatinamente, adotar essas escolas e redes municipais.

“A primeira coisa é Pernambuco pressionar por uma implementação federal e a outra é começar uma implementação por sistemas estaduais de Educação Fundamental no Estado, por cidades. Escolhendo as mais pobres e menores, onde as prefeituras não têm condições. Por que o Governo Estadual não chega lá e diz: Nós vamos adotar essas cidades enquanto o Governo Federal não fizer?”, provocou o ex-ministro.

Para a implementação e o aprimoramento da educação em Pernambuco, a transição passaria pela formação, pela avaliação e por incentivos ao professor, entendido como uma peça-chave do sistema. A proposta inclui ainda promover incentivos aos alunos, construir um amplo Pacto pela Alfabetização, universalizar a adoção do ensino integral e avançar no envolvimento das famílias no processo de aprendizagem.





Sérgio Cavalcante posicionou-se contra a federalização das escolas: "Quando a gente aproxima as decisões geograficamente do povo, ele consegue mais facilmente reagir a problemas, o governante pode ser questionado de uma forma mais fácil do que indo para Brasília", comparou.

FEDERALIZAÇÃO EM DEBATE

A federalização da educação não é um consenso. Cristovam disse isso na sua apresentação, e alguns questionamentos surgiram no debate que se seguiu à sua apresentação. Há dúvidas sobre os efeitos da centralização da tomada de decisão que dificultam a pressão popular para reagir a medidas equivocadas da gestão, por exemplo. O próprio Pacto Federativo e a necessidade de haver uma Proposta de Emenda à Constituição foi levantado pelos participantes do evento.

Uma das críticas da centralização dos sistemas na gestão do Governo Federal foi destacada por Sérgio Cavalcante, *head* de inovação do Grupo Cornélio Brennand e professor da Universidade Federal de Pernambuco. "Particularmente sou contra a centralização. Quando a

gente aproxima as decisões geograficamente do povo, ele consegue mais facilmente reagir a problemas. Quando regionaliza e permite que os Estados sejam responsáveis pelas ações, o governante pode ser questionado de uma forma mais fácil do que indo para Brasília. Avalio que quando estadualiza é melhor."

Cristovam Buarque defende que se a Federação não é ainda uma ideia consensual no País, duas questões precisam de um entendimento amplo da população para avançar: a de que o Brasil precisa ter um dos melhores sistemas de ensino do mundo – não é suficiente apenas melhorar – e que é indecente uma criança pobre ter uma escola com menor qualidade que uma criança rica. **a**



CAPA

PARA AVANÇAR NA EDUCAÇÃO

No evento do Projeto *Pernambuco em Perspectiva*, Raul Henry fez um diagnóstico preocupante da educação no País e em Pernambuco. Ele propõe a priorização da primeira infância e da alfabetização; o investimento no ensino em tempo integral e na educação tecnológica, além da valorização da carreira docente.

Rafael Dantas



A educação de qualidade abre os caminhos para o acesso à cidadania e para o aumento da renda individual e impacta diretamente o desenvolvimento econômico do País. Além disso, fortalece a mentalidade democrática da sociedade e contribui para a redução das desigualdades. A ausência ou as falhas dos sistemas de ensino impactam em todos esses pilares, segundo disse Raul Henry, durante o encontro de novembro do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, coordenado pela Rede Gestão e pela **Revista Algomais**.

O ex-deputado federal e ex-vice-governador apresentou um diagnóstico das fragilidades do sistema educacional do Brasil com muitos pontos críticos. A trajetória do País nas últimas décadas apresentou avanços na universalização do acesso às vagas, na criação dos fundos de financiamento à educação, bem como nos sistemas de avaliação. Todos esses eixos, porém, carecem de aperfeiçoamentos, mas o próximo salto a ser dado é na qualidade da aprendizagem.

Em 2023, 43% dos alunos do segundo ano do Ensino Fundamental não estavam alfabetizados ainda. O número é quase o mesmo de antes da pandemia (44%). Um estudo sobre a habilidade da leitura das crianças, publicado naquele ano pela Associação Internacional para a Avaliação de Conquistas Educacionais, apontou que o Brasil ficou apenas na 52ª posição, entre 57 países. Ficaram à frente países como Kosovo e Uzbequistão.



Raul Henry destacou a valorização dos professores como um dos fatores para melhorar a qualidade da educação. “É preciso investir na carreira docente. Está provado por inúmeras pesquisas que o elemento intraescolar mais importante para a aprendizagem dos alunos é o professor.”

Quando observados indicadores sobre conhecimentos matemáticos e lógicos, o vexame é ainda maior. De acordo com a Prova Brasil, apenas 5,2% dos estudantes de escolas públicas do Ensino Médio brasileiro têm um percentual de conhecimento adequado em Matemática. No Ensino Fundamental é de 18,5%.

Apesar de ter indicadores melhores, mesmo na rede privada o desempenho é baixo. Apenas 41,3% têm conhecimentos adequados em Matemática no Ensino Médio e 55,8% no Ensino Fundamental. Com poucas exceções, nas análises locais e internacionais a qualidade da educação brasileira foi reprovada.

Como está a educação no Brasil hoje?

Desafios:



Definição de criança Alfabetizada

- Ler pequenos textos formados por períodos curtos e localizar informações na superfície textual.
- Produzir inferências básicas com base na articulação entre texto verbal e não verbal, como em tirinhas e histórias em quadrinhos.
- Escrever, mesmo com desvios ortográficos, textos que circulam na vida cotidiana para fins de uma comunicação simples. Exemplos: convidar, lembrar algo.

CRISE NA CARREIRA DOCENTE

Um quadro trágico pintado com cores da falta de investimentos e de gestão. Como resultado, há não apenas notas baixas dos alunos como uma fuga da carreira de professor, profissional fundamental para o sucesso da escola. De acordo com uma pesquisa do Instituto Península e do Movimento Profissão Docente, apenas 5% dos jovens brasileiros no Ensino Médio consideram seguir a carreira de docente.

A desvalorização da profissão, associada às baixas remunerações e à falta de uma perspectiva de carreira, explicam a rejeição da área. O Brasil tem desempenho ruim na maioria dos indicadores sobre a educação, porém nada se compara quando analisados os proventos do professor. “É preciso investir na carreira docente. Está provado por inúmeras pesquisas que o elemento intraescolar mais importante para a aprendizagem dos alunos é o professor.”

O salário médio do Ensino Básico no início, no meio e no final da carreira no Brasil, é o pior do mundo. O estudo, elaborado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), comparou os rendimentos dos profissionais da área de 41 países. Nesse recorte, o Brasil ficou atrás da Hungria e até da Costa Rica.



Além da remuneração, o ex-vice-governador destacou que há um gargalo na formação dos professores no País. Seja nas licenciaturas ou nos cursos de pedagogia, ele ressalta que há uma distância entre os processos formativos e as necessidades práticas da vida escolar como, por exemplo, a capacitação para a alfabetização.

A EXPERIÊNCIA DE SOBRAL E OS CAMINHOS PARA O FUTURO

Os dados da tragédia da educação brasileira não são apenas de Pernambuco, são nacionais. O Estado, no entanto, possui destaque em avaliações no nível médio, especialmente pelo avanço da oferta de vagas nas escolas em tempo integral. Um dos motivos que impedem um progresso maior no desempenho dos estudantes pernambucanos são as deficiências na Educação Básica, área em que o grande *case* nacional é a cidade de Sobral. Raul Henry destacou que os municípios que seguiram a trilha da cidade cearense também estão avançando de forma acelerada, como é o caso dos alagoanos Teotônio Vilela e Coruripe.

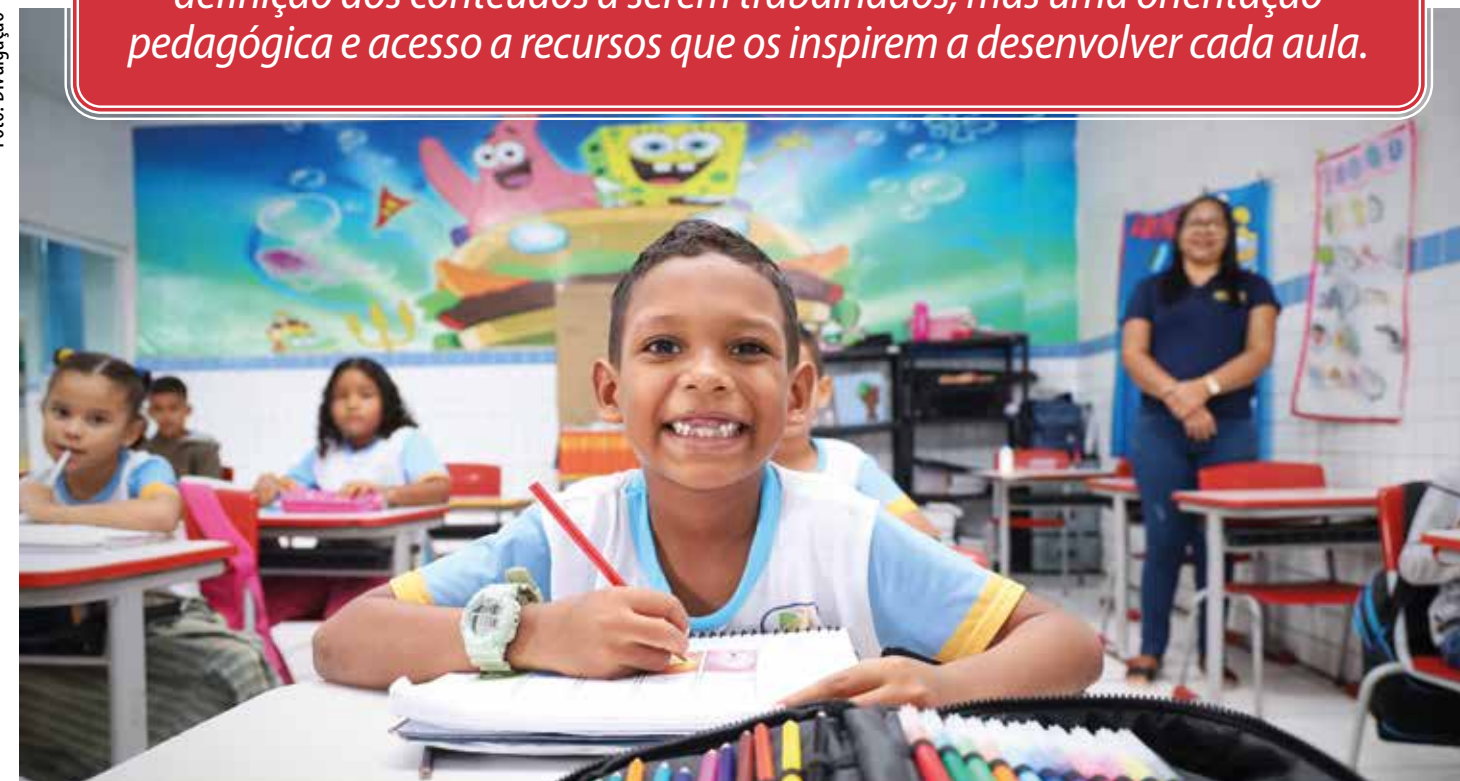
No Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a nota de Teotônio Vilela nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2013 era 2,7. Naquele mesmo ano, Pernambuco tinha desempenho avaliado em 3,4, e a média nacional era de 3,8. Dez anos depois, em 2023, enquanto o Brasil avançou para 5,8 e o Estado foi a 5,3, a cidade alagoana saltou para 9,0. Em Coruripe, que em 2013 tinha uma nota acima da média nacional (5,1), chegou no ano passado a 9,7.

“O que está dando certo nas cidades que avançaram no Ideb no Brasil é a coerência pedagógica. O exemplo inspirador é Sobral, outras cidades acompanharam esse exemplo. Hoje, 26 das 50 cidades do País com maior Ideb são cearenses ou alagoanas, que copiaram o exemplo de Sobral”, afirmou Raul Henry.

Ao considerar a experiência de Sobral, das cidades que seguiram a sua trilha e o que apontam também as evidências internacionais, Raul Henry destacou ser fundamental roteirizar o currículo. Um plano objetivo e semanal em que os docentes tenham não apenas uma definição dos conteúdos a serem trabalhados, mas uma orientação pedagógica e acesso a recursos que os inspirem a desenvolver cada aula.

Raul Henry destacou ser fundamental roteirizar o currículo. Seria um plano objetivo e semanal em que os docentes tenham não apenas uma definição dos conteúdos a serem trabalhados, mas uma orientação pedagógica e acesso a recursos que os inspirem a desenvolver cada aula.

Foto: Divulgação



Como está a educação no Brasil hoje?

E em Pernambuco?

EVOLUÇÃO DO IDEB (rede pública)
Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: Inep/MEC

“O currículo é o documento mais importante do sistema educacional”, defendeu Raul Henry. Ao compartilhar a experiência educacional da Austrália, ele disse que cada item do currículo indica a competência que a criança vai usar em sua vida, qual o melhor material didático recomendado e quais os suportes digitais disponíveis.

PARCERIA ENTRE GOVERNO FEDERAL E REDES MUNICIPAIS

Parte do problema remuneratório da carreira docente poderia ser resolvido a partir de uma parceria entre o Governo Federal e os municípios. Diferentemente de Cristovam Buarque, que defendeu de forma clara um plano para federalização das redes de Ensino Fundamental, hoje divididas entre os poderes municipais e federais, Raul Henry propôs um outro caminho. O ex-deputado defende que o Governo Federal contribua na remuneração dos docentes, de forma a que esses profissionais tenham um salário municipal e um segundo contracheque federal.

“Pode-se fazer uma carreira suplementar de professores que aumente o salário com uma remuneração adicional, melhorando o recrutamento. Isso porque o jovem que vai fazer o vestibular para a carreira saberá que terá um contracheque do município e um federal”, exemplificou.

Com essa medida, o problema dos baixos salários da classe, que afugenta o jovem dessa carreira, seria enfrentado. Hoje, dependendo principalmente dos cofres municipais, não há uma perspectiva de resolver esse gargalo central que é a desvalorização do professor, peça central em qualquer avanço no aprendizado.

A partir disso, Raul considera que o Governo Federal ganha também força para promover um grande programa de requalificação dos professores, para que esses profissionais só tenham acesso à nova carreira se conseguirem ter conhecimento pedagógico do conteúdo das disciplinas. Nessa direção, ele avalia que o Governo Federal pode ter muitos instrumentos de coordenação da política educacional, sem federalizar as escolas.

Raul Henry lembra que chegou a fazer um projeto de lei com essa proposta na Câmara Federal e que o próprio Cristovam Buarque tinha encaminhado um semelhante no Senado, mas ambos não avançaram. A instituição de uma Lei de Responsabilidade Educacional foi outra movimentação do ex-parlamentar para instituir critérios mínimos para o avanço dos diversos sistemas de aprendizado

Foto: Tom Cabral

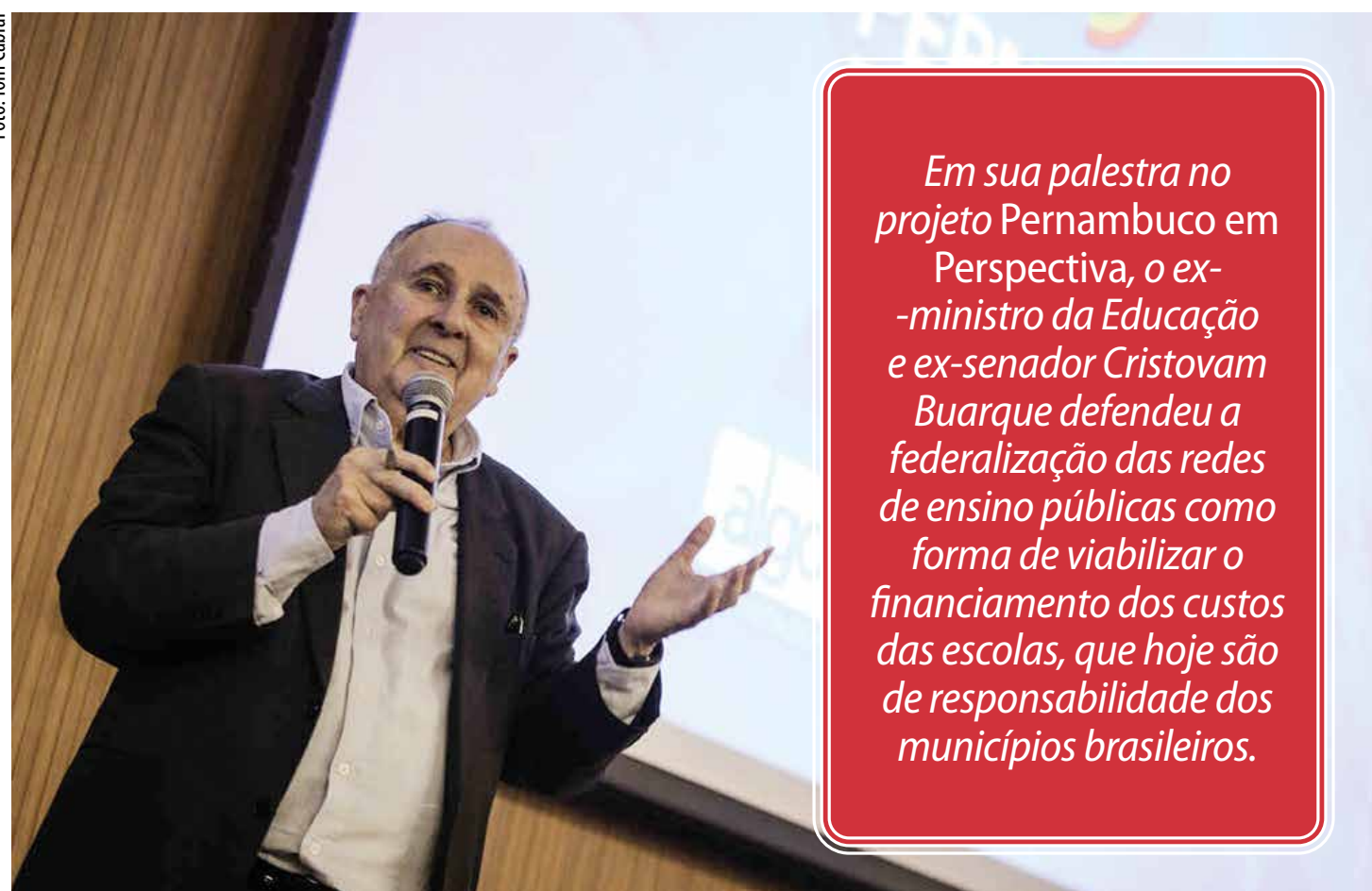


do Brasil. O projeto estipula padrões mínimos de qualidade para as escolas públicas. Uma das suas propostas mais polêmicas referia-se à punição: o texto previa que os prefeitos e governadores que registrassem retrocessos no Ideb durante suas gestões ficariam inelegíveis por cinco anos.

A discussão da federalização das redes de Ensino Básico foi um dos assuntos que surgiu durante o debate após a palestra, a partir de uma provocação do sociólogo e presidente do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, José Arlindo Soares. Ele considera que um caminho para promover realmente uma revolução educacional passaria por levar essas escolas para a responsabilidade do ente federal, que concentra a maior parte dos recursos públicos.

“Algumas propostas que estão sendo feitas são incrementais. Acrescentam o que já existe. O que Cristovam Buarque propõe, com o que estou convencido, é que é preciso dar um salto qualitativo. A federalização não pode ser feita de uma vez só, mas é preciso um processo. Se deixar apenas o incrementalismo, vamos levar séculos para uma transformação”, defendeu José Arlindo Soares.

Foto: Tom Cabral



Em sua palestra no projeto Pernambuco em Perspectiva, o ex-ministro da Educação e ex-senador Cristovam Buarque defendeu a federalização das redes de ensino públicas como forma de viabilizar o financiamento dos custos das escolas, que hoje são de responsabilidade dos municípios brasileiros.

Foto: Tom Cabral



José Arlindo Soares também compartilha da ideia de federalizar a rede de ensino. “O Governo Federal pode assumir um percentual a cada ano de eleições municipais. Por que as escolas técnicas são boas? Se elas fossem administradas pelos municípios seriam um desastre”, afirmou.

“O Governo Federal pode assumir um percentual a cada ano de eleições municipais. Por que as escolas técnicas são boas? Se elas fossem administradas pelos municípios seriam um desastre.” O sociólogo considera, dessa forma, uma dificuldade grande que as redes municipais teriam de desenvolver o ensino técnico, que hoje é predominantemente conduzido pelo Governo Federal (com os Institutos Federais) e pelos governos estaduais.

PRIORIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Outra questão-chave na reversão da crise da educação brasileira é priorizar a primeira infância. Enquanto os melhores indicadores do Brasil estão no Ensino Superior, onde o Governo Federal é responsável pela maioria das instituições, vários estudos internacionais dão conta de que é fundamental a atenção aos seis primeiros anos de vida da população.



Para cada US\$ 1 investido na primeira infância, há uma economia de US\$ 7 até os 35 anos dessa pessoa. Isso porque os indivíduos têm mais saúde, são menos propensos à violência e aos vícios. Porém, 98% dos recursos investidos em educação são feitos após essa faixa etária.

“Quanto mais o Estado investe na primeira infância, maior é o retorno econômico para o próprio Estado. Para cada US\$ 1 investido na primeira infância, há uma economia de US\$ 7 até os 35 anos dessa pessoa. Isso porque os indivíduos têm mais saúde, são menos propensos à violência e aos vícios. Apesar disso, 98% dos recursos investidos em educação são feitos após a primeira infância”, alertou Raul Henry.

Ele denuncia que o País ainda não criou uma política nacional que dê suporte às necessidades e os desafios da primeira infância. Além disso, esse é um serviço que está longe de ser universalizado, mesmo nas capitais, e que fica sob a responsabilidade dos municípios. De acordo com dados do IBGE, 2,3 milhões de crianças de 0 a 3 anos não frequentam creches por dificuldade de acesso ao serviço. Quando se faz o recorte das famílias mais pobres, o percentual daquelas que não conseguem vagas é quatro vezes maior.



AUSÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

Um dos grandes entraves para reverter a situação da educação brasileira, na avaliação de Raul Henry, é a ausência de um engajamento da população pela pauta. “Educação no Brasil não dá nem tira voto. O descompromisso das lideranças públicas com a educação vem daí. Se não tem prioridade política, não tem atenção ou compromisso do líder político, permaneceremos na escassez no setor.”

A fórmula proposta por Raul Henry durante o encontro passa, portanto, pelos seguintes pilares: a priorização da primeira infância e da alfabetização; o investimento no ensino em tempo integral e na educação tecnológica; a maior eficiência da equação entre financiamento e gestão educacional, além da valorização da carreira docente e da implementação de uma coerência pedagógica nas redes de ensino. O salto a ser dado por Pernambuco na educação é muito grande, do tamanho dos desafios de ser competitivo no século 21. **a**



CLIMA E MEIO AMBIENTE

CAPA

NÃO ADIANTA APENAS PRESERVAR, É PRECISO REGENERAR

Debate ambiental do *Pernambuco em Perspectiva* destacou a urgência da agenda da sustentabilidade no Estado. Especialistas defenderam uma nova matriz econômica conectada com as tendências globais da descarbonização.

Rafael Dantas



Quais as atividades econômicas que irão mover Pernambuco nas próximas décadas? Com 90% do território situado no Semiárido nordestino e com sua capital como uma das mais vulneráveis à elevação do nível do mar, a grande expectativa – e desafio – do Estado é construir um tecido produtivo sustentável. A economia regenerativa – que não apenas preserva o meio ambiente, mas que atua para reverter o processo histórico de destruição – foi o tema principal do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, realizado em 2024 pela **Algomais** e pela Rede Gestão, com patrocínio da Copergás.

Ana Luíza Ferreira, à época secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha do Governo do Estado, e Sérgio Xavier, coordenador do Fórum de Mudança do Clima, foram enfáticos na defesa da mudança do modelo de desenvolvimento econômico para um padrão ancorado nas tendências de descarbonização das atividades produtivas, interrupção dos processos de degradação ambiental, fomento às atividades sustentáveis e de adaptação às mudanças climáticas.



Sérgio Xavier alertou para as condições climáticas do País, com a temperatura subindo em todas as regiões, as ondas de calor, chuvas extremas e elevação do nível do mar. “É uma crise sistêmica, pois o modelo macro da nossa economia está em colapso, ele não é mais viável.”

“A economia é o eixo fundamental para fazer as grandes transformações. Ela influencia a política, garante a vida das pessoas. É nela que temos que trabalhar, saindo do modelo degradador para um modelo regenerativo. É preciso mudar os modelos de governança para uma visão mais sistêmica, mais integrada e em tempo real com redes digitais”, defendeu Sérgio Xavier.

Muitas das previsões que pareciam catastróficas e até alarmistas há algumas décadas já se tornaram realidade. Não esperaram 2050 ou o final do século para acontecer. Os alagamentos no Recife em dias sem chuvas, o drama das enchentes do Rio Grande do Sul e o processo de desertificação no Semiárido nordestino são cenas de um filme assustador que atravessam o planeta.



Seguem em curso tentativas de se avançar em atividades com graves riscos ambientais no Brasil. A exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas é um dilema nacional, como no passado foi a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Esse roteiro, previsto há décadas pelos ambientalistas, mas só agora, de fato, sentido pela população, tem movido o mundo com investimentos robustos. A transição das matrizes energéticas e os investimentos urbanos de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas são duas respostas às ameaças globais. Em paralelo a isso, no entanto, seguem em curso tentativas de se avançar em atividades com graves riscos ambientais em Pernambuco, no País e no mundo.

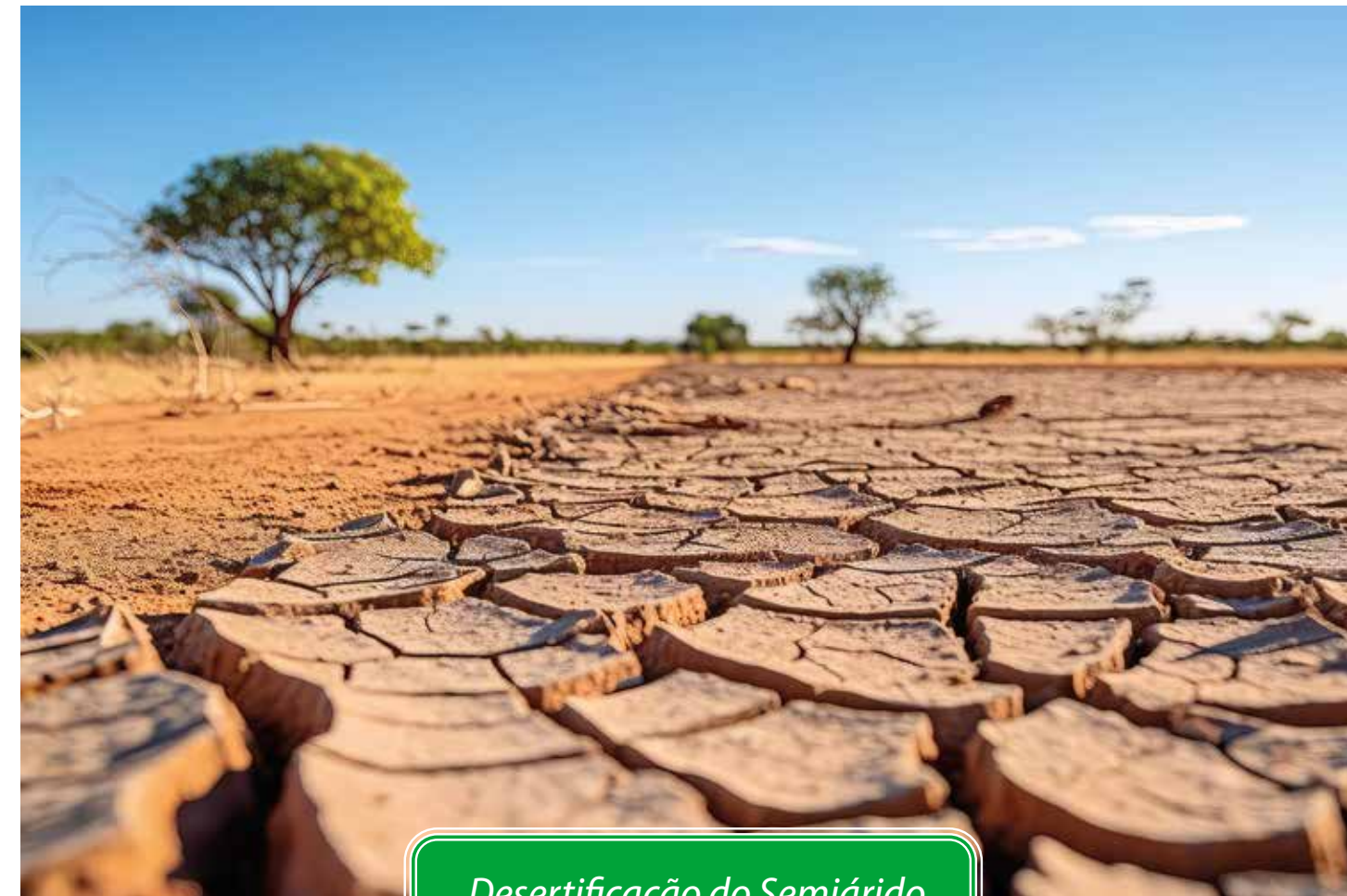
A exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas é um dilema nacional, como no passado foi a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Em Pernambuco, pautas que estão no horizonte de curto prazo são a construção do Arco Metropolitano e da Escola de Sargentos. O primeiro corta a Área de Proteção Ambiental Aldeia Beberibe, enquanto o segundo prevê o desmatamento de 90 hectares de Mata Atlântica, em Paudalho. Permanece, portanto, o confronto entre os “empreendimentos verdes” e o avanço de investimentos com forte impacto ambiental.



CENÁRIOS NACIONAL E LOCAL DRAMÁTICOS

Sérgio Xavier apontou uma série de aspectos destacados pelo Fórum Econômico Mundial que expõe a complexidade da pauta das questões climáticas, que exige pensamento sistêmico, planejamento Integrado, diplomacia colaborativa e soluções multiconectadas. “Alguns destaques apontados pelo fórum são a desinformação, as disrupções decorrentes das novas tecnologias digitais, a polarização social no mundo, a recessão econômica, inclusive provocada por questões ambientais, a migração forçada. Há um conjunto de outros aspectos que englobam tudo. Um dos pontos relevantes é a falta de oportunidade econômica.”

No cenário nacional, o avanço das queimadas, ocorrido em 2024, foi um fator que assustou a população. Mas a quantidade de indicadores preocupantes de desequilíbrio ambiental no País e no mundo são muitas. “A temperatura média, máxima e mínima estão subindo em todas as regiões do Brasil. Ondas de calor, chuvas anuais, chuvas extremas, duração da seca, nível do mar, acidificação



Desertificação do Semiárido

do oceano. Todos estão em alta. Estamos em uma situação muito séria e crítica. É uma crise sistêmica, pois o modelo macro da nossa economia está em colapso, ele não é mais viável. O ponto de partida é o meio ambiente”, alerta Sérgio Xavier.

No estudo apresentado pelo Adapta Brasil, dos 5.570 municípios do País, apenas 251 têm capacidade adaptativa considerada muito alta para enfrentar os desafios desse momento de mudanças climáticas e eventos extremos do clima. O levantamento do Governo Federal mostrou que 3.679 municípios não têm capacidade adaptativa ou têm uma capacidade muito baixa de enfrentar essa situação.

Quando estive à frente da Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco, Xavier diagnosticou três pontos mais críticos por onde o Estado deveria começar a enfrentar os problemas ambientais. O primeiro era a seca e o cenário de desertificação do Semiárido. O segundo era o avanço do mar e a erosão do Litoral, atingindo uma região densamente povoada. E em terceiro, as chuvas e inundações da Zona da Mata pernambucana.

“Precisamos fazer um plano que mitigue, adapte as cidades, inclua as pessoas, transforme as cadeias produtivas e, ao mesmo, tempo as impulse. Essa é a referência, criar uma nova economia resolvendo esses problemas. Temos 90% de áreas suscetíveis à desertificação, com parte já saindo do semiárido para o árido”, destacou Sérgio.

Além da defesa da preservação ambiental e da atuação por sua regeneração, Ana Luíza foi muito enfática ao associar o desafio social de Pernambuco. “Estamos num estado em que 50% da população está abaixo da linha da pobreza e que 20% da população está abaixo da linha de miséria. Nós nos acostumamos a ser suscetíveis a qualquer desenvolvimento, qualquer emprego e qualquer PIB”, critica. Ela sugere ser preciso reduzir desigualdades extremas dentro das iniciativas de economia regenerativa.

Lab Noronha



Sérgio Xavier lembrou de alguns avanços durante seu período na gestão, que ele considera que foram medidas importantes, mas paliativas. Ações que adiam o colapso, atuando à margem do modelo econômico degradador. Mas destacou que o momento exige políticas que, de fato, regenerem o meio ambiente. “Nossa visão é fazer a economia regenerativa puxar esse processo. E, portanto, a nossa briga é com os conservadores da desigualdade e do modelo econômico, que querem que continue do mesmo jeito. Esses conservadores não querem conservar a natureza. Precisamos que eles olhem para a questão ambiental”, explicou Xavier.

Ele tem investido em laboratórios de economia regenerativa, com destaque para a experiência do Lab Noronha pelo Planeta, que é financiado pela iniciativa privada. Instalado em um antigo lixão no arquipélago, a proposta foi de recuperar a região, criando um ponto turístico completamente sustentável, melhorando a vida das pessoas. **A estrutura está avançando para inauguração, prevista para o ano de 2026**, mas já tem produzido impactos importantes no local, como a retirada de todo o lixo e o início do reflorestamento.

A transição do modelo linear insustentável para um modelo circular e regenerativo abre infinitas oportunidades ao focar na descarbonização e na recomposição dos ciclos biogeoquímicos que sustentam tanto a vida quanto a economia. Nesse contexto, a biodiversidade, as florestas e as bacias hidrográficas emergem como os ativos mais valiosos e duradouros, fundamentais para garantir um futuro equilibrado e próspero. Ao proteger e valorizar esses recursos naturais, é possível impulsionar uma economia sustentável que gera benefícios contínuos para a sociedade e o meio ambiente.





Ana Luíza Ferreira explicou que o Plano PerMeie propõe construir um ciclo de desenvolvimento que reduza as desigualdades e aumente a renda da população, promovendo a transição para uma economia global orientada por critérios ESG e princípios regenerativos.

TRANSIÇÃO ECONÔMICO-ECOLÓGICA EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco, a resposta dada pelo poder público é o *PerMeie*, o *Plano Pernambucano de Mudança Econômico-ecológica*. A exemplo de outras experiências no País e mesmo no Estado, a proposta é de uma atuação transversal em todas as secretarias do Poder Executivo para mudar a lógica da exploração econômica.

“A gente está num momento extremamente desafiador sob o ponto de vista ambiental, mas, ao mesmo tempo, com muitas oportunidades. Nunca o meio ambiente teve o protagonismo que hoje tem”, afirmou Ana Luíza Ferreira. “Pernambuco está se estruturando para fazer essa transição para uma nova economia de matriz regenerativa. Para aproveitar o bonde da oportunidade, não basta apenas ser sustentável. Precisamos ir além, regenerar o meio ambiente e de forma inclusiva.”

Não é por acaso que a ex-secretária pontuou que esse primeiro quarto do século 21 é também uma janela de oportunidades. A Irena (Agência Internacional de Energia Renovável) fala da necessidade de aporte

de US\$ 150 trilhões para limitar o aquecimento global a 1,5 °C até 2050. Isso resultaria numa média anual de investimentos de mais de US\$ 5 trilhões. Durante sua apresentação, Ana Luíza destacou que um terço do mercado de capitais global direciona investimentos exclusivamente para projetos com métricas ESG (baseadas no tripé Ambiental, Social e Governança) bem definidas. Esse montante supera US\$ 40 trilhões, o que equivale a mais de 25 vezes o PIB do Brasil.

Diante dos potenciais do Nordeste, em conexão com as tendências econômicas do mundo que investe na descarbonização, a mudança de chave da matriz produtiva pode contribuir para a redução das desigualdades regionais que historicamente afetaram a região. De acordo com os dados do último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Nordeste possui 26,9% da população brasileira, enquanto é responsável apenas por 13,8% do PIB.

“É um trabalho para mudar o vetor de desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Estamos acostumados a colocar em caixinhas separadas meio ambiente e economia, mas isso é completamente intrínseco. Antes do problema climático ser ambiental, é um problema social, econômico e político. O ambiental é apenas um reflexo do nosso modelo político, econômico e social. Reflexo das desigualdades extremas que globalmente temos entre os países e regionalmente no Brasil”, exemplificou Ana Luíza Ferreira.

Desigualdade social



O *Plano Pernambucano de Mudança Econômico-ecológica* propõe, portanto, construir um ciclo de desenvolvimento que reduza as desigualdades e aumente a renda da população, promovendo a transição para uma economia global orientada por critérios ESG e princípios regenerativos. A iniciativa vislumbra utilizar instrumentos fiscais, pesquisa, inovação e educação para atingir seus objetivos.

O *PerMeie* está estruturado em cinco eixos principais. O primeiro é o fomento a investimentos sustentáveis e regenerativos. O segundo eixo trata da mobilização cultural e educativa para o desenvolvimento sustentável. O terceiro foca na inovação em serviços e tecnologias disruptivas para a economia regenerativa. O quarto aborda o planejamento urbano e territorial sustentável. Por fim, o quinto eixo promove a bioeconomia nas biorregiões do Estado, com ênfase na Caatinga e na sustentabilidade. Cada campo do plano dispõe de iniciativas estratégicas prioritárias, que estão em andamento.



Sergio Xavier defendeu que a Escola de Sargentos poderia ser um projeto que mantivesse os 90 hectares de mata previstos atualmente para serem desmatados. Também criticou a construção do Arco Metropolitano na APA Aldeia Beberibe.

PAUTAS ESPECÍFICAS NO CONTEXTO PERNAMBUCANO

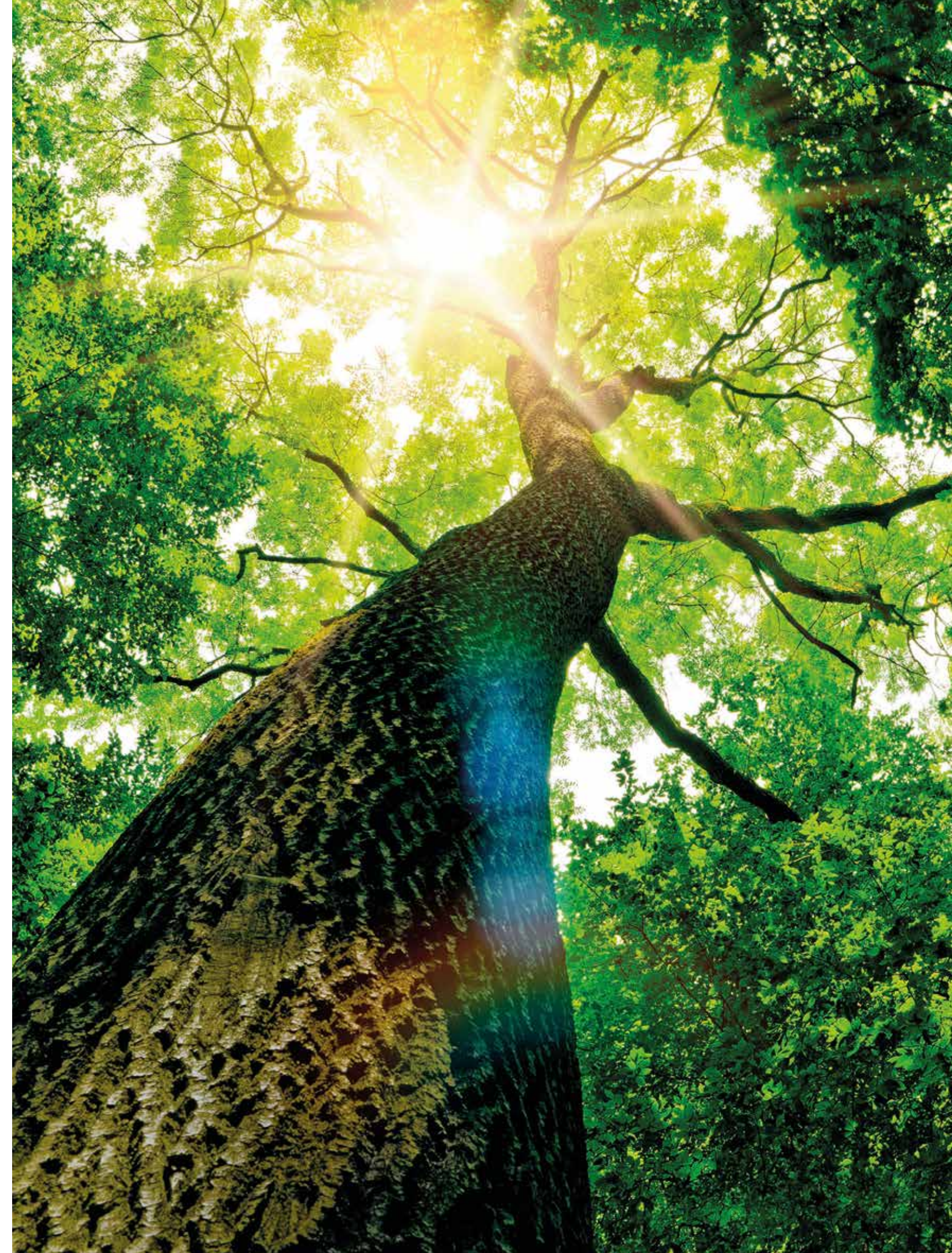
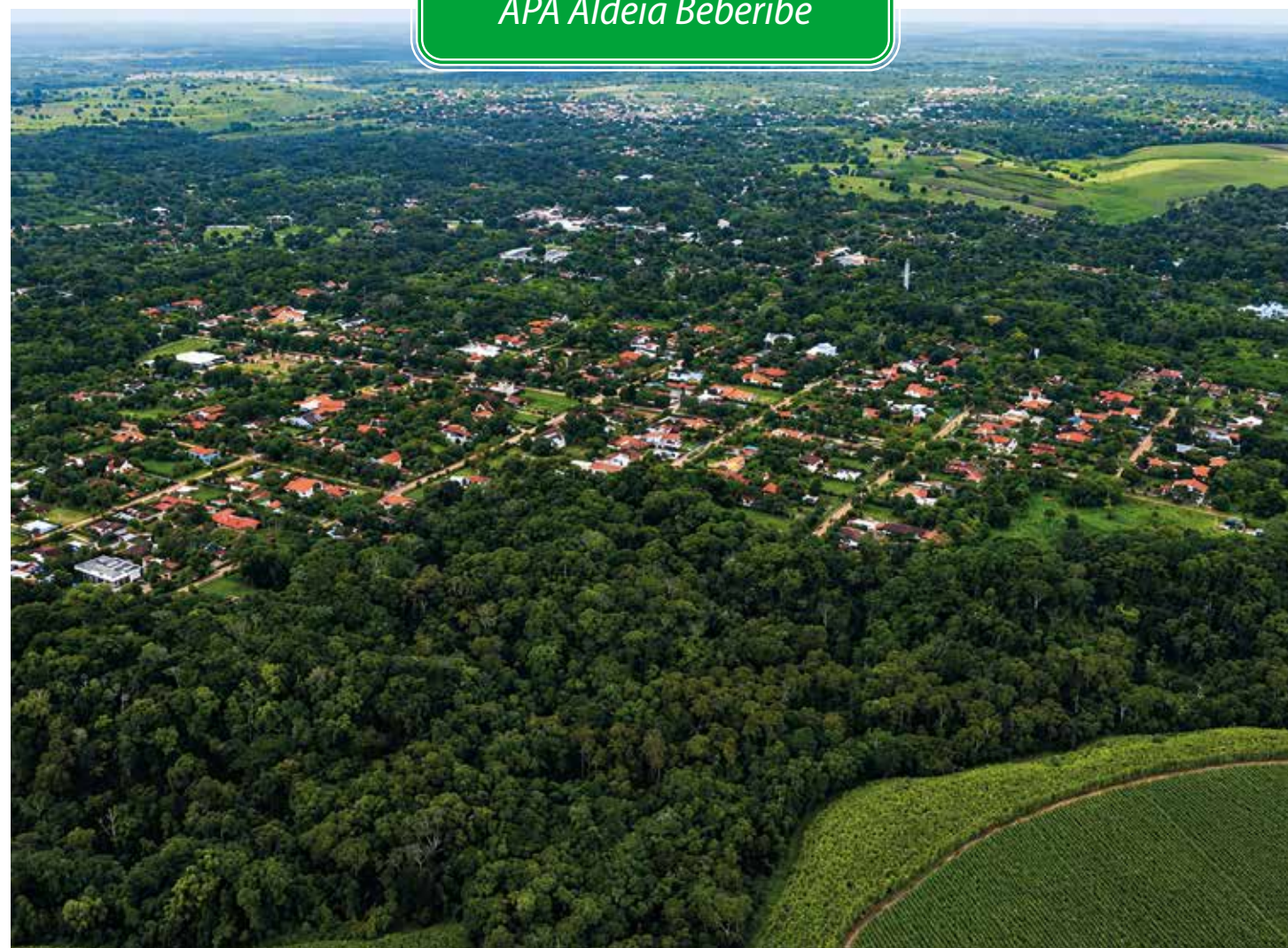
Em sua apresentação, Sérgio Xavier mencionou três debates urgentes. Dois estão na pauta do dia em Pernambuco (a Escola de Sargentos e o Arco Metropolitano) e o terceiro está esquecido no debate público mais amplo (a degradação da Bacia do São Francisco).

“A Escola de Sargentos é uma boa oportunidade de criar um projeto que se encaixe nos espaços que já foram devastados e mantenha os 90 hectares (trecho previsto atualmente para ser desmatado para erguer o empreendimento). É um absurdo perder essa área para fazer uma escola que deveria dar uma lição de sustentabilidade. As Forças Armadas do mundo e não só do Brasil em algumas décadas vão trabalhar muito com os efeitos das mudanças climáticas, socorrendo gente, apagando fogo, dando apoio às pessoas e se refugiando”, afirmou o ambientalista. “Tenho tentado, dentro do Governo Federal, transformar esse projeto em um exemplo.”

Ele criticou também o projeto do Arco Metropolitano. Relembrou as lutas travadas no passado, pois o percurso que não exigia desapropriação era justamente sobre a mata da APA Aldeia Beberibe, que é um dos poucos pontos que restam de Mata Atlântica. Ele sugeriu que se fizesse o Arco, mas preservando esses resquícios do bioma. “Daqui a 50 ou 100 anos, talvez essa estrada nem seja necessária. Agora, daqui a 100, 200 ou mil anos, essa mata vai ser fundamental. Até porque a água da RMR vem desses mananciais.”

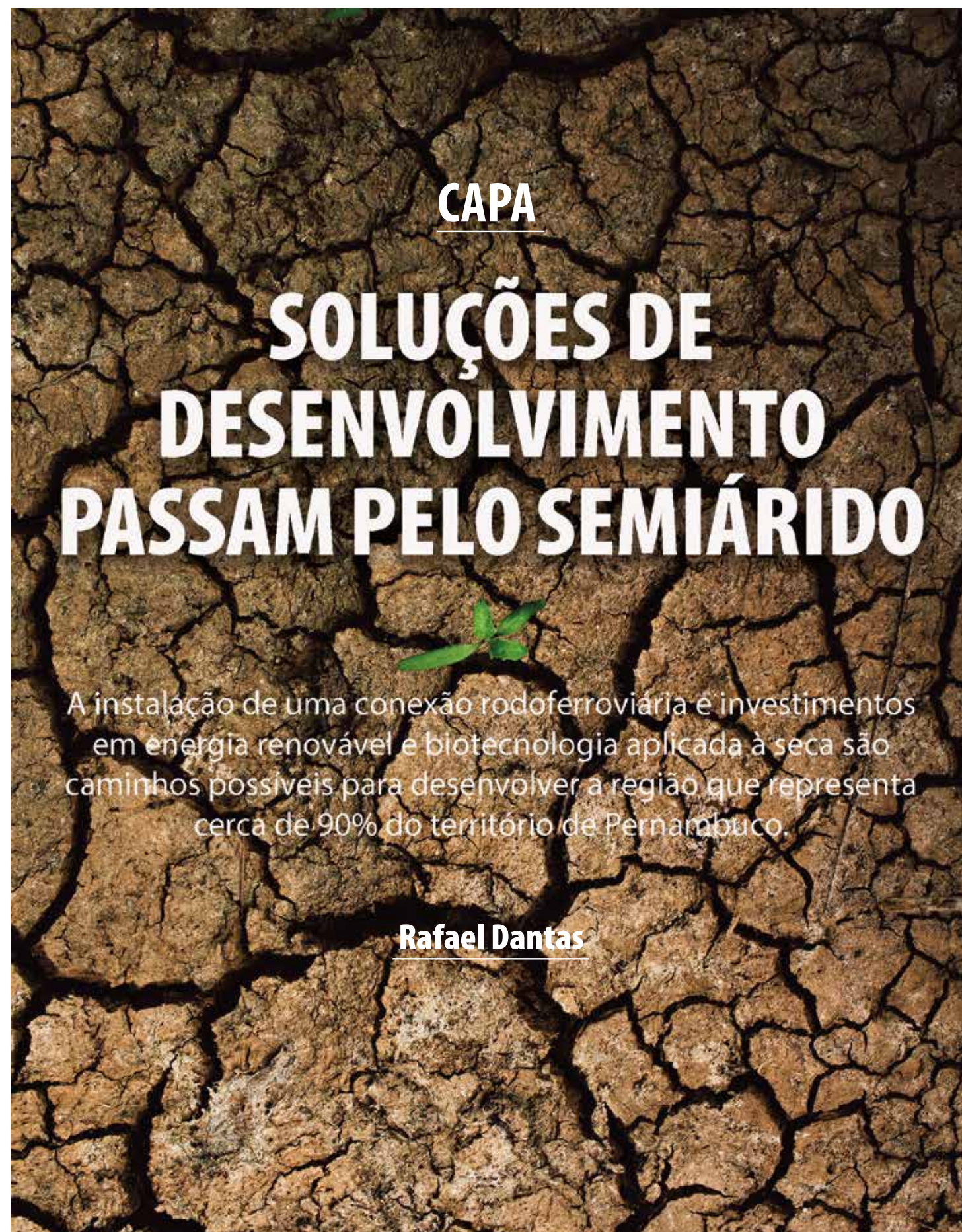
Xavier salientou que, nos últimos quatro anos, houve um aumento de 546% de alertas de desmatamento na Bacia do Rio São Francisco, que perdeu 50% de água entre 1985 a 2020. “O rio está morrendo. Isso se encaixa no aumento da aridez do Semiárido.” A região também possui um Laboratório de Economia Regenerativa para interligar corredores ecológicos, unindo os atores locais que já trabalham no território. [a](#)

APA Aldeia Beberibe





SEMIÁRIDO



CAPA

SOLUÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PASSAM PELO SEMIÁRIDO

A instalação de uma conexão rodoferroviária e investimentos em energia renovável e biotecnologia aplicada à seca são caminhos possíveis para desenvolver a região que representa cerca de 90% do território de Pernambuco.

Rafael Dantas



Pernambuco construiu uma robusta trajetória econômica a partir do Litoral, na Região Metropolitana e Zona da Mata, e encaminhou o desenvolvimento em direção ao sul, com o Complexo de Suape e, ao norte, com o polo automotivo de Goiana. Mas tem um forte déficit de investimentos no seu interior. Mesmo com experiências exitosas na economia, como na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e na indústria de confecções, o futuro do Sertão e do Agreste, imersos em grande parte no Semiárido, precisa ser uma das prioridades para o Estado nas próximas décadas. Essa foi uma das constatações do encontro do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, realizado em janeiro de 2024.

Diferentemente das abordagens tradicionais sobre o Semiárido, o engenheiro agrônomo e professor da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco – *Campus* Serra Talhada) Geraldo Eugênio destacou as oportunidades que estão no horizonte de cidades promissoras do interior, como Serra Talhada. Ao mesmo tempo em que abrange potenciais relevantes para o século 21, como a geração de energias renováveis e mão de obra qualificada em decorrência da interiorização das universidades, ele destaca que a região inevitavelmente continuará a conviver com desafios históricos naturais como é o caso da escassez hídrica.



“

O grande diamante dessa história [do Semiárido] são os genes que conferem às plantas resistência às mudanças climáticas, à falta de água. Na agricultura mundial, quem cultiva trigo, cevada, soja, está necessitando disso.

”

Geraldo Eugênio

“Se existe uma realidade incontestável é que a seca é nossa irmã. A única certeza que tenho é da seca, que ela vem. Pode demorar um ano ou dois, mas vem. No final do ano passado, os principais laboratórios do mundo da meteorologia atentaram para o fato de que virá um ciclo de El Niño e que a gente entrará em um novo período de seca. Se houve um alerta, temos que estar preparados. Seca é para ser gerida como qualquer empreendimento”, explicou o docente.

No entanto, além da necessidade de preparar a região para os novos ciclos de maior escassez de água, Geraldo aponta para um novo horizonte. Diante do cenário de aquecimento global, as lições do Semiárido mais populoso do mundo podem trazer oportunidades para Pernambuco e para além das nossas fronteiras. “Nós temos um planeta em processo acelerado de mudanças climáticas. Onde é que está a chave dessa história em relação ao futuro da agricultura mundial? Nas áreas áridas e semiáridas.”

O docente destaca que essas regiões não abrigam apenas plantas retorcidas e pequenos animais, mas alguns conhecimentos fundamentais para o mundo mais quente e seco com o qual passamos a conviver.

“São milhões de anos de evolução, em que os genes que fazem com que a vida ocorra mesmo com sete, oito ou nove anos de seca estão ali. Temos o Semiárido de um milhão de quilômetros quadrados, eu imagino que podemos ter um grande Centro de Biotecnologia Aplicada à Tolerância à Seca e à Alta Temperatura. Isso é mais que fundamental”, afirmou Geraldo Eugênio. “O grande diamante dessa história são os genes que conferem às plantas resistência às mudanças climáticas, à falta de água. Na agricultura mundial, quem cultiva trigo, cevada, soja, está necessitando disso.”

Além da organização desse centro, ele faz ainda duas propostas relacionadas à escassez hídrica. A primeira é a criação de uma Instituição de Gestão das Secas. Essa entidade abrigaria informações históricas relacionadas ao fenômeno natural, bem como sobre as intervenções que foram feitas.

Outra defesa do pesquisador é acerca da conexão em rede com organizações de outros lugares áridos e semiáridos do mundo. “Da mesma forma que temos uma coalizão mundial para a Amazônia, obrigatoriamente estaríamos à frente em uma Coalizão Internacional para o Semiárido, visando à mitigação e à solução das mudanças climáticas. De seca, entendemos e estamos com o produto que o mundo vai precisar”, alertou o professor da UFRPE.





A política de interiorização das universidades confere conhecimento e profissionais capacitados para alavancar o desenvolvimento na região semiárida. Serra Talhada, no coração do Sertão do Pajeú, já possui a UFRPE desde 2006 e a UPE desde 2013.

BASE INTELECTUAL DA REGIÃO

Para fixar essas iniciativas num planejamento estratégico para o Estado, diante de uma oportunidade global, Pernambuco não precisaria dar os primeiros passos, mas, sim, aprofundar os investimentos em ciência na região. Serra Talhada, no coração do Sertão do Pajeú, por exemplo, já possui a Universidade Federal Rural de Pernambuco desde 2006. A UPE também está na região desde 2013.

A reitora eleita para os próximos anos da UFRPE, Maria José de Sena, que participou da reunião, destaca que o mais difícil já foi alcançado, que é a formação e fixação de pesquisadores na região. “Tem solução, tem perspectiva. É preciso que o Estado como um todo, Pernambuco e o Brasil, entendam o potencial que temos no Semiárido. Sou uma esperançosa. Lá já existe uma semente plantada, com uma raiz profunda, que é uma UFRPE, que é uma UPE e outras instituições. O intelecto já tem. Temos 200 professores doutores e pós-doutores lá.”

A reitora promete intensificar a atuação na região. “O Brasil não está discutindo ainda a seca que está vindo aí. Mas o mundo já está. Parece até que não estamos acreditando no que a ciência está dizendo. Vamos ser bastante agressivos, vamos dizer que é preciso aproveitar esse potencial. Temos grandes possibilidades de desenvolvimento no Sertão do Pajeú. O mais difícil e caro já temos, que é o bojo intelectual. Quando investimos em educação, investimos em perspectiva”, declarou Maria José de Sena.

O conjunto de pesquisas desenvolvidas e de profissionais formados na região em menos de duas décadas tem transformado Serra Talhada. Além do polo educacional, que atrai jovens da região, outros setores passaram a receber investimentos mais robustos, como o da saúde.



“

Temos grandes possibilidades de desenvolvimento do Sertão do Pajeú. O mais difícil e caro já temos, que é o bojo intelectual. Quando investimos em educação, investimos em perspectiva.

”

Maria José de Sena

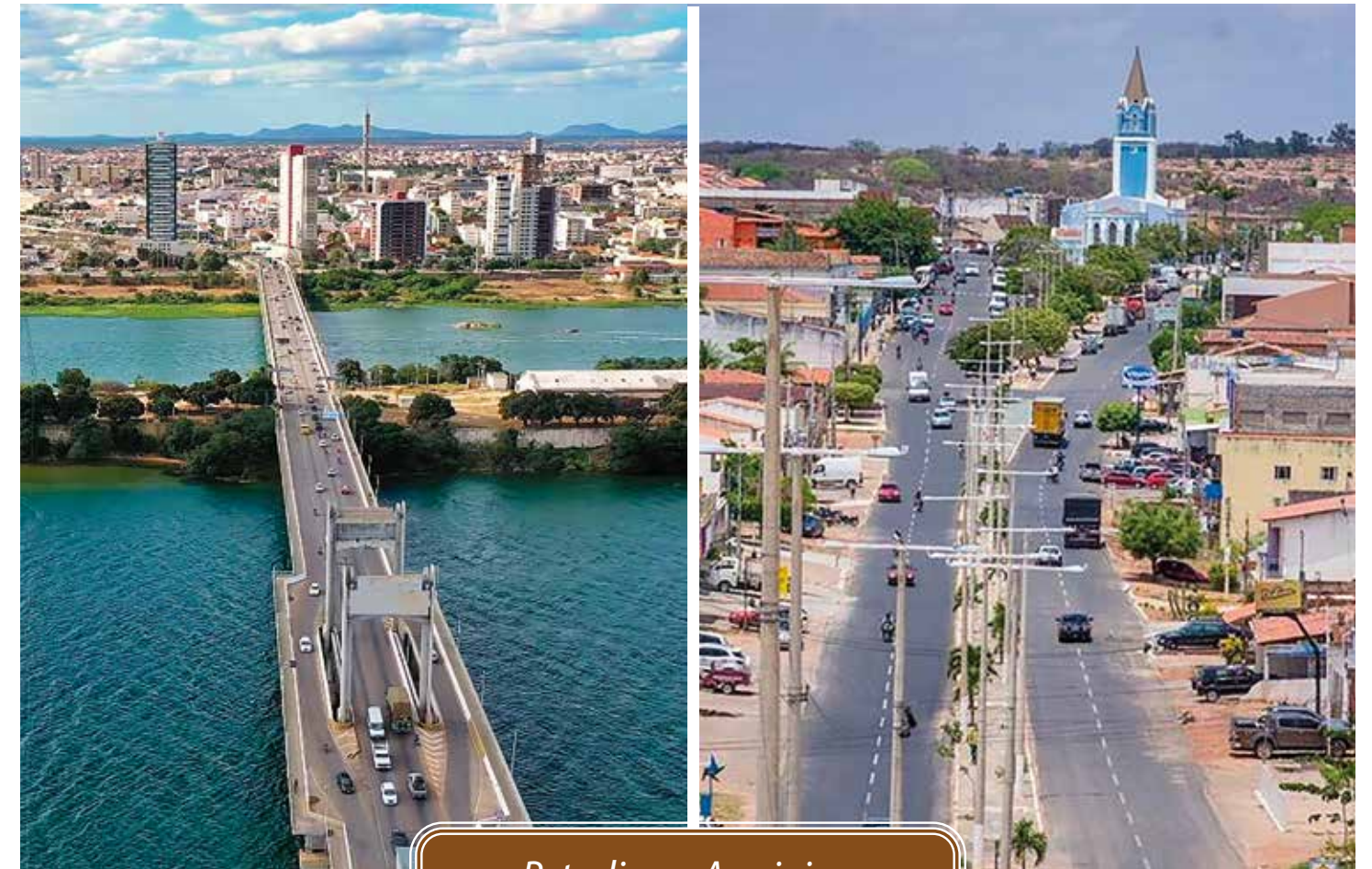
INFRAESTRUTURA PARA INTEGRAÇÃO COM O INTERIOR

Enquanto a pauta da biotecnologia associada ao Semiárido é uma agenda quente do século 21, Pernambuco tem ainda o desafio de superar gargalos básico de infraestrutura, como estradas e conexão ferroviária. Em sua apresentação, o professor Geraldo Eugênio sugere uma visão ousada, de Estado, para avançar com a duplicação da BR-232, de São Caetano até Salgueiro.



“Isso é essencial para o nosso estado, é uma coluna vertebral que conecta centros de desenvolvimento regional, como Belo Jardim, Pesqueira, Arcoverde, Serra Talhada e Salgueiro. Se observarmos 30 quilômetros de norte a sul, ao longo dessa BR-232, existem mais de 70 a 80 municípios.” Ele informou que nesse trecho há tráfego intenso em toda a extensão, principalmente entre Arcoverde e São Caetano.

Além dessa obra, Geraldo agregou ainda a proposta de duplicar a BR-236, que conecta Salgueiro até Parnamirim e Araripina, no extremo noroeste de Pernambuco. Essa região já possui forte influência do Cariri Cearense. Com esse esforço de infraestrutura, o Estado teria uma completa integração leste-oeste-noroeste. “Funcionaria como eixo de atração do Sertão do Araripe com Pernambuco. Além disso, aproxima o Estado do Cerrado brasileiro que é o celeiro nacional. O grande motor da economia nacional hoje se chama Cerrado brasileiro, o centro do Brasil. Já estamos muito próximos, precisamos nos integrar a ele.”



Petrolina e Araripina

A conexão rodoviária do Estado teria ainda como desafio a duplicação da BR-116 e da BR-428, que ligariam Salgueiro a Cabrobó e Petrolina, no sudoeste pernambucano. “Pernambuco não pode conviver com a ausência de uma estrada duplicada até Petrolina, que é uma das áreas de maior avanço tecnológico em agricultura em todo o mundo. É um *hub* que não encontra tecnologia agrícola superior nem na Califórnia, nem em Israel, nem na Espanha, nem onde quer que seja. Se nós quisermos conservar Petrolina como parte de Pernambuco, temos que valorizar isso que nós temos. Não tem como pensar o Estado em 15 anos sem imaginar que esse desenho todo de rodovias esteja completo.”

Com esses investimentos, estaria pavimentada a requalificação da espinha dorsal do Estado, reduzindo os custos e o tempo de deslocamento de mercadorias e pessoas entre as principais microrregiões. O pesquisador avalia que essa infraestrutura melhoraria a integração entre Petrolina e o Recife, além de otimizar a conexão com os sertões da Bahia e do Ceará.



TRANSNORDESTINA

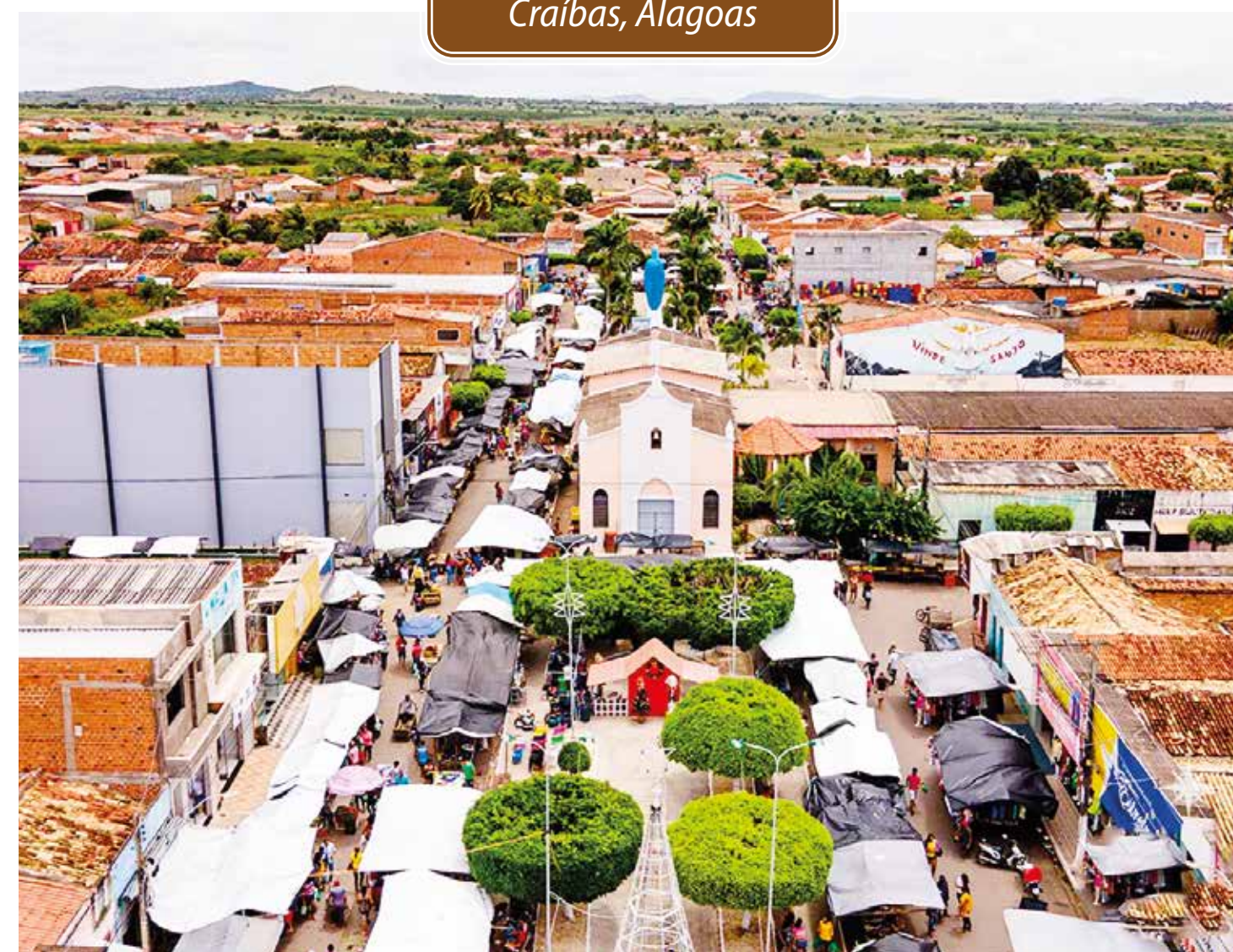
Além dessa infraestrutura rodoviária, Geraldo enfatizou a relevância da retomada das obras da Transnordestina entre Salgueiro e Suape. Mais do que conectar a região, essa estrutura ferroviária é considerada fundamental para o desenvolvimento do principal porto pernambucano.

O pesquisador considera que o ponto mais dramático da odisseia que envolve a construção dessa ferrovia foi em dezembro de 2022, quando a empresa concessionária retirou o trecho de Salgueiro a Suape do projeto da Transnordestina. Além disso, lamentou o silêncio absoluto da elite pernambucana na época, que não se manifestou de forma contrária. A mobilização aconteceu apenas meses após o anúncio da exclusão.

“Isso foi tão grave quanto a separação do São Francisco ou a retirada de Alagoas de Pernambuco, um desastre! Temos uma elite na lona, sem visão de Estado. Visão estratégica zero”, criticou Geraldo. “Não tem como a gente imaginar ter um porto desse, com todo respeito, muito superior ao de Pecém em todas as condições de logística, de atracamento, de profundidade, de facilidade, e se manter calado sobre o cancelamento do trecho pernambucano da ferrovia.”

Além da relevância para Suape de se conectar a Eliseu Martins, no Piauí (região que abriga jazidas de minério de ferro), o pesquisador lembrou que outra região entrou no radar do setor. “Há uma mineração de cobre que está no Agreste de Alagoas, numa cidade chamada Craíbas, ao lado de Arapiraca, que talvez tenha mais valor do que a que está no Piauí.” Com a exploração do minério, abre-se uma nova

Craíbas, Alagoas



possibilidade para a ferrovia até Suape, visto que o Porto de Ma-
ceió não teria as características de infraestrutura necessárias para
exportar essa carga.

“A Transnordestina é fundamental para Pernambuco porque reti-
ra o Porto de Suape do isolamento e da dependência do petróleo
(da refinaria) e do polo automotivo. Sem malha ferroviária não exis-
te porto de dimensões globais e regionais. Além disso, a ferrovia
atrai as cargas do interior como grãos, carne e minérios. Nós não
temos tido a oportunidade de ser mais intensos nesse comércio
com o exterior por causa da logística”, analisa Geraldo.

*A Transnordestina é fundamental para Suape ser um porto
de dimensões globais e regionais e vai permitir que, por ele,
sejam escoadas cargas do interior, como grãos e carne, além de
minérios não só do Piauí, mas também do Agreste de Alagoas.*

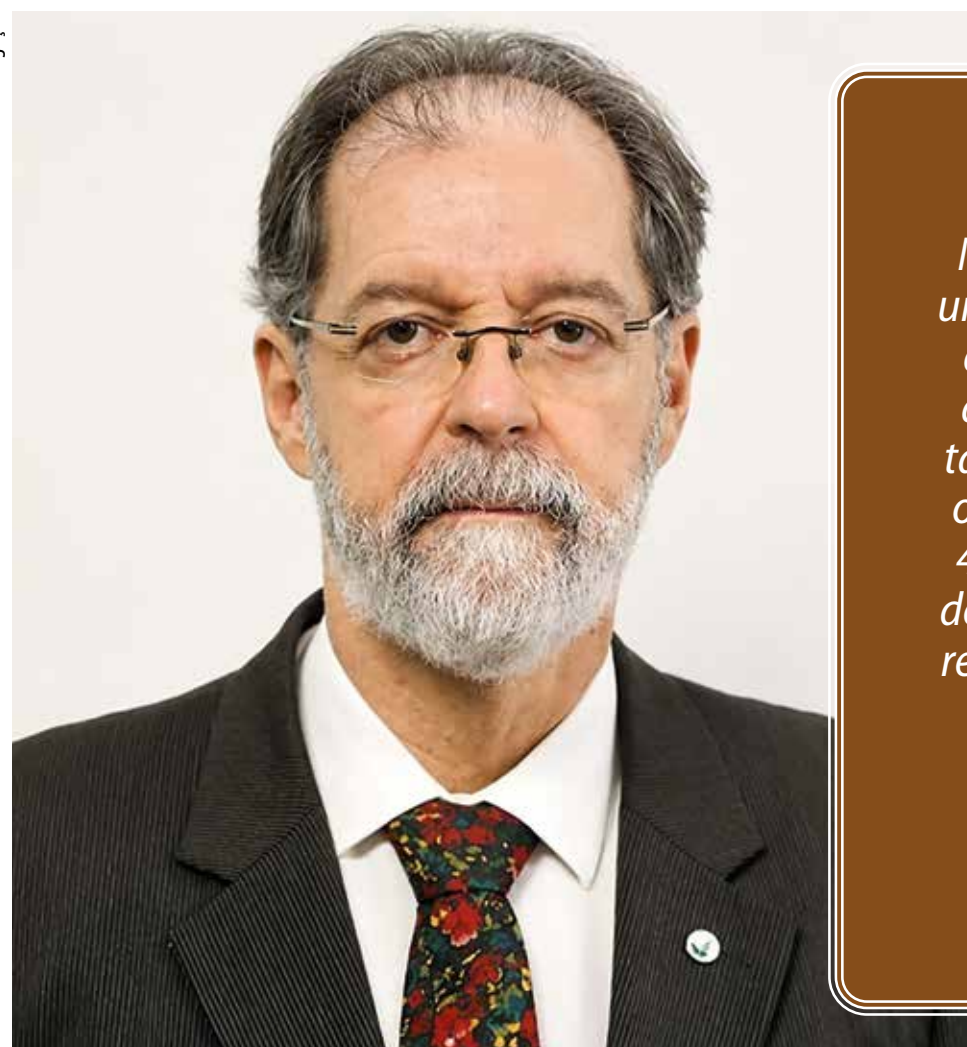


O INTERIOR E AS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Além da biotecnologia, do investimento em formação e da cone-
xão rodoferroviária do território, como eixos estratégicos no cená-
rio de desenvolvimento do Estado, outra agenda com forte poten-
cial do interior é a das energias renováveis. Após saltar na frente na
região, com a instalação de um polo industrial em Suape durante
os mandatos do ex-governador Eduardo Campos, Pernambuco foi
ficando atrás dos estados vizinhos nessa agenda. Isso se mostra de
forma mais clara atualmente, com a chegada dos grandes investi-
mentos na produção de hidrogênio verde no Nordeste.

Diante da falta de alternativa de construção de novas hidrelétricas,
o caminho para o crescimento da geração de energia para o País, nas
próximas décadas, é no avanço dos parques eólicos e solares, para os
quais o Nordeste guarda o maior potencial. Em sua apresentação, Ge-
raldo destaca que a construção da ferrovia poderia acelerar a instala-
ção dessa indústria de energias renováveis no Sertão pernambucano
e nos demais estados da região. “A Transnordestina reduziria os custos
e o tempo da instalação dos equipamentos eólicos e voltaicos. O no-
roeste de Pernambuco, no triângulo com o Piauí e o Ceará, que já con-
ta com quantidade significativa de torres instaladas, tem capacidade
de gerar 4 GW por ano de geração de energia. Isso equivale a um ter-
ço de Itaipu (Usina Hidrelétrica instalada entre o Brasil e o Paraguai).”

No debate, o engenheiro elétrico Pedro Jatobá, defendeu a neces-
sidade de repensar o desenvolvimento da região, com destaque para
os potenciais atuais do Sertão pernambucano e diante das tendên-
cias para as próximas décadas no mundo. Ele mencionou, por exem-
plo, que existe atualmente uma aproximação da produção energética
com a agricultura, devido à capacidade de produzir fertilizantes por
meio do hidrogênio verde. Mas ele sugere uma discussão mais ampla,
que vá além do potencial energético da região.



“

Na Amazônia criou-se um movimento mundial de defesa, muito bem articulado e pensado, tanto que eles discutem o programa Amazônia 4.0, que é o modelo de desenvolvimento para a região. Podemos pensar num Semiárido 4.0 e divulgá-lo.

”

Pedro Jatobá

“É impossível não pensar no que está acontecendo na Amazônia, onde criou-se um movimento mundial de defesa, muito bem articulado e pensado, tanto que eles discutem o programa *Amazônia 4.0*, que é o modelo de desenvolvimento que se dá para a região diante da nova situação do mundo. O que eu ouvi aqui é mais do que suficiente para a gente pensar num *Semiárido 4.0* e divulgá-lo. Não vamos nos livrar nunca da seca. Vamos ter que conviver com ela e usar tecnologia e conhecimento para tirar todo o valor do que ela pode ter. Temos que ter um projeto para o *Semiárido 4.0*”, sugeriu Pedro Jatobá.

O recado do primeiro encontro de 2024 do projeto *Pernambuco em Perspectiva* é da urgência do investimento em uma maior integração dentro do Estado, por meio da ferrovia e da requalificação rodoviária. Mais que essa conexão, todavia, o debate sugere uma aposta nas necessidades globais do século 21, associados aos potenciais da região semiárida que são a geração de energia e da biotecnologia aplicada à seca e às altas temperaturas. **a**





CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



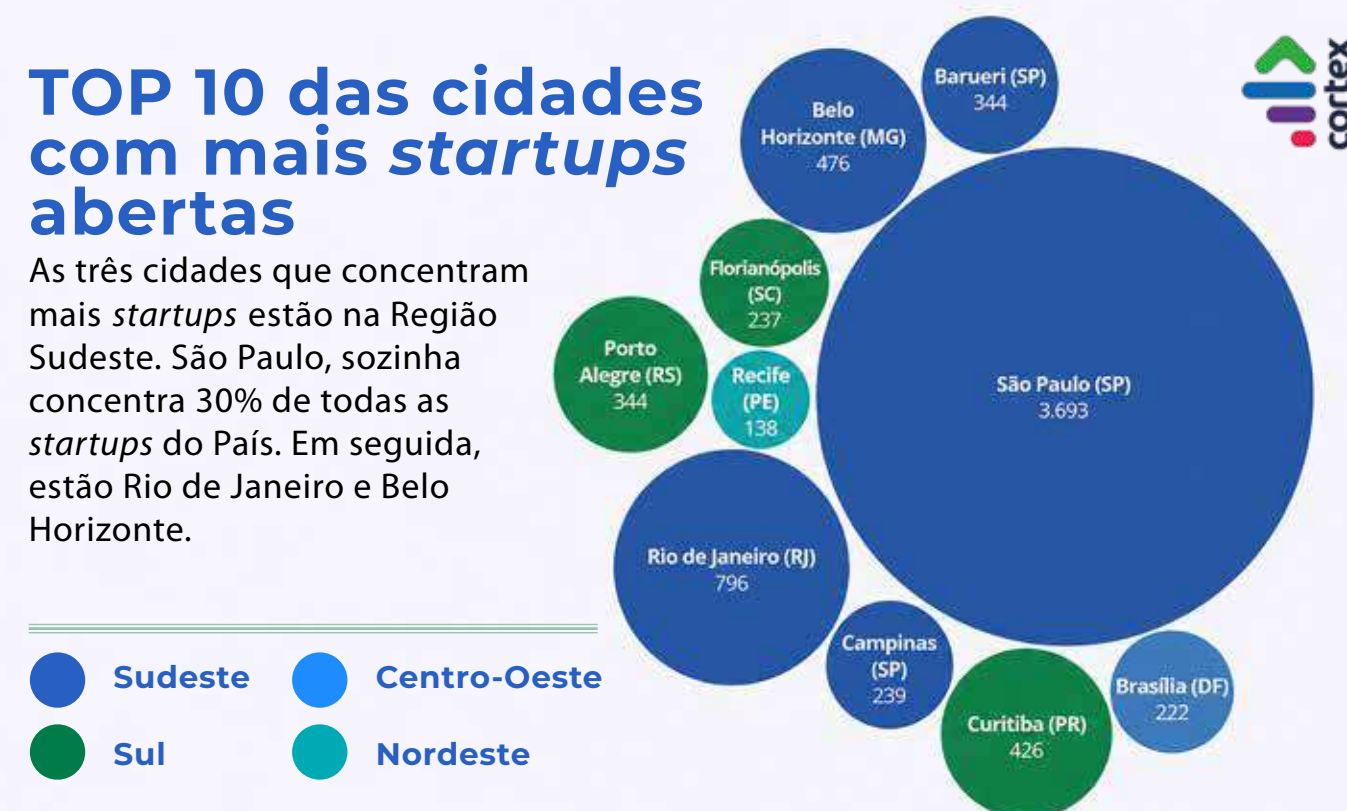
O Brasil aparece na 50ª posição no Índice Global da Inovação, não figurando entre as principais potências mundiais no desenvolvimento tecnológico e na capacidade de criação de novos produtos e processos. No cenário nacional, Pernambuco, apesar de alguns *cases* de muito sucesso, também está devendo. Há gargalos importantes em mão de obra, além do baixo associativismo e do forte conservadorismo ainda presentes em setores relevantes da economia.

Discutir o cenário local da inovação e apontar a importância dela para o novo ciclo de desenvolvimento do Estado foram os desafios de Sérgio Cavalcante na edição de outubro de 2024 do *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*. O projeto, uma realização da **Revista Algomais** e da Rede Gestão, com patrocínio da Copergás, tem promovido uma série de seminários com pautas estratégicas, como sustentabilidade, indústria e educação, com o objetivo de vislumbrar caminhos para o futuro da economia pernambucana.

Professor da UFPE, ex-presidente do CESAR e *head* de Inovação do Grupo Cornélio Brennand, Sérgio Cavalcante, apontou que o único *cluster* de inovação de toda a América Latina está localizado em São Paulo. Além disso, no *Mapa das Startups*, elaborado pela Cortex, o Recife possui apenas 138 dessas empresas emergentes e focadas em soluções escaláveis. Em São Paulo, são 3.693 *startups*.

TOP 10 das cidades com mais *startups* abertas

As três cidades que concentram mais *startups* estão na Região Sudeste. São Paulo, sozinha concentra 30% de todas as *startups* do País. Em seguida, estão Rio de Janeiro e Belo Horizonte.



Apesar da presença do Porto Digital e da pujança de polos que investem em muita tecnologia, como o de saúde e o automotivo, Pernambuco precisa dar saltos importantes para avançar, segundo o especialista. “Quando a gente analisa os principais problemas que foram identificados em 2009, na pesquisa publicada no livro *Pernambuco Competitivo* [editado pelo INTG], é muito interessante perceber em vários setores a repetição da falta de mão de obra adequada, da existência do conservadorismo e falta de associativismo. Também foram mencionados os problemas na infraestrutura.”

Em dez setores econômicos protagonistas da economia local, o estudo revelou que em sete havia dificuldades com qualificação dos profissionais e também em sete foi registrada a falta de inovação (conservadorismo).



Foto: Tom Cabral



Sérgio Cavalcante avalia que uma das razões da dificuldade de inovação no Brasil está no modelo de educação implantado. “No Ensino Médio, a quantidade de pontos de aprendizagem é muito alta. Não dá tempo de o aluno parar e analisar. Eles não são capazes de identificar fake news de uma situação real ou uma oportunidade em um problema.”

EDUCAÇÃO NA BERLINDA

Ao analisar com mais atenção os dados do Índice Global da Inovação, da Ompi (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), em parceria com a Universidade Cornell e o Insead, há pontos críticos do Brasil que puxam seu desempenho para a incômoda 50ª posição. O País tem gargalos maiores em tópicos como efetividade governamental (103º no mundo), ambiente de negócios (125º) e educação superior (93º).

Sérgio Cavalcante avalia que uma das raízes da dificuldade de inovação no Brasil está no nosso modelo de educação. “Um dos principais problemas que temos é o modelo pedagógico brasileiro. Os alunos das universidades têm perdido o poder de abstração,

é preciso ser muito concreto para eles compreenderem. No Ensino Médio, a quantidade de pontos de aprendizagem é muito alta. Não dá tempo de o aluno parar e analisar. A capacidade analítica da juventude acaba no Ensino Médio. Eles não são capazes de identificar uma *fake news* de uma situação real. Não são capazes de identificar uma oportunidade em um problema”, critica.

Como, no Ensino Médio, a pressão por decorar muitos conteúdos para a seleção nas universidades é um dos principais focos dos estudantes e das instituições, perde-se a oportunidade de ensinar os alunos a buscar e analisar informações. Cavalcante considera que a atenção mais acentuada na técnica, e não nos valores ou no estímulo para resolver problemas, contribui para a falta de capacidade inovativa desses jovens quando chegam no mercado de trabalho.

Apesar desse cenário difícil na qualificação de mão de obra, o Recife tem se destacado, na oferta de oportunidades de formação dos jovens da periferia em cursos no setor de tecnologia da informação e comunicação, com o Embarque Digital. O programa, capitaneado pela Prefeitura do Recife, tem contribuído para a cidade se destacar no País em volume de estudantes no setor, que tem um forte apagão de profissionais no mundo.

Associando o programa a uma rede de instituições de formação em Ensino Superior na cidade, a capital tem 571 estudantes de TI a cada 100 mil habitantes, segundo dados do Censo do Ensino Superior. O segundo lugar no País é Porto Alegre, que aparece bem distante, com apenas 365 alunos a cada 100 mil habitantes.



DESCONEXÃO COM OS PROBLEMAS REAIS

Um dos desafios para o avanço da inovação no Estado é de focar os esforços públicos e privados para encontrar soluções para os problemas reais de Pernambuco. O professor da UFPE considera que a desconexão está nas universidades, que têm muita dificuldade de comunicação com o mercado e também das empresas de buscarem os cientistas. “Os nossos pesquisadores não sabem fazer pesquisa para inovação.”

Muitas empresas locais procuram parcerias com *clusters* de inovação de outros países, inclusive, para solucionar problemas locais por dificuldade de desenvolver alternativas com os *players* daqui. Apesar das críticas, Sérgio destacou uma diversidade de iniciativas locais que têm provocado a busca por alternativas para os gargalos dos setores econômicos do Estado.

A realização de estudos do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco) e da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), ambas públicas, para encontrar soluções para o plantio de algodão no Semiárido é um dos *cases* destacados por Cavalcante.

No evento, Cavalcante propôs uma maior proatividade dos agentes locais na formação de mão de obra, na atuação focada em problemas sociais e no associativismo, além de defender o avanço na disponibilidade de dados que embasem políticas públicas assertivas.

Foto: Tom Cabral





Na década de 1980, a praga do bicudo dizimou a cultura do algodão no Estado. As descobertas dessa iniciativa têm, portanto, a capacidade de colaborar para a prevenção de novas crises e para o desenvolvimento desse segmento produtivo.

Outras iniciativas locais demonstram os esforços de firmar parcerias entre atores públicos e privados para estudar alternativas para problemas reais do Estado, como na atuação do Atitude

Pernambuco, um movimento empresa-

rial que promove estudos de melhoria de infraestrutura pública e faz doação de equipamentos para o poder público, e do Lab Noronha pelo Planeta, focado na promoção da economia circular regenerativa e da sustentabilidade.

Cavalcante listou também as maratonas de inovação ou as chamadas públicas para encontrar soluções de problemas reais promovidas tanto pelo Governo do Estado como pela Prefeitura do Recife. Ações que estimulam empresas, profissionais e estudantes a mobilizarem esforços e criatividade focados em necessidades sociais e empresariais que surgiram das comunidades e do mercado.

Seja com *players* locais de destaque internacional, como a Vivix Vidros Planos e a Baterias Moura, como por pesquisas e projetos vindos das universidades e dos poderes públicos, há uma dinâmica de inovação em movimento no Estado que não pode ser desconsiderada. O Porto Digital e o CESAR, talvez, sejam os principais símbolos desse esforço. Para dar passos maiores para um novo ciclo de desenvolvimento de Pernambuco, Sérgio Cavalcante defendeu que haja uma maior proatividade dos agentes locais na formação de mão de obra, na atuação focada em problemas sociais e no avanço do associativismo.



PROPOSTAS PARA PERNAMBUCO SER MAIS INOVADOR

Apesar de mapear o avanço das estruturas de inovação do Estado, Sérgio Cavalcante avalia que há percursos importantes a serem atravessados no novo ciclo de desenvolvimento de Pernambuco. “Eu me surpreendi com várias iniciativas que estão acontecendo no Estado e nos municípios com relação à inovação tanto do ponto de vista público quanto privado. Mas eu diria que nós deveríamos ter um impacto mais amplo com as prefeituras para evoluir no Ensino Fundamental, não apenas no que concerne ao conhecimento, mas, também, com ênfase nos valores e comportamentos, como proatividade, autoaprendizado, inteligência emocional, flexibilidade, pensamento crítico, colaboração, escuta ativa, entre outros.”

Além do olhar acerca da educação municipal, o *head* de inovação do Grupo Cornélio Brennand defende um avanço na disponibilidade de dados para que o Estado planeje e execute políticas públicas de forma mais efetiva. “A gente precisa ter mais dados de como é que o Estado está com relação aos fatores que permitem e induzem a inovação e também com os resultados obtidos. A gente tem isso no nível do Brasil e alguma coisa do ponto de vista estadual, mas a gente precisa de mais informações para saber como atacar melhor os problemas que nós temos com base em dados.”



A terceira ênfase proposta por Cavalcante é no investimento do planejamento para além dos curtos ciclos políticos e com participação social. “Precisamos da recuperação da capacidade de planejamento em longo prazo, com avaliação constante dos desafios socioeconômicos. Entender as forças e fraquezas, as oportunidades e ameaças, além de garantir a execução desse planejamento com planos bem definidos e acompanhados pela sociedade.”

Os desafios não são pequenos para traçar um novo modelo de desenvolvimento de Pernambuco, nem é fácil promover a inovação no Estado para aumentar a competitividade dos diferentes setores produtivos. A proatividade da sociedade pernambucana nesse debate, aliada às contribuições técnicas de especialistas e representantes setoriais, são ingredientes importantes para construir estratégias que impulsionem o crescimento, a qualidade de vida da população e a modernização da atividade econômica. 





Do *paper* ao PIB. Das pesquisas acadêmicas e do desenvolvimento científico para a vida real e para o desenvolvimento econômico e social. Esse foi o desafio projetado pelo presidente do Cetene (Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste), Marcelo Carneiro Leão, na edição de abril de 2025 do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, que é realizado pela **Revista Algomais** e pela Rede Gestão, com patrocínio do Banco do Nordeste e do Governo Federal. O encontro destacou a necessidade de se investir estrategicamente em tecnologia e inovação no novo ciclo de desenvolvimento do Estado.

Após uma abrupta queda de investimentos em pesquisa e desenvolvimento a partir de 2014, o País vive uma recuperação dos aportes nesse setor desde 2023. Mesmo assim, o pesquisador apontou que o Brasil ainda não está nem perto dos líderes mundiais em inovação, como a Coreia do Sul e Israel.

"Não existe nenhum país na história da humanidade que tenha se desenvolvido sem investir pesado em educação, ciência e tecnologia. Ou a gente aposta de verdade em ciência e tecnologia, ou vamos continuar andando em círculos", sentenciou Carneiro Leão.

Foto: Tom Cabral





Carneiro Leão propôs um ecossistema formado por universidades, agências de fomento, deep techs (empresas que objetivam fornecer soluções tecnológicas baseadas em conhecimentos científicos), centros de tecnologia, como o Cetene, e por estruturas privadas.

Para Pernambuco, que enfrenta ainda graves desafios socioeconômicos e tem uma ampla faixa do seu território no Semiárido, a aposta na educação e no desenvolvimento tecnológico se torna uma peça-chave. "Não existe nenhum país na história da humanidade que tenha se desenvolvido sem investir pesado em educação, ciência e tecnologia. Ou a gente aposta de verdade em ciência e tecnologia, ou vamos continuar andando em círculos", destacou Marcelo Carneiro Leão.

O diretor do Cetene, que é ex-reitor da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), destacou que a participação dos recursos públicos é fundamental para a inovação. Isso não é uma realidade brasileira mas global. Mesmo em países com forte desenvolvimento empresarial e tecnológico, como os Estados Unidos e a Coreia do Sul, a presença do Estado no financiamento da inovação é uma peça-chave.

Esse ecossistema é formado principalmente por universidades, agências de fomento, *deep techs* (empresas que objetivam fornecer soluções tecnológicas baseadas em conhecimentos científicos), centros de tecnologia, como o Cetene, e também por estruturas privadas de diversas naturezas. Embora muitos recursos aportados nesse ciclo sejam federais, no Estado foi criado o programa *Inova PE*, que prevê aportar até R\$ 1,04 bilhão nos próximos anos em formação de novos talentos, P&D (pesquisa e desenvolvimento), melhorias da infraestrutura de inovação, entre outros.

Uma região estratégica em Pernambuco tem-se destacado como um polo dinâmico de inovação, que Marcelo tem chamado de *Várzea Fértil*. Em um raio de poucos quilômetros, concentram-se importantes instituições e centros de pesquisa e desenvolvimento, como a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), a UFRPE, o Cetene, o Parqtel (Parque Tecnológico de Eletrônicos e Tecnologias Associadas de Pernambuco), o ParqueTec e o Instituto de Tecnologia de Pernambuco, formando um ecossistema fértil para a ciência, a tecnologia e o empreendedorismo.



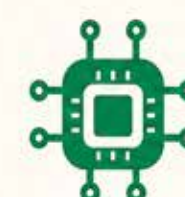
Universidades



Centros de Pesquisas



Empresas



Deep techs



O Cetene abriga a biofábrica que pesquisa a produção de lúpulo, insumo estratégico para o setor de bebidas, que tem uma atuação forte no Estado. A instituição possui também trabalhos aplicados no desenvolvimento de soluções relacionadas à cana-de-açúcar.

“A gente precisa criar nessa região um parque tecnológico, um parque de desenvolvimento, um pouco diferente do Porto Digital, que tem uma pegada mais na tecnologia da informação, olhando o que é que se pode contribuir nas cadeias produtivas do Estado de Pernambuco”, destacou Carneiro Leão.

No Cetene, por exemplo, ele apresentou a biofábrica para a pesquisa e produção de lúpulos, um insumo estratégico para o setor de bebidas, que tem uma atuação forte no Estado. A instituição possui também trabalhos aplicados no desenvolvimento de soluções relacionadas à cana-de-açúcar, outro protagonista da economia pernambucana.

REDESENHO DAS UNIVERSIDADES

Além de promover uma sinergia dessas instituições, Marcelo Carneiro Leão tem repetido três questões em seus pronunciamentos que são referentes às universidades. A primeira é a necessidade de essas instituições levarem suas metas da produção de artigos científicos e de registros de patentes para o desenvolvimento de soluções que gerem efeitos reais na sociedade. Esse é o pensamento que ele resume na expressão “do *paper* ao PIB”.

“Fazer uma pesquisa, publicar um artigo em um periódico foi o mote das universidades por um longo tempo. O que se avançou nos últimos anos foi o registro de patentes. E se achava que isso era inovação. Isso não é inovação, isso é invenção. A inovação só vai acontecer se isso chegar na ponta. É a transformação de invenção em inovação. Esse é o processo que a gente precisa construir”, afirmou Marcelo Carneiro Leão.



A outra mudança é no formato dos cursos acadêmicos. Diante das transformações sociais e tecnológicas, essas formações longas se tornaram menos atrativas para a população mais jovem. O terceiro destaque apontado pelo docente é a necessidade de incentivo ao empreendedorismo junto aos universitários.

De forma objetiva, ele apresentou iniciativas implementadas durante sua gestão na UFRPE como exemplos práticos de fomento à inovação. Uma delas foi a criação do *Programa de Formação em Empreendedorismo Científico* que, mesmo com orçamento reduzido, contribuiu para o surgimento de *startups* capazes de captar recursos e desenvolver novos negócios em curto prazo. Outra iniciativa de destaque foi a fundação do IPÊ (Instituto de Inovação, Parcerias, Empreendedorismo e Internacionalização), concebido para estimular parcerias nacionais e internacionais, promover a transferência de conhecimento científico e tecnológico, fortalecer a cultura de inovação e empreendedorismo e viabilizar a captação de recursos para projetos acadêmicos.



PROPOSTAS PARA PERNAMBUCO

Ao abordar a concepção de um novo ciclo de desenvolvimento para Pernambuco, Marcelo Carneiro Leão apresentou propostas que reforçam o papel da ciência, tecnologia e inovação como eixos estratégicos para impulsionar a competitividade, a geração de conhecimento e a sustentabilidade do Estado. Ele defende que uma das prioridades é promover o fortalecimento dos núcleos de inovação tecnológica já presentes em Pernambuco.

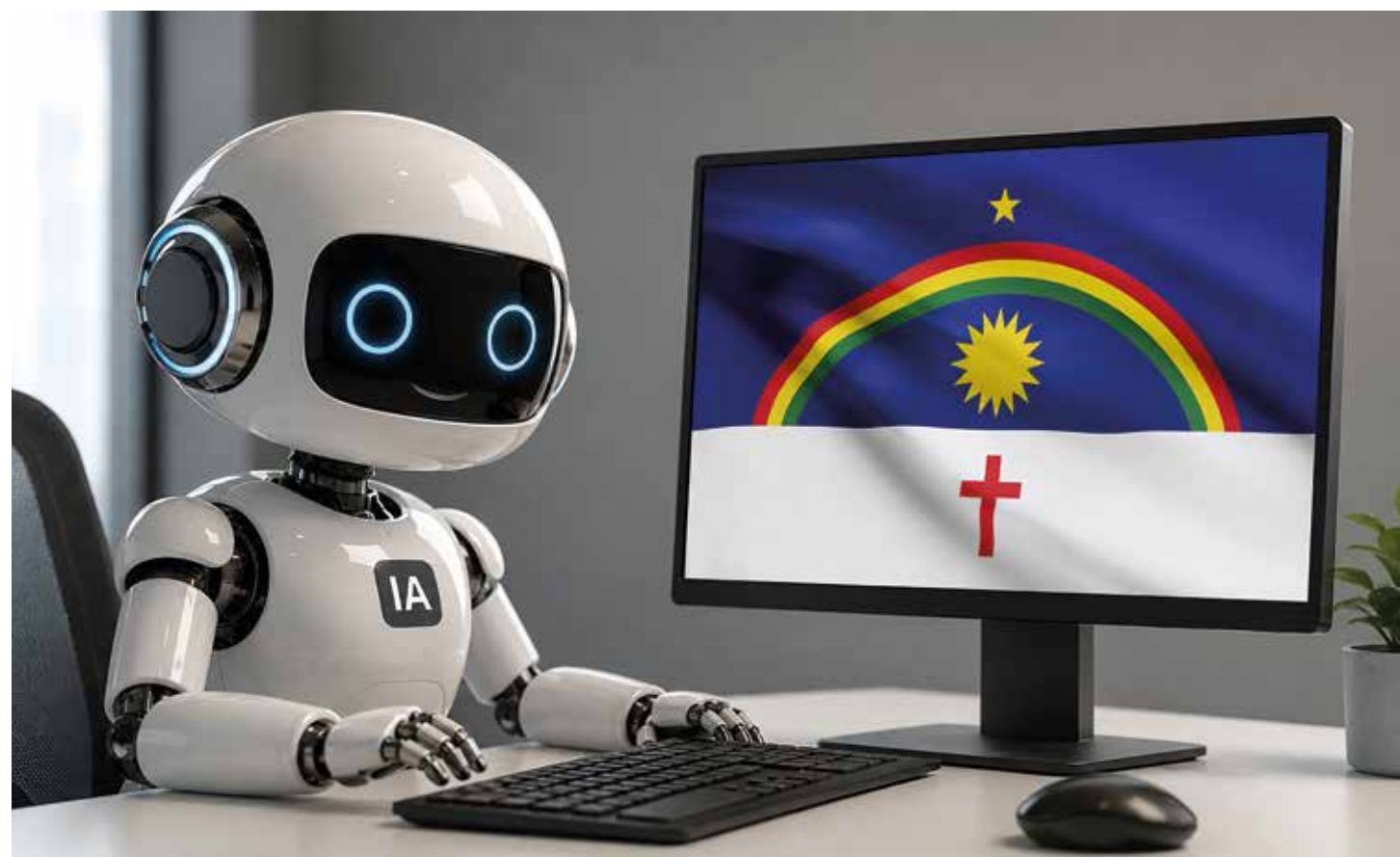
O diretor do Cetene também defende a melhoria da proteção das patentes geradas no Estado. Disse ainda ser necessário promover a transferência de tecnologia para empresas, mas garantindo o retorno financeiro para as instituições que produzem conhecimento.

“Isso já existe aqui em Pernambuco, mas a gente precisa fortalecer esses núcleos, proteger as patentes de produção intelectual do que é realizado aqui no Estado, fazer licenciamento de *royalties*. A gente tem que criar essa cultura de não somente vender a patente, mas que ela possa deixar uma parte do seu faturamento para as instituições e esse dinheiro ser revertido para novos investimentos nos laboratórios e pesquisas”, afirmou. Para ilustrar, citou dois exemplos emblemáticos: o Vonau, medicamento usado para prevenir náuseas e vômitos, que gera *royalties* para a USP (Universidade de São Paulo); e o Gatorade, cuja comercialização ainda hoje rende uma porcentagem do seu rendimento à Universidade da Flórida.

Outra proposta prática apresentada no evento é a criação de um Observatório de Dados e Inteligência Artificial como instrumento estratégico para subsidiar uma gestão pública baseada em evidências. A ideia é reunir repositórios e agregadores de informações econômicas e sociais de Pernambuco e aplicar técnicas de inteligência artificial para minerar e tratar esses dados de forma qualificada.

Com visualizações gráficas e análises robustas, a iniciativa permitiria fornecer insumos confiáveis à tomada de decisão nas políticas públicas, rompendo com práticas empíricas ou baseadas apenas na percepção dos gestores. Ele defende ser preciso ir além da simples coleta de informações: sugeriu que é hora de integrar inteligência artificial “individual e coletiva”, ou seja, unir tecnologia e conhecimento especializado para produzir soluções efetivas para o Estado.

Segundo Marcelo, o Governo do Estado precisa funcionar como uma plataforma, não apenas prestando serviços, mas articulando e facilitando o diálogo entre poder público, empresas e sociedade civil. Essa atuação ampliada deve incentivar a mentalidade empreendedora, apoiar o desenvolvimento de habilidades transversais e promover um ambiente propício à inovação e ao crescimento sustentável.

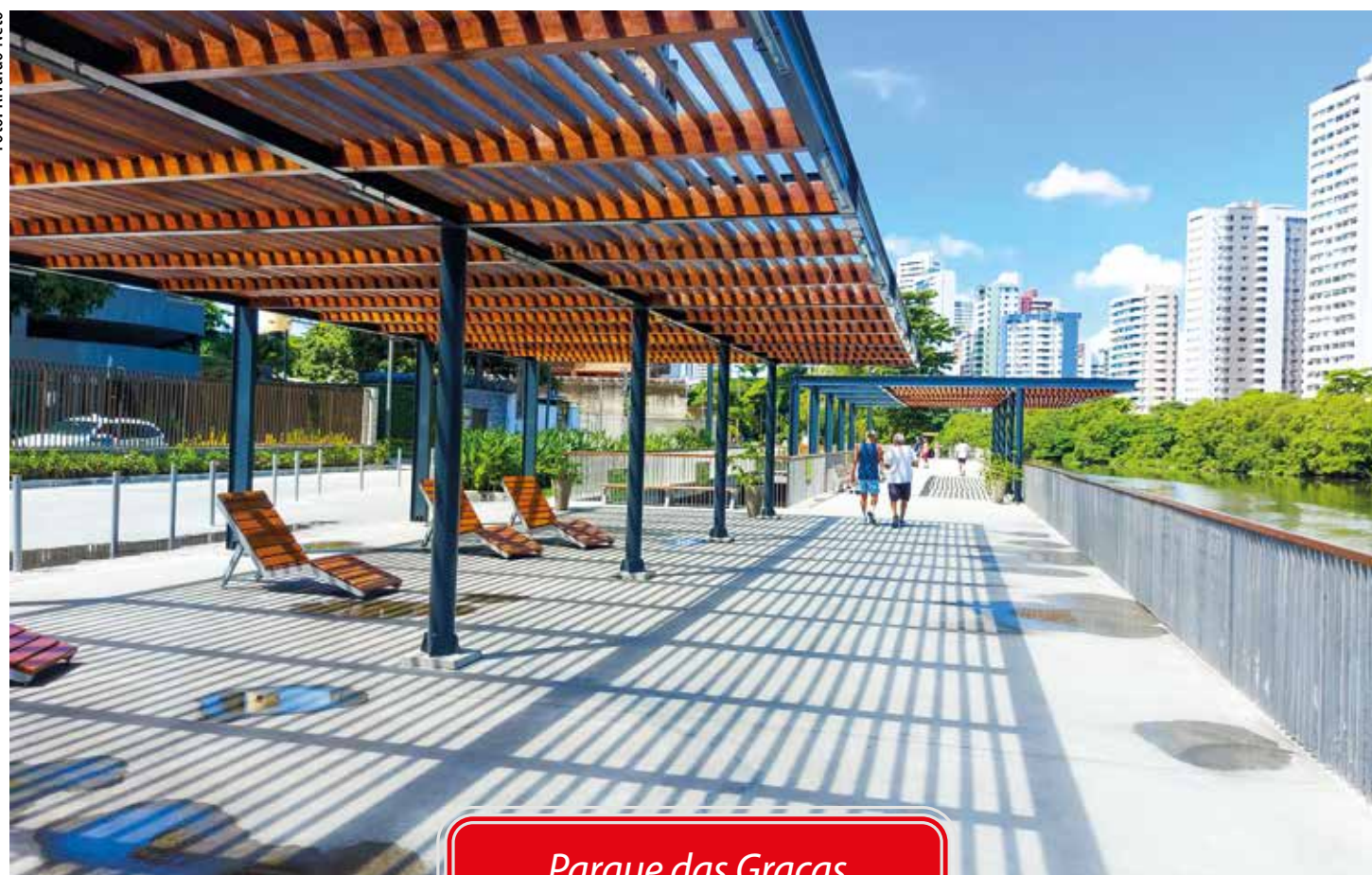


Francisco Cunha apresentou a experiência do Parque Capibaribe e do Recife Cidade Parque – dois projetos desenvolvidos a partir de parcerias entre o poder público municipal e a UFPE – como cases em que a pesquisa gerou resultados reais para o município.

Nas reflexões finais, Marcelo Carneiro Leão enfatizou a importância da inovação aplicada tanto às indústrias tradicionais – como a agroindustrial, têxtil e de bebidas – quanto à diversificação da matriz produtiva, com destaque para setores como biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis e o complexo industrial da saúde. Ele também chamou a atenção para temas centrais como a gestão hídrica integrada à agricultura de precisão, o uso de tecnologias avançadas na reciclagem e no reaproveitamento de resíduos e a modernização da gestão pública por meio de cidades inteligentes e plataformas digitais de governo.

INOVAÇÃO QUE TRANSFORMA A CIDADE

O consultor Francisco Cunha apresentou a experiência do *Parque Capibaribe* e do *Recife Cidade Parque* – dois projetos desenvolvidos a partir de parcerias entre o poder público municipal e a UFPE – como cases em que a pesquisa gerou resultados reais para o município. As iniciativas geraram novos modelos de concepção do planejamento

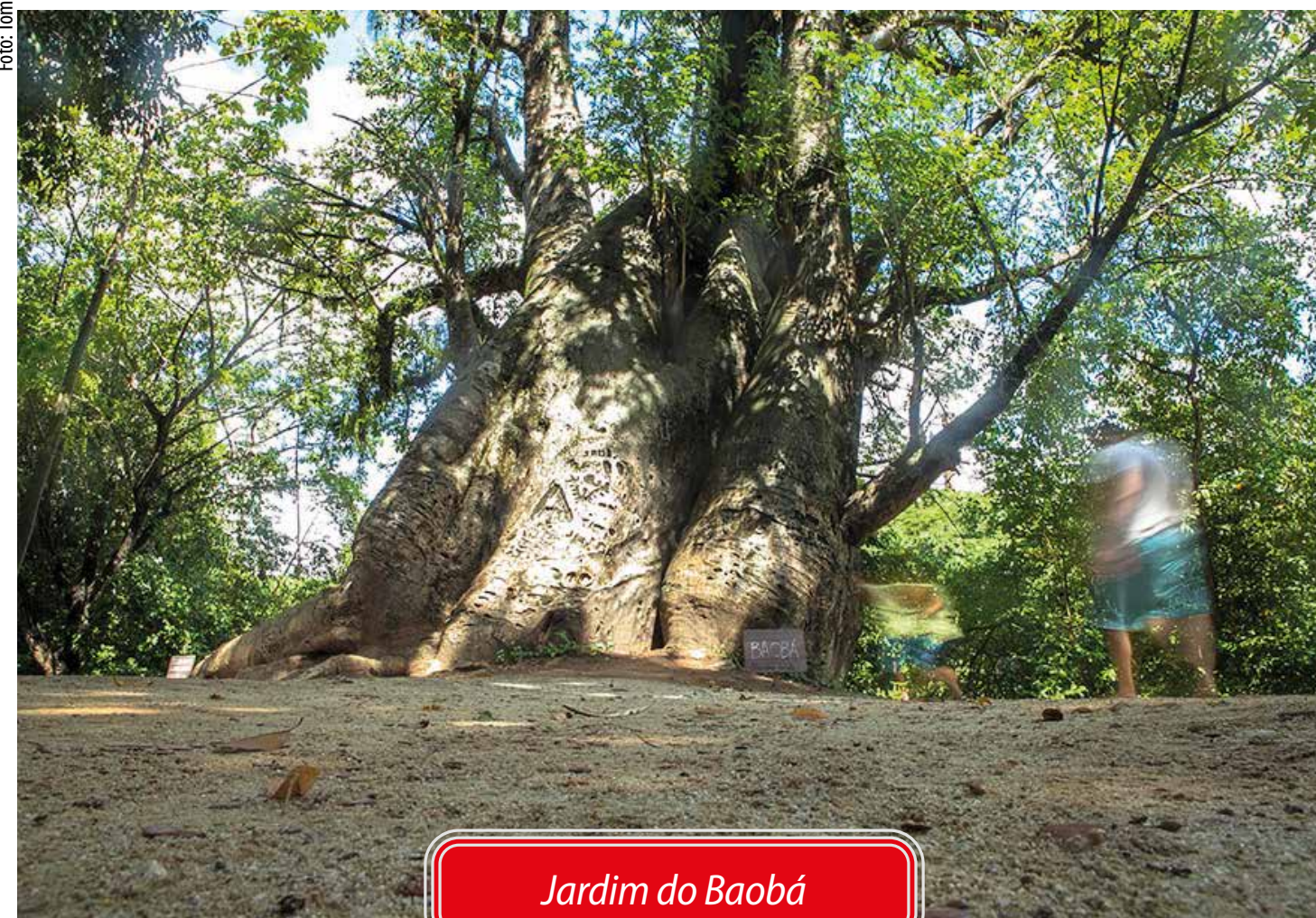


Parque das Graças

da cidade, que já interferem de forma positiva para a reorganização do território e para o direcionamento dos recursos públicos. “Uma pesquisa bem-feita, baseada em ciência, tecnologia e inovação, muda o conceito de planejamento da cidade.”

Ao construir o desenho, quase uma utopia, do atual território desintegrado do Recife vir a se tornar no futuro uma cidade-parque, articulando suas bacias urbanas, o projeto influenciou a construção do Parque das Graças, do Jardim do Baobá, do Parque da Tamarineira, entre tantos outros. Um esforço que se articula com conceitos modernos, como o do “urbanismo-lego”, do urbanismo social e das cidades-esponjas.

“Foi um processo analítico que envolveu 12 grupos de pesquisa, 54 pesquisadores e 8 pesquisas empíricas. Produziu algo institucionalizado dentro do sistema de planejamento da prefeitura, como o Parque Capibaribe. O resultado da pesquisa de sete anos foi uma espécie de ovo de Colombo urbanístico: capaz de reconstituir o quebra-cabeça desmontado em que se transformou o território do Recife”, destacou Francisco Cunha.



Jardim do Baobá

O conjunto de formulações já desenvolvidas nesse esforço de refletir os desafios da capital pernambucana junto à universidade criou pontes com institutos internacionais, especialmente holandeses, para desenvolver soluções relacionadas à resiliência às mudanças climáticas e à elevação do nível do mar.

BANCO DO NORDESTE NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Durante sua fala no evento sobre ciência, inovação e tecnologia, o gerente do Escritório da Superintendência de Pernambuco do Banco do Nordeste, Antenógenes Simões, ressaltou o compromisso da instituição com o desenvolvimento regional. Ele afirmou que o BNB segue cumprindo o papel idealizado por seus fundadores, há mais de sete décadas: reduzir as desigualdades entre o Nordeste e outras regiões do País. “Somos apenas um tijolinho nessa construção, mas temos contribuído para transformar essa realidade”, afirmou.



Antenógenes Simões destacou o investimento do BNB em inovação, como na mecanização da agricultura no Semiárido e a oferta de crédito com juros diferenciados para projetos inovadores. O banco oferece financiamento para pequenos e grandes produtores rurais.

Simões destacou que o Banco do Nordeste atua em diversas frentes, desde o microcrédito para pequenos produtores rurais até o financiamento de grandes projetos industriais e de energia. A inovação tem sido uma prioridade para manter os jovens no campo e fortalecer setores produtivos no interior. "Ou a gente muda a forma de fazer, ou continuamos aumentando o déficit entre as regiões", disse, citando ações como o estímulo à mecanização da agricultura no Semiárido e a oferta de crédito com juros diferenciados para projetos inovadores.

O gerente também informou que, em 2024, o banco contratou cerca de R\$ 5,5 bilhões em financiamentos para os estados nordestinos e conseguiu desembolsar efetivamente cerca de R\$ 6 bilhões. Para ele, mais do que assinar contratos, é fundamental que o dinheiro chegue às empresas, gerando renda e empregos. **a**





A indústria mundial está em um ciclo forte de transição. Investimentos em descarbonização, avanços no processo de digitalização e os esforços em desconcentrar a produção mundial na China podem abrir espaço para o setor no Brasil e no Estado. O ex-ministro e ex-senador Armando Monteiro Neto analisou esse cenário e apontou caminhos para uma retomada industrial no projeto *Pernambuco em Perspectiva – Planejamento de Longo Prazo*. Realizado pela **Revista Algomais** e pela Rede Gestão, o evento trata, a cada mês, de questões estratégicas para a construção das diretrizes de um novo modelo de desenvolvimento para o Estado.

Para um auditório repleto de empresários, acadêmicos e gestores públicos, Armando Monteiro Neto defendeu a atuação conjunta do poder público com a iniciativa privada para aumentar a competitividade da indústria. Em sua palestra, Armando ressaltou o papel do Estado na indução do setor em diferentes momentos da história da economia brasileira.



Armando Neto realçou o crescimento industrial do Brasil, no início do século 20, que durou quase 50 anos. “É fundamental destacar que isso se deu pelo papel do Estado brasileiro, que edificou as bases de uma indústria que terminou por dar suporte a um ciclo de substituição das importações.”

“O Brasil é um país de industrialização tardia. Mas, no início do século 20, experimentou, durante quase 50 anos, um processo extraordinário de crescimento. É fundamental destacar que isso se deu pelo papel do Estado brasileiro, que edificou as bases de uma indústria que terminou por dar suporte a um ciclo de substituição das importações”, analisou Armando, lembrando grandes empresas, como a Companhia Siderúrgica Nacional. “O Brasil construiu a mais importante plataforma manufatureira do Hemisfério Sul. Infelizmente, a partir dos anos 1980, a indústria brasileira foi perdendo impulso.”

Ele analisou que a queda tem origens multifatoriais. No entanto, entre os motivos principais estão a instabilidade macroeconômica, a hiperinflação, a apreciação do câmbio e as taxas de juros reais, apontadas pelo ex-senador como alguns dos vilões que levaram o setor a uma inflexão dramática. O resultado disso, na opinião do ex-ministro, é que o País da industrialização tardia viveu uma “desindustrialização precoce”. “A indústria da transformação, que é a manufatura

verdadeiramente, que chegou a representar 28% do PIB brasileiro, hoje apresenta pouco mais de 11%”, comparou.

Se a memória desse passado recente é um tanto traumática, o futuro pode ser bem promissor na análise de Armando Monteiro Neto. A conjuntura pós-pandêmica e a pressão internacional, inclusive dos consumidores, por um modelo econômico mais sustentável estão trazendo grandes transformações para as cadeias industriais globais. É nessa transição que estão as saídas da estagnação.

“O desafio que temos é relançar a indústria brasileira num cenário que está nos oferecendo novas oportunidades. Eu diria que é o último trem que está passando para a indústria brasileira aproveitar. A crise da pandemia, o agravamento das tensões geopolíticas, o acirramento das tensões comerciais China-EUA, o desafio da descarbonização, da chamada *manufatura verde*, tudo isso está proporcionando um processo de reconfiguração das cadeias econômicas globais industriais”, apontou Armando.

Como Estado inserido numa região de abundante energia renovável instalada e em potencial e com *players* conectados à agenda da descarbonização, há oportunidades para Pernambuco neste novo ciclo nacional e global.



APROVEITAR O MOVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL

Com uma reconfiguração do cenário internacional, que indica um horizonte de oportunidades para o País e para Pernambuco, a NIB (*Nova Indústria Brasil*) é a estratégia do Governo Federal para ocupar os espaços gerados nesse novo panorama global. O ex-ministro avalia que o programa tem missões bem definidas, alinhadas com os problemas reais do setor, mas há dúvidas sobre a eficiência dos instrumentos propostos pelo Governo Lula para aumentar a competitividade industrial.



Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil



Foto: Tom Cabral



A *Nova Indústria Brasil* tem seis missões expressas. A primeira é promover cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais, aumentando a participação da agroindústria no PIB agropecuário e mecanizando a agricultura familiar com máquinas nacionais. A segunda é desenvolver um complexo econômico e industrial da saúde que produza 70% das necessidades nacionais. A terceira é melhorar a infraestrutura e a mobilidade urbana, aumentando a produção local de transporte público sustentável. A quarta é digitalizar 90% das indústrias e triplicar a produção nacional em novas tecnologias. A quinta passa por avançar na bioeconomia e descarbonização. Por fim, a sexta é assegurar a autonomia na produção de tecnologias críticas para a defesa nacional.

Para o Estado aproveitar o impulso do esforço de reindustrialização do País, Armando sugere que seja criada em Pernambuco uma instância para monitorar todas as iniciativas relacionadas à competitividade. Seja no programa *Nova Indústria Brasil*, ou em outras pautas, como nos aspectos minuciosos da Reforma Tributária e nas agendas setoriais que vão da infraestrutura à educação ligadas ao setor.

“Pernambuco precisa estar atento a esses eixos que estão sendo definidos pela política industrial brasileira. Não há como pensar a indústria do Estado sem nos conectar com esses eixos. Nós precisamos criar um mecanismo institucional de acompanhamento da política industrial e de como Pernambuco vai se inserir. É preciso monitorar de perto, acompanhar a questão dos financiamentos, como serão distribuídos no plano local, bem como a dimensão da comunicação da política industrial. Precisamos estruturar um escritório de projetos, uma espécie de força-tarefa para fazer esse acompanhamento”, propôs o ex-ministro.

Armando Monteiro Neto considera que cada um dos eixos da política industrial possui pontos de diálogo com os nichos de atuação consolidada em Pernambuco. A sugestão é identificar como a NIB pode rebater diante dos potenciais e dos desafios da estrutura industrial do Estado. “Isso pode ser utilizado para orientar a política de atração de investimentos do Estado”, sugeriu.

Apesar de muitos elogios à NIB, o ex-ministro avalia que os aportes relacionados ao programa – R\$ 300 bilhões até 2026 – são muito modestos diante dos desafios nacionais. Além disso, Armando ressaltou que apenas 10% do que foi anunciado é referente ao desembolso a fundo perdido. Logo, a maior parcela é de financiamentos, empréstimos com taxa de juros parecidas com as praticadas pelo mercado.



Há um desafio também de impulsionar os investimentos do próprio Estado nas pautas de interesse do setor. “Pernambuco padece de um problema crônico, que é o baixíssimo investimento público. Em média, o Estado investiu nos últimos 20 anos apenas 2% da sua receita livre corrente. Precisamos ampliar para, no mínimo, compensar a depreciação da infraestrutura física. É claro que tem que envolver o Governo Federal e ter articulação para que as parcerias com o setor privado sejam estimuladas e ampliadas.”

Dentro do debate da Reforma Tributária, Armando Monteiro Neto destacou também uma oportunidade em relação à criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. Ele informou que os cálculos indicam que Pernambuco tem a perspectiva de receber R\$ 3 bilhões por ano para o fomento de atividades produtivas. “Isso vai representar algo muito importante para ampliar a capacidade de investimento de Pernambuco.”



João Lyra propôs a criação de um conselho pró-indústria. "Queria sugerir criarmos uma instituição ou uma coordenação, junto com as instituições que são comprometidas com o desenvolvimento de Pernambuco, para elaborar um projeto, com a TGI, e levarmos para os Governos do Estado, Federal e para a Amupe."

PROPOSTA PARA UM CONSELHO PRÓ-INDÚSTRIA

O ex-governador João Lyra, presente no evento do *Pernambuco em Perspectiva*, sugeriu a concretização de um conselho pró-indústria para transformar as várias críticas e reivindicações referentes ao setor em ações práticas. "Eu queria sugerir criarmos uma instituição ou uma coordenação, junto com as instituições que são muito comprometidas com o desenvolvimento de Pernambuco, para que pudéssemos elaborar um projeto, com a participação da consultoria da TGI, e levarmos para o Governo do Estado aquilo que for de responsabilidade estadual, para as instituições do Governo Federal e para a Amupe (Associação Municipalista de Pernambuco) o que for dos municípios. Para que nós possamos dar uma continuidade efetiva de resolutividade."

Na momento de responder aos participantes ao final do evento, Armando elogiou os esforços da governadora Raquel Lyra na atração de investimentos, bem como na capacidade de diálogo, e respondeu à proposta de João Lyra, sugerindo que há também um papel do Governo do Estado em convocar as forças de defesa da indústria. "O governo precisa ter essa iniciativa, pois tem um poder de indução grande."

Na conclusão do evento, o mediador do encontro e sócio da TGI Ricardo de Almeida elogiou a análise esperançosa de Armando Monteiro Neto e a sugestão de João Lyra. O consultor respondeu ao ex-governador que o convite para transformar esse momento de palestras em uma instância de resolutividade das propostas está aceito. "Essa é a ideia, queremos sempre contribuir e nos incorporar em todos os espaços que discutem, de forma séria e consistente, o Estado de Pernambuco", afirmou o consultor. **a**

Ricardo de Almeida disse que o convite de João Lyra está aceito. "Essa é a ideia, queremos sempre contribuir e nos incorporar em todos os espaços que discutem, de forma séria e consistente, o Estado de Pernambuco", afirmou.





BASES DO EMPREENDEDORISMO DINÂMICO

CAPA

COMO MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS?

Empreendedorismo em Pernambuco
esbarra na burocracia, na falta
de uma cultura empreendedora
e no apoio ao empreendedor.

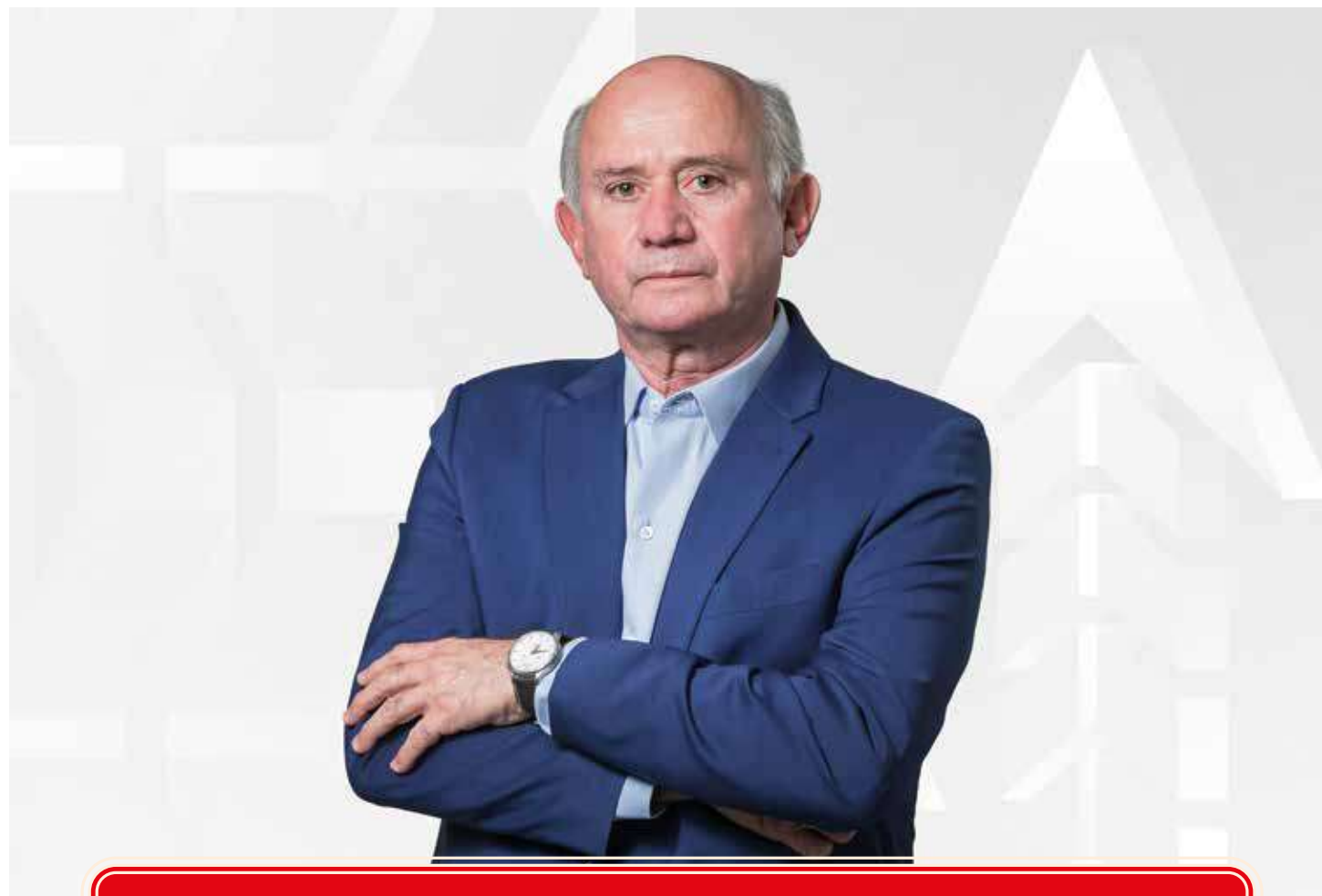
Rafael Dantas



Pernambuco tem grandes *cases* de empreendedorismo. As milhares de empresas do Polo de Confeções do Agreste são alguns exemplos dessa força, assim como as *startups* do Porto Digital. A pujante produção da Baterias Moura, em Belo Jardim, e a de produtos alimentícios da Tambaú Alimentos, em Custódia, puxam a lista de corporações que já deram outros passos.

Porém, em meio a tantos sucessos, o ambiente de negócios estadual ainda é bastante desafiador. Essa é uma das constatações das discussões técnicas do projeto *Pernambuco em Perspectiva*, realizado pela **Revista Algomais** e pela Rede Gestão. Para o novo ciclo de desenvolvimento do Estado, garantir um empreendedorismo dinâmico é um fator considerado estratégico pelos especialistas que integram o corpo técnico da pesquisa.

“Falar de empreendedorismo dinâmico é falar de ambiente de negócios”, resume o sócio da TGI e consultor Ricardo de Almeida. Ele ressalta que construir esse novo contexto não é algo abstrato, mas concreto. É preciso desenvolver caminhos para estimular o surgimento de novos talentos, a partir de uma cultura empreendedora, para transformar ideias em resultados.



“Falar de empreendedorismo dinâmico é falar de ambiente de negócios”, defende Ricardo de Almeida, que alerta para a necessidade de criar caminhos para o surgimento de novos talentos, a partir da cultura empreendedora, para transformar ideias em resultados.

A burocracia, o difícil acesso ao crédito e uma cultura ainda até certo ponto avessa ao empreendedorismo figuram entre os principais entraves enfrentados por quem deseja montar uma empresa no Estado. Na pesquisa do *Mapa das Empresas*, que mede o menor tempo médio de viabilidade entre os estados brasileiros (isto é, o tempo para confirmar se a empresa pode funcionar no local escolhido e usar o nome desejado), Pernambuco aparece apenas na 14ª posição nacional.

Apesar de estar longe dos destaques, houve uma recuperação nos últimos anos. A analista do Sebrae-PE Priscila Lapa lembra que, em 2021, o Estado chegou a ser classificado como o pior do País para fazer negócios no relatório *Doing Business Subnacional*, realizado pelo Banco Mundial.

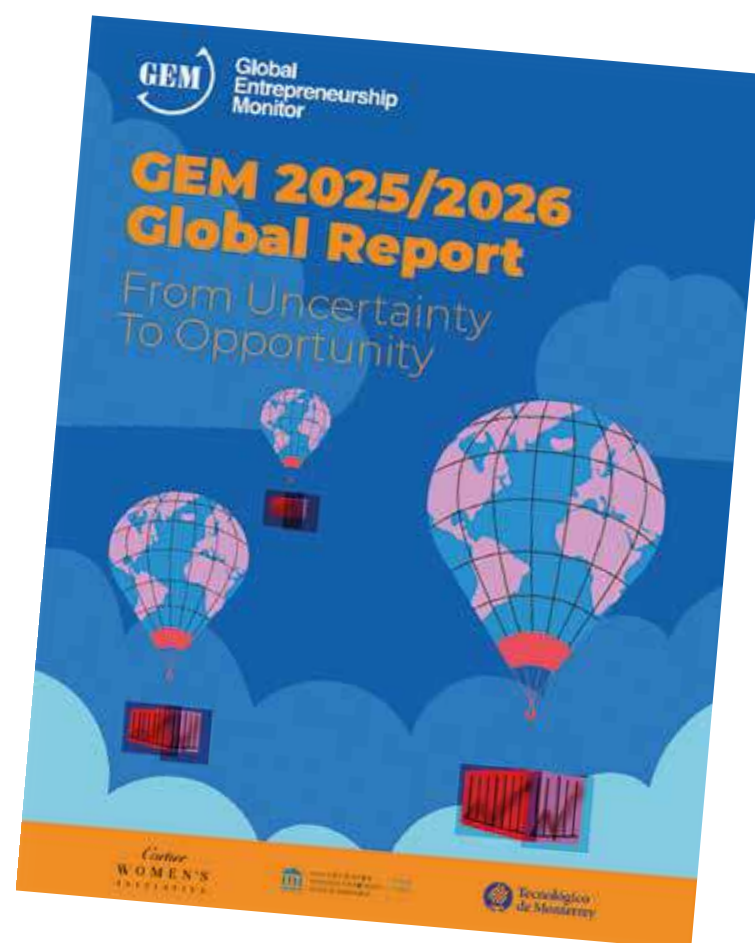


“Em 2021, houve a primeira mensuração subnacional, e Pernambuco ficou em último lugar como o estado mais difícil para abrir uma empresa, o pior ambiente de negócio. Isso impactou muito na época, e o governo contratou a consultoria do próprio Banco Mundial para implementar melhorias. Houve, sim, um avanço, Pernambuco deu uma melhorada nesse ranking, mas ainda está longe de estar no topo entre os melhores”, afirmou Priscila Lapa.

ENTRE A NECESSIDADE E A OPORTUNIDADE

No atual relatório do *Global Entrepreneurship Monitor 2025/2026*, o Brasil ficou na 44ª posição entre 53 países do índice do Neci, que é um índice que avalia justamente o contexto empreendedor. No estudo, 71% dos brasileiros afirmaram empreender para ganhar a vida devido à escassez de empregos. Esse é um dado muito revelador.

Embora o Brasil figure, em alguns estudos, com percentuais elevados de empreendedorismo, muitos desses negócios ganham corpo pela necessidade do empreendedor, e não pela identificação de boas oportunidades. Uma realidade que é percebida pelos especialistas justamente pelas barreiras econômicas, motivacionais e estruturais de criar uma empresa em Pernambuco e no País.



“A gente fala muito em empreendedorismo por necessidade, mas o fundamental é o empreendedorismo por oportunidade”, alertou Ricardo de Almeida. Segundo ele, um ambiente de negócios favorável é o que permite que essas oportunidades surjam e sejam aproveitadas. Nesse processo, educação e cultura empreendedora têm papel central ao transformar a necessidade em novos caminhos.

Priscila Lapa considera que, apesar dos avanços recentes, no eixo institucional e regulatório, o ambiente de negócios segue fragmentado e burocrático. Pernambuco ainda apresenta dificuldades como baixa integração entre órgãos, com muitos municípios fora da RedeSim (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), e ainda sofre com a ausência de coordenação central.

De acordo com dados da Junta Comercial de Pernambuco, 133 municípios dos 184 do Estado aderiram à RedeSim. Ou seja, 51 sequer iniciaram uma transição para a simplificação dos processos, segundo a Lei nº 11.598, em vigor há quase 19 anos. Além disso, muitas das prefeituras integradas ao sistema têm indicadores baixíssimos.



JOVENS ENTRE A PRESSÃO E O EMPREENDEDORISMO

Uma pesquisa nacional de opinião pública encomendada pelo ICL (Instituto Conhecimento Liberta) e recém-realizada pela Ágora Consultores, com 9.497 entrevistas, mostra que 57% dos jovens de 16 a 29 anos preferem empreender a ter um emprego tradicional. Enquanto isso, 31% optam por estabilidade (como concurso público) e 11% preferem um emprego bem remunerado, sem riscos. O desejo pelo negócio próprio é mais forte entre homens (51%) e pessoas com Ensino Fundamental (49%). Além disso, quando comparado com outras faixas etárias, o desejo de abrir uma empresa vai caindo sistematicamente.

O interesse dos jovens por seguir um caminho próprio, no entanto, não aparece como unanimidade nas pesquisas de opinião. O *Mapa do Ensino Superior no Brasil*, publicação anual do Instituto Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo), mostra que 31% dos alunos de centros universitários desejam criar o próprio negócio ou uma *startup*. Nas faculdades, o índice cai para 23,8% e, nas universidades, para 19,6%. Ainda assim, os números permanecem relevantes.



Essa atração dos jovens por abrir o próprio negócio já é percebida pela professora da UPE (Universidade de Pernambuco) Paula Callado. Ela, que é gerente de Inovação Aberta e Empreendedorismo na Agência de Inovação da UPE, considera que há mudanças de comportamento importantes entre os universitários, como a pressa por trabalhar, por causa da realidade econômica e de um perfil mais aberto a iniciativas próprias.

A docente avalia que o perfil dos jovens é de maior ousadia e de enxergar mais possibilidades de carreira e renda do que gerações anteriores. “A realidade social e econômica termina trazendo um sentimento de urgência nos jovens para começar a trabalhar. Muitas vezes, eles acabam entrando em trabalhos de menor qualificação e remuneração. Por outro lado, dentro da universidade, percebo uma maior diversidade de perspectivas de caminho. Ainda existem os que querem trabalhar em grandes empresas, mas há um crescimento do interesse em empreender. Eles são uma geração mais corajosa.”

Já Priscila avalia que há um processo contínuo de melhora na sensibilização para o empreendedorismo, mas faltam os passos seguintes. “A gente vem evoluindo na formação empreendedora, mas ainda a passos muito lentos. É como se despertasse na escola o desejo do jovem, mas ele não soube o que fazer com isso”, ressaltou a analista do Sebrae.

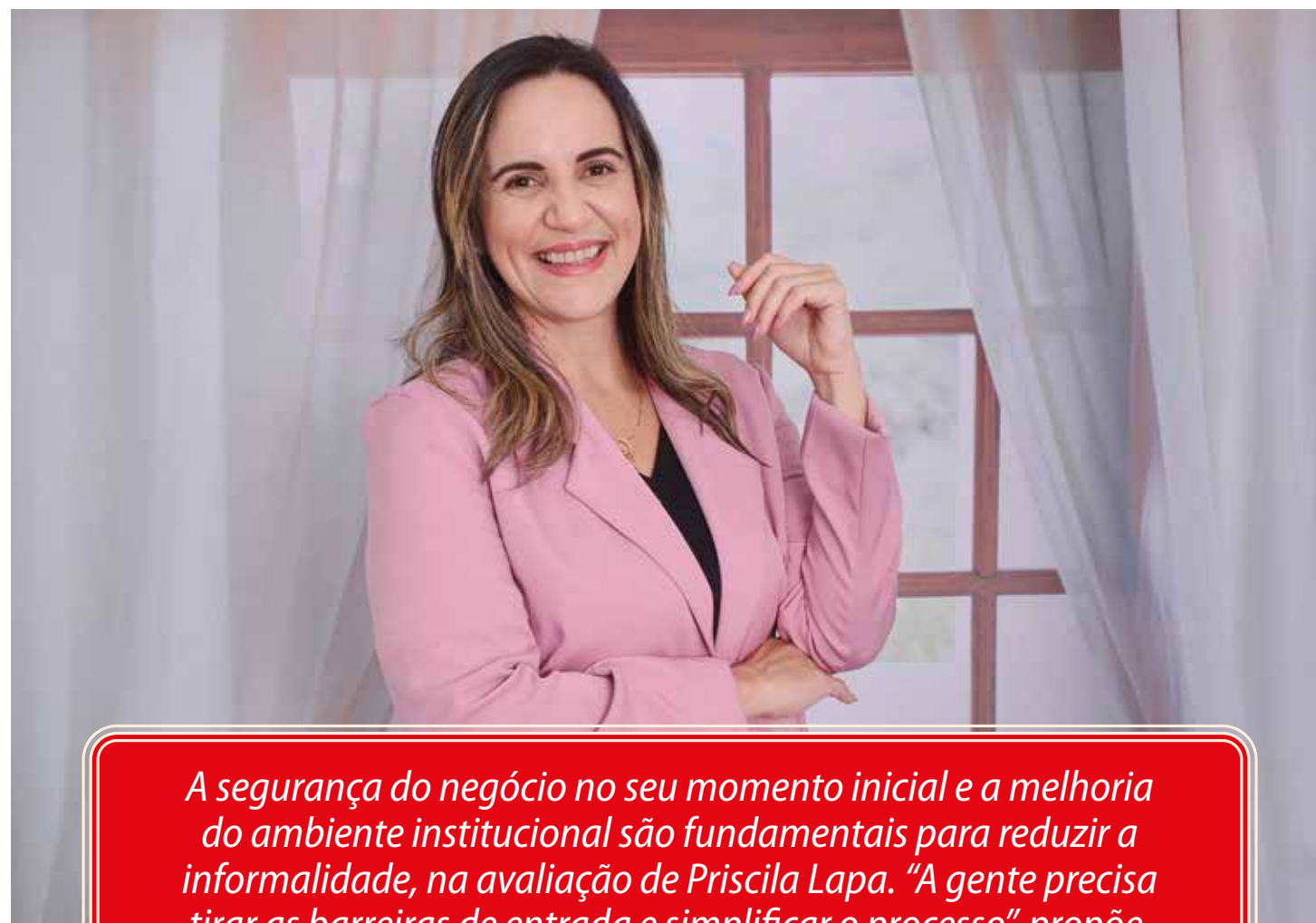
CAMINHOS DE MUDANÇA

Os caminhos para tornar o ambiente de negócios em Pernambuco mais dinâmico passam por mudanças estruturais que combinem cultura, educação e simplificação da burocracia. Os especialistas apontam ser preciso ir além do estímulo ao empreendedorismo como discurso e construir uma jornada clara para quem deseja empreender. Começando na formação nas escolas até o acesso a orientação, crédito e formalização.

“A gente precisa criar condições para que o empreendedor queira se formalizar. O caminho é dar mais segurança para as pessoas. Além disso, a gente precisa integrar sistemas e facilitar a vida de quem quer empreender. O ideal é ter políticas que sustentem esse empreendedor até o negócio prosperar”, sugeriu Priscila Lapa.

Nesse sentido, políticas que aproximem o cidadão dos instrumentos disponíveis, como redes de atendimento, capacitação prática e ampliação do microcrédito, são fundamentais para transformar a intenção de criar um negócio em ação. Dentro desse contexto, o desafio é incentivar o empreendedorismo por oportunidade, e não apenas por necessidade.





A segurança do negócio no seu momento inicial e a melhoria do ambiente institucional são fundamentais para reduzir a informalidade, na avaliação de Priscila Lapa. “A gente precisa tirar as barreiras de entrada e simplificar o processo”, propõe.

O destaque à segurança do negócio no seu momento inicial é fundamental para reduzir a informalidade, na avaliação da consultora. A criação do MEI (Microempreendedor Individual, um modelo simplificado para formalizar trabalhadores autônomos com baixo faturamento) e do Simples Nacional (regime tributário simplificado que unifica impostos para micro e pequenas empresas) foram medidas importantes em direção à formalização. Porém, ainda assim, esses mecanismos são evitados por parte da população para não perder o acesso a políticas sociais, que são fundamentais para a segurança, inclusive alimentar, das famílias.

Ao mesmo tempo, há um consenso de que o avanço depende de uma melhoria consistente no ambiente institucional. Isso envolve reduzir a burocracia, integrar sistemas entre estado e municípios, além de atualizar regulações. “A gente precisa tirar as barreiras de entrada e simplificar o processo”, apontou Priscila Lapa.

Outra preocupação apontada pelos analistas é a necessidade de criar uma governança permanente que alinhe setor público e iniciativa privada. A ideia é garantir continuidade às políticas de incentivo ao empreendedorismo, evitando retrocessos a cada mudança de governo.

EMPREENDER NÃO É APENAS ABRIR UM NOVO NEGÓCIO

O consultor Ricardo de Almeida chama a atenção para um ponto muitas vezes negligenciado nesse debate: empreender não é apenas abrir o próprio negócio, mas também uma postura que pode e deve existir dentro das empresas. Para ele, a diferença está menos na função ocupada e mais na atitude de quem busca gerar valor, inovar e ir além do básico no dia a dia.

“Você pode ser empreendedor criando um negócio ou dentro do negócio onde você trabalha. Isso é agir de forma diferente no lugar onde você está. O profissional pode ter uma atitude burocrática na vida, atendendo apenas ao pedido específico, ou uma atitude empreendedora que desenvolve o negócio”, destacou.

Nesse contexto, o desafio de construir um ambiente de negócios mais atrativo é das próprias corporações. As empresas podem criar canais de escuta e valorização das iniciativas dos seus colaboradores, instaurar um sistema de remuneração variável e estimular a entrega de resultados.

Com regras mais claras, processos mais simples e maior coordenação entre os atores, Pernambuco pode criar um ciclo mais virtuoso do empreendedorismo. A capacidade de estimular novos negócios, fortalecer os existentes e ampliar o desenvolvimento econômico de forma sustentável para as próximas décadas está em jogo.





A Agência de Inovação serve como uma ponte entre a universidade e o ambiente externo, aproximando pesquisas de soluções práticas, e busca incentivar uma postura mais inovadora por parte dos estudantes, conectada às demandas do mercado e da sociedade.

O INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO NA UPE

Na Universidade de Pernambuco, o estímulo a iniciativas próprias tem ganhado força nos últimos anos, com ações que envolvem estudantes, professores e servidores. A proposta vai além da formação acadêmica tradicional e busca incentivar uma postura mais inovadora, conectada às demandas do mercado e da sociedade. Nesse contexto, a Agência de Inovação atua como ponte entre a universidade e o ambiente externo, aproximando pesquisas de soluções práticas.



“

A gente percebe como a universidade precisa extrapolar a formação científica para estimular uma postura empreendedora e inovadora. É transformar pesquisas e projetos em soluções efetivas que cheguem à sociedade.

”

Paula Callado

Entre as principais iniciativas estão trilhas de formação, jornadas de inovação com desafios reais e programas de pré-incubação, que ajudam a transformar ideias em projetos concretos. Um conjunto de iniciativas que fazem os estudantes trabalharem em equipes, desenvolverem propostas com apoio de mentores. O objetivo é avançar pelo menos até a criação de produtos mínimos viáveis. A experiência já resultou no surgimento de *startups* e até contratações diretas por empresas e instituições parceiras.

“A gente percebe como a universidade precisa extrapolar a formação científica para estimular uma postura empreendedora e inovadora. É transformar pesquisas e projetos em soluções efetivas que cheguem à sociedade”, afirma Paula Callado, gerente de inovação aberta e empreendedorismo da Agência de Inovação da UPE.





A startup CurAI Technologies for Healthcare Treatment, criada por professores e alunos da UPE, em Petrolina, venceu o Sebrae Catalisa ICT Jr. 2024. Ela utiliza IA aplicada à saúde, com soluções de previsão, monitoramento e otimização de diagnósticos e tratamentos.

Outro pilar importante dessa estratégia são os ambientes de inovação distribuídos em diferentes *campi* da UPE. Atualmente, a universidade conta com 10 desses espaços, além do IIT (Instituto de Inovação Tecnológica). Essas estruturas dão orientação e suporte para o desenvolvimento de projetos e negócios. A proposta é permitir que o estímulo a iniciativas empreendedoras alcance diferentes regiões do Estado, para além da capital.

Um exemplo desse movimento dentro da universidade é a CurAI Technologies for Healthcare Treatment, *startup* acadêmica criada por professores e estudantes da UPE, no *campus* de Petrolina. O projeto venceu o *Sebrae Catalisa ICT Jr. 2024* e representou a instituição no *NEON 2025*, um dos principais eventos de inovação do Nordeste. A iniciativa utiliza inteligência artificial aplicada à saúde, com soluções voltadas a previsão, monitoramento e otimização de diagnósticos e tratamentos. Um *case* que evidencia como as atividades de pesquisa podem se transformar em negócios com impacto social. **a**



CAPA

INCENTIVO PARA EMPREENDER

Palestrante do projeto *Pernambuco em Perspectiva*, Tadeu Alencar afirma que, para estimular os pequenos negócios, é preciso expandir mercados, reduzir a burocracia, facilitar o acesso ao crédito, incentivar a qualificação empreendedora e a transformação digital, além de ampliar a participação feminina.

Rafael Dantas



Alencar informou que, em 2023, foram abertas, no Brasil, 859 mil novas empresas, mas os empreendedores veem qualquer governo com antipatia. “Isso porque não é fácil conviver com essa face burocrática do Estado brasileiro”, afirmou.

O empreendedorismo tem um papel estratégico na economia pernambucana e é uma das peças para estimular um novo ciclo de desenvolvimento do Estado. Para tratar dos passos para incentivar e tornar mais sustentável esse perfil de negócios, o projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo* recebeu, em março de 2025, o então o secretário executivo do MEMP (Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), do Governo Federal, Tadeu Alencar. O evento foi uma realização da **Revista Algomais** e da Rede Gestão e conta com patrocínio do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e do Governo Federal.



No esforço de formular o horizonte para o novo planejamento de longo prazo, Tadeu Alencar elencou cinco eixos para impulsionar a atividade empreendedora. Os números de microempreendedores, pequenas e médias empresas no Brasil são gigantes para a economia nacional. Eles representam nada menos que 94% do total de CNPJs, os registros formais de empresas no País, fundamentais para a legalização e operação dos negócios.

São mais de 24 milhões de organizações que se enquadram nesse perfil e, ao incluir os negócios informais, esse número salta para 44 milhões. Dados do Sebrae apontam que essas empresas são responsáveis por 30% do PIB nacional. Além disso, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), elas empregam formalmente 60% da força de trabalho, reforçando seu papel na geração de renda para os brasileiros.

De acordo com os dados apresentados pelo secretário, só em Pernambuco são 479.920 microempreendedores individuais (MEIs) e 192.202 microempresas (que têm faturamento anual de até R\$ 360 mil). O Estado conta também com 37.187 empresas de pequeno porte (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano).

O fortalecimento recente da economia impulsionou a criação de pequenos negócios em 2024, quando o *Mapa das Empresas* do MEMP revelou um saldo positivo de 5.823 novos empreendimentos dessa dimensão em Pernambuco. O número de empresas de pequeno porte também avançou, com um acréscimo de 3.163 novas corporações, reforçando o dinamismo do setor.

Ou seja, além da geração de empregos formais, que se acelerou nos últimos dois anos, a reduzida taxa de desemprego do País é fruto também da sua força empreendedora. De acordo com dados do Global Entrepreneurship Monitor, o terceiro maior desejo dos brasileiros é criar seu próprio negócio, ficando atrás apenas de viajar e adquirir a casa própria.

“Em 2023, 859 mil novas empresas foram abertas no Brasil, mais de 2.300 por dia. Esse é um retrato do empreendedorismo. Mas essas pessoas olham para qualquer governo de qualquer partido com antipatia, porque veem o governo apenas como cobrador de impostos, como quem está ali para fazer exigências, para atrapalhar. Historicamente, eles são reativos a qualquer governo. Isso porque não é fácil conviver com essa face burocrática do Estado brasileiro”, analisou Tadeu Alencar.



CINCO PILARES PARA IMPULSIONAR O EMPREENDEDORISMO

Tadeu Alencar afirmou que a criação do MEMP foi mais um passo para melhorar essa relação com o setor. Ele considera ainda que a abertura do novo ministério integra um ciclo de fortalecimento institucional das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo que começou há anos com a criação do Simples Nacional (o sistema de tributação simplificada para esses negócios) e do MEI (regime empresarial simplificado para pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos). Além dessas iniciativas, o Brasil conta com a atuação histórica do Sebrae no apoio à qualificação e gestão empresarial, linhas de crédito oferecidas por bancos públicos, como o BNB, e programas universitários, estaduais e municipais voltados para o fomento e a formalização dos pequenos negócios.

Expandir mercados, reduzir a burocracia, facilitar o acesso ao crédito, investir na qualificação empreendedora, impulsionar a transformação digital e ampliar a participação feminina nos negócios são alguns dos pilares estratégicos destacados pelo secretário para fortalecer esse segmento. Esses desafios, segundo ele, precisam ser enfrentados, tanto pelo Estado quanto pelo País, para garantir um ambiente mais favorável ao crescimento das micro e pequenas empresas, que desempenham um papel essencial na geração de emprego e renda.



Para exemplificar o desafio da abertura de novos mercados, Tadeu Alencar afirmou que 40% das empresas exportadoras no País são micro ou pequenas empresas. Porém, essas corporações são responsáveis por apenas 1% das exportações brasileiras. A discrepância dos números mostra o interesse de acessar o consumidor no exterior e as dificuldades de concretizar as vendas.

Em outras palavras, no desenho de um novo ciclo de desenvolvimento de Pernambuco, a produção dessas empresas que geram emprego e renda local precisam alcançar novos horizontes. Um gargalo que demanda uma atenção especial do setor público de fomento.

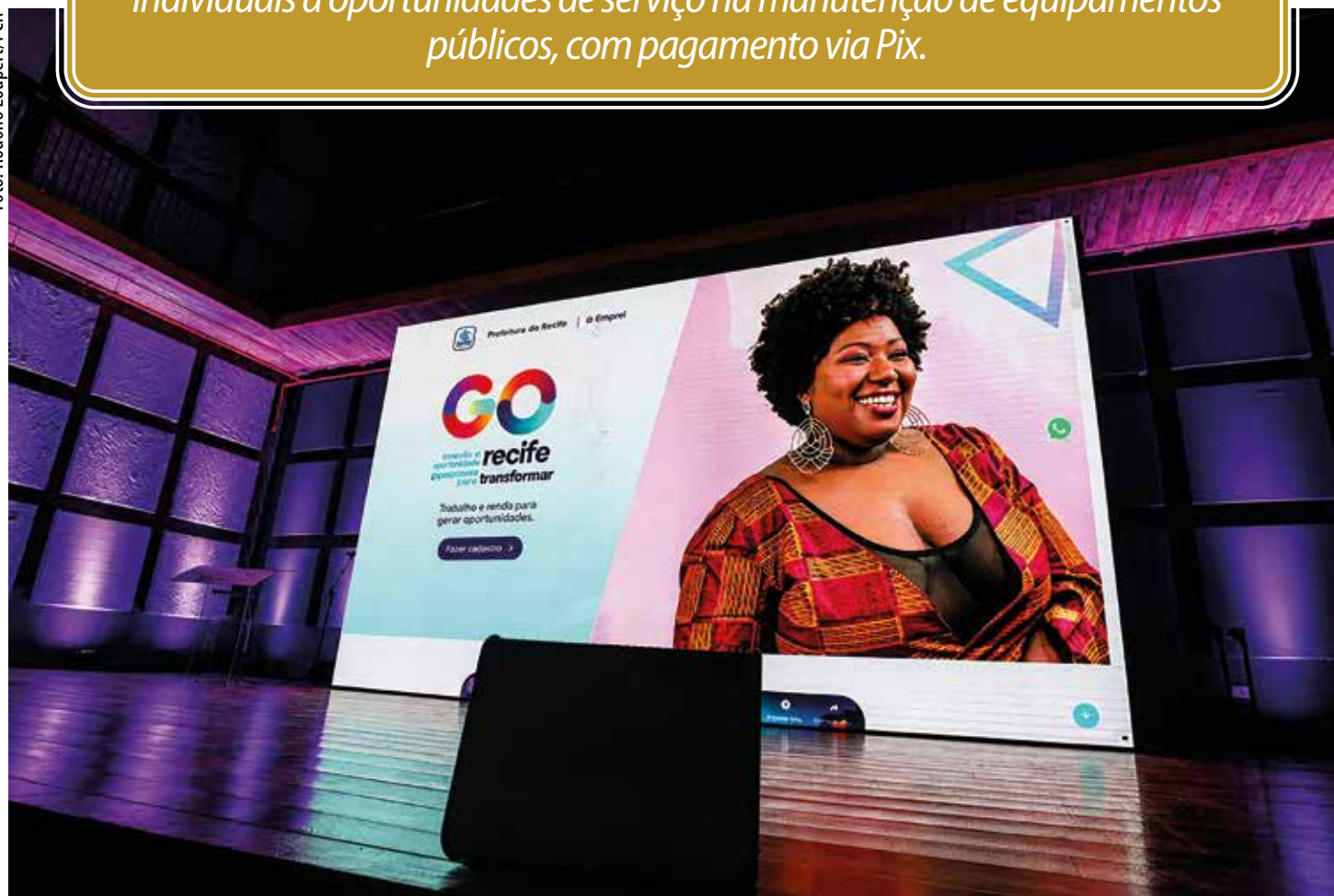
A fala mais contundente do secretário, no entanto, foi direcionada ao enfrentamento da burocracia estatal. “Em relação a esse estado burocrático, é necessária uma posição de radicalidade, porque isso tem um custo econômico enorme para todas as empresas, e, quando ele atinge os pequenos negócios, o efeito é devastador. É preciso enfrentar esse estado burocrático e cartorial, que ainda tem os seus dentes muito afiados.”

Um exemplo de uma política pública, elogiada pelo secretário, que conseguiu vencer a burocracia para gerar oportunidade aos pequenos negócios é o GO MEI. Instituída pela Prefeitura do Recife, a iniciativa conecta microempreendedores individuais a oportunidades de serviço na manutenção de equipamentos públicos. Por meio da plataforma, os MEIs cadastrados recebem notificações para enviar propostas, garantindo um processo ágil e com pagamento via Pix.

“É preciso melhorar o ambiente de negócio. O estado burocrático custa muito ao Brasil, e nós não vamos fazer a economia do futuro com o estado do passado. Nós precisamos ter fluidez. A cultura burocrática do carimbo agride a competitividade da economia brasileira, nós temos que ter uma unidade política forte do enfrentamento”, destacou Tadeu Alencar.

Tadeu Alencar elogiou a plataforma GO MEI, da Prefeitura do Recife, como um exemplo de combate à burocracia, ao conectar microempreendedores individuais a oportunidades de serviço na manutenção de equipamentos públicos, com pagamento via Pix.

Foto: Rodolfo Loupert/PCR



Os investimentos em formação para o empreendedorismo e mesmo de apoio para a transformação digital em curso são outros pilares que já têm experiências em andamento, mas que necessitam de novos saltos. O secretário lembrou de iniciativas como o programa *Ela Pode*, em parceria com o Instituto Rede Mulher Empreendedora, que capacitou 33 mil mulheres em situação de vulnerabilidade em 2024. Destacou ainda a parceria com a Amazon Brasil, que apoia micro e pequenas empresas na inclusão no comércio eletrônico, especialmente negócios liderados por mulheres e voltados para a sustentabilidade.

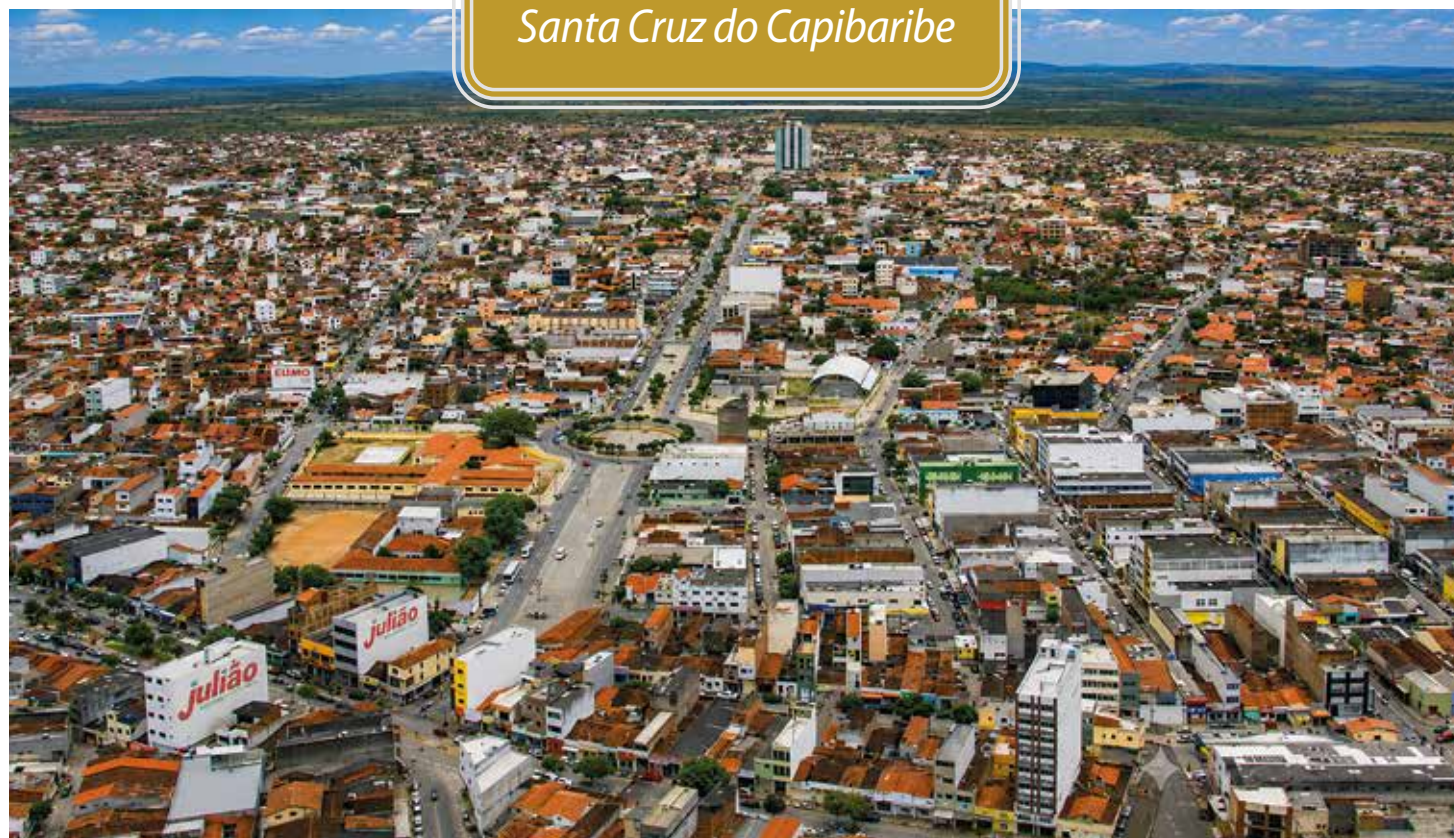
Além disso, em relação ao desafio do avanço do universo digital e da inteligência artificial, ele ressaltou que o MEMP tem firmado acordos para promover a inovação tecnológica dos pequenos negócios e garantir a capacitação dos empreendedores a essas novas tecnologias. Sobre os desafios referentes ao financiamento, Tadeu Alencar mencionou os números do Pronampe (R\$ 33,8 bilhões), voltado para a oferta de crédito a micro e pequenas empresas, bem como o *Desenrola Pequenos Negócios* (R\$ 7,5 bilhões) e o ProCred360 (R\$ 2 bilhões).

EMPREENDEDORISMO X INTERIORIZAÇÃO

Com 90% do seu território no Semiárido, Pernambuco tem, nessa região, os desafios e também os *cases* mais expressivos de desenvolvimento via o empreendedorismo. Foi destacado durante o debate o Polo de Confeções do Agreste, composto em sua maioria por micro e pequenas empresas, que tem um faturamento de R\$ 15,6 bilhões, somando suas três principais cidades (Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama), segundo os cálculos elaborados pelo presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe, Bruno Bezerra.

Em meio aos desafios da escassez hídrica da região, Bruno Bezerra ressalta que a experiência do polo é um sinal da competitividade econômica do interior do Estado. “A gente, às vezes, não tem noção do que está acontecendo no Agreste. Há uma verdadeira revolução acontecendo no Polo de Confeção. O Semiárido não pode ser visto como um problema, mas como parte da solução. Esse tem que ser um raciocínio. Essa é uma das experiências mais bem-sucedidas do mundo, em uma região de Semiárido, de desenvolvimento econômico.”

Santa Cruz do Capibaribe



Bruno Bezerra destacou o empreendedorismo do Agreste. “Há uma verdadeira revolução acontecendo no Polo de Confeção. Essa é uma das experiências mais bem-sucedidas do mundo, em uma região de Semiárido, de desenvolvimento econômico.”

Com um olhar da Zona da Mata, Gustavo Werk, empresário que atua no setor de marketing em Pernambuco e na Paraíba, ressaltou a dificuldade da classe de pequenos empreendedores locais, os artesãos, de comercializar a sua produção, apesar de ser amplamente reconhecida mesmo fora de Pernambuco. “Todos estão desamparados. As cidades estão com muita produção, e dá para perceber que os artesãos estão parando de produzir porque não tem como escoar”, alertou. Ele citou os *cases* de cidades como Tracunhaém, Nazaré da Mata e Paudalho, que, apesar dos potenciais turísticos, não têm um volume de visitantes tão alto como o Recife para comercializar as peças localmente.



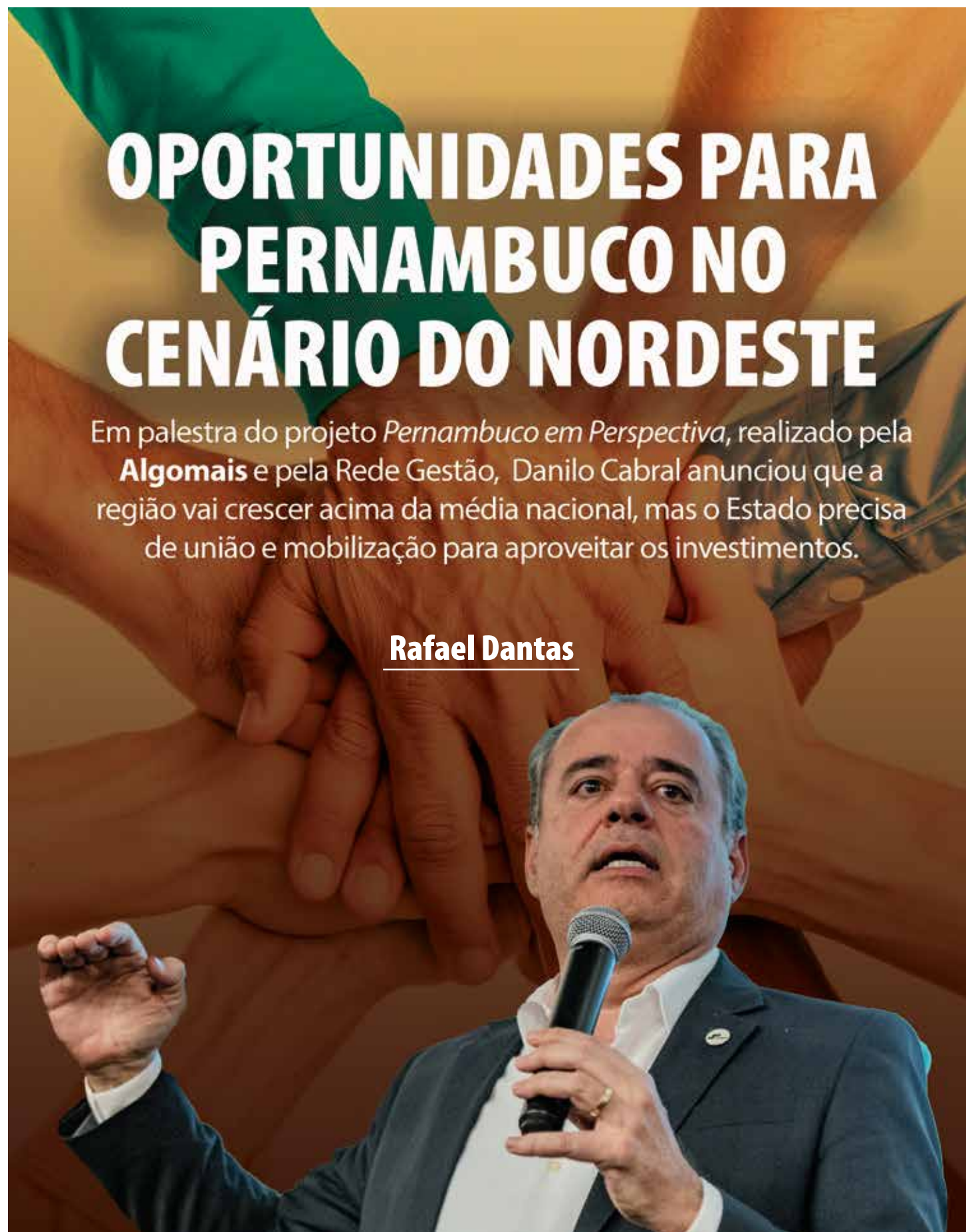
No debate, surgiram percepções locais e propostas também de Petrolina e do Araripe. Tadeu Alencar sugeriu ser preciso traçar estratégias conectadas com as potencialidades de cada local. “As microrregiões precisam estar dentro dessa visão de longo prazo. Quando a gente fala em Petrolina, quando a gente analisa o gesso e em Santa Cruz do Capibaribe, percebemos que precisamos interiorizar o desenvolvimento, olhar as vocações de cada microrregião e fortalecer essas vocações com todos os mecanismos que dão suporte ao dinamismo da economia.” O secretário ressaltou que esse papel deve ser desempenhado por diversos níveis de governo: Federal, estadual e municipal. [a](#)



OPORTUNIDADES PARA PERNAMBUCO NO CENÁRIO DO NORDESTE

Em palestra do projeto *Pernambuco em Perspectiva*, realizado pela **Algomais** e pela Rede Gestão, Danilo Cabral anunciou que a região vai crescer acima da média nacional, mas o Estado precisa de união e mobilização para aproveitar os investimentos.

Rafael Dantas



O PIB do Nordeste está reagindo e promete voltar a crescer acima da média nacional. Em um contexto de aumento dos investimentos federais na região, além de grande interesse privado nos setores de energia e infraestrutura, a economia pernambucana tem oportunidades visíveis para construir um novo ciclo de desenvolvimento. No evento de agosto de 2024 do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, realizado pela **Revista Algomais** e pela Rede Gestão, o superintendente da Sudene à época, Danilo Cabral, destacou alguns dos principais potenciais de crescimento, mas revelou também o cenário preocupante de redução do protagonismo, dos pernambucanos na economia regional.

Os nove estados da Região Nordeste respondem por 13,8% do Produto Interno Bruto do Brasil (ano de 2021, último com números divulgados), embora abriguem cerca de 26,9% da população brasileira, segundo o Censo 2022. Apesar dessa disparidade, várias consultorias projetam um crescimento econômico na região superior à média nacional nos próximos anos. A Consultoria Tendências, por exemplo, estima que o Nordeste terá um avanço anual de 3,4% entre 2026 e 2034, superando a expectativa média de 2,5% para o Brasil no mesmo período.





Danilo Cabral defendeu a descentralização do crescimento do País e dentro do Nordeste, onde o desenvolvimento maior se deu no litoral. “É preciso levar [os investimentos] para o interior e consolidar um conjunto de cidades policêntricas”, afirmou.

Danilo Cabral ressaltou a elevação do volume de investimentos destinados à região, como o FNE (Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste) e o FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste). Enquanto o primeiro tem R\$ 39 bilhões, dividido em 20 linhas de crédito; o segundo, em 2023, liberou R\$ 2,46 bilhões e, atualmente, detém um orçamento de R\$ 1,1 bilhão. Esses números e um conjunto de outros programas e parcerias da instituição revelam uma nova vitalidade da Sudene, que ainda é pouco conhecida pela sociedade. Há ainda diversos outros instrumentos de incentivo ao desenvolvimento regional em andamento dentro da superintendência.

“É preciso desconcentrar o crescimento do País [entre as regiões] e dentro do Nordeste, também, porque ficou muito centralizado na beira do mar. É preciso levar para o interior e consolidar um conjunto de cidades policêntricas, com crescimento que transborda para os municípios próximos. Em Pernambuco, por exemplo, Serra Talhada é uma cidade com essa característica. Quando ela cresce, a borda do Pajeú cresce também”, afirmou Danilo Cabral.



Além de uma melhor distribuição geográfica do crescimento do País, com foco na redução das desigualdades, o superintendente destacou ainda uma preocupação acerca do tipo desse desenvolvimento. O foco de atração de investimentos e de criação de novos polos deve ser conectado com as tendências globais.

“Os eixos com que queremos atuar dialogam com a pauta do mundo de hoje. Queremos um desenvolvimento sustentável, que trabalhe a inovação, o meio ambiente, a infraestrutura, a educação e o desenvolvimento social e produtivo, além da capacidade de governança”, destacou Danilo Cabral. Essas diretrizes estão no *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste*, que orienta as políticas e os projetos da instituição.

INDÚSTRIA NO HORIZONTE DA REGIÃO

O novo ciclo de desenvolvimento do Nordeste deve ser puxado pelo setor industrial, segundo a Consultoria Tendências. A estimativa é de que o PIB Industrial cresça 4,3% entre 2026 a 2034. Muito dessa estimativa vem dos anúncios feitos pelo Governo Federal com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o *Nova Indústria Brasil*. Em ambos, a Região tem um papel de destaque, com boas parcelas do orçamento.

No PAC, do total de R\$ 1,7 trilhão previsto, a parcela de R\$ 700 bilhões é para o Nordeste. Só em Pernambuco, há uma previsão de aportes de R\$ 91,9 bilhões. As áreas com mais investimentos esperados no Estado são Educação, Ciência e Tecnologia (R\$ 21,1 bilhões), Transição e Segurança Energética (R\$ 16,8 bilhões) e Cidades Sustentáveis e Resilientes (R\$ 14,8 bilhões).

No programa *Nova Indústria Brasil*, as expectativas são de mobilização de R\$ 360 bilhões. A diversidade de áreas é extensa, devido à complexidade do tecido industrial pernambucano. No entanto, Danilo Cabral elencou algumas das principais. O campo fica contemplado com aportes em mecanização da agricultura familiar, na fruticultura, na produção de etanol, além de um olhar atencioso aos potenciais da Caatinga. O polo automotivo tem como destaque os incentivos às cadeias produtivas da Baterias Moura e da Stellantis.

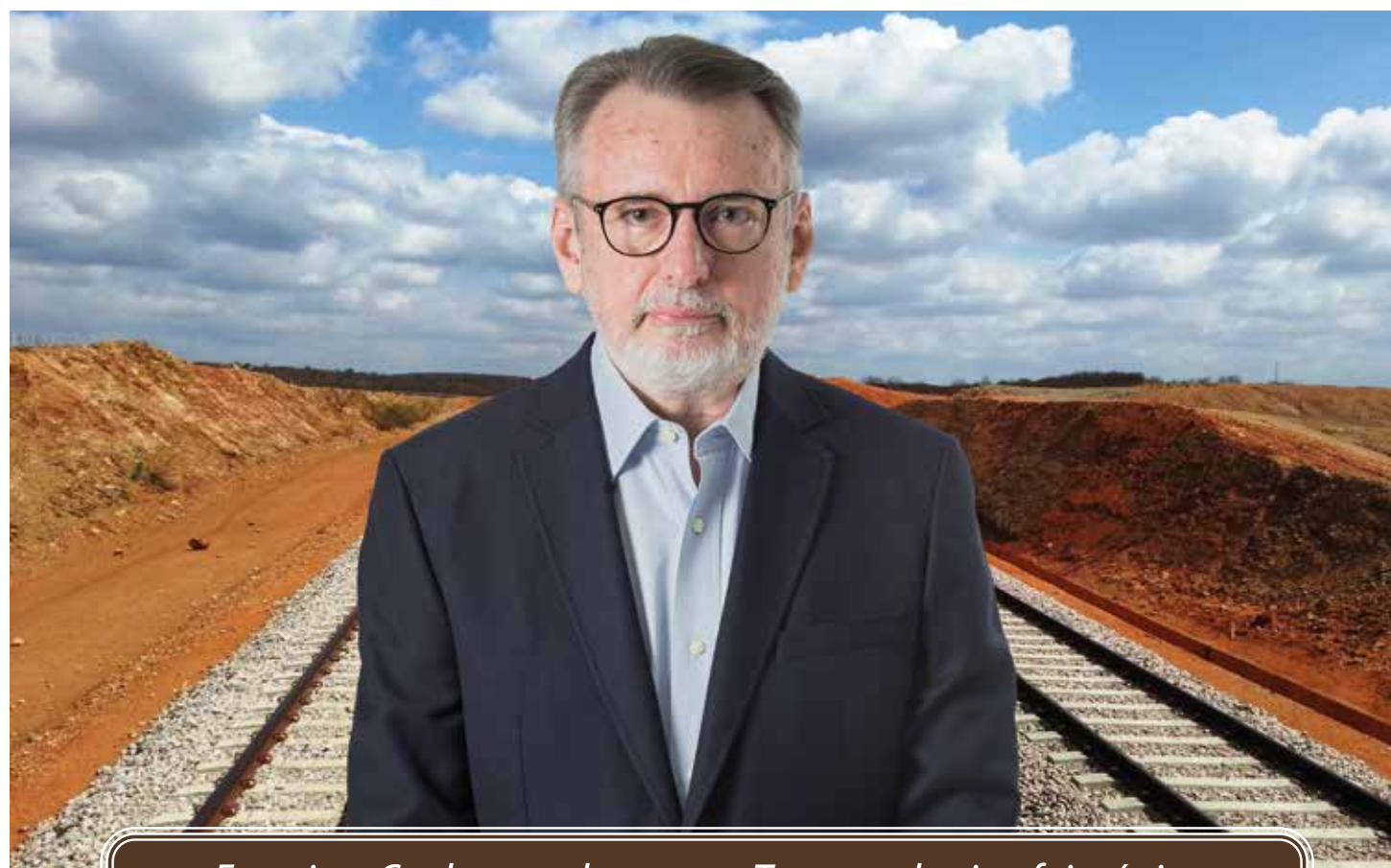
O programa Nova Indústria Brasil poderá beneficiar áreas no Estado, como a automotiva; a indústria da biotecnologia, com oportunidades para o Lafape e para a Hemobrás; além do setor de energia renovável, entre outras.



Há ainda investimentos previstos para impulsionar os serviços de transformação digital da indústria, conectadas ao Porto Digital e à rede de ICTs (Instituições Científicas e de Inovação Tecnológica). Outros destaques são para a indústria da biotecnologia, com oportunidades para o Lafape e para a Hemobrás, além do investimento robusto na Escola de Sargentos, que deve contribuir para pesquisas na área de defesa.

Há também um movimento recente na região de investimentos bilionários em parques de energias renováveis (eólicas e solares). No radar de vários Estados estão também projetos de muitos bilhões para produção de hidrogênio verde, que é a grande aposta para a descarbonização da matriz energética global no médio prazo.

Apesar dos investimentos que chegam para a região nesse setor energético, é importante ressaltar que existe uma forte crítica dos impactos desses parques industriais na Caatinga. Há embates tanto com as populações tradicionais quanto em reação ao avanço do desmatamento da vegetação. Um cenário que contribui para ampliar o risco de desertificação nessas áreas, já afetadas pelos efeitos extremos das mudanças climáticas.



Francisco Cunha ressaltou que a Transnordestina foi o único projeto traçado pelo Padre Lebrez, nos anos 1950, que não se concretizou e que a ausência da ferrovia compromete o avanço do Porto de Suape como um hub logístico.

DESAFIO DA TRANSNORDESTINA

Em uma introdução à apresentação de Danilo Cabral, o consultor da TGI Francisco Cunha destacou a necessidade de fomentar um novo ciclo de desenvolvimento de Pernambuco. Apesar da percepção do esgotamento dos horizontes traçados nos anos 1950 para o futuro do Estado, uma peça prevista que não foi realizada é a ferrovia que conectaria o porto ao Sertão. “A única previsão do desenho original traçado pelo Padre Lebrez para Pernambuco, que não se concretizou, é a Transnordestina”, sentenciou o consultor.

Essa infraestrutura, fundamental para a logística da região, começou a ser construída na primeira gestão do Governo Lula, no ano de 2006, mas nunca foi concluída. Em 2022, no apagar das luzes do Governo Bolsonaro, a linha pernambucana que conectava Salgueiro a Suape foi retirada da concessão.



A ausência dessa estrutura compromete o avanço do Porto de Suape como uma referência regional e, também, toda a vocação logística histórica do Estado de integração da região. A resolução do imbróglio envolvendo a concessionária deu passos importantes em 2024. No entanto, o ritmo dessa virada de chave é insatisfatório para os interesses de Pernambuco, podendo aguardar mais de uma década caso não seja acelerada.



“Isso é algo que está me inquietando. Daqui a três anos, o Porto de Pecém estará interligado. Pernambuco está na fase do projeto e depois vai ter que ir atrás de recursos. Precisamos de um montante entre R\$ 4 e R\$ 5 bilhões. Nós temos no PAC hoje R\$ 400 milhões. Se isso for um fluxo de R\$ 400 milhões por ano, teremos pelo menos mais 10 anos. Isso seria 2035. Onde é que vai ficar o *gap* logístico de Pernambuco, com uma diferença de sete anos entre Pecém e Suape? Ou nós colocamos isso na pauta do Estado, ou esse negócio vai ficar enganchado lá e não vai andar. É preciso tratar disso de forma estruturada ou vai ficar patinando”, alertou Danilo Cabral.

O QUE É NECESSÁRIO PARA APROVEITAR AS OPORTUNIDADES?

Tanto para destravar a linha pernambucana da Transnordestina como para avançar nos projetos previstos no PAC e no *Nova Indústria Brasil*, é necessário que haja unidade da sociedade pernambucana e mobilização pelas pautas prioritárias. Essa foi a fórmula sugerida por Danilo Cabral para viabilizar os investimentos e para reverter a tendência atual de perda de protagonismo regional de Pernambuco.



“A gente tem políticas e planos, instrumentos de financiamento, uma inteligência regional, com as universidades, e temos um empresariado engajado. Temos espaços políticos que talvez nenhum outro estado da Federação tenha, do ponto de vista de presença política”, afirmou Danilo Cabral, fazendo uma referência aos vários ministros pernambucanos que, em 2024, participaram do Governo Lula (Luciana Santos, André de Paula, Silvio Costa Filho e José Múcio Monteiro).

Apesar dessas condições, ele destacou que há dificuldades de criar consensos atualmente, como no passado foi a defesa por Suape, que uniu diferentes vertentes políticas. “Temos déficit de unidade, de mobilização e de articulação. Nós perdemos a perna da Transnordestina, e a sensação que a gente tem, e eu digo isso sem criticar o vizinho, é que a gente está sem dono da pauta de Pernambuco. Já sentimos que estamos perdendo a referência do protagonismo regional. Precisamos ter uma integração e nos mobilizar”, defendeu Danilo Cabral.

Um exemplo lembrado dessa articulação da sociedade pernambucana foi o do Meppe (Movimento Empresarial Pró-Pernambuco), lembrado pelo consultor Ricardo de Almeida, ativado em um momento de crise no Estado, na década de 1990. “Pernambuco tem muitas ideias, mas poucas convergências. E é exatamente esse o nosso desafio: construir essas convergências”, considerou Ricardo de Almeida durante o evento.

Além da promoção de seminários e debates, uma das propostas do evento foi a de criar uma estrutura de governança das pautas prioritárias de Pernambuco. “Precisamos de uma estrutura que tenha um plano de ação, metas, prazos... que tenha uma sistemática de discussão. É isso que precisamos organizar”, sugeriu o ex-superintendente da Sudene.



Ricardo de Almeida defendeu a articulação da sociedade pernambucana em torno do desenvolvimento do Estado. "Pernambuco tem muitas ideias, mas poucas convergências. E é exatamente esse o nosso desafio: construir essas convergências."

Dentro desse cenário de queda do protagonismo, Pernambuco desabou no ranking de competitividade, publicado pelo CLP (Centro de Liderança Pública). O Estado, que já se apresentava na desconfortável 16ª posição nacional, caiu três postos, figurando, a partir dos dados de 2023, na 19ª colocação nacional. Foi o pior desempenho naquele ano entre todos os estados da Federação. O estudo avalia dez eixos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação. [a](#)



CAPA

INVESTIR PARA DESENVOLVER

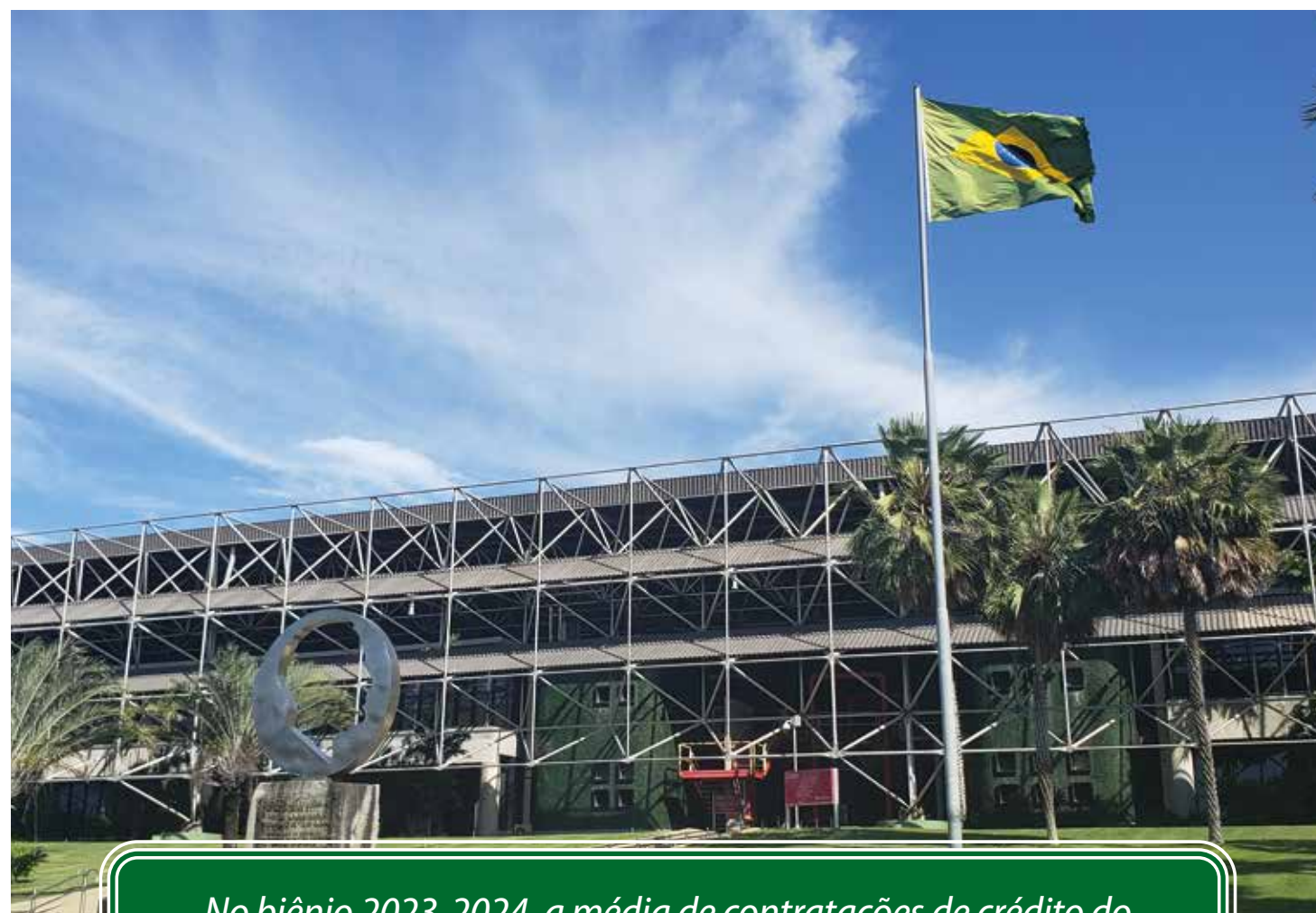
Em encontro do projeto *Pernambuco em Perspectiva*, Paulo Câmara mostrou dados do crescimento expressivo da concessão de crédito na gestão do atual Governo Federal, mas ressaltou a necessidade de ampliar as alternativas de investimento, como as PPPs.

Rafael Dantas



Para superar os déficits histórico-sociais e de infraestrutura, o Nordeste precisa de muito investimento. Diante da escassez de recursos públicos e dos desafios da transição tecnológica e da descarbonização que o mundo atravessa, o projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo* recebeu o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Paulo Câmara, para analisar as fórmulas para resolver essa equação do desenvolvimento do Estado.

O evento, realizado pela **Revista Algomais** e pela Rede Gestão, com o patrocínio do BNB e do Governo Federal, apresentou o cenário de crescimento do crédito na região e destacou a necessidade do avanço das PPPs (parcerias público-privadas) para tracionar os investimentos. Em paralelo, o ex-governador pontuou ameaças que estão no horizonte do médio prazo, como o fim dos incentivos fiscais, encaminhado pela Reforma Tributária.



No biênio 2023-2024, a média de contratações de crédito do BNB em Pernambuco alcançou R\$ 6 bilhões, superando os R\$ 3,8 bilhões registrados entre 2019 e 2022. Na Região Nordeste, o crescimento no mesmo período foi de 41%.

EXPANSÃO DO CRÉDITO

Após os desafios impostos pela pandemia e as tensões políticas com o Nordeste durante o Governo Bolsonaro, o Banco do Nordeste apresentou um crescimento expressivo. No biênio 2023-2024, a média de contratações em Pernambuco alcançou R\$ 6 bilhões, superando os R\$ 3,8 bilhões registrados entre 2019 e 2022. Considerando toda a região, o crescimento no mesmo período foi de 41%.

Para se ter ideia do salto, em 2024 o banco desembolsou R\$ 60,6 bilhões. São 23% acima de 2022, último ano antes da troca de gestão. Quando comparado com 2019, o avanço é de 72%. Um recorde de movimentação na história da instituição, que atende os nove estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Foto: Tom Cabral



Paulo Câmara ressaltou a participação do BNB em setores estratégicos para a região, como turismo, infraestrutura e agropecuária. O banco de fomento também atua com microcrédito, financiando micro e pequenos produtores.

Na contabilização do desempenho nesses dois anos à frente da gestão do BNB, Paulo Câmara ressaltou a participação da instituição em setores estratégicos para a região, como turismo, infraestrutura e agropecuária. Além desse destaque da pauta do crédito, o banco de fomento tem uma forte atuação no microcrédito, que estimula o empreendedorismo entre os micro e pequenos produtores.

“Crédito é uma força motriz muito forte tanto para geração de renda como para geração de emprego. O BNB participa disso. É um banco muito ligado ao desenvolvimento regional, temos os dois maiores programas de microcrédito do País: o Agroamigo e Crediamigo. Além disso, administramos o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), que teve valores recordes no ano passado, e somos executores de outros programas governamentais também”, elencou Paulo Câmara.

Apenas no FNE, que é o instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o montante total de contratações de operações de crédito em 2024 foi de R\$ 44,8 bilhões, representando um aumento de 39% em relação a 2022. No Crediamigo (linha de microcrédito produtivo e orientado), foram contratados R\$ 12,1 bilhões, enquanto o Agroamigo (voltado para agricultores familiares) alcançou R\$ 8,6 bilhões, com avanços, respectivamente, de 13% e de 125%.

FOMENTO E SETORES ESTRATÉGICOS

Do total de créditos de longo prazo no Nordeste, 49,7% são operados pelo Banco do Nordeste. Dentro dos setores industrial e comercial chega a 52,5%. O perfil de quem toma esse tipo de operação inclui, principalmente, empresas, produtores rurais e empreendedores que buscam financiamento para expansão, modernização e infraestrutura, em busca de prazos estendidos e taxas reduzidas.

Na lista de setores apoiados pelo FNE, há uma percepção de onde estão as oportunidades de desenvolvimento da região. Há programas voltados para a indústria, investimento em energia solar, infraestrutura, turismo, entre outros. Em um período de estímulo à reindustrialização no País, com o programa *Nova Indústria Brasil*, e de empreendimentos de grande porte para produção de energias renováveis, a fluidez das políticas de financiamento é fundamental para tirar os projetos do papel.



“O Nordeste é o maior produtor de energia renovável. Hoje a região é exportadora e avançou bastante em muitos setores estruturadores importantes, como nos portos e aeroportos”, exemplificou Paulo Câmara, mencionando ainda setores como o saneamento, as rodovias e a ferrovia.

Especialmente em infraestrutura, a região acompanha a construção da Transnordestina, um empreendimento marcado por anos de atraso. As instituições e os instrumentos de fomento e de desenvolvimento regional são fundamentais para que a ferrovia se torne realidade.



Francisco Cunha afirmou que, enquanto o Nordeste viu a sua malha ferroviária praticamente desaparecer após a concessão à iniciativa privada nos anos 1990, a China, em pouco mais de uma década, multiplicou a quantidade de conexões ferroviárias.

Durante a apresentação prévia da palestra, o consultor Francisco Cunha, sócio da TGI, destacou a discrepância entre a experiência da região e da China em relação às linhas férreas. Enquanto o Nordeste viu a sua malha ferroviária praticamente desaparecer após a concessão à iniciativa privada no final dos anos 1990 e aguardar há quase 19 anos a conclusão da Transnordestina, o gigante asiático, em pouco mais de uma década, multiplicou a quantidade de conexões ferroviárias. “Não é só a Transnordestina que está faltando, mas toda a secular malha ferroviária do Nordeste”, alertou.

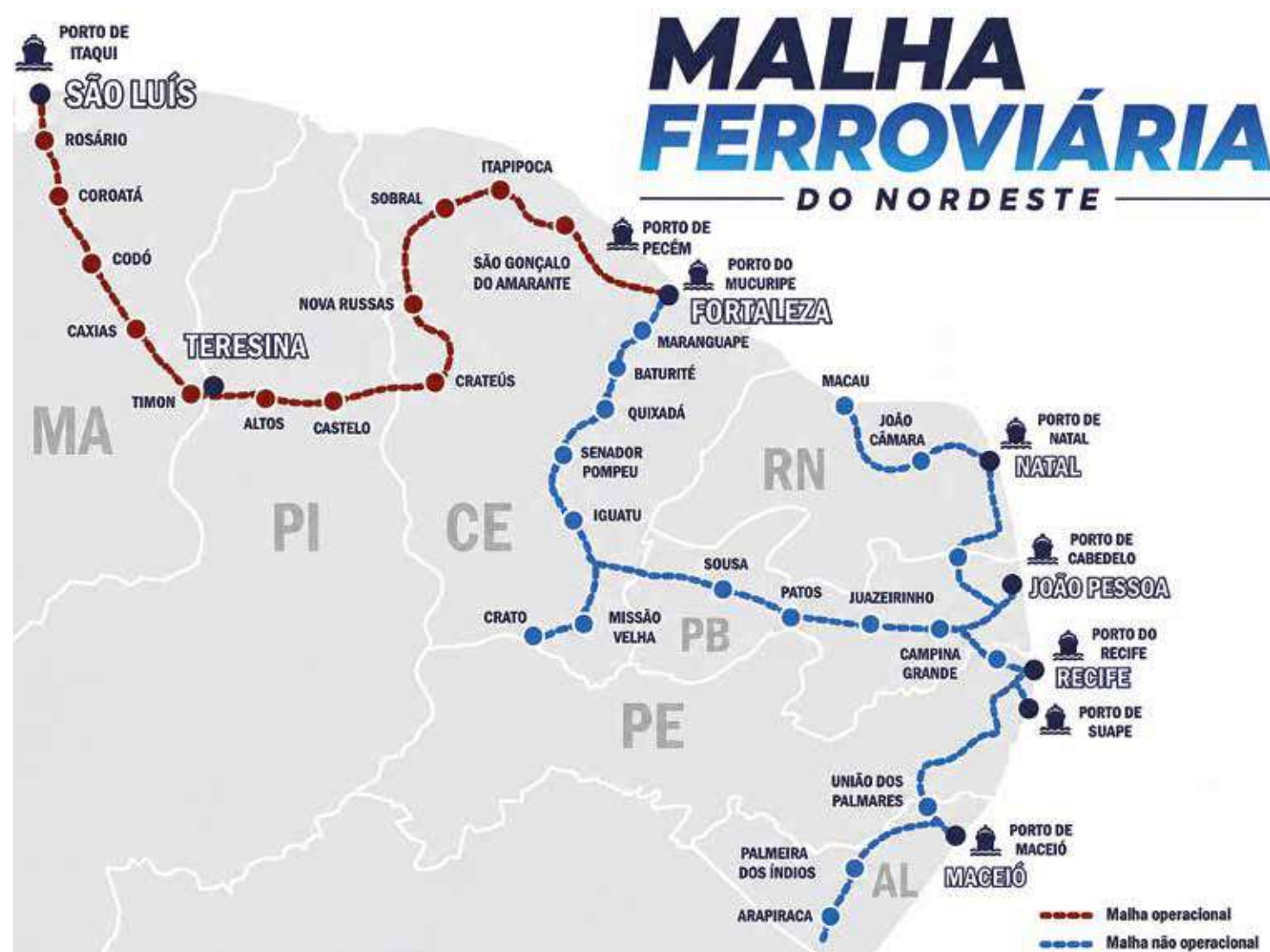
Questionado no momento das perguntas dos participantes sobre os caminhos para financiar a ferrovia em Pernambuco, Paulo Câmara reafirmou que o Governo Federal assumiu a responsabilidade para fazer os projetos. Porém, para dar celeridade, ele considera que é necessário ter esforços de todos os atores locais para buscar parcerias. “Parcerias são

fundamentais para um negócio como a Transnordestina. Essa equação financeira precisa ser muito bem trabalhada, pois uma obra estruturadora como essa precisa de uma atenção especial.” Ele afirmou que o BNB tem investido no setor e que o ramal para Pecém, no Ceará, já tem sido beneficiado.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Além de destacar os avanços do BNB e a parceria com outras instituições de fomento, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o ex-governador ressaltou a necessidade de o Estado e a região avançarem na pauta das parcerias público-privadas. Paulo Câmara explicou que esse viés, inclusive, é um dos componentes do Novo PAC, que busca incentivar a participação da iniciativa privada nos investimentos estruturadores do País. “As PPPs precisam se consolidar mais. A gente vê o BNDES muito forte em projetos estruturadores, mas não consegue fazer tudo. O Banco do Nordeste tem começado a se inserir em PPPs menores no âmbito estadual para ser um agente financiador também nesse segmento, que dará velocidade aos investimentos da Região Nordeste e em Pernambuco. A junção dos setores público e privado é uma solução para muitos dos desafios que temos pela frente.”





Em celebração aos 20 anos da Lei Federal das PPPs, o Governo Federal anunciou a criação do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável. Com esse novo mecanismo, a gestão Lula se comprometeu a investir R\$ 1 bilhão para fomentar parcerias público-privadas e concessões no Brasil.

Essa modalidade, no entanto, apresenta desconfiças devido aos insucessos na implementação de várias concessões. Um exemplo é a Malha Nordeste, que, após a privatização em 1998, encerrou todas as operações de transporte de carga em Pernambuco. Outra situação emblemática é a própria Transnordestina, cujo avanço tem sido marcado por atrasos sucessivos, estendendo-se por quase duas décadas sem uma conclusão definitiva.

UMA AMEAÇA NO HORIZONTE DO FINANCIAMENTO

Os incentivos fiscais que foram fundamentais nas últimas décadas para atração de empreendimentos para o Nordeste e para a distribuição deles no interior enfrentam algumas ameaças com o avanço da Reforma Tributária. Por princípio, o novo regime encerrará a maioria dos incentivos fiscais no País.

Sem a infraestrutura robusta já alcançada em outras regiões industrializadas no País, com rodovias e ferrovias, por exemplo, o Nordeste sofreria uma grande ameaça de se tornar menos atrativo. “Os benefícios fiscais tiveram ameaças em relação à Reforma Tributária. Espero que as discussões sejam bem formatadas para que essas ameaças não nos levem a perder a atratividade, porque a gente ainda precisa disso”, avaliou.

O presidente do BNB destacou que os três principais pilares que os investidores observam para decidir aonde levar um empreendimento são justamente as atratividades fiscais e de crédito, além da infraestrutura e da mão de obra.



CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM NOVAS FONTES

Uma das novidades apresentadas pelo presidente do BNB foi o avanço na captação de recursos em organismos multilaterais. Já está em execução, por exemplo, € 150 milhões (aproximadamente R\$ 900 bilhões) com a AFD (Agência de Desenvolvimento Francesa) e estão em fase de contratação recursos na ordem dos US\$ 300 milhões (R\$ 1,7 bilhão) com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Em preparação, outras três captações estão progredindo. Também de US\$ 300 milhões, com o New Development Bank (o Banco dos Brics). Junto aos Fundos de Investimento Climático (CIF – Climate Investment Funds), avança a obtenção de US\$ 67 milhões (R\$ 380 milhões). A maior de todas as operações, no entanto, é com o Banco Mundial, em um total de US\$ 500 milhões (R\$ 2,8 bilhões). Além desses, ainda está em discussão a captação de € 200 milhões (R\$ 1,2 bilhão) com o KFW, que é um banco estatal alemão de investimento e desenvolvimento, sediado em Frankfurt.

Foto: Tom Cabral



O executivo do BNB ressaltou também a importância da ativação ou reativação de parcerias com outros fundos nacionais, como o caso do Finep (voltado para inovação e pesquisa), o Fungetur (Fundo Geral do Turismo) e do avanço nas articulações com o próprio BNDES nos projetos de interesse estratégico regionais.

Diante dos desafios históricos e estruturais do Nordeste, a ampliação do crédito, as parcerias público-privadas e a captação de recursos internacionais foram apresentadas no *Pernambuco em Perspectiva* como estratégias para o desenvolvimento da região e do Estado. Para sustentar a expectativa de um futuro mais promissor para Pernambuco, será fundamental a mobilização de todos os setores – público, privado e sociedade civil – em busca de soluções inovadoras e sustentáveis para impulsionar o crescimento do Nordeste. 



COMÉRCIO EXTERIOR



Pernambuco, segundo Gilberto Freyre Neto, deve assumir papel como elo ativo no cenário internacional, investindo em ciência, tecnologia, educação e diplomacia cultural. Para isso, propõe uma revalorização do passado, quando o Estado manteve fortes relações com outros países.

A internacionalização da economia pernambucana desponta como um dos principais desafios do novo ciclo de desenvolvimento do Estado. Durante o encontro *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo* realizado em julho de 2025, Gilberto Freyre Neto, presidente do Iperid (Instituto de Pesquisas Estratégicas em Relações Internacionais e Diplomacia), e Rainier Michael, cônsul da Eslovênia, chamaram a atenção para oportunidades ainda pouco exploradas pelos atores locais, como as parcerias com países da África e da Europa Central. Ambos defenderam a urgência de um planejamento estratégico que posicione Pernambuco na agenda global e cobraram maior protagonismo da iniciativa privada nesse processo. Os palestrantes também destacaram a longa trajetória internacional do Estado, com raízes no ciclo colonial, e o potencial diplomático de abrigar o segundo maior corpo consular do Brasil.



Rainier Michael destacou a Eslovênia, com cerca de 2 milhões de habitantes, mas frequentemente ignorada nas discussões sobre internacionalização. “É um país pequeno, mas está no Mar Adriático. Para negócios, é a porta de entrada para a Europa Central. Por que nós não olhamos isso?”

No passado, Pernambuco teve um papel de protagonismo nas exportações durante o ciclo do açúcar. Na palestra, Gilberto Freyre Neto apresentou uma leitura histórico-estratégica da posição do Estado no mundo, defendendo sua relevância geopolítica como ponto de conexão entre continentes e culturas desde o período das Grandes Navegações até os desafios atuais da globalização.

Ele argumenta que Pernambuco deve assumir seu papel como elo ativo no cenário internacional, investindo em ciência, tecnologia, educação e diplomacia cultural. Para isso, propõe uma revalorização do passado para projetar um futuro de protagonismo mais uma vez como um “Farol Estratégico no Atlântico Sul”.

OLHAR PARA ALÉM DAS GRANDES POTÊNCIAS ATUAIS

Apesar da proximidade geográfica e dos laços históricos compartilhados com o continente africano, Pernambuco tem negligenciado a construção de pontes estratégicas com países da costa ocidental da África. Em sua palestra, Gilberto Freyre Neto alertou para o potencial desperdiçado nessas relações, destacando a Nigéria como um exemplo simbólico. “A Nigéria já tem uma população maior que o Brasil, o PIB é 40% do nosso. Vai chegar, daqui a 50 anos, a 70% e nos superar daqui a 100 anos”, projetou. Segundo ele, esse crescimento torna urgente o fortalecimento de vínculos culturais, comerciais e diplomáticos com o país africano, que deverá ocupar papel de protagonismo global nas próximas décadas.

Apesar da proximidade geográfica e dos laços históricos com o continente africano, Pernambuco, para Freyre Neto, tem negligenciado a construção de relações com a costa ocidental da África, que está em ascensão. Ele defende uma atuação proativa do Estado e de empresários.



Ao invés de esperar que as oportunidades surjam espontaneamente, Freyre Neto defende uma atuação proativa de Pernambuco, que precisa se posicionar como parceiro estratégico de uma África em ascensão. “E a gente não vai fazer amizade com os nigerianos?”, provocou, ao questionar a ausência de iniciativas concretas de aproximação. Para ele, o momento é de investir em relações de confiança e afeto, fundamentais para a criação de rotas comerciais sustentáveis e cooperação mútua. Ignorar esse potencial significa ceder espaço a potências como a China, que já atua intensamente na região, enquanto Pernambuco assiste de longe, sem marcar presença.

Enquanto Gilberto Freyre Neto chamou a atenção para o potencial da costa ocidental africana, Rainier Michael destacou a relevância estratégica da Europa Central, uma região frequentemente ignorada nas discussões sobre internacionalização. Ele apontou a Eslovênia, país com cerca de 2 milhões de habitantes e presença diplomática em Pernambuco há nove anos, como porta de entrada para mercados europeus sem acesso ao mar, como Áustria, Suíça e Hungria. Nesse contexto, o Porto de Koper, no Mar Adriático, surge como uma alternativa logística altamente competitiva.



Rainier defende que Pernambuco adote uma visão mais ousada e criativa, apostando em rotas alternativas às grandes potências comerciais. “A Eslovênia é um país pequeno, mas está no Mar Adriático. Para negócios, é a porta de entrada para a Europa Central. Por que nós não olhamos isso?”, questionou. Ele lembrou que 30% dos carros da BMW são exportados por Koper, porto que está 300 quilômetros mais perto do que Hamburgo para boa parte da Europa Central. “Vários países dessa região europeia que não têm portos usam a Eslovênia para exportação. A gente tem que procurar novos horizontes. É a estratégia que o consulado utilizou”, completou.

RISCO DE FICAR FORA DA NOVA ROTA DA SEDA

A participação do Estado nas conexões bioceânicas impulsionadas pela China – por meio da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*) – foi tema de uma das perguntas mais provocativas do público, feita por Sérgio Cavalcante, *head* de inovação do Grupo Cornélio Brennand. Em resposta, Gilberto Freyre Neto alertou para o avanço silencioso, mas consistente, de uma nova infraestrutura logística que conecta o Oceano Pacífico ao Atlântico Sul. Esses empreendimentos terão impactos diretos sobre o futuro da inserção internacional do Brasil e, especialmente, do Nordeste. Ele destacou, porém, que Pernambuco corre o risco de ficar de fora dos principais eixos de circulação de mercadorias globais.



A participação de Pernambuco nas conexões bioceânicas impulsionadas pela China foi destacada por Sérgio Cavalcante. Trata-se de uma infraestrutura logística que conecta o Oceano Pacífico ao Atlântico Sul e terá impactos sobre a inserção internacional do Brasil e, especialmente, do Nordeste.

O presidente do Iperid explicou que os corredores ferroviários e hidroviários que compõem essa rota – ligando, por exemplo, o Porto de Chancay (no Peru) ao Porto de Ilhéus (BA) – estão em construção há mais de duas décadas, com participação crescente de investidores chineses e longe das fronteiras pernambucanas. Essas obras, já em fase avançada, incluem caminhos logísticos que atravessam o continente, inclusive em regiões onde países como o Paraguai, mesmo sem litoral, já se integram ao comércio internacional com mais eficiência que muitos estados brasileiros.

O cenário se torna ainda mais preocupante diante da ausência de articulação de Pernambuco com esses fluxos globais. Gilberto Freyre Neto afirmou que o Estado poderia se tornar um centro de processamento de produtos asiáticos destinados à África, aproveitando sua posição privilegiada no Atlântico Sul. No entanto, isso exige infraestrutura intermodal eficiente, conexões ferroviárias funcionais – como a execução da Transnordestina e a sua conexão com a Ferrovia Norte-Sul – e políticas públicas integradas.

CORREDOR BIOCEÂNICO BRASIL-PERU

Corredor intermodal conectará as ferrovias Fico e Fiol ao Porto de Chancay (Peru) para expandir o comércio entre a China e a América do Sul.



PAPEL DO ESTADO E PAPEL DO EMPRESARIADO

Um dos alertas mais recorrentes no debate sobre a internacionalização de Pernambuco foi a ausência de protagonismo da iniciativa privada. Para além de planos de governo ou acordos institucionais, os palestrantes insistiram que são os empresários, empreendedores e representantes da sociedade civil os verdadeiros motores do comércio internacional.

Sem articulação direta com o setor produtivo, protocolos assinados pelo poder público correm o risco de se tornarem apenas gestos simbólicos. “Os memorandos de entendimentos [assinados entre cidades ou países] não geram obrigação para nenhum dos lados”, advertiu Gilberto Freyre Neto. “Não é o Estado de Pernambuco que vai vender para o estado do Alasca. É o empresário daqui que tem que vender para o empresário de lá.”

Rainier Michael reforçou essa leitura ao lembrar que Pernambuco já dispõe de consulados, câmaras de comércio e redes de apoio diplomático que estão subutilizadas. “Usem a Câmara de Comércio dos países. Usem os consulados aqui presentes. Eles estão aguardando para fazer negócio”, incentivou.

Ele propôs ainda a criação de uma ferramenta digital que concentre informações, contatos e oportunidades em um ambiente ágil e colaborativo, inspirado no modelo das *startups*. Sem esse esforço coletivo, que inclui necessariamente a iniciativa privada, o cônsul avalia que Pernambuco continuará olhando o comércio exterior como um território distante, quando, na verdade, ele começa dentro de casa, na disposição de dialogar e planejar.



POSICIONAMENTO DE HUB DO NORDESTE

Os palestrantes destacaram que Pernambuco possui uma combinação de vantagens geopolíticas, econômicas e logísticas que favorece o Estado para se tornar um *hub* estratégico do Nordeste. A capacidade para geração de energia renovável da região é um aspecto relevante diante da crescente demanda energética prevista para setores como a inteligência artificial.

Para Rainier, a visão estratégica para o desenvolvimento de Pernambuco passa por setores de alta complexidade e valor agregado, como cibersegurança, criptomoedas, inteligência artificial, *data centers*, mobilidade, logística, infraestrutura e a transição energética. Paralelamente, há uma aposta na indústria criativa, que engloba patrimônio, artes, moda e criações funcionais, com foco na construção de uma marca própria (o “*Made in Pernambuco*”) que valorize produtos, serviços e *commodities* com identidade regional e reconhecimento global.

NORDESTE, O HUB DO BRASIL



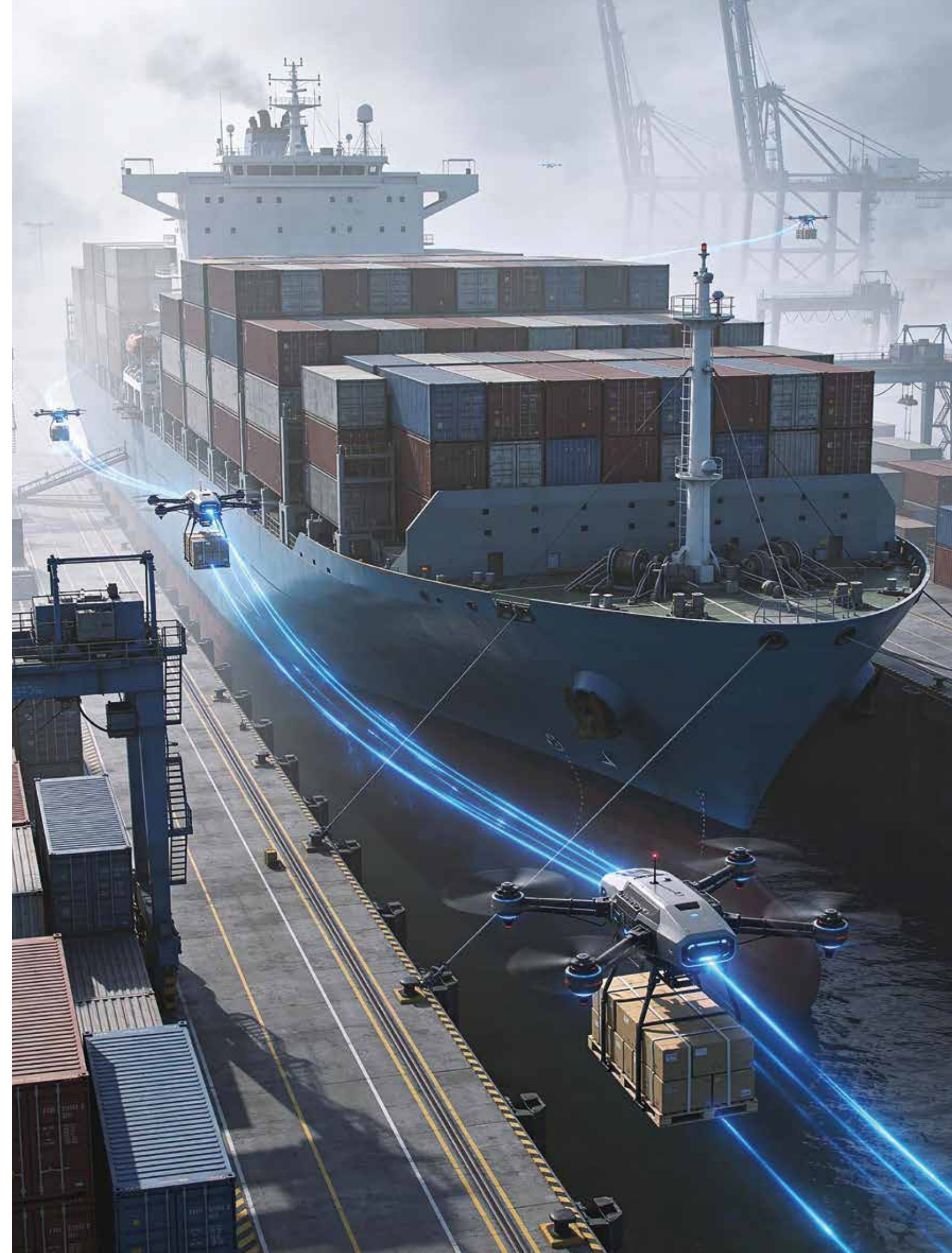


Francisco Cunha ressaltou a relevância de Pernambuco na diplomacia. "É o segundo maior hub diplomático do Brasil. Na Revolução de 1817, enviou um embaixador para os EUA, para construir acordos internacionais, mostrando desde cedo vocação para o protagonismo nas relações exteriores."

INTERNACIONALIZAÇÃO NO PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

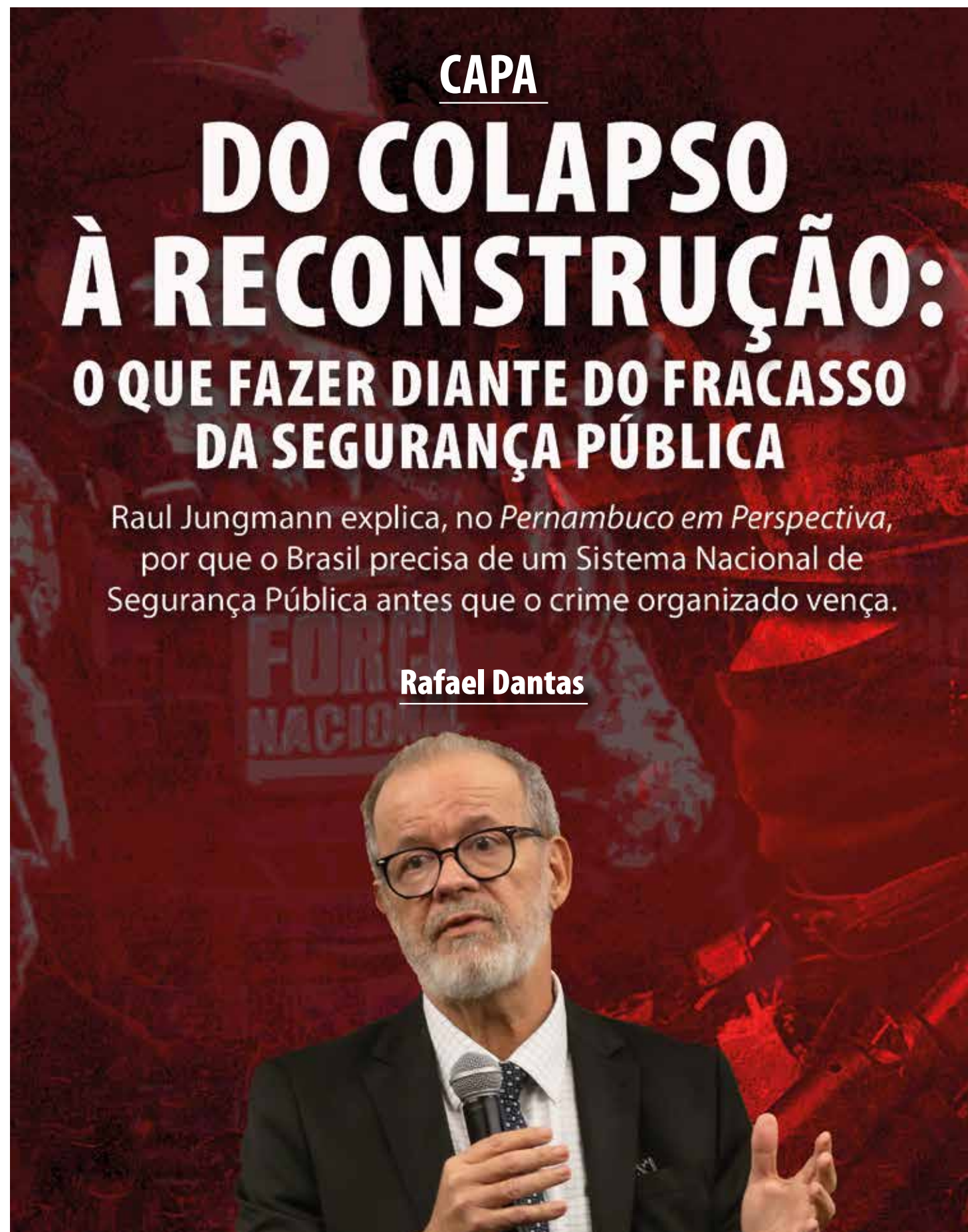
O consultor Francisco Cunha ressaltou a urgência de inserir essa perspectiva de internacionalização no redesenho do modelo de desenvolvimento de Pernambuco, que precisa ser reformulado diante das novas realidades internas e externas. Ele chamou a atenção para a surpreendente relevância diplomática de Pernambuco.

"Pernambuco é o segundo maior *hub* diplomático do Brasil, com mais de 40 representações consulares, ficando só atrás de São Paulo. É o Estado onde nasceu o primeiro embaixador do Brasil, Joaquim Nabuco, junto ao governo norte-americano. Já na Revolução de 1817, Pernambuco preocupou-se em mandar um embaixador para os Estados Unidos, numa tentativa de construir acordos internacionais, mostrando desde cedo sua vocação para o protagonismo nas relações exteriores", afirmou o consultor da TGI. [a](#)





SEGURANÇA E PAZ SOCIAL



O Brasil corre o risco de se tornar um narcoestado. Ou seja, o poder do tráfico ilegal de drogas está avançando em território nacional no domínio de instituições legítimas do País, como no poder político, empresarial e em instâncias jurídicas. O alerta foi feito pelo ex-ministro da Segurança Pública e da Defesa, Raul Jungmann, e pelo consultor Francisco Cunha, durante o encontro *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo* de junho de 2025. O projeto é uma realização da **Revista Algomais** e da Rede Gestão, com patrocínio do Banco do Nordeste do Brasil e do Governo Federal. Para conter a escalada da violência e enfrentar o domínio das facções, Jungmann, que faleceu em janeiro de 2026, defendeu que todos os esforços devem partir da criação de um verdadeiro Susp (Sistema Único de Segurança Pública).

Enquanto o crime organizado está distribuído em praticamente todo o território brasileiro e com atuação até em outros países, o combate ao tráfico está fragmentado nos sistemas estaduais de segurança pública. Jungmann explicitou na sua apresentação que, constitucionalmente, não há coordenação central da segurança pública no Brasil. Ela é de responsabilidade estadual, sem articulação nacional nem vinculação orçamentária. O papel dos municípios também não é mencionado nesse esforço de combate à violência. “O nosso sistema de segurança pública, que não é um sistema, é funcional à criminalidade, à violência e à insegurança do nosso País”, criticou Raul Jungmann.

Associado a isso, o crescimento acelerado do encarceramento tem retroalimentado o tráfico. Com a superlotação do sistema prisional e nenhuma expectativa de regeneração dessa população, é criado um ambiente propício à entrada de uma massa cada vez maior de brasileiros a serviço das facções. “Nós tiramos bandido da rua e o que é que acontece? O que acontece é que nós estamos engordando os exércitos do crime organizado, que nos violenta, sequestra e mata”, relatou.

A quantidade de indivíduos privados de liberdade no Brasil em 2024, segundo dados da Senappen (Secretaria Nacional de Políticas Penais), é de, aproximadamente, 885 mil pessoas. Dez anos antes, esse número era de 622 mil. Trata-se da terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China, que têm muito mais habitantes. Caso o ritmo de crescimento anual de 8,3% se mantenha, o País pode dobrar esse total até 2033.



CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL



FORÇA ECONÔMICA DAS FACÇÕES

Um estudo realizado pelo *think tank* Esfera Brasil estima que as facções criminosas podem movimentar até R\$ 335 bilhões por ano apenas com o tráfico de cocaína no Brasil. O montante representa cerca de 4% do PIB (Produto Interno Bruto) do País, evidenciando o poder econômico paralelo que sustenta o crime organizado. Além do tráfico de cocaína, as facções têm ampliado sua atuação para setores legais da economia brasileira. Essas organizações criminosas estão infiltradas em atividades como mineração, comércio de combustíveis, transporte público e mercado imobiliário, utilizando esses setores tanto para lavar dinheiro quanto para ocultar produtos de crimes. Ao todo, o estudo identificou 21 atividades com fluxos ilícitos em operação no Brasil, muitas delas com ramificações internacionais.

“A degradação da segurança pública e o avanço do crime são fatores de grande impacto na realidade brasileira e estadual”, afirmou o consultor Francisco Cunha. Ele mencionou, a partir de pesquisas

e do noticiário, que as facções já controlam, por exemplo, mais de mil postos de gasolina no País. Um problema que tem chegado também ao Estado. “Segundo o presidente do sindicato dos postos de gasolina em Pernambuco, 30 postos já foram identificados como de propriedade do PCC.”

Essa influência financeira obtida a partir do tráfico e das atividades ilícitas permite às facções ampliar sua penetração em setores legais da economia, garantir a fidelidade de membros e aliados e corromper agentes públicos. A combinação de recursos e controle fortalece o poder dessas organizações, dificultando ainda mais o enfrentamento da criminalidade no Brasil.

Francisco Cunha alertou para a infiltração das facções não só no tráfico de drogas, mas em setores legais também. “A degradação da segurança pública e o avanço do crime são fatores de grande impacto na realidade brasileira e estadual”, afirmou.

Foto: Tom Cabral



Foto: Jonas Pereira / Agência Senado



Jungmann afirma haver resistência ao Susp, seja de algum governador de oposição, por acreditar que o sistema favoreceria o governo central, ou de governadores e comandos policiais que temem perder poder. Mas ele acha possível construir um debate público no Congresso sobre o tema.

RESISTÊNCIAS AO SUSP

Apesar do risco que isso representa ao País, um fato dado nos diferentes grupos políticos que estiveram no Governo Federal é de que há o distanciamento – ou até a repulsa – ao envolvimento com essa pauta. Jungmann declarou no evento que governos de direita, centro e esquerda se esquivaram de puxar a bandeira do Susp.

Diferentemente da Reforma Tributária, uma pauta complexa que avançou no Congresso Nacional graças à articulação conjunta dos estados, a agenda da segurança pública carece desse mesmo alinhamento de unidade política. O contexto de polarização vivido no Brasil contribui para esse desajuste. “Há uma resistência pelo

polo político. Nós temos eleição em 2026. Um governador de oposição, por exemplo, pode achar que isso pode ser uma vitória do governo central e não beneficia os projetos dele [e ser contrário ao Susp]. Temos visto isso. A segunda resistência parte dos governadores e dos comandos policiais. Por quê? Porque temem a perda de poder”, sentenciou Jungmann.

Essa disputa pelo poder é um fator importante que dificulta o avanço da unificação do sistema de segurança no Brasil. Porém, ele considera ser possível construir, no debate público no Congresso Nacional, uma solução mediada, que minimize os receios existentes hoje dos governadores e dos comandantes das forças policiais.

A falta de um debate mais profundo sobre essa pauta, no entanto, impossibilita que sejam construídos consensos para a aprovação do Susp na Constituição. “Esse é um tema interdito. É um tema que vocês não vão ouvir falar sobre ele porque esse é um tema maldito. E ele é o coração das trevas daquilo que nós vivemos”, afirmou Jungmann.

Foto: Tom Cabral



CAMINHO PARA APROVAÇÃO DO SUSP E EFEITOS ESPERADOS

A constitucionalização do Susp precisa da aprovação via Proposta de Emenda à Constituição, com definição clara de competências e a garantia de financiamento estável, nos moldes do SUS. Essa seria a "alavanca" para reestruturar o enfrentamento ao crime organizado no País. Durante o debate, foi sugerida uma mobilização da sociedade civil para alertar a classe política da urgência da pauta.

Jungmann considera que, em consequência da aprovação do Susp, deveria ser aprovado também um financiamento vinculado por percentual da receita bruta da União. Um modelo semelhante ao da saúde e da educação, com previsão de uma fração obrigatória do orçamento federal destinada à segurança pública, com base em critérios técnicos e redistributivos.

Mais que apenas orçamento, essa mudança levaria a uma posição de coordenação federal da agenda da segurança pública, mas com respeito à autonomia dos estados. Esse trabalho conjunto, somando os esforços dos diferentes entes da Federação, e não de forma fragmentada, deve levar ao fortalecimento da inteligência e combate à infiltração do crime organizado no Estado.

SUPERAÇÃO DA DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Durante o evento, duas declarações escancaram como a alternância de poder dentro desse ambiente de polarização prejudica as políticas públicas de segurança. O ex-secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco Pedro Eurico, que estava no auditório, mencionou que, durante a gestão de Raul Jungmann, o então ministro garantiu recursos para a construção de três unidades do presídio de Itaquitinga. Porém, com a ascensão de Sérgio Moro, já no Governo Bolsonaro, o recurso foi enviado para o Paraná, o estado de origem do atual senador.

Pedro Eurico defendeu que a segurança pública seja uma política de Estado para que não sofra com as mudanças de mandatos. Disse que, na gestão de Jungmann, no ministério, obteve verba para construção de presídio em Pernambuco e, com a ascensão de Sérgio Moro, o recurso foi enviado ao Paraná.

Foto: Tom Cabral



Foto: Wesley D'Almeida / PCR



“Raul iria passar para o Governo de Pernambuco R\$ 60 milhões para a gente concluir as unidades [do presídio de Itaquitinga]. O que aconteceu? Assume o ministério o ministro Sérgio Moro, e ele manda me chamar porque o dinheiro já tinha saído da conta de Pernambuco e ido para a do Paraná. E aí eu fiz um acordo. Eu disse: “Vamos dividir o dinheiro do meio, você faz o seu presídio lá e eu termino o daqui.” E não conseguimos. Então, esse é o exemplo do que é ausência de continuidade em políticas públicas”, afirmou Pedro Eurico.

Ao comentar o assunto, Raul Jungmann abordou outro caso. Ele confessou ter amargura por ter deixado, no Ministério da Segurança Pública, recursos destinados para a construção de quatro unidades do Compaz (Centros Comunitários da Paz). Porém, o ex-ministro afirmou que foi construído apenas um equipamento, por questões burocráticas. Ambas as declarações expõem a necessidade da construção de um sistema que esteja acima dos desejos partidários e do gestor que estiver à frente naquele momento no poder.



Murilo Cavalcanti salientou o modelo exitoso de segurança pública em Medellín. “A gente entra e sai de qualquer favela de lá, e o risco de se sofrer alguma violência é muito perto de zero. Foi a cidade mais violenta do mundo. Isso mostra que é possível.”

INTEGRAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

Além dos caminhos e dos efeitos esperados da nacionalização das ações de segurança pública, o ex-secretário de Segurança Cidadã do Recife, Murilo Cavalcanti, ressaltou também o papel dos municípios nessa agenda pública. Ele lembrou a experiência de Medellín, na Colômbia, como um exemplo da adoção do urbanismo social, impulsionado pelo poder municipal, para reverter os indicadores de violência.

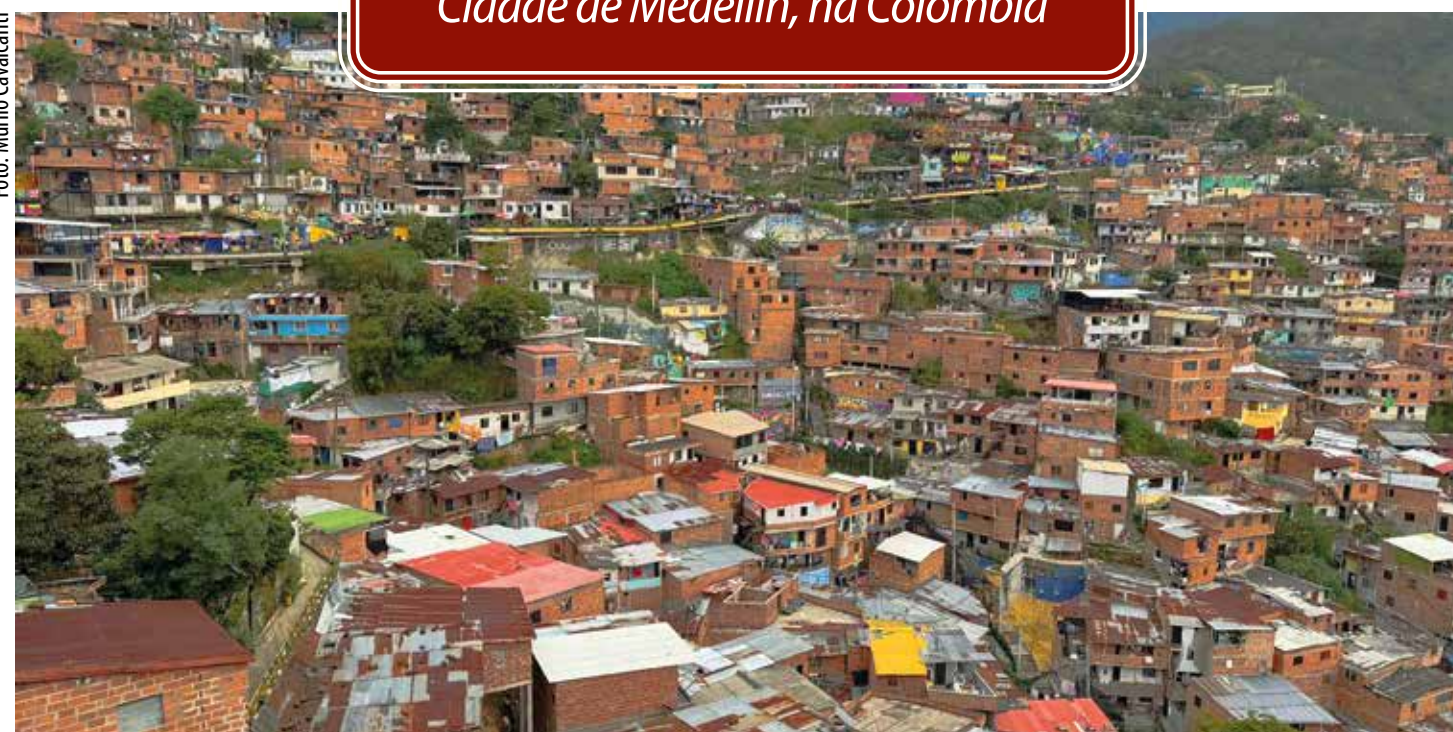
“A gente entra e sai de qualquer favela de Medellín, e o risco de se sofrer alguma violência é muito perto de zero. Essa, que foi a cidade mais violenta do mundo, que chegou à taxa de homicídio de 381 para 100 mil habitantes, fechou o ano passado com 11 para 100 mil habitantes. Neste ano, está com menos de 10. Isso mostra que é possível.

Faço um apelo, porque eu estou estudando esse tema há quase 20 anos, para que a gente possa se mobilizar. Não podemos aceitar isso de maneira nenhuma”, afirmou Murilo Cavalcanti. “A gente precisa colocar isso na agenda do dia para o Brasil não virar a Colômbia dos anos 1980 e 1990.”

Fazendo uma comparação com a interlocução municipal e federal, Murilo Cavalcanti informou que a atual prefeita da Cidade do México, Clara Brugada, se reúne todas as segunda-feiras com a presidente da República do México, Claudia Sheinbaum, para tratar da segurança pública. “A gente aqui [no Brasil] não vê, de maneira nenhuma, essa integração entre município, estado e União”, criticou Murilo Cavalcanti.

A criação de um Sistema Único de Segurança Pública não é apenas uma reforma institucional, é uma resposta urgente à escalada do crime organizado e ao risco de erosão das estruturas democráticas. Enquanto o poder das facções cresce com base em articulação, capilaridade e recursos bilionários, o Estado permanece fragmentado, sem estratégia unificada. Superar resistências políticas, integrar municípios e federalizar o combate à violência são medidas indispensáveis para impedir que o Brasil siga o caminho de outros países que sucumbiram ao narcopoder. 

Cidade de Medellín, na Colômbia





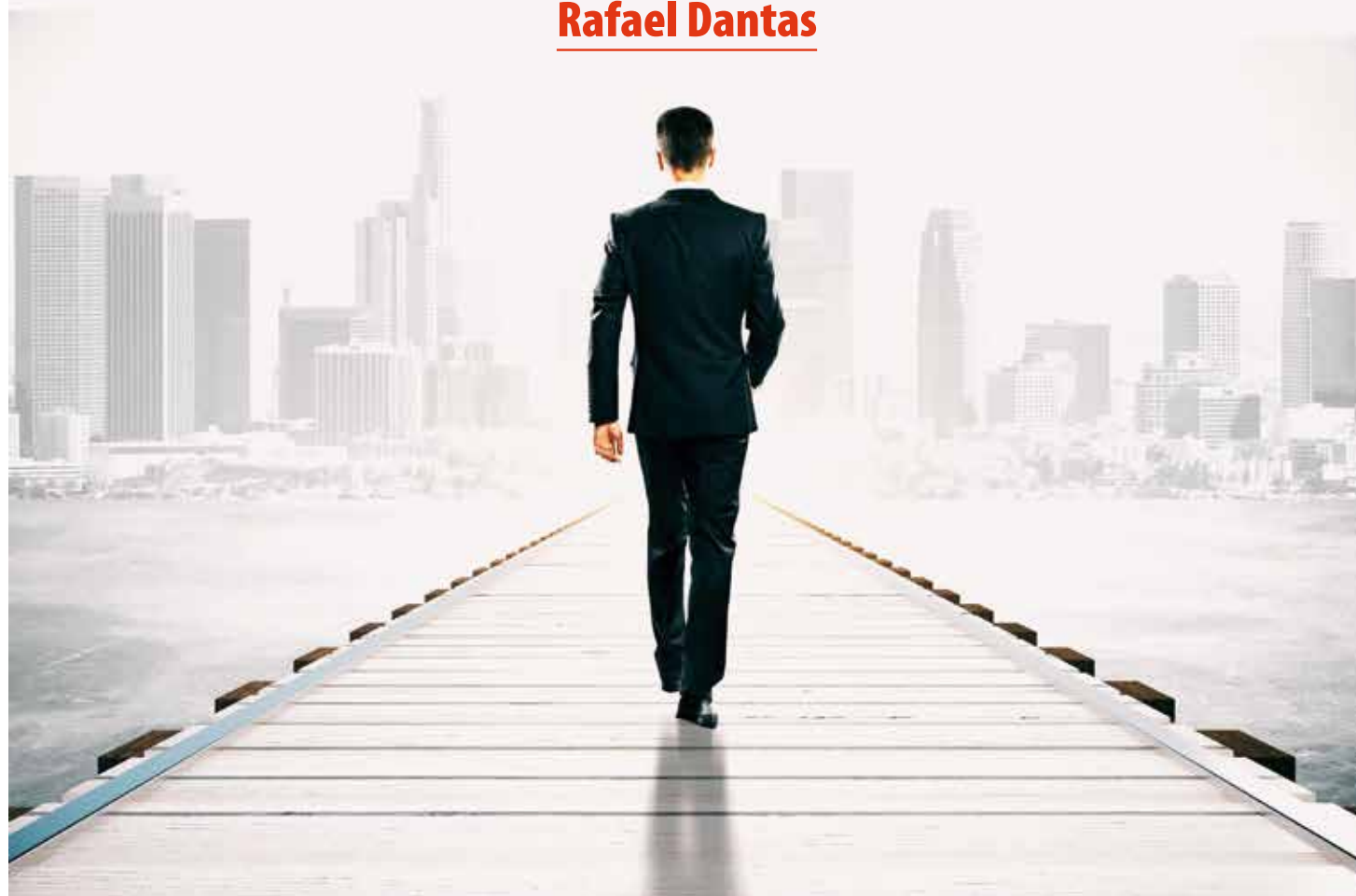
GESTÃO PÚBLICA EFICAZ

CAPA

GESTÃO PÚBLICA EFICAZ É ESSENCIAL PARA UM PROJETO DE FUTURO DO ESTADO

Especialistas defendem que, além de ter transparência, gerir bem os recursos e ter capacidade de execução, os gestores públicos devem promover o planejamento de longo prazo, numa visão que extrapole os quatro anos de seus mandatos.

Rafael Dantas



Para Francisco Cunha, o modelo de desenvolvimento deve ser baseado em ciência, tecnologia e inovação, que subsidiam uma gestão pública eficaz, de modo que se possa ter uma infraestrutura adequada, uma educação de alta qualidade e uma sustentabilidade ambiental e climática.

Os desafios para o Estado nas próximas décadas passam tanto pela superação de problemas históricos ainda não resolvidos quanto pelo enfrentamento de novos cenários impostos ao planeta, como os efeitos extremos das mudanças climáticas e o avanço do narcotráfico. Nesse contexto, um dos pilares apontados pelo projeto *Pernambuco em Perspectiva* para enfrentar problemas e desenhar um novo ciclo de desenvolvimento é a gestão pública eficaz.

O diagnóstico, elaborado pelo núcleo técnico da pesquisa, indica que, associada à ciência, à tecnologia, à inovação e ao empreendedorismo dinâmico, a máquina pública terá maior capacidade de resolver os diversos problemas contemporâneos. Esse, porém, segue como um gargalo importante, tanto em nível local quanto nacional.

“O modelo de desenvolvimento com ciência, tecnologia e inovação alimenta uma gestão pública eficaz de modo que se possa ter uma infraestrutura adequada, uma educação de alta qualidade e uma sustentabilidade ambiental e climática”, afirmou o consultor Francisco Cunha ao longo dos seminários do projeto. Ele ressaltou ainda que é no esforço articulado entre a sociedade, o governo e a academia que é possível construir um planejamento com consistência.

É desse esforço, tendo a máquina pública como pilar de articulação, que nascem planos, programas e projetos capazes de dar musculatura e capacidade de execução às demandas da sociedade e aos desafios contemporâneos. No entanto, a ineficácia da gestão pública brasileira é um problema conhecido e mensurado: o ICI (Índice de Capacidade Institucional), da Fundação Dom Cabral, indicou, em 2023, que as perdas decorrentes dessa ineficiência chegam a cerca de 20% do PIB nacional.





“

Pernambuco avançou em Solidez Fiscal, o que é um requisito relevante para ganhos de eficiência. O principal desafio agora é transformar esse ajuste fiscal em melhoria na qualidade do gasto e na entrega de serviços públicos.

”

Wesley Barcelos

Além desse problema nacional, estudos comparados entre os estados brasileiros apontam que Pernambuco está longe da liderança. No *Ranking da Competitividade do CLP (Centro de Liderança Pública)*, Pernambuco está apenas na 19ª colocação. Quando observada especificamente a eficiência da máquina pública, o Estado fica em 15º lugar. Esse estudo não mede apenas o Poder Executivo, mas também o Legislativo, o Judiciário, além de indicadores como transparência, oferta de serviços digitais e equidade de gênero.

“O pilar de Eficiência da Máquina Pública avalia aspectos como qualidade da gestão fiscal, transparência e a capacidade administrativa do Estado. Pernambuco já deu sinais positivos ao avançar em Solidez Fiscal, o que é um requisito relevante para ganhos de eficiência. O principal desafio agora é transformar esse ajuste fiscal em melhoria na qualidade do gasto e na entrega de serviços públicos, consolidando uma gestão mais ágil e orientada a resultados”, afirmou Wesley Barcelos, analista de relações governamentais e competitividade do CLP.

“

Entre os principais entraves, destacam-se a burocracia excessiva, limitações de infraestrutura, desigualdades territoriais e fragilidades na capacitação técnica de gestores, especialmente no nível municipal.

”

Edgard Leonardo



OS GARGALOS LOCAIS

Muitos dos gargalos que afetam a gestão pública em Pernambuco, na análise do economista e coordenador geral de pós-graduação da Unit-PE, Edgard Leonardo, refletem desafios nacionais, com alguns elementos específicos da região. “Entre os principais entraves, destacam-se a burocracia excessiva, limitações de infraestrutura, desigualdades territoriais e fragilidades na capacitação técnica de gestores, especialmente no nível municipal”, apontou.

Fora do núcleo de grandes municípios, como os da Região Metropolitana do Recife e polos do interior, como Caruaru e Petrolina, e de algumas prefeituras de menor porte que conseguiram avançar na gestão, a maior parte dos entes municipais ainda depende de transferências governamentais para se viabilizar. No último ranking municipal do CLP, por exemplo, no indicador de funcionamento da máquina pública, a liderança é do Recife, seguido por Serra Talhada e Caruaru. Conceitualmente, o

Eficiência da Máquina Pública Posição nacional



- 1 Recife (14°)
- 2 Serra Talhada (47°)
- 3 Caruaru (65°)
- 4 Araripina (80°)
- 5 Jaboatão dos Guararapes (88°)



Fonte: Ranking dos Municípios do CLP (2024)

CLP considera que uma máquina pública eficiente e eficaz deve operar com transparência, custo adequado e um corpo de servidores qualificados capaz de identificar oportunidades e resolver problemas. Nesse sentido, o pilar mede tanto os custos de transação quanto a capacidade do município de identificar e corrigir seus próprios entraves.



Serra Talhada

A capacidade institucional dos entes subnacionais é apontada como outro ponto crítico pelo economista, especialmente das pequenas prefeituras. “Muitos municípios enfrentam dificuldades na elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas, em razão de limitações técnicas e gerenciais. Indicadores de gestão municipal apontam fragilidades recorrentes em áreas como planejamento, gestão fiscal e captação de recursos. Assim, os gargalos não se restringem à escassez de recursos, mas envolvem sobretudo desafios de governança, coordenação federativa e desenvolvimento de capacidades estatais”, analisa Leonardo.



Para Fábio Menezes, o poder público deve traçar planejamentos de 20 a 50 anos, com ampla participação social, sem se restringir a um partido político. “A gestão pública precisa debater com a sociedade, mas também liderar o processo de formulação e de implantação de um projeto.”

Antes mesmo de considerar a eficiência dos gastos ou a capacidade de execução das obrigações governamentais, o maior problema não é técnico, mas estrutural, na análise do consultor e sócio da TGI Fábio Menezes. Ele considera que, sem a formulação de uma visão estratégica de futuro, as discussões sobre os investimentos e a operação da máquina pública ficam limitadas a temas isolados, como a execução de obras específicas ou decisões pontuais. Em outras palavras, falta um projeto de estado e a definição do que se quer construir no longo prazo.

“Sem um projeto de futuro, boas ideias não sobrevivem a um mandato. A principal marca de uma gestão eficaz é a capacidade de formular um projeto de futuro envolvendo a sociedade. A discussão não é se o Estado gasta muito ou pouco, é com o que e com que resultado ele gasta”, explica Fábio Menezes. A consequência desse gargalo estrutural é a continuidade de mandatos que formam uma colcha de retalhos na construção do Estado. “Gestão pública eficiente é farol alto e farol baixo: visão de futuro e capacidade de execução ao mesmo tempo.”

PERNAMBUCO TEM CASES DE INSPIRAÇÃO

Apesar da crítica ampla, algumas agências pernambucanas que conseguiram sair de uma lógica de governo, do horizonte de um mandato e de um grupo político para uma lógica de Estado tiveram resultados importantes. Um dos casos mais conhecidos é o do Complexo Industrial-Portuário de Suape. Mesmo com as trocas de liderança política no Palácio do Campo das Princesas, houve um investimento continuado e uma atenção ao valor estratégico desse polo.



O Complexo de Suape é um dos poucos exemplos, em Pernambuco, de política de desenvolvimento elaborada com visão de longo prazo, que teve continuidade em diferentes gestões do Governo do Estado. Todos os governantes reconheceram valor estratégico ao polo industrial-portuário.





Outro *case* pernambucano é a *Fenearte*, que realizou 25 edições de forma ininterrupta. A feira, mais que um espaço de negócios, articula diferentes atores locais no fomento e na qualificação do artesanato e de outras linguagens da economia criativa local. Cada governo acrescenta suas particularidades e novos elementos, mas o projeto tem continuidade.

O fomento ao desenvolvimento do Porto Digital, que completou também 25 anos, é outro exemplo do Estado de longo prazo, com alto impacto no desenvolvimento econômico e urbano. Ancorado na relação entre as universidades, as centenas de empresas e *startups* e o suporte do poder público, o ecossistema posicionou o Recife como líder do País em estudantes nos cursos de tecnologia da informação. Além de gerar renda, esse desenvolvimento tecnológico tem acrescentado inovação à gestão.

PARA ALCANÇAR MAIOR EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Um primeiro aspecto defendido pelos especialistas é que o lastro para um projeto de longo prazo na gestão pública deve ser construído coletivamente. Nesse contexto, a articulação do poder público é fundamental para engajar a sociedade e garantir maior governança e continuidade das suas políticas.

“A gestão pública precisa ter a capacidade de debater com a sociedade, mas também de liderar o processo de formulação e de implantação de um projeto”, avalia Fábio Menezes, ao enfatizar que as formulações não sejam construídas apenas dentro de um partido político. O consultor sugere que o poder público deve traçar planejamentos de 20 a 50 anos, com definições claras do futuro desejado.

Somente a partir disso é possível transformar visão em planos, programas e projetos. A criação de mecanismos consistentes de monitoramento da execução dessas decisões públicas faz parte do arcabouço de medidas para fortalecer a gestão pública. Para promover



um salto qualitativo nas próximas décadas, Edgard Leonardo sugere que Pernambuco precisa avançar em um conjunto de reformas estruturais interdependentes. Essas ações teriam o objetivo de articular a modernização do Estado, o desenvolvimento econômico e a redução de desigualdades regionais.

Na avaliação do economista, o avanço da gestão pública em Pernambuco passa por três frentes principais: o fortalecimento da infraestrutura logística e digital, com ampliação da conectividade e dos serviços essenciais; a melhoria do ambiente de negócios, por meio da desburocratização e da digitalização dos serviços públicos; e a interiorização do desenvolvimento econômico, com estímulo a arranjos produtivos locais.

Para fortalecer a capacidade da máquina pública, o economista defende investimentos contínuos na formação de gestores e na valorização das carreiras de Estado. “É fundamental avançar na qualificação da gestão pública, com investimento contínuo na formação de gestores, fortalecimento de carreiras técnicas e institucionalização de práticas de gestão por desempenho. Sem capacidade estatal qualificada, reformas estruturais tendem a perder efetividade.”



A observação das experiências nacionais e do desempenho dos demais estados brasileiros ajuda a identificar os principais problemas a serem enfrentados e monitorados. Wesley Barcelos considera que o próprio ranking elaborado pela CLP é uma ferramenta estratégica que serve como um direcionamento para a gestão. “Ele oferece um diagnóstico claro e comparável entre estados, permitindo identificar prioridades e boas práticas. Ele ajuda governos a direcionar políticas públicas com base em evidências, monitorar resultados ao longo do tempo e focar em áreas com maior potencial de impacto. Isso fortalece a tomada de decisão e contribui para uma gestão mais eficiente e transparente.”



Singapura

A experiência internacional também oferece importantes referências para a construção de um novo ciclo de desenvolvimento baseado em gestão pública de alto desempenho. Edgard Leonardo ressalta os *cases* de Singapura e da Estônia como uma inspiração para Pernambuco. “Singapura consolidou um modelo de administração pública baseado na meritocracia, na valorização do serviço civil e na formação contínua de seus quadros, associado a um sistema educacional de alta qualida-

de. Já a Estônia tornou-se referência global em governo digital, com ampla oferta de serviços públicos online, redução significativa da burocracia e forte integração tecnológica entre Estado e sociedade”, exemplifica o economista.

As diferentes frentes destacadas pelos especialistas apontam que existe um caminho ainda longo para a transformação da gestão pública em Pernambuco. As experiências bem-sucedidas em áreas específicas do Governo do Estado e nos municípios são indicativos importantes de como a gestão impacta a vida das pessoas quando é mais eficiente. Porém, sem atacar os desafios estruturais, esses avanços tendem a permanecer pontuais e insuficientes para promover mudanças duradouras no desenvolvimento do Estado.



Estônia

QUANDO A TECNOLOGIA ENTRA NA GESTÃO

Mesmo com muitos indicadores críticos na área de gestão pública, tanto Pernambuco como o Recife registram bons resultados em indicadores como a oferta de serviços digitais e transparência, que têm forte relação também com a adoção de novas tecnologias na máquina pública.

Diferentemente do que ocorre no ranking geral de competitividade, Pernambuco é o 8º Estado do País no índice da Abep-TIC (Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação), quando se trata de oferta de serviços públicos digitais. No ranking da CLP, o Estado aparece também na 8ª colocação no indicador de Informação e Comunicação. Em 2025, o Governo do Estado alcançou o Selo Diamante em transparência pública, promovido pela Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), com 95,69% de conformidade, firmando-se entre os mais transparentes do País.

O avanço recente da tecnologia na gestão pública reflete uma mudança de percepção sobre o papel da área nos governos. Se antes os investimentos em tecnologia eram vistos como acessórios e frequentemente os primeiros a sofrer cortes, hoje passaram a ocupar posição central nas estratégias de melhoria dos serviços públicos e na relação com a população.





Fred Vasconcelos

Para o presidente da ATI-PE (Agência Estadual de Tecnologia da Informação de Pernambuco), Fred Vasconcelos, a tecnologia deixou de ser um suporte e passou a atuar como elemento estruturante da ação governamental. “A tecnologia tem um papel preponderante no setor público, pois ela é habilitadora, permitindo que as pessoas tenham, ao seu alcance, os mais diversos e complexos serviços que o governo pode ofertar”, afirmou.

O gestor ressaltou que a ATI tem avançado na infraestrutura

digital do Estado, com a implantação de uma nova rede de conectividade mais robusta, além de ampliar o uso de soluções tecnológicas em áreas estratégicas como saúde e gestão pública. Também ganham destaque nesse movimento os projetos como a expansão da telemedicina, o monitoramento digital de serviços e a criação da plataforma integrada PE.GOV, que reúne, em um único ambiente, os serviços estaduais ao cidadão.

O Recife se destaca também em rankings de transparência, como no ITGP 2025, da Transparência Internacional, no qual ocupa a segunda posição no Brasil. Também foi eleito o melhor do País no uso de tecnologia para atendimento à população no *Anciti Awards 2023*, além de ganhar projeção nacional ao conquistar o primeiro e o terceiro lugares no *Concurso de Inovação da Enap 2025*.



Rafael Cunha

O secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife, Rafael Cunha, considera que a principal expressão da nossa transformação digital é o Conecta Recife. A plataforma oferece mais de 800 serviços disponíveis. “O Conecta Recife representa uma mudança estrutural na forma como o poder público se organiza e se relaciona com o cidadão. Internamente, ele promove integração de sistemas, padronização de processos e redução significativa da burocracia, facilitando o trabalho do servidor e aumentando a produtividade da administração.” Ele destacou, ainda, as inovações do ClarIA (IA da rede de saúde para identificar, de forma preventiva, mulheres em situação de risco de violência) e o Super Visão (plataforma que utiliza processamento de imagens e sensores urbanos para fortalecer a fiscalização inteligente da cidade).

Para o cidadão, o gestor avalia que o impacto é ainda mais perceptível. “O Conecta não apenas centraliza serviços, mas começa a evoluir para um modelo proativo, em que o próprio sistema consegue antecipar demandas e entregar valor antes mesmo da solicitação formal. Isso significa menos filas, menos deslocamentos e uma experiência muito mais simples, acessível e eficiente.”

O poder municipal vem estruturando sua agenda de transformação digital a partir da Política Municipal de Inteligência Artificial, que deve orientar os próximos avanços na gestão. No curto prazo, a estratégia está centrada na ampliação da digitalização e integração de serviços, no uso intensivo de dados para a tomada de decisão e na incorporação da inteligência artificial tanto nos processos internos quanto na relação com o cidadão. Olhando para o futuro, Rafael aponta a tendência à hiperpersonalização dos serviços. Nesse modelo, o Estado deixaria de ser apenas reativo e passaria a atuar de forma proativa, antecipando demandas da sociedade. **a**



Conecta Recife

CAPA

LONGO CAMINHO DA REFORMA TRIBUTÁRIA E AS EXPECTATIVAS PARA O BRASIL

Décio Padilha destaca os avanços da reforma, os desafios da regulamentação e a importância da compensação regional para um desenvolvimento mais equilibrado.

Rafael Dantas



O caminho da Reforma Tributária é longo mas as expectativas são promissoras. Décio Padilha, auditor fiscal da Secretaria da Fazenda de Pernambuco e ex-secretário de Administração e da Fazenda do Estado, avalia que “O Brasil será outro a partir de 2033. Ele vai dar um salto”. A projeção foi feita durante o projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, uma iniciativa da **Revista Algomais** e da Rede Gestão, com patrocínio do Banco do Nordeste e do Governo Federal. A expectativa positiva está contabilizada também em cifras: um avanço adicional do PIB entre 12%, em um cenário mais conservador, e 20%, no quadro mais otimista.

O percurso para a aprovação da Reforma Tributária foi narrado por Décio Padilha, que, na época, era presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal). Havia décadas de espera por um novo regime que interrompesse o que se convencionou chamar de “manicômio tributário”, o complexo sistema que muda constantemente em cada município e estado do País.





Aprovar a Reforma Tributária parecia improvável, mas foi concretizada com uma intensa articulação do Comsefaz, junto aos governadores, tendo como um dos protagonistas o economista Bernard Appy, que é o atual Secretário Extraordinário da Reforma Tributária.

Aprovar a Reforma Tributária era um sonho que parecia improvável, após décadas de espera e em um período de intensa polarização. O receio de perda de arrecadação e de tantos outros fatores foi superado por uma intensa articulação do Comsefaz junto aos governadores, tendo como um dos protagonistas o economista Bernard Appy, que é o atual Secretário Extraordinário da Reforma Tributária. O cuidado com a medida estava concentrado especialmente nas mudanças sobre o ICMS, que é o imposto responsável por uma média de 86% de toda a arrecadação dos estados.

Com a aprovação, em 2023, da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 132/2023, o Sistema Tributário Brasileiro iniciou uma das suas mudanças mais significativas, especialmente no que diz respeito à tributação sobre o consumo. A nova estrutura prevê a substituição de quatro tributos – o PIS (Programa de Integração Social), a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços) e o ISS (Imposto sobre Serviços) – por dois novos: a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de competência federal, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de competência estadual e municipal.

Segundo Décio Padilha, a reforma teve como pilares a simplificação e padronização do sistema, com o objetivo de tornar a cobrança de tributos mais clara e eficiente para contribuintes e também para os governos. “O atual manicômio tributário, com a mudança constante de normas – até quem é especialista, às vezes, não entende –, leva as empresas brasileiras a gastarem 44 mil horas por ano para declarar e pagar tributos.”

Um dos pontos centrais da reforma é a adoção do princípio do destino, que estabelece a cobrança de impostos no local de consumo, e não mais na origem. Essa alteração contribui para o fim da guerra fiscal entre os estados, uma prática comum para a atração de empreendimentos. A proposta também busca garantir maior segurança jurídica para empresas e investidores, além de enfrentar a regressividade do sistema atual – que penaliza proporcionalmente mais os que ganham menos. O grande desafio da construção desse novo cenário foi promover as mudanças sem provocar aumento da carga tributária total.





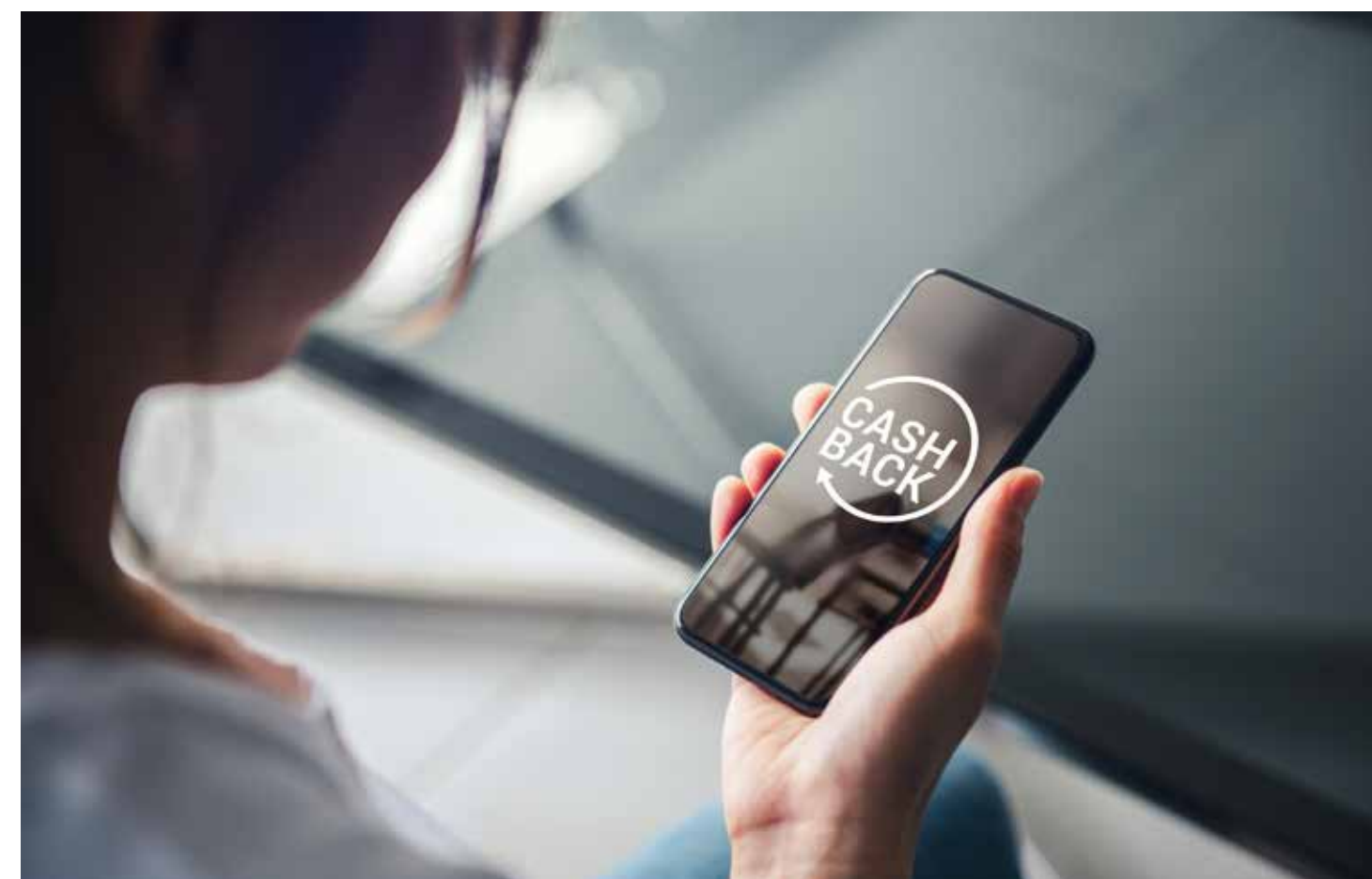
POR QUE A ECONOMIA DEVE MELHORAR COM A REFORMA?

O estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre os impactos redistributivos da Reforma Tributária, realizado pelos pesquisadores Sérgio Gobetti e Priscila Monteiro, indicou que os investimentos do País devem crescer entre 20,3% e 25% nos próximos 20 anos. Além disso, o consumo das famílias, um dos grandes contribuintes para a composição do PIB, deve ser elevado entre 12,6% (na hipótese conservadora) e 24,2% (na mais otimista). Os dados apontam ainda um crescimento das exportações entre 11,7% e 17,4%. Setores relevantes da produção nacional, como a indústria e a construção, podem ter saltos, respectivamente, de até 25,7% e 24,3%.

A simplificação das regras e a padronização proporcionadas pela Reforma Tributária já trará uma dinâmica que reduzirá muito os custos e o contencioso jurídico. Mas não é apenas essa maior eficiência no pagamento dos tributos que promoverá o grande crescimento econômico esperado para os próximos anos. Na análise de Décio, essa organização do sistema vai oferecer a segurança jurídica que muitos fundos de investimento estão esperando para aportar recursos no País. “O que trava investimento é a complexidade do sistema

tributário. Uma má alocação de tributo acaba com qualquer negócio. Um efeito será, por exemplo, uma empresa que dirá que vem ao Brasil, e não ao México, que é um país emergente, porque aqui temos uma legislação e três alíquotas”, afirmou Décio. Ele comparou esse horizonte futuro com o atual: 5.500 legislações que mudam todo dia e afugentam os fundos estrangeiros pela dificuldade de acompanhar, interpretar e aplicar o pagamento dos tributos.

Além da atração desses investimentos para o Brasil, outras consequências positivas da Reforma Tributária decorrem da melhor distribuição de recursos entre os entes da Federação e o *cashback*, a devolução do imposto para o bolso do cidadão. “No momento em que o tributo será só sobre o destino, os estados mais pobres entram num processo de desconcentração de renda. Muita gente miserável do Sertão vai começar a ter acesso a emprego e renda. Segundo, quando devolvo dinheiro é significativo. Distribuir 100% do tributo de um botijão de gás para uma pessoa pobre, 100% do tributo de água e esgoto, de telecomunicações e energia elétrica é muita coisa”, afirmou Décio. Durante o evento, o auditor destacou que, se a





93% das cidades do Estado terão receitas mais robustas com a reforma. Entre as mais beneficiadas estariam Camaragibe (E) e São Lourenço. Um dos municípios que deve ter perda de arrecadação é Ipojuca (D), mas há instrumentos compensatórios para reduzir os impactos.

Reforma Tributária sobre o consumo tivesse sido aprovada há 15 anos, cada brasileiro hoje ganharia um adicional de renda mensal de R\$ 460,00. O efeito redistributivo sobre a receita líquida, por exemplo, com as novas regras, beneficiará 172 dos 184 municípios pernambucanos, segundo o estudo do Ipea. Ou seja, 93% das cidades do Estado terão receitas mais robustas até o fim do prazo para a implantação das mudanças. Entre as mais beneficiadas estariam Camaragibe e São Lourenço.

Um dos municípios que deve ter perda gradual de arrecadação é Ipojuca. Para os entes que devem ter perdas de arrecadação, há instrumentos compensatórios na transição para reduzir os impactos. Além disso, a expectativa do estudo é de que o próprio crescimento econômico gerado pela reforma deverá atenuar a queda.

COMO FICAM OS ESTADOS DO NORDESTE COM O FIM DOS INCENTIVOS?

Uma das ferramentas que os estados do Nordeste tradicionalmente utilizam para garantir maior competitividade são os incentivos fiscais, que serão eliminados em 2033. Em substituição, porém, virão os Fundos de Compensação de Benefícios Fiscais, além do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os incentivos, que geravam a guerra fiscal entre os estados, ajudavam a compensar, por exemplo, o déficit de infraestrutura que o Nordeste tem em relação aos entes federativos mais industrializados, como São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A ausência da Transnordestina, do Arco Metropolitano e, mesmo, da duplicação da BR-232 são alguns fatores que ilustram a dificuldade de atração de empreendimentos.

Até que o aumento futuro de arrecadação chegue e permita aos estados e municípios mais pobres realizarem investimentos que os tornem mais competitivos, Décio Padilha indicou dois caminhos que serão necessários nesse percurso. “O lado mais estrutural de combater a desigualdade regional da reforma foi muito diluído. Ela acontecerá em 49 anos, até 2077. Temos que trabalhar em dois eixos: controle fiscal, segurando o custeio, e utilizar as parcerias público-privadas para calibrar os investimentos. Mas os efeitos econômicos começarão a surtir efeitos da simplificação a partir de 2029 e muito forte em 2033”, destacou o auditor.

Transnordestina



QUAIS OS PONTOS DE ATENÇÃO PARA O FUTURO?

A reforma passou na votação do Congresso, mas há um conjunto de regulamentações ainda a ser aprovado que merece atenção. De todos, Décio Padilha destacou o Projeto de Lei Complementar nº 108. “Temos que colocar a lupa nele. Ele pode dar uma curva complicada. Ele regulamenta a distribuição de recursos dos estados, o contencioso administrativo e judicial e o aproveitamento do crédito. O PLP nº 108 é ainda o responsável por toda organização do Comitê Gestor.”

O PLP nº 108/2024 tem como objetivo justamente regulamentar aspectos centrais da Reforma Tributária aprovada, com foco na nova estrutura do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). A proposta institui o CGIBS (Comitê Gestor do IBS), órgão responsável por coordenar a arrecadação e a distribuição da receita do imposto entre a União, os estados e os municípios. Além disso, o PLP define critérios para a partilha dos recursos arrecadados. Após passar pela Câmara Federal, o projeto está tramitando no Senado.



Décio Padilha ressaltou, ao longo da palestra, a importância do Fundo de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais para equilibrar o jogo entre as empresas do Sudeste e do restante do País, como as do Centro-Oeste e as do Nordeste. Segundo o ex-secretário, é fundamental assegurar que esses fundos realmente sejam abastecidos com os bilhões prometidos, sob o risco de desequilíbrio federativo e concentração de investimentos nas regiões já mais favorecidas.

Embora a aprovação da Reforma Tributária represente um marco histórico e promissor para o Brasil, Décio Padilha resalta que o sucesso de sua implantação dependerá da atenção contínua aos detalhes regulatórios e da efetiva operacionalização dos mecanismos de compensação regional. De acordo com o consultor Francisco Cunha, que realizou a palestra sobre a pesquisa que fomenta as discussões do *Pernambuco em Perspectiva*, o debate sobre a Reforma Tributária está relacionado à “gestão pública eficaz”, item considerado fundamental pelo projeto para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento em Pernambuco. Essa agenda articula-se com outros pontos importantes, como o “empreendedorismo dinâmico” e a “ciência, tecnologia e inovação”.



Para Francisco Cunha, o fato de Pernambuco se posicionar na 19ª colocação no Ranking da Competitividade (elaborado pelo CLP – Centro de Liderança Pública) demonstra a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para impulsionar a economia do Estado.

O equilíbrio das contas públicas e a eficácia da gestão são alguns dos aspectos em destaque, por exemplo, do *Ranking da Competitividade*, elaborado pelo CLP (Centro de Liderança Pública). “Uma das evidências de que o modelo de desenvolvimento de Pernambuco se esgotou é que o Estado ficou na 19ª colocação e foi o que mais perdeu posições relativas. Neste momento, estamos sob a demanda de avançar num amplo debate na sociedade que permita ajudar a formular um outro modelo sintonizado com os novos e exigentes desafios da atualidade.”

Para traçar esse novo horizonte para o Estado e construir os novos planos, programas e projetos, Francisco Cunha tem reforçado a necessidade de atuação conjunta entre a sociedade, o governo e a academia. O encontro teve a mediação de Fábio Menezes, sócio da TGI, e a participação do superintendente do Banco do Nordeste, Hugo Queiroz. 



CAPA

JOÃO CAMPOS DESTACA O PAPEL ESTRATÉGICO DO RECIFE E DA RMR NO FUTURO DE PERNAMBUCO

Prefeito participou do projeto *Pernambuco em Perspectiva* e defendeu uma agenda baseada em educação, inovação, governança e resiliência urbana para impulsionar o desenvolvimento metropolitano.

Rafael Dantas



A Região Metropolitana do Recife representa apenas 3,3% do território pernambucano, mas concentra 56,14% do PIB e aproximadamente 58,65% da população de Pernambuco, segundo o IBGE. Apesar do avanço econômico em outras áreas, a capital e os municípios do seu entorno ainda exercem forte influência sobre o ritmo de desenvolvimento do Estado. Diante desse cenário, o projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, promovido pela **Revista Algomais** em parceria com a Rede Gestão, recebeu o então prefeito da capital, João Campos, para discutir *O Papel Estratégico do Recife e da RMR para o Futuro de Pernambuco*. Em sua palestra, o gestor destacou cinco eixos principais: capital humano, governança metropolitana, planejamento de longo prazo, inovação e resiliência urbana.

Com um território reduzido, mas abrigando as principais universidades e centros de pesquisa do Estado, o Recife tem no capital humano seu ativo mais valioso, na avaliação de João Campos. O prefeito ressaltou que a cidade tem um papel histórico como centro formador de conhecimento em Pernambuco, trouxe exemplos concretos de como tem se destacado na economia criativa e defendeu que a educação deve ser uma agenda estruturante do município e dos seus vizinhos metropolitanos.



“Se a gente não compreender essa história que nos trouxe até aqui, dificilmente vamos conseguir gerar os ciclos seguintes de desenvolvimento. Um grande ativo do Recife é a capacidade de formar. Só temos esse ativo porque a gente investe em capital humano, investe nas pessoas e a gente precisa continuar a fazer isso. Essa tem que ser a principal agenda estruturada de longo prazo da nossa cidade e das cidades metropolitanas”, defendeu o prefeito.

João Campos ressaltou que a capital tem um papel histórico como centro formador de conhecimento em Pernambuco e enfatizou a importância da educação no desenvolvimento econômico. Ele destacou que a estrutura de creches e escolas de tempo integral do Recife praticamente dobrou nesses três anos e meio.



Dos esforços atuais, Campos exemplificou o crescimento da estrutura de creches e escolas de tempo integral do Recife, que praticamente dobrou em três anos e meio, com a ampliação de 6,5 mil vagas. A meta apontada pelo gestor foi de incluir mais 7 mil crianças até o final de 2026 nessa frente. Os investimentos do Embarque Digital, programa realizado em parceria com o Porto Digital, que oferece bolsas a estudantes em situação de vulnerabilidade para formação em tecnologia e fortalecimento do setor na cidade, seguem na mesma direção.

GOVERNANÇA METROPOLITANA E PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

Ao contrário de outras regiões metropolitanas do País, onde a capital concentra a maior parte dos habitantes, o Recife representa cerca de 40% da RMR e ocupa uma área reduzida. Essa configuração exige instituições fortes para articular os municípios em temas como mobilidade, gestão ambiental e serviços de saúde, mas atualmente essa coordenação ainda é um ponto frágil no contexto estadual.

“É fato que falta uma estrutura robusta que viabilize a gestão metropolitana, capaz de planejar e, principalmente, de executar”, apontou o então prefeito. “Para funcionar, a instituição precisa ter força: poder decidir, autorizar, negar. Tem que ter capacidade de juntar o planejamento com a operação. O modelo que não pode ser é não ter modelo. Assim não funciona.”

A região teve no passado uma grande força da Fidem (Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife) e mesmo da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que vive um momento de renascimento. Especificamente na mobilidade, o Consórcio Grande Recife viveu dias de maior protagonismo nas décadas passadas. Mas a desvalorização do planejamento, o sucateamento do serviço público e o esvaziamento de instituições desse perfil desmontaram, ao longo das décadas, a capacidade de planejamento e execução, como foi tratado nas primeiras reuniões do projeto *Pernambuco em Perspectiva*.



Além de soluções insatisfatórias de mobilidade urbana para o morador da metrópole, um problema dessa falta de gestão exemplificada pelo prefeito é a sobrecarga no sistema de saúde pública da capital. Campos afirmou que muitos moradores de outras cidades acessam os serviços oferecidos pelas unidades de saúde da capital que não estão disponíveis ou são insuficientes nos seus municípios de origem.

“Em qualquer serviço de saúde de porta aberta no Recife, a gente tem uma presença muito grande de pessoas de outras cidades, e não há nenhuma remuneração ou contrapartida orçamentária vinculada a esses atendimentos. Pelos princípios do SUS, não vamos deixar de atender ninguém. Mas isso está tirando a vaga de alguém que paga por aquilo e que precisa desse serviço no Recife. Então, desde coisas pontuais como essa até os grandes problemas de mobilidade, de desafios de fronteira, de planejamento estruturado de longo prazo, tudo isso fica ausente se não tiver uma grande estrutura de planejamento e de funcionamento da rotina metropolitana”, afirmou Campos.



INOVAÇÃO NA GESTÃO

Duas forças do Recife que devem se irradiar para a RMR e para o Estado são os investimentos em inovação e transformação digital na gestão pública. João Campos lembrou que a cidade foi a primeira capital a regulamentar o Marco Legal das Startups e a contratar soluções via inovação aberta. Essas iniciativas permitiram que a prefeitura atue como um ecossistema de desenvolvimento tecnológico. Esse modelo não só proporciona soluções eficientes para problemas locais – como o combate ao absenteísmo na saúde – como também cria produtos exportáveis que geram receita e reconhecimento para a cidade.

O prefeito disse que uma das soluções contratadas nas chamadas de inovação, junto com o financiamento público municipal, passou a ser aplicada também no Amazonas, no Rio de Janeiro, em São Paulo, entre outros destinos. Em cada lugar onde ela é aplicada, a Prefeitura da capital pernambucana é remunerada.

“O Recife recebe *royalties* por isso porque nós somos donos dessas soluções. Isso porque fizemos uma contratação por inovação. Então, isso tem um impacto tremendo no longo prazo. A gente hoje tem um faturamento importante da Empresa de Tecnologia do Recife, que já consegue ter superávit em algumas áreas, porque estamos desenvolvendo, comprando, investindo e vendendo solução de tecnologia Brasil afora.”



O prefeito defende que esse ecossistema de inovação deve se expandir para toda a Região Metropolitana do Recife, garantindo integração tecnológica entre municípios e instâncias de compartilhamento de experiências. Segundo Campos, a consolidação de um ambiente metropolitano de inovação permitirá que soluções públicas sejam escaláveis e replicáveis, promovendo maior eficiência, transparência e impacto social em toda a região.

RESILIÊNCIA URBANA

Uma das agendas estratégicas para as próximas décadas com que o Recife está muito engajado é em relação às mudanças climáticas. Seja com o *ProMorar* – um planejamento urbano de longo prazo que mobiliza R\$ 1,5 bilhão em obras de macrodrenagem, proteção de áreas de risco e medidas de resiliência climática – ou pelo *Parque Capibaribe* – que tem articulado uma série de espaços de integração da cidade com o seu principal rio –, a cidade vem apostando em investimentos que preparem seu território para os efeitos mais extremos do aquecimento global. “Se você não toma uma decisão hoje para fazer isso, daqui a 10 anos a conta vai chegar de forma mais robusta”, alertou o gestor.



Para o prefeito, a construção de resiliência urbana exige visão de longo prazo aliada à capacidade de execução no presente. Ele destacou que projetos estruturantes só se consolidam quando planejamento, tecnologia e governança estão integrados, com atenção constante à rotina operacional metropolitana. "O desafio do gestor é poder conectar a visão de 30 a 40 anos na frente, mas ter a capacidade de botar a sua pedra dentro do quebra-cabeça no dia de hoje. Se você ficar só mirando lá longe e não fizer nada hoje, não funciona. E se você fizer só o dia de hoje, esquecendo que vai chegar lá amanhã e os 30 anos depois, também não funciona."

Dados o tamanho e a história do Recife e das cidades no seu entorno na dinâmica do Estado, o futuro de Pernambuco depende muito também da capacidade de a Região Metropolitana se planejar de forma integrada, investir em conhecimento e adotar soluções inovadoras e sustentáveis. Para o prefeito, o desafio está em equilibrar ações imediatas com uma visão de longo prazo, capaz de garantir crescimento econômico, qualidade de vida e equidade social. "Planejar o futuro e agir no presente" pode ser um resumo dessa filosofia sugerida por João Campos, que deve orientar a metrópole e todo o desenvolvimento do Estado. [a](#)

Segundo Campos, essas ações não apenas previnem impactos de enchentes e desastres naturais mas, também, estruturam a cidade para enfrentar os desafios futuros provocados pelas mudanças climáticas. O *ProMorar*, por exemplo, combina modelagens hidrológicas e hidrodinâmicas avançadas com intervenções físicas. Estudos que ele chamou de "dever de casa" que o poder municipal deve realizar e que antecedem a captação de recursos e execução de projetos de enfrentamento às vulnerabilidades da cidade.

O prefeito alertou que a agenda climática não é mais apenas uma preocupação futura, mas uma realidade que já exige respostas concretas. Muitos municípios da Região Metropolitana do Recife ainda carecem de modelagens básicas para lidar com enchentes e drenagem, tornando imprescindível uma coordenação técnica e um planejamento metropolitano. Nesse contexto, a capital tem o papel de liderar políticas e estratégias, compartilhando conhecimento e boas práticas com as demais cidades da região.

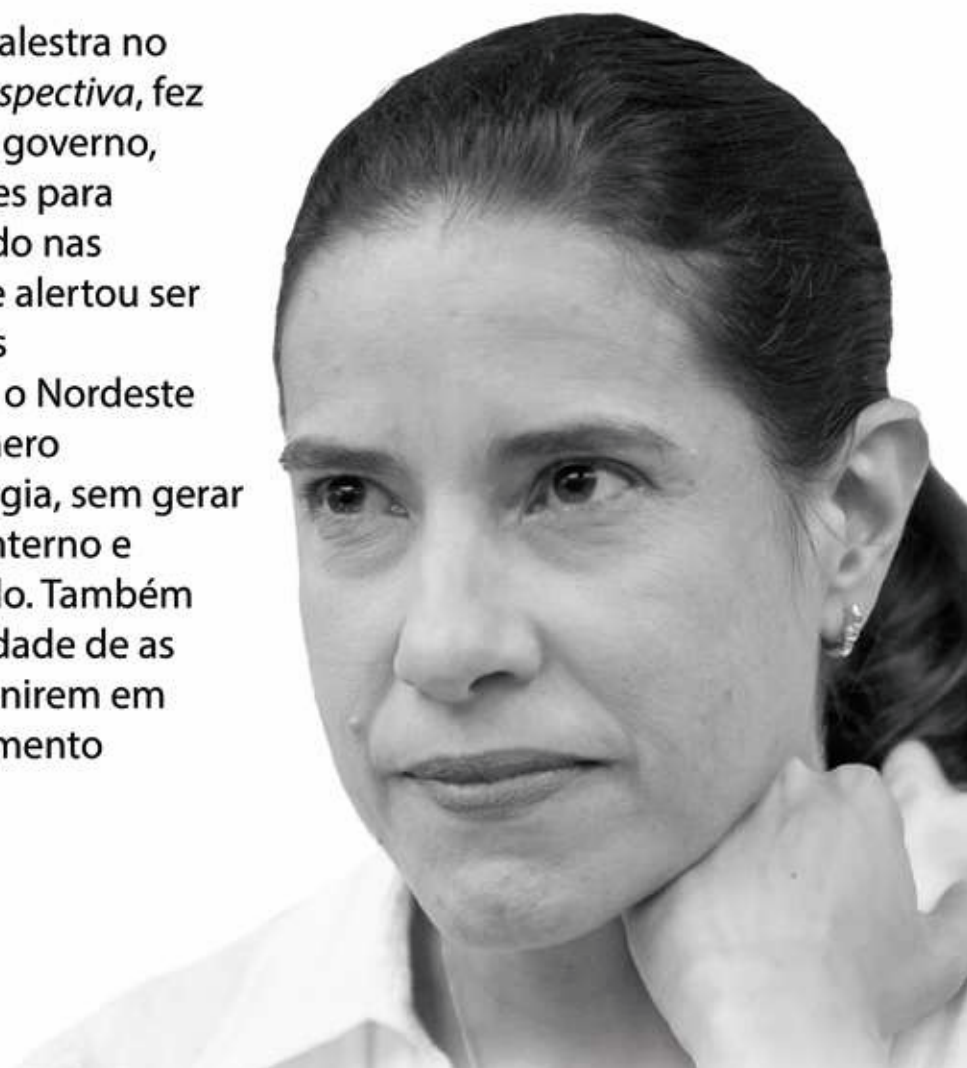


CAPA

RAQUEL LYRA DEFENDE UNIÃO POLÍTICA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Governadora, em palestra no *Pernambuco em Perspectiva*, fez um balanço do seu governo, apontou as diretrizes para desenvolver o Estado nas próximas décadas e alertou ser preciso qualificar os investimentos para o Nordeste não se tornar um mero exportador de energia, sem gerar desenvolvimento interno e emprego qualificado. Também salientou a necessidade de as forças políticas se unirem em benefício do crescimento econômico.

Rafael Dantas



“O futuro é hoje.” Essa foi a declaração da governadora Raquel Lyra durante o último encontro de 2025 do projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, promovido pela **Revista Algomais** e pela Rede Gestão. Além do balanço dos últimos três anos, a governadora apontou que, diante do momento político nacional e internacional, de interesse no Estado, os próximos cinco anos serão definidores para as próximas cinco décadas. Porém, destacou a necessidade da costura de uma unidade pelas pautas estratégicas para o desenvolvimento.

Durante o relato das principais ações do Governo do Estado desde 2023, Raquel Lyra ressaltou que existe um grande interesse dos investidores de fora do País em aproveitar oportunidades na geração de energias renováveis e também no Porto de Suape. No momento em que o mundo faz um esforço pela descarbonização das atividades produtivas, todo o Nordeste e Pernambuco se posicionam dessa forma com grande potencial de atração de novos empreendimentos.

“Nós temos uma janela de oportunidade da nova economia. E o mundo enxerga isso em nós”, declarou a governadora. “Nós geramos no Nordeste energia superavitária. Mas a gente precisa trazer para cá os investimentos certos. O que é que nós vamos trazer para cá para aproveitar essa energia limpa? Ou a gente vai [apenas] jogar na rede?”, provocou Raquel Lyra.



A governadora disse ser preciso aproveitar a produção de energia renovável para atrair indústrias. “A gente precisa trazer para cá os investimentos certos. O que é que nós vamos trazer para cá para aproveitar essa energia limpa? Ou a gente vai [apenas] jogar na rede?”

A governadora, portanto, alertou para o fato de o Estado aproveitar esse olhar dos investidores não para seguir sendo um produtor de *commodities*, mas aproveitando a disposição de energia produzida a partir de matrizes renováveis para atrair novas indústrias. Essa perspectiva é fundamental para o adensamento das cadeias produtivas no novo ciclo de desenvolvimento de Pernambuco.

Ou seja, Raquel Lyra defendeu que Pernambuco não pode se limitar a ser exportador de energia, grãos ou combustíveis. Para ela, o Estado precisa converter esses ativos, como o parque de energia renovável, o porto e o potencial para instalação de *data centers*, em desenvolvimento interno, com empregos qualificados, inovação e criação de inteligência.

“Não é sobre instalar 10 *data centers*. É sobre o que eles trazem junto de emprego, tecnologia e da nova economia”, afirmou. “A gente precisa agregar a nova economia, com o combustível que a gente tem, com a logística que a gente tem, com a posição geográfica que a gente tem.”

Em um Estado com limitações hídricas, por exemplo, vender apenas produtos agrícolas como *commodity* seria vender a água. O desafio, nesse caso, seria promover o refinamento do açúcar ou a transformação em novos produtos e desenvolver a agroindústria para gerar mercadoria com mais valor agregado

Raquel Lyra criticou a lógica de Pernambuco atuar apenas como corredor logístico ou mero exportador de matéria-prima, defendendo uma inflexão estratégica no modelo econômico. Segundo ela, é fundamental adicionar valor localmente, fortalecer a inteligência produtiva e converter o potencial energético e a infraestrutura já instalada em empregos qualificados, capazes de elevar o patamar de desenvolvimento do Estado.





UNIDADE PARA CONSTRUIR O FUTURO

Uma das queixas da governadora Raquel Lyra, que ela classificou como o primeiro desafio de Pernambuco, é a união política. Durante o evento, ela fez críticas à falta da construção de pactos para tratar dos assuntos estratégicos para Pernambuco. Ela comparou, por exemplo, a quantidade de emendas parlamentares concedidas ao Estado do Ceará. “O Ceará agora fechou com R\$ 400 milhões de emenda de bancada. Nós fechamos este ano [2025] com R\$ 20 milhões. Todo mundo me pede obra, mas as pessoas também precisam me ajudar a fazer as obras.”

Mais uma vez ao comparar a experiência local com os estados vizinhos da região, ela defendeu que Pernambuco alcance um patamar mais elevado de investimentos para dar sustentação a um novo ciclo de desenvolvimento. “O Ceará está crescendo, a Bahia está crescendo. E nós? Se a gente não tiver capacidade de nos unirmos, se não tivermos uma agenda única estratégica, vamos continuar brigando uns com os outros, pensando sempre na próxima eleição. A agenda de Pernambuco não é a da próxima eleição, mas da próxima geração.”



Apesar de ter relatado uma série de avanços no volume de investimentos na atual gestão, Lyra revelou a preocupação com a frustração do Governo do Estado com o crescimento de ICMS de 2% esse ano. “Investimento público alavanca o investimento privado e é um ciclo virtuoso. O investimento privado vai alavancar novos investimentos públicos a partir do crescimento da nossa economia. A gente precisa continuar investindo em Pernambuco, seja em concessão, seja em parceria privada, seja com recurso do Governo Federal, pouco importa. Nós precisamos ter um patamar de investimento alto.” A governadora lembrou ainda que a Paraíba cresceu 10% do PIB e que Alagoas chegou a direcionar 20% da sua receita líquida para investimento. “A gente estava investindo entre 2% e 3%”, comparou.



Os feitos do Estado para o horizonte de planejamento de longo prazo para 2037, muito mencionado nos encontros do *Pernambuco em Perspectiva*, na opinião da governadora, serão definidos nos próximos 5 anos. A motivação dessa percepção de urgência para definir os projetos estruturadores e estratégicos para Pernambuco, além da janela de oportunidades da descarbonização da economia, está ligada a um fator restritivo: com a recém-aprovada Reforma Tributária, a partir de 2033 Pernambuco e os demais estados brasileiros não terão mais benefícios fiscais para atrair empreendimentos.

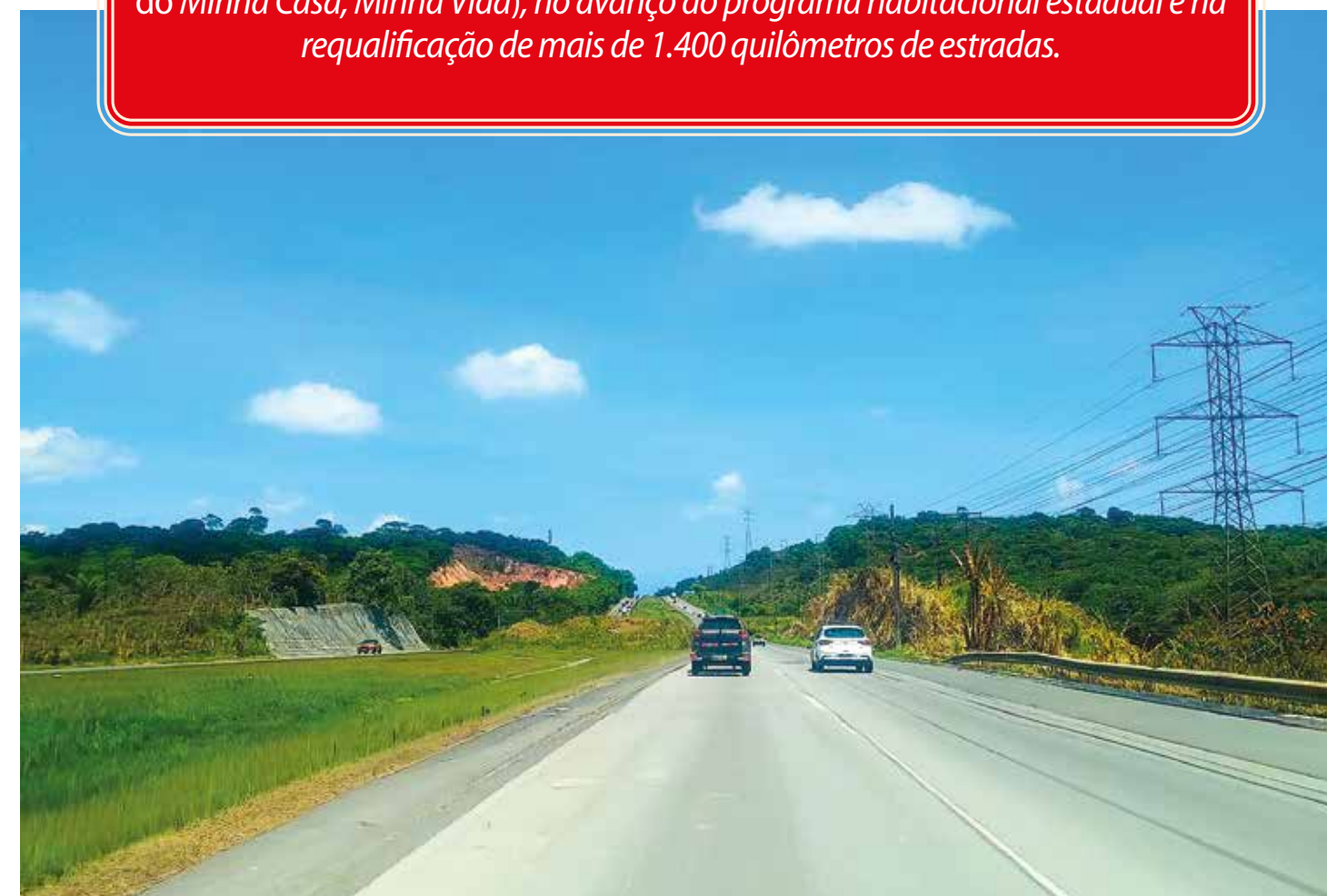
Diante das diferenças de competitividade com os estados do Sul e do Sudeste, por décadas o Nordeste conseguiu atrair grandes investimentos com esses incentivos. “Temos que ter inovação e tecnologia e garantir que tenhamos competitividade. Com a Reforma Tributária até 2033, não teremos mais benefícios fiscais, e quem seremos nós se não tivermos infraestrutura, pessoal qualificado?”, indagou a governadora.

BALANÇO DOS TRÊS ANOS DE GESTÃO

Em diversas oportunidades, Raquel tem repetido a mensagem de que o primeiro ano de governo foi “arrumar a casa”, recuperando a saúde fiscal do Estado. Além disso, criou uma agenda de reconstrução administrativa, com o levantamento de um inventário de 450 obras paradas e a reconstrução da relação com o Governo Federal para viabilizar convênios e destravar obras estruturadoras.

Nesse percurso, o Governo do Estado conseguiu R\$ 3,5 bilhões de operações de crédito para fazer investimentos. Entre as principais realizações, ela citou a reativação de obras federais paralisadas (como a BR-104 e empreendimentos do *Minha Casa, Minha Vida*), o avanço do programa habitacional estadual e investimentos recordes em estradas (mais de 1.400 quilômetros requalificados).

O Governo do Estado conseguiu R\$ 3,5 bilhões, que foram investidos na reativação de obras federais paralisadas (como a BR-104 e empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida), no avanço do programa habitacional estadual e na requalificação de mais de 1.400 quilômetros de estradas.

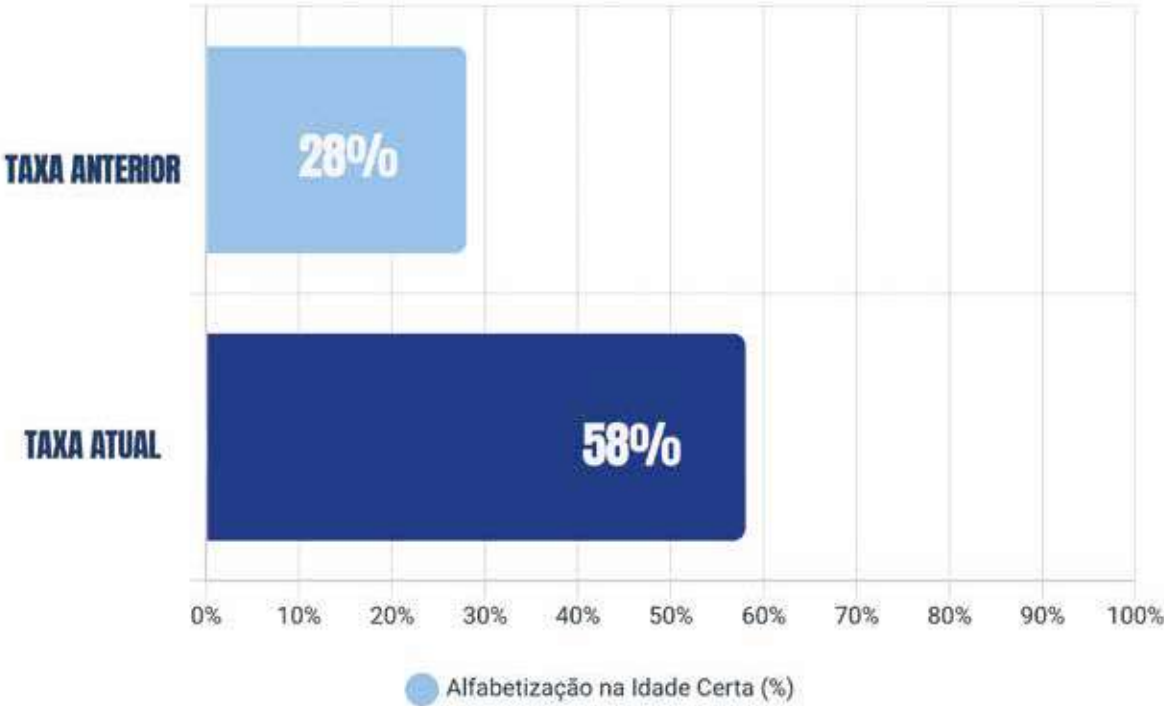


Um destaque relevante do balanço da governadora foi para a área hídrica. Com um Estado que tem 90% do seu território no Semiárido, ela destacou a retomada de barragens prometidas desde 2011, a aceleração das obras da Adutora do Agreste e a entrega de água antecipada por meio de módulos móveis.

No campo social, enfatizou o reforço da assistência (com orçamento quatro vezes maior que o anterior); o programa *Mães de Pernambuco*; e a cozinha comunitária, ampliada para um milhão de refeições mensais. Ela mencionou ainda a criação da Secretaria Executiva de Periferias e grandes intervenções de encostas e urbanização em áreas vulneráveis, como Jardim Monte Verde e Peixinhos, além da completa reestruturação da Defesa Civil.

Na educação, destacou que os avanços não dependem de crédito, mas do uso correto dos recursos do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Entre as ações, listou a compra de R\$ 1 bilhão em ônibus escolares e outros R\$ 1 bilhão em creches, essenciais para elevar a alfabetização na idade certa, que já passou de 28% para 58%.

EVOLUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO
Percentual de crianças alfabetizadas na idade certa



TRANSNORDESTINA E ARCO METROPOLITANO

Raquel Lyra ressaltou projetos estruturantes, como o Arco Metropolitano, a dragagem dos portos, a expansão aeroportuária e a duplicação da BR-232 até Belo Jardim. Além disso, a construção da Transnordestina foi apontada como uma das pautas estratégicas para a logística pernambucana. Durante o evento, Raquel comemorou o fato de a linha pernambucana da ferrovia, que foi excluída no Governo Bolsonaro, ter voltado para o PAC (*Programa de Aceleração do Crescimento*).

“Muitos me disseram: ‘Vai esquecer a Transnordestina, que ela não seria retomada’”, lembrou Raquel Lyra. Apesar disso, a ferrovia foi elencada como uma das prioridades nas suas agendas com o Governo Federal. Ela ressaltou ainda que foi uma decisão política essa retomada, que não poderia ser uma escolha empresarial. “Essa não é uma decisão de um empresário que junta a mina dele com a siderúrgica que vai definir para onde vai a Transnordestina, mas é uma estratégia de desenvolvimento de uma região.”



Laércio Queiroz defendeu acelerar as obras da Transnordestina até Suape, já que o Ceará começa a operar a ferrovia em 2026, e para o porto pernambucano a previsão é somente em 2030. “Governadora, aja para trazer os recursos que faltam”, implorou.

Durante o evento, porém, o economista e ex-prefeito de Bonito, Laércio Queiroz, alertou a governadora sobre a necessidade de acelerar as obras da ferrovia até Suape, já que o Ceará começa a operar a Transnordestina no ano que vem, e para o porto pernambucano a previsão é somente em 2030. Em entrevista, na edição passada, à **Algomais**, ele também ressaltou que a bitola dos trilhos de Salgueiro a Suape não têm a mesma dimensão do trajeto do Piauí até Pecém, o que limita as oportunidades de carga no terminal de Pernambuco. Para ele, somente uma pressão de políticos e empresários pode reverter essa situação e que apenas a governadora tem a capacidade de fazer essa articulação. “A senhora tem força política. Governadora, aja politicamente para trazer os recursos que faltam para a Transnordestina. Pernambuco não pode perder, estamos ficando isolados na questão da logística ferroviária!”, conclamou.

Já em relação ao Arco Metropolitano, prometido há décadas, Raquel Lyra garantiu que ele será realizado após a divisão do projeto em etapas para viabilizar sua execução. Segundo a governadora, questões ambientais travaram o avanço da obra, que agora começa pela ligação entre Moreno e Suape, com investimento de R\$ 640 milhões provenientes de operação de crédito do Estado. Raquel Lyra afirmou que a expectativa é entregar o trecho da primeira etapa até o final de 2026, acelerando o cronograma.

Ela explicou ainda que o Governo Estadual assumiu o protagonismo na elaboração dos projetos: “Fizemos o projeto, entreguei a Renan [Filho, ministro dos Transportes], entrou no PAC, e eles vão licitar a obra”, relatou. No entanto, após quatro meses sem avanço no Governo Federal, solicitou de volta a responsabilidade pela licitação da segunda etapa, que vai da BR-408 até a BR-232. A terceira fase deverá ser estruturada como concessão. Segundo a governadora, com esse modelo, Pernambuco, finalmente, conseguirá tirar o Arco Metropolitano do papel. **a**



PARTICIPANTES DOS ENCONTROS

A

Abel Amado
Abelardo Eugenio da Matta Ribeiro
Abilio Cesar de Barros Correia
Abmael Junior
Abner Jonatas da Silva Souza
Abraão Silva
Adailson Machado Freire
Adalberto Epaminondas Leopoldino
Adalberto Gomes
Adaury Oliveira Gomes Júnior
Adeilza de Souza
Adelino Torres
Adélio Ramos de Oliveira Júnior
Ademir Justino
Aderismar A. Souza
Adiel Marques
Adilson Freire
Adilson Marques Chagas
Adla Maria de Melo Santos
Adolfo Jorge Miranda Cordeiro
Adriana Barros
Adriana Bernardo
Adriana Carla da Silva Gomes
Adriana Cavalcanti Dória
Adriana Corte Franco
Adriana Maria Figueiredo Souto Andrade
Adriana Mellia
Adriana Nunes dos Santos
Adriana Valeria Bandeira de França
Adriana Vieira da Silva
Adriano Antonio de Lucena
Adriano Chaves da Silva
Adriano de Souza Buarque Nascimento
Adriano Fábio Cordeiro da Silva

Adriano José Alves
Adriano Times Filho
Adriano Times Neto
Adriel Fernandes Cabral da Silva
Adynara Maria Queiroz Melo Gonçalves
Afonso Augusto Guimarães Bione
Agenor Gomes da Silva Filho
Agnaldo Costa de Souza
Aguinaldo Viriato
Aida Gonçalves
Aide Batista de Santana
Ailson de Melo Prazeres
Ailton Machado
Alba Soares
Alba Valeria Sousa da Silva Fontes
Albânia de Souza Alves
Albérico Xavier de Moraes Pinto
Albertino dos Anjos de Souza
Alberto da Câmara Lima Falcão
Alberto Guerra
Alberto Magno de Vasconcelos Cavalcanti
Alberto Marinho
Alberto Mário de Souza Carvalho
Alberto Moreira
Alberto Silva
Alcides Pires
Alcides Teixeira Neto
Alcione Figueiredo
Aldenice Souza
Aldenice de Souza Araújo
Aldione Antonio da Silva
Aldison Carlos da Costa Sobrinho
Aldo Torres Sales
Alessandra Arantes
Alessandra Figueiredo de Sá Leitão
Alessandra Misturi

Alessandra Rodrigues da Silva
Alessandro Fernandes
Alessandro Rodrigues
Alex Gomes
Alex Sander Cadete da Silva
Alexandra Aldrielly da Silva
Alexandra de Andrade Santos
Alexandra Vilela
Alexandre Antonio Alves Pereira
Alexandre Barbosa
Alexandre Barbosa de Barros
Alexandre Botelho
Alexandre Cardoso
Alexandre Carvalho
Alexandre Cesar Farias de Melo
Alexandre Chaves Pérez Filho
Alexandre Costa Filho
Alexandre de Arruda Falcão
Alexandre de Castro Cardoso Reis
Alexandre de Souza Lira
Alexandre Duarte Gusmão
Alexandre Felipe
Alexandre Inacio da Silva
Alexandre José de Lima Ruiz
Alexandre José Lemos de Aquino Lopes
Alexandre José Vieira da Cunha
Alexandre Monteiro Consta
Alexandre Neves Freire
Alexandre Pereira de Sá
Alexandre R. Albuquerque Costa Filho
Alexandre Rands Barros
Alexandre Rebelo Tavora
Alexandre Rebouças Rocha
Alexandre Santos
Alexandre Travassos Balbo Coutinho
Alexsandra Ferreira Leite
Alfredo Bezerra Leite
Alfredo Tércio de Lemos
Aline Costa Mendes
Aline de Oliveira Cordeiro
Aline Juliane Batista Marinho
Aline Mendes
Aline Thais dos Santos Nascimento
Alison Dias
Alison Ventura Marinho

Alissandra Regina Siqueira Oliveira Marciano
Alisson Rafael de Alencar Mauricio
Alisson Ribeiro de França
Allan Igor Leite Ribeiro
Allan José da Silva
Allan Kelvin Oliveira Gouvea
Allana Fritz
Allerrandro Ramos de Amorim Souza
Allison Machado
Almir Mendes da Silva
Aloísio Afonso de Sá Ferraz
Aloísio Claudio Cordeiro Teti
Aloísio José Fragoso de Souza e Silva
Aloysio Gonçalves da Costa Junior
Altair Sales Batista
Altemar Roberto Barbosa Freitas
Altino Soares Mulungu
Aluisio Dias
Aluisio Lessa
Aluisio Neto
Aluizio Pinto de Oliveira
Álvaro Eugênio
Alvaro Lins e Silva
Alvaro Simões
Alysson Eduardo Barros
Amanda Cavalcanti
Amanda Gessica Barretto Marcelino
Amanda Karolinne Figueiredo R. de Lima
Amanda Kelly de Souza Feitosa
Amanda Luane
Amanda Maria Matos da Silva
Amanda Maria Oliveira Correia
Amanda Nascimento
Amanda Pereira
Amanda Rocha
Amaro Correa de Araujo Filho
Amaro Nunes
Amauri Barros Cavalcanti Filho
Amaury José da Silva Andrade
Amilcar Furtado de Albuquerque Correa
Ana Beatrice Lundgren Meirelles
Ana Beatriz de Alcântara Farias
Ana Beatriz Lessa Franco
Ana Carolina Calheiros de Moraes
Ana Carolina Carneiro Bastos

Ana Carolina Cesar Malheiros
Ana Carolina Macedo
Ana Carolina Sobral
Ana Cecília Camara Bastos
Ana Celina Cavalcanti de Brito Bechara
Ana Christina Correia Nunes da Costa
Ana Clara Amadeu da Silva Souza
Ana Clara Donato da Silva
Ana Cláudia Barbosa da Silva Padilha
Ana Cláudia Dias da Silva Mendes
Ana Cláudia Maria do Nascimento
Ana Cláudia Severo
Ana Cristina Alves
Ana Cristina Araújo
Ana Cristina Campos Cardoso
Ana Cristina José de Santana
Ana Elisa Tocano M. S. Castro
Ana Elizabeth Cunha
Ana Elizabeth Ramos Costa Silva
Ana Gama
Ana Gerlane de Oliveira
Ana Isaura de Moraes Gomes
Ana Izabel Amorim
Ana Izabel Brito Cunha Anacunha
Ana Kalina Silva Goes Teixeira
Ana Kalline
Ana Karla Barbosa
Ana Karolina Guedes de Mendonça
Ana Katarina Mota Belarmino
Ana Lima Freitas
Ana Lúcia Barbosa dos Santos Paes de Souza
Ana Lúcia Figueiredo Porto
Ana Lúcia Machado Maia
Ana Luisa Aguiar de Oliveira
Ana Maria do Amaral Marinho
Ana Maria Lima
Ana Paula Barbosa de Almeida
Ana Paula da Silva
Ana Paula Moura de Albuquerque Maranhão
Ana Venina Correia de Araujo
Ana Verônica de Oliveira Luiz e Silva
Anacleto Nascimento Filho
Anadélia Jansen
Analice Gonçalves Regis
Anamaria Mações Molinaro

Anderson de Alencar Freire
Anderson Lacerda Dias
Anderson Soares de Freitas
Andre Campos
Andre Carvalho
André Cavalcanti
André de Almeida e Silva
André de Oliveira Barbosa Filho
André Felipe Alves de Araújo
André George de Godoy Magalhães
André Gomes
Andre Gustavo Afonso Ferreira Barros Leite
André Gustavo Carneiro Leão
Andre Gustavo do Rego Barros
André Leitão Filho
André Luiz Barrêto Canuto
André Luiz Ribeiro de Souza
André Maranhão
Andre Martins da Silva
André Meira de Vasconcellos
André Portela
Andre Regis
Andre Reis
André Salvador
André Severo
André Valença
André Villarim
Andrea Carvalho
Andréa da Cunha Silva
Andrea de Paula
Andrea Fernandes Nunes Padilha
Andrea Flávia Luckwü de Santana Gonçalves
Andréa Loureiro Santiago Guimarães
Andrea Lucena
Andrea Maria Queiroz Cavalcante
Andrea Maria Silveira Dueire Costa
Andreia Batista Feitosa
Andréia Maciel
Andreina Wesleda Maria Araujo Santos
Andressa Dias
Andrey de Almeida
Andrey Felipe Gomes Gama da Silva
Andreza Barkokebas
Andreza Estefany Oliveira de Carvalho
Andreza Mendes da Silva

Ane Ebrahim Dowsley
Ângela Belfort
Ângela Maciel Schmid
Ângela Tribuzi
Angélica Bulhões
Angelica Cristiane Lira Miranda
Angelina Vasconcelos
Ângelo Marcos
Anita Dubeux
Anna A. Manuella Melo Nunes
Anna Carolina Dantas
Anna Rebeca do Nascimento Bezerra
Anna Renata Pinto de Lemos Cordeiro
Anne Caroline Oliveira Souza
Anne Veras de Oliveira
Anselmo Ferraz
Antônio Apolinário
Antonio Augusto Fraga Jales
Antonio Augusto Meira Pimentel
Antonio Barbalho
Antonio Bessone Vasconcelos Junior
Antonio Carlos Cavalcanti de Faria
Antonio Carlos Genn de Assunção Barros
Antonio Carlos Muhlert e Silva
Antonio Carlos Peçanha Martins Filho
Antonio Carlos Teixeira da Silva
Antonio Carvalho de Barros Lira
Antônio Cavalcanti
Antonio Cavalcanti da Silva Junior
Antonio Dias da Silva Filho
Antonio Emídio de Loyola Neto
Antonio Figueredo
Antonio Francisco da Silva
Antônio Francisco de Souza
Antônio Gonçalves da Silva
Antônio Henrique Cavalcanti de Oliveira
Antonio José Paes de Andrade
Antonio M. Jr
Antonio Marcos de Melo Fragoso
Antonio Marcos Francisco de Lima
Antonio Marcos Gomes Junior
Antônio Mário da Mota Limeira Filho
Antonio Martiniano da Silva Júnior
Antonio Pacheco da Silva Filho
Antonio Ricardo Accioly Campos

Antônio Ricardo Nanes Calixto
Antônio Soares de Araújo Junior
Antonio Urbano
Antônio Ventura de Góis
Antunes Fernando Martins da Silva
Aparecida Regina Bezerra da Silva
Ariel Scherb Kozmhinsky
Arlete Maria Bezerra de Albuquerque
Arlindo Ferreira Teles
Armando Monteiro
Armando Nascimento
Arnaldo Moura
Artaxerxes Acioly
Arthur César Vicente Gomes
Arthur de Vasconcelos Quadros Lacerda
Arthur Felipe Ferreira de Lima
Arthur Filho
Arthur Vasconcelos
Arthur Xavier
Artur Brito
Artur Buarque
Artur Emílio de Lima Barros
Artur Lapenda
Assuero Guerra Moura
Athenagoras Soares Garcez
Audeni Alves dos Santos Oliveira
Augusta Ferraz
Augusto Bruere
Augusto Cesar Barbosa Vareda
Augusto Emerson Clementino da Silva
Augusto Vasconcelos
Áurea Alice
Aurea Patrícia de Oliveira
Auristela Costa Montenegro Oliveira
Ayane Xavier
Ayanna Mariah Cavalcante Ribeiro

B

Bárbara Brandão
Bárbara Rodrigues
Barbara Virginia Pereira Cavalcanti
Bárbara Vita
Bartolomeu Leal de Sa

Bartolomeu Mendonça
Beatriz Carneiro Menezes
Beatriz Lira Pimentel Vasco
Beatriz Mesquita
Beatriz Oliveira
Beatriz Scherb Kozmhinsky
Benedito Marques
Benedito Parente
Berenice Vilanova de Andrade Lima
Bernadette Cordeiro Leão
Bernardo Cavendish Duarte Ribeiro
Bernardo Valença
Bertrand Sampaio de Alencar
Betania Cantalice
Betânia Justino Souza
Betânia Ribeiro Costa
Betânia Santana
Bianca Dias
Bianca Maria da Silva Barbosa
Boaz Inacio da Silva
Borges Orzil
Boris Berenstein
Braulio Mendonça de Meneses
Breno Baracuh
Bruna Cavalcanti
Bruna Dantas
Bruna Flor
Bruna Karla Costa
Bruna Paula da Silva
Bruno Barreto de Melo Peretti
Bruno Câmara Alencar Barros
Bruno César
Bruno Clisman
Bruno de Figueiredo Biserra
Bruno Ferreira
Bruno Gomes de Sá Menelau
Bruno Herbert Lima
Bruno Lopes
Bruno Martins Nunes
Bruno Mitchell de Souza e Silva
Bruno Nascimento
Bruno Osw da Silva
Bruno Pinheiro
Bruno Salvador Veloso da Silveira
Bruno Salvetti Cavalcanti

Bruno Sampaio Alves
Bruno Schwambach

C

Caio Alves Marinho de Oliveira
Caio Cavalcanti Ramos
Caio Eduardo Silva Mulatinho
Caio Fernandes
Caio Ferraz Farias
Caio Marcelo Quintino dos Santos Damazio
Caio Ribeiro dos Santos
Caio Sampaio
Caio Scheidegger
Camila Azevedo Ferreira
Camila Bandeira de Mello Santyos
Camila Brandão
Camila Larestes Gomes da Silva
Camila Lopes
Candida Oliveira Galindo de Melo Lopes
Carla Carvalho
Carla Conceição Bezerra
Carla de Oliveira Pinheiro
Carla Jatobá Guerra
Carla Miranda
Carla Mirelle Feitosa de Melo
Carla Van Der Linden da Silva
Carleane Paes da Silva
Carlos Alberto Barros de Carvalho
Carlos Alberto C. Mergulhão
Carlos Alberto de Miranda Silva
Carlos Alberto de Sales Junior
Carlos Alberto Jahn
Carlos Alberto Pereira do Nascimento
Carlos Alberto Soares Gonçalves
Carlos Alex
Carlos Arantes
Carlos Araújo
Carlos Carneiro Neto
Carlos Cruz
Carlos Damasceno
Carlos Eduardo Amorim Cajueiro
Carlos Eduardo Braga Farias
Carlos Eduardo Cardoso

Carlos Eduardo Farias
Carlos Eduardo J. Menezes de Paiva
Carlos Eduardo Menezes da Silva
Carlos Eduardo Pessoa de Queiroz Santos
Carlos Eduardo Salazar Mações
Carlos Falcão
Carlos Fernando de Araujo Calado
Carlos Fritzen
Carlos José Caldas Salviano
Carlos Neto
Carlos Pereira
Carlos Queiroz
Carlos Raimundo Muniz da Cunha
Carlos Salviano
Carlos Sampaio
Carlos Soares
Carlos Soares Sant'anna
Carlos Tadeu
Carmelo José Albanez Bastos Filho
Carmen Didier
Carol Boxwell
Carolina Alencar Dantas do Vale
Carolina Cavalcante
Carolina de Albuquerque Melo
Carolina Guimarães Raposo
Carolina Holanda
Caroline Rosendo Correia Pérez
Cassiana Crispim de Araújo
Cátia Avellar
Cayo Galvão
Cecília da Silva Lins
Cecilia Dubeux
Cecilia Sabat
Celia Crystina Clarinda Xavier dos Santos
Célia Fernanda
Célia Maria de C. Borges Correia
Célia Nunes do Nascimento
Célia Regina Silva dos Santos
Celio Garcia Melo
Celio Luiz Gonçalves da Silva
Celso Jordão Cavalcanti
Celso Ricardo Reis Ribeiro
César Araújo Evangelista
César Caúla
Charles Bronzo Barbosa Farias

Charles Davis Vítor de Souza
Charles Silva Dangelo
Chico Ribeiro
Christania Souza de Melo
Christian Tenorio
Cianne Oliveira de
Cibele Nemur Moreira
Cicero Alves de Lima Junior
Cicero Diego Gomes Fonseca
Cícero José Tomaz
Cícero Moraes
Cícero Viegas
Cintya Leal
Cirano Lopes de Oliveira
Cirlane Maria Silva Leal
Clara Goldman Ribemboim
Clara Margarida Lucena da Hora
Clarissa Barbosa Maranhão
Clarissa Lima Verde
Clarisse Gonçalves Fontes Lima
Claudemir Soares de Oliveira
Cláudia Barbosa
Claudia da Silva Santos Sansil
Cláudia Maria da Silva
Claudia Sampaio de Andrade Lima
Claudio Abreu de França
Cláudio Alcoforado
Claudio Andrade Henrique Oliveira da Silva
Claudio Carraly
Cláudio Leal Malufe Ribeiro
Cláudio Teixeira
Clebeson Eugenio da Silva
Clecia Sales de Souza Sales
Cleitiane de Melo Lins
Clélio Ferreira
Clerison Alan de Souza
Cleto Correia
Cleto de Carvalho de Carvalho Filho
Clivia Maia
Clovis Monteiro Moreira Filho
Clóvis Santos
Conceição Maria Gomes Baldasso
Concita Carvalho
Creuza Maria Gomes Aragão
Cristiana Azevedo Melo

Cristiana de Camara
 Cristiana Euquilino
 Cristiana Figueiredo Duarte
 Cristiana Lacerda
 Cristiana Maria Veloso Raphael
 Cristiane Alves de Araújo
 Cristiane Carrilho de Oliveira Freire
 Cristiane Guedes
 Cristiane Paula Ferreira Falcão
 Cristiano Breckenfeld
 Cristiano da Silva Bezerra
 Cristiano Pinheiro de Azevedo e Silva
 Cristiano Siqueira P. de Santana
 Cristiano Torres Wanderley
 Cristina França
 Custódio Victor Angelo Costa
 Cynthia Falcão

D

Daiane Maia de Assis
 Damião Sousa
 Daniel Reinaux
 Daniel Alves Bezerra
 Daniel da Silva Moura
 Daniel Dario Durans
 Daniel José Lins de Araújo Lima
 Daniel Morato Costa
 Daniel Poncell
 Daniel Reinaux Filho
 Daniel Rocha Bento
 Daniel Saboya
 Daniel Vieira Arcoverde de Moraes
 Daniela Braga
 Daniela Cunha Santos de Farias
 Daniela Guedes Neves
 Daniela Holanda
 Daniela Krause Valença
 Daniela Lafayette Nunes
 Daniela Nunes dos Santos Ferreira
 Daniela Petribu
 Daniela Petribu Ribeiro Oria
 Daniela Regueira da Silva Alecrim
 Daniela Talmon

Daniela Vilela Lima
 Daniella da Costa Carvalho Miranda
 Daniella Magno
 Danielle de Belli
 Danielle Maria Pacífico Bezerra Andrade
 Danielle Mendonça Gomes
 Danila Maria da Silva
 Danilo Barrote
 Danilo Felix de Oliveira
 Danilo Galvão Martiniano Lins Filho
 Danilo José dos Santos
 Danilo Lima Guanabara
 Danilo Magalhães Nogueira
 Danilo Silva Oliveira
 Danilo Tavora Delgado
 Danyla Karla de Souza
 Dário Pinheiro
 Darlan Sampaio Ribeiro
 Davi Henry
 Davi Menezes
 David Correia
 David Dias
 David Jamerson Ferreira da Silva
 Davidson Gomes da Silva Amorim
 Dayane Santos Albuquerque
 Debora Feijo
 Débora Gallo
 Débora Pereira
 Debora Pontes
 Deborah Echeverria Martins
 Décio Cesar
 Deise Maria Gomes Ramos Coelho
 Democlaides Botelho Bezerra de Melo
 Denaldo de Jesus Coelho de Araújo
 Denio Paixão
 Denise Nunes Magalhães
 Dermison Ferreira da Cunha
 Devaldo Oliveira Vaz Curado Filho
 Deyvd Vieira
 Deyvison Hugo Ferreira da Silva
 Diana Dias Sampaio
 Diana Romeiro
 Diego Coutinho
 Diego Lins
 Diego Mendonça

Dimmitre Morant
 Diniz Simoes Filho
 Diógenes Américo
 Diogenes Soares
 Diogenes Toscano M. da Silva
 Diogo Casé Moraes
 Diogo Cesar Cavalcanti da Veiga Soares
 Diogo Emanuel Rios de Moraes
 Diogo Henrique de Lima Cintra
 Diogo Melo
 Diogo Tavares
 Dirceu Fernandes
 Divanilson Galindo
 Djair Falcão
 Djalma Dutra Costa Junior
 Djanira Felizardo Ferreira de Lavoura
 Djyjo do Ibura
 Domenico de Medeiros Carneiro
 Domingos Leandro da Fonseca Junior
 Dorgival Hermínio da Silva
 Douglas Araujo
 Douglas Rodrigues
 Douglas Silva Mariano
 Douglas Souza
 Driely Virginia da Silva
 Duilio Cabral da Costa Júnior
 Dulce Figueiredo
 Dyegho Ordonio

E

Ed Ruas
 Eddye Camões da Silva Sena
 Edenilze Romeiro
 Éder Lira de Souza Leão
 Edgard Leonardo Nery Meira Lima
 Edileide Barbosa de Lima
 Edileuza Maria Marcos Sá Barreto
 Edilma Soares da Silva
 Edilson Vieira da Silva
 Edir Carneiro Leão Júnior
 Edivaldo Guilherme dos Santos
 Edla Couto
 Edmilson Alves do Nascimento

Edmilson Carlos Gonzaga de Lira
 Edna do Amaral Lopes
 Edna Josefa da Silva
 Ednaldo Alcides da Rocha
 Ednaldo Bezerra de Souza Júnior
 Ednaldo Costa
 Edson Fernando Menezes da Silva
 Edson José Rosa
 Edson Mendes
 Edson Oliveira
 Edson Rubens Pereira de Oliveira
 Eduarda Evillim Silva de Santana
 Eduardo Anacleto de Souza Veiga
 Eduardo Antônio Corrêa Monteiro
 Eduardo Augusto da Silva
 Eduardo Borba
 Eduardo Brito Aquino
 Eduardo Caldas
 Eduardo Câmara Lima dos Santos
 Eduardo César
 Eduardo de Hollanda Cavalcanti
 Eduardo de Queiroz Monteiro
 Eduardo Ferreira Lima
 Eduardo Figueira Filho
 Eduardo Filho
 Eduardo Frederico Dias Pereira de Oliveira
 Eduardo Gabriel Barbosa
 Eduardo Henrique de Oliveira e Silva
 Eduardo Henrique Spencer Pedrosa
 Eduardo Insfran
 Eduardo Jansen
 Eduardo Jorge Barros Pessoa
 Eduardo José Barros Queiroz
 Eduardo José Carneiro da Cunha Loyo
 Eduardo José Gonçalves de Carvalho
 Eduardo José Valença de Macêdo
 Eduardo Lemos
 Eduardo Lopes Lessa
 Eduardo Loyo
 Eduardo Moraes Filho
 Eduardo Neves de Carvalho
 Eduardo Queiroz
 Eduardo Rodrigues e Albuquerque
 Eduardo Saraiva
 Eduardo Sena

Eduardo Stremel
 Eduardo Turton
 Eduardo Vanderlei Cavalcante
 Edvaldo Barbosa de Lima
 Edvaldo Gomes Jr.
 Edvaldo Rufino de Melo e Silva
 Edvan da Silva Pereira
 Edvânia Paulino
 Edward Douglas de Melo Pereira
 Elaine dos Santos Serpa Pires
 Elaine Ferreira Pires dos Santos
 Elaine Santos Moura
 Eldemberga Grangeiro dos Anjos
 Eleni Pereira de Souza
 Eliandro Rafael Torres Ferreira
 Eliane Sobral da Silva
 Elias Alves Salomão
 Elias de Sales dos Santos
 Elias Gomes da Silva
 Elias Monteiro Bispo Filho
 Elijah Campelo Junior
 Elisandro Damasceno do Nascimento
 Elismagno Marques Cardoso
 Eliton Cristiano Konrad
 Elizabeth Muniz Falcão
 Elizabeth Oleriano de França
 Elizabeth Pereira Cintra
 Elizangela Alves Torre
 Elizangela do Nascimento
 Elizete Maria Viana Maciel
 Elizeth Aparecida Carvalho Rodrigues
 Ellen Bezerra
 Elmir Pereira
 Eloisa Basto Amorim de Moraes
 Elwes Brunno de Albuquerque
 Elza Santos
 Emanuel Ferreira da Silva
 Emanuel Silva
 Emanuel Souto
 Emanuelle Patrícia Barros de Lima
 Emerson Guerra Guedes
 Emerson Oliveira de Souza Junior
 Emídia Felipe
 Emmanuel Viana Vilar
 Eneida Orenstein Ende
 Enildo Lemos Correia Vasconcelos

Enilson Quintino de Assis
 Enio Raul da Cunha Pinto Enio Raul
 Ennio Benning
 Epitacio Pedroza de Souza
 Eraldo José de Oliveira Silva Filho
 Eraldo Martins Guerra Filho
 Erick Correia Aragão
 Erick de Albuquerque
 Érico Furtado Filho
 Erika Del Pino
 Erika Kely Fernandes da Cunha
 Erison Nogueira
 Erival Hermínio
 Erivaldo Gonçalves Nunes Júnior
 Erivaldo Guedes Moreno Junior
 Erly Lins Rocha Marques
 Ernesto Leça
 Eronildo Rodolfo
 Escarião da Nóbrega Gomes
 Esdras Francisco Veloso da Silva
 Esdras Lima Assunção
 Ester Gomes
 Etiene Ramos da Penha
 Eugênio Bezerra
 Eugenio Pereira Lima Filho
 Eullys Sérgio de Paula Alves
 Eurico de Moraes Didier
 Eurico Didier Filho
 Eurídice Oliveira
 Eusebio Neto
 Evaldo de Paiva Lima
 Evamberto Lucas Farias
 Evando Mello
 Evandro Rodrigues de Barros
 Eveline Andrade
 Evelyne Labanca
 Everaldo Apolinario
 Everaldo Jacinto da Hora Filho
 Everaldo Soares de Lima
 Everton Abreu Lopes
 Everton Alambergue
 Everton Marcos
 Ewerlane Raquel Xavier da Silva
 Ewerton Afonso de Almeida Lima
 Ezequias Bezerra

F

Fabia Keliany O. Silva Cunha
 Fabia Maria Rocha de Carvalho Vasconcelos
 Fabia Pereira
 Fabia Simeres Dias Mendes
 Fabiana Augusta de Araujo Pereira
 Fabiana Dias Cavalcanti
 Fabiana Galvão
 Fabiana Kalina Anacleto Salustiano da Silva
 Fabiana Maranhão Cavalcanti Sobral
 Fabiano Pereira Cavalcante
 Fábio Carrilho Cavalcanti de Oliveira
 Fabio da Costa e Silva de Matos Paiva
 Fabio Francisco dos Santos
 Fábio Guilherme Ribeiro Queiroz
 Fábio José da Silva
 Fábio Lucas de Barros e Silva
 Fabio Lucio
 Fábio Machado Cavalcanti
 Fabio Marinho Barros
 Fábio Moraes
 Fabio Renaux
 Fábio Ribeiro Ferraz Gominho
 Fábio Valle
 Fabio Veiga Rêfo
 Fabíola Mariano de Almeida
 Fabrício Carlos Brito do Nascimento
 Fatima Brayner
 Fátima Guimarães
 Fausto Jader Alves
 Felipe Antunes
 Felipe Carvalho
 Felipe Costa da Silva
 Felipe de Moraes Andrade
 Felipe Francisco da Silva
 Felipe José da Fonseca Lima Campos
 Felipe Martins Matos
 Felipe Monte da Carvalheira
 Felipe Nunes Bonifacio
 Felipe Siqueira Tizey
 Felipe Valença
 Fellipe Fontes do Rego Barros

Fenelon Correia Araújo Cunha Júnior
 Fernanda de Carvalho Albuquerque
 Fernanda Josye de Souza Feitosa
 Fernanda Lima
 Fernanda Maciel Sereno
 Fernanda Maria Pereira
 Fernanda Prôa
 Fernanda Rodrigues de Oliveira
 Fernanda Sales
 Fernando Amorim
 Fernando Antônio Gomes da Silva
 Fernando Antonio Menezes da Silva
 Fernando Bezerra Ramos Filho
 Fernando Castelhão
 Fernando Clemente de Mendonça
 Fernando Cunha
 Fernando Damião Vicente Ferreira
 Fernando de Amorim Dubeux Junior
 Fernando Figueira
 Fernando Gonçalves
 Fernando Henrique do Prado de Lima
 Fernando Ítalo de Araújo Souza
 Fernando José de Almeida Sobrinho
 Fernando José de Santana
 Fernando José Machado Barbosa de Melo
 Fernando José Moreira Coelho
 Fernando José Reis Meira
 Fernando Lacerda dos Santos
 Fernando Moraes
 Fernando Ramalho
 Fernando Sora
 Fernando Tadeu de Castro Mota
 Fernando Tranquilino
 Fernando Trigueiro
 Filipe Durando
 Filipe Lins Lopes
 Filipe Souza
 Filipi Cavalcante da Silva
 Fillipe Ferraz de Souza Barbosa
 Flavia Araujo-Rankin
 Flávia da Fonte
 Flávia Fonseca Pereira
 Flávia Lourdes da Rocha Roma
 Flávia Moura
 Flavia Paiva Coutinho

Flávia Pimentel
 Flávia Pontes
 Flaviana Gomes
 Flavio Duarte da Fonseca
 Flavio Duncan Meira Junior
 Flavio Lucio de Araujo Rodrigues Junior
 Flavio Maciel Costa
 Flávio Miranda Vieira
 Flávio Rodrigues da Silva
 Flavio Sinesio dos Santos
 Franciely Kamily
 Francisco Antonio Souza Papaléo
 Francisco Braz de Macêdo Neto
 Francisco Cunha
 Francisco de Assis da Silva
 Francisco de Assis Gondim Neto
 Francisco de Assis Ribeiro Barros
 Francisco de Barros Alheiro Filho
 Francisco de Lima Oliveira
 Francisco Galvão
 Francisco Horácio de Melo Basilio
 Francisco José Costa Araújo
 Francisco Junior Silva
 Francisco Luiz dos Santos
 Francisco Manoel Cunha da Silva
 Francisco Mota
 Francisco Neto
 Francisco Rodolfo Pereira da Silva
 Francisco Severien
 Franklin Ataide
 Fred Vasconcelos
 Frederico Almeida
 Frederico Cavalcanti Pinto da Carvalheira Neto
 Frederico de Melo Tavares de Lima
 Frederico Leal
 Frederico Loyo Filho
 Frederico Mayrinck
 Frederico Perman
 Frederico Veloso

G

Gabriel Alexandre Mendes dos Anjos
 Gabriel Allisson de França Câmara
 Gabriel Almeida Pina
 Gabriel Azevedo de Sousa
 Gabriel Barreto
 Gabriel Bechara
 Gabriel Bezerra
 Gabriel Cavalcante
 Gabriel Correia dos Santos
 Gabriel de Barros e Silva
 Gabriel Henrique Albuquerque Lins
 Gabriel Henrique Pereira Lucena
 Gabriel Menegatti
 Gabriel Pereira Magalhães de Novaes Santos
 Gabriel Philipe Araújo de Souza
 Gabriel Santos
 Gabriel Soares
 Gabriela Alves da Silva
 Gabriela Caldas
 Gabriela Cordeiro de Melo Pereira
 Gabriela Henry
 Gabriela Sandreli Torres Maciel da Silva
 Gabriele Santos
 Gabriella Ferreira de Sousa Lima
 Gabriella Magalhães
 Galba Andreyra Melo Neves
 Gauss Miranda de Negreiros
 Geanne Santos
 Gebson Fortunato do Nascimento
 Geiseane de Ataide Gomes
 Geiza Mariana Vieira Cruz
 Genaro Carrazzone
 George Arruda
 George Dantas de Oliveira
 George Felix Cabral de Souza
 George Pereira
 George Wilson Ferreira Modesto
 Geovanna Lima
 Geovanna Rabelo Aguiar
 Geraldo Amâncio Santana Filho
 Geraldo de Albuquerque Franco Filho
 Geraldo dos Reis Capinam
 Geraldo Gomes de Mattos Filho
 Geraldo Moreira Mattos Filho
 Geraldo Rinaldo Marques de Oliveira

Germano Borba
 Germano Travassos
 Geroncio Figueiredo
 Gerson Lucena
 Gervasio Gurgel do Amaral
 Geysa Karla Alves Galvão
 Gheysa K. S. Ribeiro Rodrigues
 Gilberto C. Tavares de Melo
 Gilberto de Mello Freyre Neto
 Gilberto Gonçalves Rodrigues
 Gilberto Lima
 Gilberto Manoel Paixão e Melo
 Gilberto Viegas
 Gildenor Eudócio de Araújo Pires Junior
 Gileno Gomes Coelho
 Gileno Gomes de Oliveira Júnior
 Gilson Cesar da Silva
 Gilson José
 Gilson Miranda Freire
 Gilson Pontes
 Gilson Sotero Junior
 Gilvan da Silva Barbosa
 Gilvan Falcão
 Gilvan Paulino dos Santos
 Gilvan Pereira de Vasconcelos
 Gilzete Teixeira Viana
 Giorgio Guerra
 Giovanni Sávio de Andrada Oliveira
 Giovanna Marques da Silva Santana
 Giovanna Rattacaso Luna de Araujo
 Giovanni Di Carlli
 Giovanni Gomes do Prado
 Girley Brasileiro
 Gisela Abad Lemos Antunes
 Giselle Cristina Leite Raposo
 Givaldo Gomes da Silva
 Givaldo Oliveira
 Glauber Carvalho
 Gláucia Bruce
 Glauco Antonio de Azevedo Moraes
 Gledson Fabiano de Araújo Ferreira
 Gleidson Pereira de Carvalho Santos
 Gleidvander Silva dos Santos
 Gleison Adiamos e Andrade
 Glenda Monica Luna de Holanda

Gleyson Pedrosa
 Gracyliano Tenório
 Gregory Souza de Albuquerque
 Guilherme Berbert do Nascimento
 Guilherme Câmara
 Guilherme Dias
 Guilherme do Nascimento Bastos
 Guilherme Espíndola Nogueira
 Guilherme Ferreira Cavalcanti Borba
 Guilherme Henrique Oliveira de Miranda
 Guilherme Lustosa
 Guilherme O. V. Coutinho da Silveira Jr.
 Guilherme Silvestre Monteiro de Freitas
 Gustavo Aguiar
 Gustavo André Costa Barbosa
 Gustavo Costa Leite
 Gustavo Delgado
 Gustavo Escobar
 Gustavo Maia Gomes
 Gustavo Mauricio Estevão de Azevedo
 Gustavo Neves
 Gustavo Pinto Selva Neto
 Gustavo Queiroz
 Gustavo Werk
 Guy Joseph Victor Bruère

H

Hallan Victor de Deus e Melo
 Hallana Gomes
 Hamilton Sebastião da Rocha
 Hanna Elize Arruda Bezerra
 Haroldo Ferraz
 Harumy de Melo Paixão de Sousa
 Heber Santos da Cunha
 Heberte Lamarck Gomes da Silva
 Hekel da Rocha Jácome
 Helena Marques Bello
 Heleno Mauricio da Silva Junior
 Heloisa Helena Freitas Melo
 Hemilly Souza
 Henrique Araújo
 Henrique Bastos
 Henrique Bezerra de Mello Cabral da Costa

Henrique César
Henrique da Fonte Queiroz Monteiro Filho
Henrique Lemos
Henrique Ribeiro Crespo Gomes
Henrique Rodrigo de Oliveira Pereira
Henrique Steinberg
Heraldo André Barbosa
Herica Calisto
Hermeson Ferreira Gonçalves
Hermon Augusto da Costa Braga Junior
Hilda Maria Lima Lins
Hilda Wanderley Gomes
Hildeberto Rodrigues da Silva
Hilton Francisco Gomes Júnior
Hislandia Maria
Hiuri Barreto
Hugo Henrique Dantas de Oliveira
Hugo Leonardo
Hugo Luiz de Queiroz
Hugo Machado Guedes Alcoforado
Humberto Cipriano

Iago Silva Carvalho
Ially Larissa Vieira Barbosa e Silva
Ian Bernard Costa de Abreu
Ícaro Rodrigo Guedes da Silva
Idoberto Nascimento
Igor Correia dos Prazeres
Igor Gabriel de Moraes Santos
Igor Loepert
Igor Nóbrega Nunes Rueda Moraes
Igor Rafailov
Igor Tavares Antunes
Ilka Ferreira
Ilo Fonseca Leite
Ilza Carla Lopes de Albuquerque Galvão
Inacio Feitosa
Inacio Miranda
Inácio Pedro
Inaldo Campelo da Paz
Inaldo Firmino Soares
Ingrid Viviane Ramos da Silva

Iony Patriota de Siqueira
Ioram Schechtman Sette
Iracy Alencar Inojosa Asfora
Iranete Alexandre dos Santos Ribeiro
Isaac Cazé
Isaac Jeronimo Ferreira da Silva
Isabel Luna de Oliveira
Isabela Coutinho
Isabela Góis Duarte
Isabela Pontes
Isaías Carneiro da Silva Neto
Isaquel João da Silva
Isis Kalyanne Pereira da Silva
Israel Correia Vilela Neto
Israel Dourado Guerra Filho
Israel Erlich
Itala de Cássia Barros Lima
Ítala Lima
Ítalo Alexandre do Nascimento
Itamar Gomes
Itamar Souza
Ivaldo Ferreira
Ivan Carlos Moura da Cunha
Ivan Marques da Silva Anjos Lima
Ivan Nascimento
Ivana Moraes Paes Barreto Caribé
Ivanise Francisca da Silva
Ivo C. Santos
Ivo Carvalho dos Santos
Ivon Pires Filho
Izabel Cristina Sales Rangel Wanderley
Izabele Sátyro
Izaias Nêu

Jacqueline da Silva Sousa
Jacqueline Gomes
Jacqueline Lopes do Nascimento
Jacqueline Menezes
Jacqueline Ramos
Jacqueline Simões Choairy
Jadson Itaina dos Santos Nunes
Jailton José da Silva

Jaime Lucas
Jaime Monteiro
Jaime Praso
Jaime Roma de Sena
Jaime Roque da Mata
Jair Figueroa
Jairo Pimentel Vasconcellos Junior
Jakeine Francisca Salgado
Jaligson Hirtácides Santos de Assis
Jamerson Lima
Jamerson Wellington Ramos da Silva
Janaína Cardoso Acioli
Janaína Ferreira Campos
Janaina Lira
Janaina Pereira Simões Barbosa
Jandaia Pereira dos Santos
Jandesson Barbosa da Silva
Jandilson Cordeiro
Jane Belo
Janeclide Alves da Silva
Janielly Mantovani Cravo
Janine Guerra
Jânio Carpegiane
Jaqueline Barbosa da Silva de Campos
Jáuvvaro Carneiro Leão
Jean Jacques Castanha de Lima
Jean Louis Ebrahim
Jean Pablo Añves
Jeferson Adriano da Silva Cunha
Jeferson Saraiva
Jefferson Manoel da Silva
Jerônimo Guerra
Jerônimo Inácio
Jeronimo Timoteo de Lima
Jesaias Pacheco da Silva
Jessica Caroline Couto Fernandes Arruda
Jessica Karine Alves dos Santos
Jéssica Nogueira
Jessica Sá
Jessica Santos
Jesus Armando Rondon Espinoza
Jhonatan Leandro Mota da Silva
Jô Mazzarolo
Joana Cavalcanti
Joana dos Santos Silva

Joana Rose de Oliveira Lima
João Alberto Costa Faria
João Amadeus Alves dos Santos
João Bacelar de Araújo
João Batista Cavalcanti Neto
João Batista Semeão da Silva
João Bosco Martins Leal
João Cordeiro
João Corte Magalhães Filho
João Diogo de Souza
João Ferreira dos Santos Neto
João Francisco de Freitas Cavalcanti Neto
João Gratuliano Glasner de Lima
João Hélio de Farias Moraes Coutinho
João Henrique Alves de Lira
João Henrique Helcias Paes Pinto
João Joaquim Guimarães Recena
João Kosta
João Lyra Neto
João Marcelo Moraes
João Paulo Barreto da Cunha Lustosa
João Paulo Barreto da Silva
João Paulo Carneiro de Lima
João Paulo da Silva
João Paulo Ferreira da Silva
João Paulo Gomes
João Paulo Lima
João Paulo Lyra Pessoa de Mello
João Paulo Monteiro de Almeida Torres
João Paulo Vasconcelos Barbosa
João Pedro de Carvalho Silva
João Ramos do Nascimento
João Souza
João Victor Montenegro Costa Maranhão
João Victor Moura Lima
João Victor Vicente da Silva
João Vitor Batista
João Vítor de Oliveira Figueiredo
João Ygor Gomes
Joaquim Angelo
Joaquim Castro de Oliveira
Joaquim Raimundo Alves de Carvalho
Jocelane Cavalcanti Vitor Alves
Joedes Matias de Oliveira
Joelma Silva Souza

Joelson Menezes de Aquino
 Joelton Cândido
 Johan Carlos Barbosa
 Jonas Freitas Grandinetti
 Jonas Thiago Barbosa
 Jônatas Campos
 Jônatas Cavalcanti de Oliveira
 Jonatas Nascimento da Silva
 Jonathan Gomes Ferreira
 Jonathas Bezerra
 Jopson Albuquerque
 Jorge Afonso da Fonseca Neves
 Jorge Aguiar
 Jorge Araújo
 Jorge Augusto Hartmann Drechsler
 Jorge Frederico de Moraes Pereira
 Jorge Henrique Brito Ferreira
 Jorge José Filgueira de Lima
 Jorge Monteiro
 Jorge Reis
 Jorge Rocha
 Jorge Wicks Corte Real
 Jorgeana Muliterno
 José Aarão Pereira dos Reis
 José Adelmo Ferreira Júnior
 José Adriano de Lima
 José Aécio do Prado Junior
 José Alberis Santos Alves Junior Alves
 José Almir Borges Filho
 José Anacleto de Andrade do Nascimento
 José Antero Serrano Barbosa
 José Antônio da Rocha
 José Antônio Tiné
 José Arlindo Soares
 José Arnaldo da Silva Junior
 José Arnaldo Delgado
 José Aurelio Lopes Silva
 José Beltrão
 José Bione de Melo Filho
 José Caetano dos Santos Filho
 José Carlos de Araújo
 José Carlos Leandro
 José Carlos Lima e Silva
 José Carlos Machado de Souza
 José Carlos Medeiros Leite

José Carlos Muniz Santiago
 José Cavalcanti
 José Cláudio de Oliveira
 José Correia de Araújo Neto
 José de Alencar Pereira Neto
 José de Carvalho Lopes Santos
 José Dilson de Lucena Filho
 José Edson de Lima Torres
 José Elias Macena de Lima Filho
 José Eugênio de Araújo Júnior
 José Evaldo Costa
 José Evaristo da Silva Júnior
 José Everaldo
 José Farias
 José Fernando Jucá
 José Francisco de Souza Neto
 José Geovani Barbosa da Silva
 José Geraldo da Costa Filho
 José Gualberto de Freitas Almeida
 José Henrique
 José Henrique Marinho de Barros
 José Henrique Soares Sampaio
 José Hercilio Santos
 José Humberto Cavalcanti
 José Hygino Ribeiro Campos Neto
 José Inácio Melquiades de Lima
 José Joaquim da Silva Neto
 José Luciano da Costa Gois
 José Luiz Azevedo
 José Luiz Correia de Melo Filho
 José Luiz Martorelli
 José Márcio dos Santos
 José Maria Neto
 José Mario Corrêa de Oliveira
 José Mário Torres Antonino
 José Marlon Serafim
 José Maurício Cavalcanti
 José Mauro Felipe dos Santos
 José Miguel Panta da Silva
 José Natercio de Aguiar Júnior
 José Pereira Emiliano
 José Philipe Bezerra de Melo
 José Piauhylino de Melo Monteiro Neto
 José Pontes de Barros
 José Reginaldo R. do Nascimento Filho

José Ricardo Galdino
 José Robério Nascimento de Figueiredo
 José Roberto Alves Rocha
 José Roberto de Figueirôa Valença
 José Roberto de Souza
 José Roberto de Souza Cavalcanti
 José Roberto dos Santos
 José Sarto Lima de Carvalho
 José Sávio de Omena
 José Teófilo Batista de Queiroz Júnior
 José Thomaz de Medeiros Correia
 José Valdeci da Silva Batista
 José Ventura Sobrinho
 José Vitor da Silva
 Joseane Azevedo
 Josenaldo Batista Passos
 Josenildo Antonio Roberto Júnior
 Josenildo Martins Sá
 Josevan Ferreira
 Josicleide Borges
 Josinaldo Carlos Avelino
 Josinaldo Nascimento da Silva
 Josivaldo Barbosa da Silva
 Josivaldo Hely Silva
 Josivania Maria Barbosa
 Josué Adolfo
 Joyce de Melo Silveira
 Juan Pablo Cassé Alves
 Julia Beatriz de Brito Gouveia
 Júlia Castro
 Julia de Melo Rocha
 Julia Sena
 Juliana Chimenes Silvino
 Juliana Cottard Giestosa
 Juliana das Neves Costa
 Juliana de Andrade Lira
 Juliana Dely Santos Marques
 Juliana Ferreira R. Pessoa
 Juliana Flávia França Pereira
 Juliana Gusmão
 Juliana Leite
 Juliana Lemos
 Juliana Martins Barbosa da Silva Costa
 Juliana Nunes da Silva Sales
 Juliana Pereira Pita de Vasconcelos

Juliana Santos
 Juliana Vieira
 Juliane Barros
 Juliano Brandão Palácio
 Juliano Manabu Iyoda
 Julierme Veras de Moura
 Julio Becher
 Júlio César Francisco da Silva dos Santos
 Júlio Nascimento
 Júlio Severino da Silva
 Julio Uriel Carvalho Lóssio
 Jurandir Bezerra Lins Filho
 Juscelino dos Anjos Bourbon

K

Kallyne Mendes Santos
 Kamylla Juliana da Silva Lima
 Karen Costa
 Karen Souza Leão Filizzola
 Karenn Teti
 Karina da Fonte
 Karina Melo
 Karla Andrade
 Karla Paloma Mota da Silva Lemos
 Karla Sales Quintino Alves
 Karlla Barbosa
 Karlos Ribeiro
 Karoline Vila Nova Trindade
 Kathelyn Leandro Melo dos Santos Santiago
 Katia Cavalcante
 Kátia Filizzola Moraes
 Kátia Leandro Cabral
 Keicyane Almeida de Santana
 Keila Siqueira Loureiro Quirino
 Kelem Wanderley Silva
 Kellner Leal
 Kelly Guerra
 Kelly Pereira de Oliveira
 Kênia de Arruda Pereira da Silva
 Kenya Viegas
 Kenys Bonatti Maziero
 Kesley Queiroz Sa
 Kethuly Dayanne Alvaro

Khadiny Cardoso Ribeiro
Kildes Bezerra
Kilma Costa da Silva Lopes
Kleber José de Lima
Kleiton Ulisses da Silva
Kleyber Alexandre Pereira da Silva

L

Ladislau Leite
Laércio Queiroz
Lara Bianka Araújo de Oliveira
Lara Sampaio Pinheiro de Freitas
Larissa Pessoa de Andrade Queiroz
Laryssa Araújo
Lauande Botelho
Laudecy de Fátima Guedes Gondim
Laura Caldas Miguel
Lauro Amaral
Lea Augusta
Leandro Ferreira da Silva
Leandro Fontana
Leandro Uchoa
Ledson Henrique Ribeiro de Aquino
Leivson Percilio
Lelê Carvalho
Leonardo Anacleto Ramos
Leonardo Bacelar
Leonardo Basto
Leonardo Cavalcanti dos Santos
Leonardo Didier Coelho
Leonardo Estevam
Leonardo Leahy T. Brito
Leonardo Lima Farias
Leonardo Machado Cavalcanti
Leonardo Miranda
Leonardo Ribeiro de Sousa Coutinho
Leonardo Sampaio
Leonardo Vieira Calheiros
Libia Cruz
Lídia Marcia Lima de Cerqueira
Lili Ciro
Lilian Dantas
Lilian de Cassia Monteiro de Melo

Lincoln José da Costa Leite
Lindiane da Silva Farias
Lindinalva Tavares
Lindon Jonhson da Silva Vieira
Linduarte Júnior
Lissandra de Andrade Lima Arruda
Livia Alvaro
Lívia Camilla dos Santos Silva
Livia de França Figueiredo
Lívia Mariana da Silva Santos
Lizete Maioli
Lizziane Andressa Zacarias
Lourdes França de Araújo
Lourenço Cunha
Luan Pedro Teixeira de Araujo
Luana Santos Ferreira
Lucas Brito Marinho
Lucas Campos Cavalcanti e Silva
Lucas Carneiro
Lucas Carneiro Pessoa Canto
Lucas de Melo Silva Freitas
Lucas Fernandes Leite
Lucas Humberto
Lucas Miguel Gnigler
Lucas Noia
Lucas Pessoa de Andrade Lima Coutinho
Lucas Ramos
Lucas Souza
Lucas Viana de Siqueira Aragão
Lucas Wild
Lucia Ramos
Lucia Soares Scorel
Luciana B. S. Vieira
Luciana Caroline Albuquerque D'Angelo
Luciana Elizabeth da Mota Távora
Luciana Maria de Lima Canto
Luciana Maria de Lima Dutra
Luciana Maria Ramos Bruere
Luciana Pontual
Luciana Vieira de Azevedo
Luciane Nascimento
Luciano Almeida
Luciano Antonio Oliveira da Silva
Luciano B. Souza
Luciano Caldas Pereira de Carvalho Junior

Luciano Cesar Szpak Furtado
Luciano Lopes da Silva
Luciano Magno Costa Tenorio
Luciano Moura
Luciano Nunes da Silva
Luciano Temporal Carneiro
Luciano Vasquez Mendez
Luciene Rodrigues Galvao
Lucinaldo Angelo
Lucivaldo Lourenço da Silva Filho
Lucivando Coelho Guimarães Coriolano
Lucivânia Barreto da Silva
Lucy Freitas
Luis Gabriel Dourado Torquato
Luis Henrique Lira
Luís Menezes
Luís Paulo Monteiro
Luís Sávio Loureiro da Silveira
Luis Tadeu Cavalcanti Costa
Luis Valença
Luisa R. Peruniz
Luiz Alberto Barros
Luiz Alberto Mattos
Luiz Antônio de Souza Leão Dourado Neto
Luiz Augusto Amorim Silva Filho
Luiz Carlos Barros da Silva
Luiz Carlos Dourado
Luiz Carlos Francisco da Silva
Luiz Carlos Vera Cruz
Luiz Eduardo Freire da Rocha Ferraz
Luiz Eduardo Tolêdo dos Santos
Luiz Eugênio Melo de Barros Correia
Luiz Fábio Gomes
Luiz Felipe Farias Guerra de Moraes
Luiz Felipe Nunes Ramos
Luiz Fernando Bandeira de Melo
Luiz Fernando Fruet
Luiz Fernando Oliveira da Silva
Luiz Goes Vieira Filho
Luiz Gonzaga Soares Neto
Luiz Gustavo Freitas de Souza Lima
Luiz Gustavo Jerônimo Pedrosa
Luiz Gustavo Pereira Mendes
Luiz Henrique da Silva Marques
Luiz Henrique de Aquino Pereira Dutra

Luiz Humberto Cordeiro Cruz
Luiz José de França
Luiz Mário Ferreira da Silva
Luiz Mendes Júnior
Luiz Otávio Cavalcanti
Luiz Patrício Barbosa Júnior
Luiz Paulo Bezerra da Silva
Luiz Raymundo Moura Neto
Luiz Roberto de Oliveira
Luiz Rodolfo de Araújo Neto
Luiz Sampaio de Moura Azevedo
Luiza Prestrêlo
Lutemberg Andrade Santana
Luziana dos Santos Souza Lopes
Luzinete da Silva Felipe dos Santos
Lygia Maria Falcão

M

Mabson Rodrigo Pereira
Madson Henrique
Magali Ferreira de Menezes
Magda Simone Leite Pereira Cruz
Magna Bias de Oliveira e Silva
Maira Correia de Menezes
Manoel Henrique de Andrade Lima
Manoel Alves da Silva Neto
Manoel Alves de Oliveira
Manoel D.M. Vital Junior
Manoel Ferreira
Manoel Messias dos Santos
Manoel Pedro Vieira Filho
Manoel Pedrosa
Manoel Sátiro
Manuel Aguiar
Manuel Queiroz
Manuela de Melo Lopes Biserra
Marcela da Fonseca Pereira
Marcela Neves de Andrade
Marcela Notare
Marcelino Arruda
Marcella de Brito Abath
Marcelo Antonio
Marcelo Augusto de Barros Matos

Marcelo Brito Carneiro Leão
Marcelo Caldas
Marcelo Calheiros de Moraes
Marcelo Carrilho
Marcelo da Silva Souza
Marcelo José da Silva
Marcelo Kozmhinsky
Marcelo Magno Ramos de Araujo
Marcelo Maia
Marcelo Mota de Bitencourt
Marcelo Régis
Marcelo Vasconcelos Coelho
Márcia Chamixaes
Marcilio Cunha
Marcio Augusto Negrão Roma
Márcio Didier
Marcio Érico Gervásio de Moura
Márcio Erlich
Marcio José da Silva
Marcio Marcone Santos
Marcio Roberto Vanderlei e Silva
Márcio Trajano
Marcio Vieira da Cunha do Amaral
Marcio Waked de Moraes Rego
Marco Aurélio Cavalcante Maia
Marconde Sampaio
Marcondes José Torres Calazans
Marcondes Vieira
Marcone Barros
Marcone Costa de Menezes
Marconi Aurélio e Silva
Marconi Cavalcanti
Marconi Felix de Souza
Marcos André Barbosa Campello
Marcos André Gueiros Costa
Marcos Andre Viana da Silva
Marcos Antônio da Silva
Marcos Antônio Marcelino Sobrinho
Marcos Antônio Nunes das Neves
Marcos Carvalho
Marcos da Fonte Castro
Marcos da Silva Aguiar
Marcos Eduardo Pereira de Oliveira
Marcos Gaudard Correa
Marcos José Martins Ferreira

Marcos Kleyton Antunes Bezerra
Marcos Medeiros da Mota Silveira
Marcos Miguel Russo
Marcos Moreira de Souza Carneiro
Marcos Moura
Marcos Queiroz
Marcos Rodrigo Bezerra de Lima
Marcos Sampaio
Marcos Ximenes
Marcus Aurelius Correa de Araujo
Marcus Tullius Monteiro Borges
Marcus Vinicius Nogueira Feitosa
Marcus Vinicius Santos
Marden Haroldo de Araújo Santos
Mardonio Cavalcante Lima
Margaret Thatcher Barros Santiago
Margarete Lima Alves
Margareth Peres Gonzaga Luna
Margarett Leite de Oliveira
Maria Adélia da Cruz Gonçalves
Maria Alice Beltrão
Maria Antonina Ferreira
Maria Aparecida Guilherme da Rocha
Maria Barbosa
Maria Betânia Leite Gomes Barreto
Maria Carolina Antão de Vasconcelos
Maria Carolina Bello Cavalcanti da Silva
Maria Carolina da Motta Agra
Maria Carolina Rocha Didier
Maria Cecilia Monteiro
Maria Costa
Maria Cristina Henriques
Maria Cristina Schirmer Baisch
Maria da Piedade W. Buarque de Mélo
Maria das Graças C. Mousinho Carvalho
Maria de Barros Santos
Maria de Fátima Tomás
Maria de Lourdes Andrade Pessoa Lessa
Maria de Lourdes Tomaz da Silva
Maria do Céu de Ataíde Vasconcelos
Maria do Socorro Alves de Sobral
Maria do Socorro Anselmo Silva
Maria Eduarda de Siqueira Santana
Maria Eduarda Gomes de Andrade
Maria Eduarda Monteiro

Maria Eduarda Silva Santos
Maria Emília Beleza Vidal
Maria Emily Monteiro de Freitas
Maria Fernanda Angeiras
Maria Fernanda de Lima
Maria Fernanda Guerra
Maria Fernanda Pimentel Avelar
Maria Giovanna de Melo Pessoa
Maria Graciene Caminha da Silva
Maria Ideltrudes de Lima
Maria Isabel Suassuna da Fonte
Maria Izabel Dantas Antonino
Maria Jacinta Nascimento da Silva
Maria José Barboza
Maria José do Lago Carvalho
Maria José Ribeiro da Costa
Maria Júlia Omena Ribeiro
Maria Letícia Santiago Guimarães
Maria Lima
Maria Lucia Macagnan Nicoli
Maria Luisa Albuquerque Coelho
Maria Luiza Alencar
Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues
Maria Perez Guedes Pereira
Maria Socorro Vilaça
Maria Teresa Avelar Baltar
Maria Tereza dos Santos Correia
Maria Tereza Gomes de Lima
Maria Tereza Sotero
Maria Virgínia Nogueira Feitosa
Maria Wanick Sarinho
Maria Zenilda Ferreira Lima
Mariana Alves Henrique
Mariana de Moraes Cavalcanti
Mariana Mickaela Oliveira Alves de Souza
Mariana Moreira da Costa Soares
Mariana Pontes
Marilene Félix de Menezes
Marilene Francisco da Silva
Marilene Montarroyos
Marilia Gabriel Bacelar
Marilia Natália Paes Barreto Barros Diniz
Marília Santos de Carvalho
Marina Amorim
Marina Belo

Mário Italo Matos
Mario Jorge Rocha da Carvalheira
Mario Renê de França
Marlos Oliveira Magalhães Porto
Marolly Carvalho
Marta de Lima Cavalcanti
Marta Maria Ferreira
Mateus Gusmão Brindeiro
Matheus Barbosa Cavalcanti
Matheus Diego de Lemos Gomes
Matheus Douglas Cardoso de Lima
Matheus Henrique
Matheus Henrique Marques Oliveira Silva
Matheus Lins
Matheus Mendonça
Matheus Mingori
Mauria Figueiredo Mota
Maurício Alves
Mauricio Bezerra Wanderlei Filho
Maurício César de Carvalho Ramos
Mauricio de Albuquerque Wanderley
Maurício Laranjeira
Mauricio Renato Pina Moreira
Mauricio Tadeu Garcia
Maurilio Cesar Santos de Moura
Maurilio Feitosa
Mauro Buarque
Mauro Cabral da Cunha Cavalcanti Filho
Mauro Veiga
Maxwell Amaral
Mayckoll Leonel Rolim Rodrigues
Mayres Lane Pequeno dos Santos Silva
Melissa Martorelli
Mellody Cardoso Marinho Juvenal
Michael Gerard Groarke
Micheline de Souza Vilela
Michelline Bezerra de Oliveira Beltrão
Miguel Alexandre Sa Rossi
Miguel Justino Gomes de Carvalho
Miguel Remides Pereira Oliveira
Mihael Margon
Milca Alves
Mildrex Cox Ferreira
Milena Martins
Milton Rocha Montarroyos

Milton Tenório Pinto Junior
Mineya Helga Novaes Santos
Mirella Galhardo Alves
Mirelle Mariano
Mirtes Maria de Macedo Roriz
Misael Luiz Vieira
Mísia Coutinho Pessoa
Moacir Araújo Neves Junior
Moacir de Albuquerque Cordeiro
Moisés Pereira da Silva Filho
Monica Barbosa Correia
Mônica Cardoso Lima Melo
Mônica Knecht
Monica Maria do Nascimento Fonseca
Monica Medeiros de Albuquerque e Mello
Mônica Tereza Tavares do Rego Vanderlei
Monise Cataline Martins Coelho
Morgana Leão da Rocha
Moshe Dayan Fernandes de Carvalho
Motta das Rendeiras
Mozana Moura Montenegro de Barros
Mozart Maia
Múcio José Fernandes Callou
Murillo Moura Filho
Murilo Cavalcanti
Myrella Maria Zovka da Silva

N

Nadja Serotiuki Lyrio
Naelson Pessoa da Silva Filho
Nara Maciel Albuquerque
Narram A. Maria Mahattima Ribeiro da Silva
Natália Maria Costa da Silva
Natália Silva Martins Ramos
Natalie Daniele Melo de Souza
Natan Shalom Frutuoso de Oliveira
Natanael Camilo
Natércia Antunes Gonçalves
Nathalia Gabrielly Diogo Costa
Nathalia Gomes Bezerra Cavalcanti Romeira
Nathalia Grizzi
Nayane Brandão de Miranda
Nayara Medeiros

Nayara Melo
Naylle Karenine Siqueira de Queiroz
Naylle Siqueira
Neilton Iago
Nelcinda Mendes
Nelson Correia
Nélson Holanda
Nelson Luiz de Mello e Silva
Nelson Telles de Menezes Neto
Nicolis Amaral de Araujo
Niégia Patrícia Silva da Costa
Nilma Cabral Periquito
Nilo Otaviano da Silva Filho
Nilson Francisco Farias Silva
Nilton Lemos Ferreira Júnior
Nivaldo Belo Cavalcanti
Norah Helena dos Santos Neves

O

Odilon Pereira da Cunha Filho
Osangela Oliveira Silva de Sena
Oscar Adrianus Pessôa da Cruz Marques
Osvaldo Coelho Fernandes Silva Filho
Osvaldo Leite Simões de Paiva
Osvaldo Matubara
Osvaldo Tude Maciel
Otavio Calumby Fernandes
Otony Ferreira das Chagas
Otto Benar Ramos de Farias

P

Pabllo Brandão Pires
Pablo Alesson Nunes da Silva
Pablo Bismack
Pablo Cavalcanti
Paloma Bold
Paloma Lins
Patrícia Cristina Monteiro da Silva
Patrícia França da Silva
Patrícia Lemos
Patricia Maria Barboza da Silva

Patrícia Paula Santos da Silva
Patrícia Raposo
Patrícia Rosas da Silva Oliveira
Patricia Smith Cavalcante
Patrícia Vasconcellos
Patrícia Viana Mastella
Patricia Xavier
Paula Carneiro Leão
Paula Imperiano
Paula Moura
Paula Pester
Paulo Belfort
Paulo Bezerra de Andrade Júnior
Paulo Bruno de Brito
Paulo Castelo Branco da Mota Silveira
Paulo César Maia Porto
Paulo Cesar Marinho Layme
Paulo Chaves Jr.
Paulo Eduardo Pires d'Amorim
Paulo Estevão Lemos de Oliveira
Paulo Falcão
Paulo Fernando da Rocha Torreão
Paulo Fernando da Silva Ribeiro
Paulo Fernando de Araújo Pereira
Paulo Francisco de Souza Júnior
Paulo Galdino da Silva
Paulo Guilherme Dubeux Pontes
Paulo Henrique Alves Monteiro
Paulo Henrique Andrade de Melo
Paulo Henrique M. S. do Nascimento
Paulo José Cysneiros de Medeiros
Paulo José da Costa Junior
Paulo José de Albuquerque Marques Cunha
Paulo José Pessoa Monteiro
Paulo Moraes
Paulo Perez
Paulo Pugliese
Paulo Ramos de Farias
Paulo Reis
Paulo Roberto Costa Saldanha
Paulo Roberto Farias de Brito
Paulo Roberto Leite Muniz
Paulo Roberto Mendes Jr.
Paulo Rômulo
Paulo Sérgio Freire Macêdo

Paulo Thiago Gomes da Silva
Paulo Trajano
Paulo Victor Salazar Correa
Pedro A. de Macedo
Pedro Armando Correia Rondón
Pedro Augusto Cavalcanti de Andrade
Pedro da Silva Cavalcanti
Pedro Dantas
Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Pedro de Menezes Carvalho
Pedro Ferreira Lima
Pedro Francisco de Souza
Pedro Hamilton Pacheco
Pedro Henrique Viegas
Pedro Hugo Farias Maciel de Araujo
Pedro Maciel
Pedro Malta
Pedro Mendonça
Pedro Nunes
Pedro Paulo da Silva
Pedro Paulo Gomes da Rocha
Pedro Pessanha
Pedro Placido
Pedro Pontes
Pedro Rolim
Pedro Souza
Pedro Victor Vasconcelos de Melo Silva
Pedro Vitor Ferreira dos Santos
Péricles Nascimento
Petronio Omar Querino Tavares
Petronio Pereira de Melo
Philippe Magno
Piero Monteiro Sial
Pirangi Pereira da Silva
Plínio Rogério Bezerra e Sá
Poliana Gomes
Poliana Gondim de Souza
Poliane Cecília Marcos da Silva Barbosa
Pollyana Amaral
Priscila Antonio da Silva
Priscila Barbosa Dantas
Priscila Pereira Cavalcanti da Silva
Priscilia Schwambach
Priscilla de Souza Lima
Priscyla Teixeira

Q

Queiroz Filho

R

Rachel Moraes de Oliveira
Radomécio Leite de Sousa
Rafael Aires da Silva
Rafael Ataíde
Rafael Augusto Souza Calado
Rafael Bezerra da Silva
Rafael Cavalcanti Salvino
Rafael Coutinho Dutra
Rafael Cunha Alves Moreira
Rafael de França Carvalho
Rafael José Alves Bosshard
Rafael José da Silva Júnior
Rafael Toscano
Rafael Vitor Lira Lucena
Rafaela Gomes
Rafaela Marlem Melo da Silva
Rafaela Mergulhão
Rafaela Miranda
Rafaela Ramos Pinto Ribeiro
Rafaela Silva do Rêgo Lima
Rafaella Roca dos Santos
Rafaella Rocha
Raimundo Guaraci do Carmo Cardoso
Raimundo Nonato do Carmo
Raimundo Santos
Raísa Prota Lins Bezerra
Raíssa Barros
Ramiro Becker
Raphael Cano
Raphael Quirino Corrêa de Oliveira
Raphaella de Paula Silva Pimentel
Raphaella Silva Aniceto
Raquel de Melo Santos
Raquel Ferreira Lima
Raquel Lins
Raquel Santos

Raquel Silva Pinho
Raul Fiorentino
Raul Manhães de Castro
Raul Pereira Neto
Rayza Mikaella Alves Brasileiro
Rebeca Maria Souza da Silva
Rebecca Simões Mitchell
Regiane Alves da Cruz
Regiane Maria Ferreira Monteiro
Regina Célia Lopes Lustosa Roriz
Reginaldo Antonio Barroso Teixeira
Reginaldo Barros Campelo Junior
Reginaldo José Ciríaco Filho
Reginaldo José de Oliveira
Reginaldo Mattos
Reginaldo Rufino
Reili Santos
Reinaldo Alves Carneiro de Albuquerque
Reinaldo Brayner
Reinaldo Miranda da Silva
Reiva Melo
Renata Arruda Diniz Oliveira de Carvalho
Renata Braga
Renata Gaudêncio Pessoa de Melo
Renata Guimarães
Renata Macêdo
Renata Medeiros
Renata Queiroz
Renata Suzana Leite Muniz dos Santos
Renato Augusto Pontes Cunha
Renato Caetano
Renato Celso Calógeras Dutra
Renato Cesar Medeiros de Amorim
Renato José Moura Mendes
Renato Varejão de Azevêdo
Renatta Gusmão
Rene Calisto
Rénier Coelho
Rhayssa Alves Felipe dos Santos
Rhuana Mary da Silva Rocha
Ricardo Alencar
Ricardo Alexandre
Ricardo Alexandre Bezerra Silva
Ricardo Andrade da Costa Silva
Ricardo André Cavalcante de Souza

Ricardo Buarque
Ricardo César Barbosa Macario
Ricardo Coelho Mindêllo
Ricardo de Castro e Silva Dalle
Ricardo Di Cavalcanti
Ricardo Felipe
Ricardo Francisco da Silva
Ricardo Freitas Jr.
Ricardo Henrique Ferraz de Farias
Ricardo Holder de Oliveira
Ricardo Lima
Ricardo Lira
Ricardo Luís Alves da Silva
Ricardo Monteiro
Ricardo Mota
Ricardo Peixoto
Ricardo Pessoa de Queiroz Filho
Ricardo Rammon
Ricardo Sampaio Lustosa
Ricardo Valério de Oliveira Moura
Ricardo Vasconcelos
Ricardo Vieira
Rilson Antônio Viana de Lima
Rinaldo Barbosa de Freitas
Rinaldo Luiz da Silva
Rita Benilda Delmondes Bentinho
Rivanildo Simplicio da Silva
Rizocleide Ferreira Lima
Roberta Cristina Souza Cavalcanti
Roberta de Lemos Barreto Campello
Roberta de Lima Braga
Roberta de Moraes Guerra
Roberta Guedes
Roberta Laurindo
Roberta Maria da Silva
Roberta Pereira
Roberto Alves
Roberto Cabral de Mello
Roberto Cavalcanti de Albuquerque Filho
Roberto César Correia Gomes
Roberto de Abreu e Lima
Roberto de Lima Barros
Roberto de Souza Leão Barros
Roberto Fontes Ferreira da Silva
Roberto Furtado Batista

Roberto Lemos Muniz
Roberto Lira
Roberto Mações
Roberto Montezuma
Roberto N. S. Cavalcanti de Albuquerque
Roberto Salomão do Amaral e Melo
Roberto Tavares
Roberto Vila Nova
Roberval Moura
Robésia Araújo
Robson Galdino da Silveira
Robson Germano dos Santos
Robson Thiago Duarte
Rodolfo Aureliano da Silva Filho
Rodolfo Benevides
Rodolfo Machado
Rodrigo Afonso Albuquerque Melo
Rodrigo Aguiar
Rodrigo Boss
Rodrigo Cabral de Mello
Rodrigo Colares
Rodrigo de Paiva Cirilo
Rodrigo José Lyra Leite
Rodrigo Mendonça
Rodrigo Murakami
Rodrigo Neves
Rodrigo Oliveira
Rodrigo Ramalho Dubeux
Roger Bold Queiroz
Rogério Álvares
Rogério Maranhão Mendes
Rogério Robalinho
Rogério Salviano Alves
Rogério Tibúrcio da Silva
Rolmes Carvalho Jr.
Romero Albuquerque Duarte e Silva
Romero Duarte
Romero Maia
Romero Montenegro
Romero Souto
Romero Wanderley Guimarães
Romilda Petribú Monteiro
Romilson Marques Cabral
Romualdo Rodrigues Cartaxo
Rômulo Ferraz

Romulo Melo
Ronald Vasconcelos
Ronaldo Barros
Ronaldo Cavalcanti
Ronaldo Cirino
Ronaldo de Deus e Melo Junior
Ronaldo de Holanda Neves
Roniel Luiz da Silva
Rosa de Paula Missano de Biase
Rosa Maria Chagas Aroucha
Rosa Maria Freitas do Nascimento
Rosa Maria Pessoa Campello
Rosa Martins Santos
Rosane Barros da Silva
Rosângela Aparecida
Rosângela Furtado de Mendonça
Rosângela Simas Lopes Peres
Roseana Faneco Amorim
Rosejara Ramos
Rosélis Gomes
Rosemere Andrade
Rosivaldo Melo
Rostand Negromonte
Rosycleide Viana
Ruben Corrêa
Rubenize Pereira de Paula Silva
Rubens Mesquita
Rubens Sombra da Rocha Santos
Rúbia Márcia Vidal Siqueira
Rudemson Cândido da Costa
Rudinei Miranda
Rusteni Lessa Dornelas
Rute Carolino Silva de Andrade Costa
Ruth Britto da Silva

S

Salo Messias Bortman
Salvelina Souza Mendonça
Samila Barreto C. Leite
Samuel Antonio da Rocha
Samuel Caetano dos Santos Filho
Samuel Calazans Ramos
Samuel Gomes

Samuel Justino de Melo
Samuel Salazar
Sandra Catchpole
Sandra D. Ávila
Sandra Ferreira
Sandra Lima da Silva
Sandra Maria Soares
Sandra Pires
Sandra Ribeiro
Sandra Rosa Vespasiano Borges
Sandra Tenorio de Cerqueira Barros
Sandra Valéria Porto Lins
Sandro Guedes
Sanny Samilly
Sarita Montiehl da Silva de Paula
Saul Campos
Saulo Santos de Freitas
Savio Delano Vasconcelos Pereira
Sear Jasu de Sousa Mascena Veras
Sebastiao de Lucena Carneiro
Senôma Landy de Barros Cavalcante
Sérgio Berardo de Carvalho Aroucha
Sérgio C. Buarque
Sérgio Cavalcante
Sérgio Gonçalves Ferreira
Sérgio Henrique Ramos de Andrade
Sérgio José de Souza
Sérgio Moury Fernandes
Sérgio Nascimento
Sérgio Oliveira
Sérgio Paulo Mendes Gonçalves
Sérgio Pereira Caldas
Sérgio Peres
Sérgio Raimundo Coutinho
Sérgio Ribeiro de Aguiar
Sérgio Ricardo Machado Sampaio Filho
Sérgio Ricardo Moraes de Senna
Sérgio Rodrigues de Paula
Sérgio Silva de Oliveira
Sérgio Soares dos Santos
Sérgio Souza
Sergio Wagner Rodrigues
Sérgio Wanderley Viana
Severino Bezerra de Lima Neto
Severino de Souza Silva

Severino José de Andrade Júnior
Severino Mendes de Azevedo Júnior
Severino Ramos Correia de Figueiredo
Severino Ramos de Oliveira da Rocha
Severino Roberto Marques Pereira
Sharlane Chapron Ribeiro
Sheila Cunha
Sheilla Pincovsky
Sheilla Silveira Silva
Shelly Anne de Almeida
Sidcley Pimentel de Brito
Sidney Batista Neves
Sidney Florentino dos Santos
Sidney Francisco Amâncio Lemos
Silvana M. Victor
Silvana Souza
Silvânia do Carmo Silva
Silvânia Rodrigues de Paula
Silvano Araujo da Silva
Silvestre Ribeiro Galamba Netto
Silvia Helena de Melo Cerquinho
Silvia Lubambo
Silvia Regina Parahym Freire
Silvia Reis
Silvia Sales Moury Fernandes
Silvio Batista da Silva
Silvio Fernandes
Silvio Ricardo
Silvio Sérgio Dantas Gomes
Silvio Tavares de Amorim
Silvio Torres
Simone Lissandra Loureiro da Fonseca
Síria Monique Alves de Moura
Socorro Macedo
Solange Cunha
Solange Cunha
Solange de Aguiar Duarte Ribeiro
Sonia Schechtman Sette
Soraya Duarte de Almeida
Soraya El-Deir
Sostenes Silva
Stefano Roberto Alves Guedes
Stephany Luna Moreira de Faria
Sthefany Miyeko Nishikawa
Sueide Lira

Suelen Katarine da Silva
Sueli David de Oliveira Lima
Suely Benevides de Carvalho Brasileiro
Suely Jucá Maciel
Suely Mattos
Suely Melo
Suetone Alencar
Suianne Monteiro
Sunnye Rose Carlos Gomes da Silva
Susana Simões Leal
Suzan Kelly de Vasconcelos Siqueira
Suzana Alves
Suzana Batista de Moraes
Suzana Tyrrasch de Almeida
Suzana Zarzar
Sylvia Siqueira
Sylvya Olyveyra

T

Taciana Bradley
Taciana Maria Campanhã Mahnic
Taiana Andrade
Tales Wanderley Vital
Talita Oliveira de Freitas
Tânia Bacelar
Tânia Bacelar de Araújo
Tânia Campos
Tânia Maria Toso
Tarciana Carneiro Campelo de Paiva
Tarciana de Oliveira Gusmão
Tarciana Gomes Portella
Tarcisio Franco Vasconcelos
Tarcizo Leite de Vasconcelos
Tatiana Alves Florentino
Tatiana Rodrigues
Tatiane Conceição Araújo Moreira
Tatianny Emanuely
Tatielle Mayana Avelino Marinho Azevedo
Tatyana Cavalcante
Taysa Lourenço Siqueira Silva
Telma Campello
Telma Cristina Rocha
Teodoro Cordeiro Amaral

Teogilza Camargo de Araújo
 Teresa Aparecida Tenório de Souza
 Teresinha de Jesus O. Guimarães de Melo
 Tereza Cristina Lessa Ferreira D'oliveira
 Tereza Miranda
 Terezinha de Jesus Carneiro
 Thaís Bezerra Patú
 Thaislainy Marinho
 Thales Henrique dos Santos Leal
 Thales Victor
 Thallys Rocynne Teles Silva de Andrade
 Thassia Azevedo
 Thays Rodrigues
 Thereza Cristina M Torres
 Thiago Bezerra
 Thiago Breno de Oliveira Santos
 Thiago Ferreira Pinto
 Thiago Henrique Santos de Sousa e Silva
 Thiago José de Lira
 Thiago Lemos
 Thiago Pedrosa
 Thiago Siqueira
 Thiago Teixeira Leite
 Thiago Vinicius Costa Alves
 Thomas Henryque Gomes de Lira
 Thomas Kiss
 Thyago Carvalho
 Tiago Albuquerque
 Tiago da Silva Monteiro
 Tiago dos Santos Mendes
 Tiago Gonçalves da Silva
 Tiago Guedes da Silva
 Tiago Lima Carvalho da Silva
 Tiago Lira
 Tiago Patú
 Tiago Siqueira
 Tiago Trigueiro
 Tiberio Tabosa
 Tito Sales
 Tomé de Souza Magalhães Neto
 Túlio César de Lima Vasconcelos

U

Ubirajara Emanuel Tavares de Melo Filho
 Uiraquitan Teixeira dos Santos
 Ulisses Pereira de Araújo Filho
 Ulisses Tavares de Melo
 Uranilson Barbosa de Carvalho

V

Valdek José da Silva Júnior
 Valdemir Pereira de Lima
 Valdi Dantas
 Valdilene Mariz da Silva
 Valdir Barbosa Junior
 Valdir José dos Santos
 Valdir Tenório Gonçalves
 Valêncio Guedes Pereira
 Valeria da Silva Lyra
 Valéria do Socorro Celestino
 Valmir Marques Santos
 Valter de Figueiredo Ramos
 Valter Franca de Andrade Pereira
 Valter José de Souza
 Vanancy Nascimento
 Vanderson Aurélio Marques de Souza
 Vanderson Melo da Silva
 Vandson Cássio de Oliveira
 Vanessa Araujo
 Vanessa Cavalcanti Braz de Oliveira
 Vanessa Leal Ramos
 Vanilda Capinam
 Vanildo de Lima
 Vanúsia Leite da Silva
 Veralucia da Costa Barros Figueiredo
 Verinalda Gomes de Lima
 Verlaynne Kelley da Hora Rocha Araujo
 Verônica Maria da Silva Santos
 Verônica Ribeiro
 Viberto Nogueira de Mello Rêgo Filho
 Vicente Ricardo Arruda da Fonseca
 Victor Antunes

Victor Gilliard
 Victor Lima
 Victor Macedo
 Victor Marcelo da Silva Araújo
 Victor Oliveira
 Victor Pinheiro de Carvalho
 Victor Rondinelli
 Victor Tavares
 Vilma Mendonça de Azevedo
 Vilma Monteiro
 Vinicius de Azevedo e Silva
 Vinícius Ramos
 Vinicius Sávio Benevides Omena
 Virgínia Karla Bezerra de Menezes Guedes
 Virgínia Krauss
 Virgínia Lopes Carneiro de Albuquerque
 Virgínia Mendes Pinho
 Vitor José Oliveira de Souza
 Vitor Rodrigues
 Vitória Eliane
 Vívian Claudino Cosme
 Vivian Maria Monteiro Fernandes
 Viviane Amaral Gurgel
 Viviane Fernandes Miranda de Oliveira
 Viviane Ferraz
 Viviane Oliveira dos Santos Gervasio
 Viviane Trindade
 Viviane Vicente
 Vivianne Barbosa
 Vladimir Moraes Alencar Araripe
 Vyktor Felype Pereira do Nascimento

W

Wagner Santos Pimentel
 Wagner Silva Pires Barbosa
 Wagner Tenório
 Walber Allan de Santana
 Waldemir Siqueira Pereira
 Waldir de Benevides Pereira dos Santos
 Walkyria Ferreira de Araújo Tenório
 Wallace de Oliveira Ramos Silva
 Wallison Rudá Bezerra Araújo

Walmir Pedrosa Dias de Amorim
 Walter Borba Júnior
 Walter Cardoso
 Walter Freitas
 Wanda Mendes
 Wandercy Fonseca
 Wanessa Campos
 Wanessa Ingrid de Albuquerque Paiva
 Waniçon Lima
 Wedja Ferreira Gomes
 Wellington Nunes Passos Junior
 Wendel Moraes
 Wenderson Victor
 Werson Kaval
 Wesley Henrique Pereira da Silva
 Wesley Oliveira Amorim Filho
 Wesley Rodrigo Moraes
 Weverton Kleber da Silva
 Wilker Scavuzzi
 Williams José de Assis Dario
 William Ferreira da Silva
 William Jorge de Matos
 William Lopes
 William Monteiro da Silva
 William Zamora Kattah
 Williams Gouveia da Costa
 Willianny Wanderley da Silva
 Wilson Bruno da Silva Cristovam
 Wilson Cruz
 Wilson José Monteiro da Silva
 Wolney Pereira
 Woney Carlos Silva Paixão de Sousa
 Wyllemberg Batista Cavalcante

Y

Yan Pontes Macedo Melo
 Yara Maria Caldas Machado
 Yasmin Martins de Barros
 Yêda Medeiros Bastos de Almeida
 Yury Rodrigues Nóbrega de Barros

Z

Zacarias G. de Albuquerque
Zaldo Venâncio Tabosa
Zélia Monteiro
Zélia Moura
Zenaide Maysa Ribeiro do Nascimento
Zenuel Lins

ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES

redegestão

AC Consult Contadores

**ACTBel Assessoria e Consultoria
Técnica em RH**

AFM Arquitetos

ÁgilisRH

AGR Contábil

Alvares Barbosa Advogados

Änimä

**Armando Garrido – Escritório de
Advocacia**

Cartello

Cícero Gastronomia com Arte

Costa Pinto & Corrêa Advogados

CPPL Assessoria

D’OR Consultoria

Dupla Comunicação

Escobar Advocacia

**Foz – Centro de Inovação em
Saúde e Educação**

GF Capital

HSBS Soluções em Informática

INTG – Instituto da Gestão

Iperid

Jairo Aquino Advogados

LMS Gestão de Empreendimentos

**Luiz Vieira Arquitetura de
Paisagem**

Matos Advogados

Mello Pimentel Advocacia

Mola

Ponti

PPK Consultoria

Procenge

Ray Consulting

Tabelionato Figueiredo

TGI Consultoria

Valore Contadores Associados

Valor Engenharia

Vivare

VOZ Assessoria de Comunicação

Workhall



2026

Nas últimas décadas, Pernambuco teve seu desenvolvimento norteado por diretrizes elaboradas, ainda nos anos 1950, nos estudos do padre Lebrete sobre o Estado. Um trabalho exitoso, que resultou em projetos estruturadores como o Complexo de Suape, a Refinaria Abreu e Lima, a Stellantis, entre outros. Apesar de bem-sucedido, o modelo proposto pelo padre dominicano esgotou-se frente às demandas contemporâneas, como as mudanças climáticas, o avanço tecnológico digital e o fim dos incentivos fiscais, provocado pela Reforma Tributária.

Chegou a hora, portanto, de redesenhar um novo paradigma que conduza o desenvolvimento do Estado nas próximas décadas. Esse tem sido o objetivo do Projeto *Pernambuco em Perspectiva – Estratégia de Longo Prazo*, idealizado pela **Revista Algomais** e pela Rede Gestão, com assessoria técnica de TGI, Ceplan e Factta.

Desde 2023, ações do projeto visam articular a sociedade pernambucana, os empresários e os atores políticos para atingir esse propósito. Foram promovidos encontros com palestras de especialistas em diferentes áreas, seguidas de debates que contribuíram para traçar um diagnóstico da realidade socioeconômica do Estado e apontar caminhos para seu desenvolvimento. O processo de participação social foi aprofundado com o workshop em que o público foi instigado a responder à pergunta: “quais devem ser as três prioridades da próxima gestão do Governo do Estado para redesenhar o modelo de desenvolvimento?”.

Um trabalho de fôlego que gerou como fruto a análise sobre o atual panorama econômico e social de Pernambuco, além de um passo a passo para redesenhar uma nova estratégia de futuro para o Estado. Este livro condensa o esforço empreendido pelo projeto, ao trazer a cobertura da **Algomais** das palestras realizadas, o diagnóstico conjuntural e a proposta para esboçar um novo modelo de desenvolvimento de longo prazo para Pernambuco.

A esperança dos que participaram dessa construção é de que os próximos governos adotem as diretrizes sugeridas e as transformem numa política de Estado que permita construir um futuro melhor para os pernambucanos e as pernambucanas.



PERNAMBUCO EM PERSPECTIVA

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO
Contribuições para o Redesenho do Modelo
de Desenvolvimento Estadual

Realização:



Consultoria técnica:



Patrocínio:

